

FÓRUM REGIONAL DE

# Patrimônio Cultural

CULTURA E IDENTIDADE:  
CONSTRUINDO PONTES ENTRE O PASSADO E O FUTURO

## ANAIS DO EVENTO



## EDITORIAL

**Flávia de Mello Neves**  
Organização

**Francislaine Graveli de Assis**  
Design gráfico

**Mariah Freitas e Menezes**  
Revisão

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fórum Regional de Patrimônio Cultural de Muriaé  
(3. : 2025 : Muriaé, MG)  
Anais do evento : 3º Fórum Regional de Patrimônio  
Cultural de Muriaé [livro eletrônico] : cultura e  
identidade : construindo pontes entre o passado e o  
futuro / organização Flávia de Mello Neves. --  
Muriaé, MG : Ed. dos Autores : Coletivo Consultoria,  
2025.  
PDF  
  
Vários autores.  
ISBN 978-65-01-72648-9  
  
1. Cultura 2. Identidade cultural 3. Patrimônio  
cultural - Minas Gerais 4. Políticas públicas  
I. Neves, Flávia de Mello. II. Título.

25-306268.0

CDD-363.690981

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Patrimônio cultural : Memória e  
preservação 363.690981

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

## COMISSÃO ORGANIZADORA



**FLÁVIA DE MELLO NEVES**

Coordenação Geral | Mediação |  
Facilitadora de Oficina



**MARIAH FREITAS E MENEZES**

Curadoria | Mediação | Facilitação de  
Oficina

## EQUIPE TÉCNICA



**FRANCISLAINE GRAVELI DE ASSIS**

Designer Gráfico | Fotógrafa | Videomaker



**EVERTON RIBAS FREITAS**

Promoter

## COMITÊ CIENTÍFICO



**EVERTON RIBAS FREITAS**

Avaliador



**LÍVIA M. S. ALMEIDA COURA**

Avaliador



**LINA MALTA STEPHAN**

Avaliador

## SUMÁRIO

1. Apresentação .....	5
2. Trajetória do Fórum (2018–2022–2025) e governança regional .....	7
3. Contexto, objetivos e desenho metodológico .....	9
3.1. Objetivos .....	9
3.2. Desenho metodológico .....	9
3.3. Alcance, público e acessibilidade .....	9
4. Programação comentada das atividades .....	10
5. Oficinas .....	11
5.1. Inventário Cultural Participativo (ICP): fundamentos, método e política pública .....	11
5.2. Educação para o Patrimônio Cultural com crianças: lúdico, pertencimento e escolas periféricas .....	13
6. Mesas Redondas .....	16
6.1. Mesa 1 – Patrimônio imaterial e sustentabilidade: desafios e oportunidades .....	16
6.2. Mesa 2 – Decolonialidade e patrimônio cultural: gestão, educação e reparação .....	19
7. Artigos aprovados: dossiê temático, síntese analítica e proposições .....	22
7.1. Enquadramento: pesquisa aplicada, padrões de qualidade e impacto público .....	22
7.2. Por que submeter e publicar? .....	23
7.3. Os oito eixos temáticos: fundamentos e desdobramentos possíveis .....	23
7.4. Descrição dos trabalhos submetidos (11 inscrições) e síntese analítica por eixo .....	27
7.5. Relatoria – Síntese crítico-propositiva para a continuidade da linha de artigos .....	214
8. Considerações finais .....	217
9. Agradecimentos e chamada para a 4ª edição .....	220

## 1. APRESENTAÇÃO

O 3º Fórum Regional de Patrimônio Cultural de Muriaé reafirma que o patrimônio – material e imaterial – é campo de direitos, linguagem pública e infraestrutura de democracia cultural. O evento consolidou-se como um espaço plural de encontro entre gestores(as) públicos(as), pesquisadores(as), educadores(as), estudantes, artistas e comunidades da Zona da Mata mineira. Ao mobilizar o tema “Cultura e Identidade: construindo pontes entre o passado e o futuro”, a edição de 2025 deslocou o foco do objeto excepcional para o cotidiano relacional, tomando práticas, memórias e paisagens como processos em permanente negociação social.

A arquitetura do Fórum – oficinas, mesas redondas e apresentação de artigos – foi concebida como espiral formativa: começa no exercício e na observação (oficinas), adensa conceitos e métodos (mesas), e culmina na sistematização (artigos e publicação dos anais), de modo que experiência, teoria e política se retroalimentam. Essa escolha responde a um problema recorrente no campo: a distância entre a produção acadêmica, as rotinas de gestão e a participação social. Em vez de eventos episódicos, o Fórum investe em tecnologias sociais – inventários participativos, curadorias educativas decoloniais, matrizes de decisão para retrofit/reuso, indicadores de vitalidade cultural – capazes de permanecer nas instituições e de orientar decisões públicas para além do calendário de atividades.

A terceira edição foi viabilizada com recursos do Edital FEC O5/2024 – Cultura da Paz, do Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais. O fomento permitiu ampliar a capilaridade regional do evento, produzir e disponibilizar materiais didáticos abertos e assegurar acessibilidade e participação gratuita. Em termos de política cultural, o investimento em ações de formação e mediação como o Fórum é estratégico para a redução de assimetrias regionais e o fortalecimento de redes intermunicipais.

O Fórum mantém sua marca como um espaço de reflexão, articulação e produção intelectual sobre a salvaguarda de bens culturais em diálogo com sustentabilidade, educação e participação social. Com curadoria acadêmica e técnica, esta edição enfatiza o entrelaçamento entre práticas culturais e sustentabilidade, a educação patrimonial em diferentes públicos e a abordagem decolonial aplicada à gestão, mediação e pesquisa em patrimônio. O evento foi

concebido para oferecer, além de mesas de debate e apresentações de trabalhos, atividades já estabelecidas em todas as edições, inovou trazendo oficinas formativas e materiais didáticos como contrapartidas públicas, compondo uma estratégia de difusão, formação e pesquisa.

A governança do Fórum enfatizou a participação dos conselheiros(as) de política cultural e de patrimônio cultural não somente como protocolo, mas como epistemologia pública da política cultural: conselhos participam do desenho, validam instrumentos, julgam prioridades, monitoram resultados e produzem memória institucional. Essa ênfase dialoga com a modelagem do fomento que viabilizou a edição – o Edital FEC O5/2024 – Cultura da Paz –, com critérios técnicos, metas de democratização e regionalização, contrapartidas e relatoria com convite formal aos conselhos.

A vocação regional dos Anais não é um detalhe formal. Situar o debate na Zona da Mata mineira e entorno implica reconhecer camadas históricas (ciclos econômicos, redes religiosas, mobilitades) e assimetria de capacidades entre municípios, o que exige cooperação intermunicipal, conselhos atuantes, bases públicas de dados e redes de formação. A estratégia do Fórum foi, por isso, multiescalar: pensar políticas de cidade e de microrregião; olhar para escolas e universidades; articular conselhos e coletivos culturais; e tensionar o estado da arte a partir de casos, arquivos e repertórios locais. Entre 2018, 2022 e 2025, o Fórum evoluiu de arena de sensibilização para programa de formação e pesquisa aplicada, com memória acumulada, avaliação crítica e incidência sobre a agenda pública.

Por fim, este volume nasce com o compromisso de servir como fonte de pesquisa. Ao sistematizar oficinas (com método e instrumentos), mesas (com síntese analítica e notas biográficas) e artigos (com enquadramento, eixos e leituras transversais), os Anais ampliam a citabilidade do Fórum, oferecendo a gestores(as), pesquisadores(as), educadores(as) e conselheiros(as) conteúdos reaplicáveis e argumentos públicos para decisões, fiscalizações e proposições futuras.

## 2. TRAJETÓRIA DO FÓRUM (2018–2022–2025) E GOVERNANÇA REGIONAL

A realização das edições anteriores (2018 e 2022) emergiu de uma agenda municipal que, desde 1997, vem institucionalizando instrumentos e ações de preservação, com destaque para inventários, tombamentos, registros e iniciativas de difusão e educação patrimonial. A participação de Muriaé no programa Agenda 21 da Cultura (CGLU) como cidade-piloto (2016–2019) alinhou o planejamento cultural às metas de sustentabilidade urbana e patrimônio, criando as condições para fóruns e seminários com enfoque em Patrimônio, Diversidade, Criatividade e Cultura, Ordenamento Urbano e Espaço Público – antecedentes diretos desta terceira edição.

A primeira edição (2018) estruturou-se em torno do tema “Patrimônio Cultural e Cidadania”, enfatizando pertencimento e participação social na preservação, selando princípios: escuta, participação e legalidade como bases da política patrimonial. Em 2022, a segunda edição retomou o formato com debates e atividades técnicas, ampliando a interlocução interinstitucional, alargou-se a participação de universidades; evidenciaram-se lacunas de dados públicos, formação continuada e integração urbanística.. A terceira edição (2025) aprofunda esse percurso ao incorporar uma curadoria temática voltada à decolonialidade, à sustentabilidade e à educação patrimonial, reforçando a dimensão regional do Fórum e a conexão com escolas, universidades e políticas públicas.

Em 2025, a continuidade do Fórum atualiza-o com agendas contemporâneas – cultura viva, turismo responsável, governança participativa e metodologias de educação patrimonial e inventário – e com um arranjo pedagógico que combina debate acadêmico, prática formativa e produção científica.

No plano institucional, a continuidade é decisiva: editais com critérios de democratização/interiorização, contrapartidas e prestação de contas pressionam positivamente por planejamento, documentação e avaliação, convertendo o Fórum em política mensurável e auditável. Tais exigências elevam o patamar de responsabilidade compartilhada e permitem consolidar uma régua de qualidade para ações futuras.

Comparativamente, nota-se:

- (a) continuidade do enfoque na cidadania cultural e na pluralidade de atores;
- b) qualificação dos dispositivos formativos (oficinas com materiais próprios, como

cartilha e quiz);

- (c) maior densidade teórica nas mesas, com ênfase em narrativas decoloniais e no uso crítico de tecnologias para mediação; e
- (d) integração mais explícita com agendas de fomento e governança cultural, favorecendo a institucionalização do Fórum em calendário bianual.

### 3. CONTEXTO, OBJETIVOS E DESENHO METODOLÓGICO

O capítulo reúne o dossiê dos artigos por eixos temáticos, apresentando para cada um escopo conceitual, contribuições dos trabalhos, síntese analítica e implicações/proposições – formato que facilita comparação e leitura transversal. Além de destacar lacunas (como as ausências nos Eixos 2, 6 e 8), a seção organiza uma agenda aplicada com ações e indicadores (Observatório regional, protocolos de inventário vivo, curadorias acadêmico-comunitárias, Avaliação de Impacto Cultural, entre outras).

#### 3.1 Objetivos

Os objetivos centrais do Fórum incluem: promover o debate crítico sobre patrimônio e sustentabilidade; fomentar educação para valorização do patrimônio imaterial; estimular a participação comunitária nas políticas públicas; criar espaços de intercâmbio entre diferentes culturas e áreas do conhecimento; e articular formação teórico-prática por meio de oficinas e produção científica, com foco na realidade local-regional.

#### 3.2 Desenho metodológico

O desenho combina: (i) mesas temáticas com palestrantes e debatedores; (ii) oficinas em dois perfis – gestores/técnicos e crianças da rede pública; (iii) submissão e avaliação de artigos por eixos temáticos; (iv) produção de materiais didáticos e publicação dos Anais como contrapartida pública, assegurando memória e circulação de resultados.

#### 3.3 Alcance, públicos e acessibilidade

A edição de 2025 prioriza acesso gratuito, inclusão e diversidade de públicos: gestores, conselheiros, docentes e discentes do ensino superior, pesquisadores e, de modo estratégico, crianças do 3º ano do ensino fundamental (7–8 anos) para a frente de educação patrimonial, com salvaguardas de acessibilidade e comunicação em LIBRAS. Estimou-se impacto direto em aproximadamente 200 participantes e indireto em 400, com geração de postos de trabalho temporários dedicados à produção.

## 4. PROGRAMAÇÃO COMENTADA DAS ATIVIDADES

A manhã do dia 21 de agosto concentrou a Oficina no Sesc Muriaé: Inventário Cultural Participativo para gestores(as) e técnicos(as), com fundamentos, métodos e institucionalização. Simultaneamente, ocorreu a Exposição de banners dos artigos, estimulando a circulação e arranjos de colaboração.

À tarde/noite, no Teatro Zaccaria Marques, a abertura artística com o Grupo Folclórico Santa Terezinha foi seguida por duas mesas redondas: a Mesa 1 abordou patrimônio imaterial e sustentabilidade; a Mesa 2, decolonialidade, gestão e educação. As mediações buscaram acessibilidade de linguagem sem abdicar de densidade conceitual. Os coffee-breaks funcionaram como extensões pedagógicas do encontro — espaços de costura de redes e formação de parcerias.

Paralelamente, aconteceram as oficinas de Educação para o Patrimônio Cultural com crianças, voltada a escolas públicas — com prioridade para territórios periféricos —, utilizando cartilha e quiz lúdico.

## 5. OFICINAS

As oficinas estruturaram a dimensão formativa do Fórum em dois perfis complementares: a de Inventário Cultural Participativo (ICP) para gestores e equipes técnicas — que tratou o inventário como infraestrutura de governança, com cartografia social, ética de pesquisa e usos decisórios — e as oficinas de educação patrimonial com crianças da rede pública, com cartilha/quiz lúdico que promoveu pertencimento e leitura do território e gerou evidências para práticas futuras.

### 5.1 Inventário Cultural Participativo (ICP): fundamentos, método e política pública

Facilitação: Ana Paula Trindade, Gerente de Identificação e Pesquisa; e Ana Carolina Ministério, Gerente de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural, ambas do IEPHA/MG. Duração: 4h (8h-12h).

A oficina tratou o Inventário Cultural Participativo como infraestrutura de governança cultural e não como produto burocrático. Partiu-se do reconhecimento de que inventariar é deliberar sobre valor em conjunto com as comunidades detentoras: identificar referências não é “coletar dados”, mas negociar sentidos e hierarquizar prioridades com base em critérios públicos (memória, representatividade, usos, integridade, autenticidade, risco). Ao situar o inventário no art. 216 da Constituição e nas diretrizes estaduais e municipais, a oficina realinhou prática e norma, recusando o inventário de gabinete e propondo o inventário de campo, com escuta qualificada e devolutivas.

No plano metodológico, foram exercitados mapas de percepção, roteiros de entrevistas abertas, rodas de memória e fichamentos que articulam dimensão descritiva (o que é, onde está, como se manifesta), histórica (trajetórias, transformações), relacional (quem são os sujeitos, como se transmitem saberes e fazeres), e prescritiva (quais salvaguardas podem ser pactuadas). O mapa de percepção mostrou-se ferramenta decisiva para traduzir experiência vivida em insumo de decisão: nele, ruas, praças, terreiros, cozinhas, oficinas e ateliês aparecem como paisagens referenciais, e não como pontos inertes.

A oficina explicitou ainda que o ICP gera evidências públicas — não apenas “fichas” — e, por isso, precisa de protocolos éticos (consentimento informado, governança dos dados, licenças quando cabível) e de ciclos de atualização. A informação inventariada torna-se plataforma para salvaguardas (apoio a mes-

tres, oficinas de transmissão, calendários festivos), para diretrizes (usos do espaço público, itinerários educativos), e para a priorização orçamentária, servindo a conselhos e gestores em disputas sempre limitadas por recursos escassos.

A oficina destinada a gestores e equipes técnicas apresentou fundamentos, finalidades e operacionalização do Inventário Cultural Participativo (ICP), enfatizando a centralidade dos sujeitos na produção de conhecimento, a cartografia social como ferramenta de reconhecimento de territorialidades e a mediação como prática de escuta qualificada. Os conteúdos abordaram:

- princípios constitucionais e diretrizes do campo do patrimônio;
- o ICP como processo contínuo, que integra identificação, documentação, reflexão coletiva e tomada de decisão;
- ferramentas (cadernos de campo, mapas de percepção, entrevistas, rodas) e ética da pesquisa;
- relações entre ICP, planejamento urbano e políticas de cultura viva.

A perspectiva adotada reforça que inventariar é educar: o inventário não se reduz a listagens estáticas, mas configura processo social aberto ao diálogo com moradores, capaz de atualizar repertórios e refletir transformações contemporâneas de uso, sentido e valor. Essa visão é convergente com a literatura recente que entende o inventário como mapa sensível de memórias e insumo para decisões públicas.

No plano de política pública, a oficina destacou como a institucionalização do reconhecimento — por exemplo, em redes de Pontos de Cultura e arranjos de Cultura Viva — fortalece ecologias culturais territorializadas e práticas participativas de gestão, conectando educação, patrimônio e desenvolvimento local.

O ICP requer equipe intersetorial, pactuação em conselho, base de dados aberta, ciclo anual de atualização e indicadores de vitalidade cultural (transmissão, fruição, engajamento). Ao migrar do inventário “de gabinete” para o inventário de campo, alinhamp-se princípios constitucionais e diretrizes estaduais à prática diária de gestão, fortalecendo capacidades estatais e controle social. A chave é fazer do ICP um programa continuado — com metas e avaliação — e não uma ação pontual sujeita à alternância de agendas. Assim, o inventário deixa de ser fim em si mesmo e se converte em tecnologia social de governo.

Cerca de 30 participantes, em sua maioria gestores(as) e técnicos(as) de setores municipais de patrimônio cultural, sendo 50% advindos de cidades da região com menos de 25 mil habitantes, totalizando 13 municípios presentes.

## 5.2 Educação para o Patrimônio Cultural com crianças: lúdico, pertencimento e escolas periféricas

Facilitação: Flávia de Mello Neves e Mariah de Freitas e Menezes, arquitetas urbanistas especializadas em patrimônio cultural, diretoras da Coletivo Consultoria. Duração: 2h.

A oficina assumiu o lúdico como método cognitivo, estético e ético. Em vez de “explicar patrimônio cultural”, a mediação provocou percepções: o que na sua rua merece cuidado? Quais sons anunciam a festa? Quais cheiros lembram a casa da avó? Quais palavras contam o bairro?

A oficina infantil tratou o patrimônio cultural como linguagem de mundo. Cartilha e o Quiz “Brincando com o Patrimônio Cultural” acionaram memórias sensoriais (sons, cheiros, imagens) e afetos de lugar, favorecendo mapas afetivos e repertórios críticos. A opção por escolas periféricas operou como equidade simbólica: redistribui visibilidade, reforça autoestima comunitária e cultiva o direito à memória.

Voltada às crianças do 3º ano de escolas públicas municipais abordou conceitos de patrimônio cultural a partir do lúdico, combinando mediação cultural e jogos de reconhecimento dos bens do cotidiano (arquiteturas, memórias, festas, sabores, sons). O desenho pedagógico foi pensado para escolas que atendem populações periféricas de Muriaé, reconhecendo que identidade e senso de pertencimento emergem, de modo potente, quando as experiências educativas conectam repertórios das crianças às suas territorialidades, sociabilidades e referências familiares.

A escolha dos territórios escolares buscou equidade simbólica: ao tratar do patrimônio cultural desde a infância, as atividades ampliam capital cultural e autoestima coletiva, qualificam a leitura do espaço urbano e contribuem para ciclos intergeracionais de cuidado e preservação. Se a narrativa patrimonial oficial historicamente privilegiou centros consagrados, a oficina buscou redistribuir visibilidade, validando referências do cotidiano e lidando com autoestima coletiva como dimensão da cidadania cultural. Ao reconhecer mestres, cozinhas comunitárias, blocos, terreiros, campos de futebol e ateliês de bairro como espaços de cultura, a oficina criou efeitos de espelho: as crianças veem seus mundos inscritos na linguagem pública do patrimônio cultural e, com isso, iniciam ciclos de cuidado.

Em termos de alfabetização patrimonial, o uso de dinâmicas lúdicas (quiz e cartilha) fortalece vocabulários e sensibilidades, favorecendo apropriação crítica e participação social, em sintonia com os objetivos do Fórum e com a diretriz de continuidade formativa nas escolas.

Pedagogicamente, o método integrou vocabulário, fruição e produção (quiz). A oficina se dividiu em duas partes distintas, sendo a primeira a apresentação da Cartilha de Educação para o Patrimônio Cultural, com o HQ que criou em 2019 os personagens Vivaldi e Zaccaria, cachorros reais que viveram nos equipamentos culturais, Biblioteca Municipal e Teatro, e que se transformaram, por meio de ilustração, em narradores da história sobre o patrimônio cultural de Muriaé.

A apresentação da Cartilha de Educação para o Patrimônio Cultural de Muriaé serviu como material de apoio a docentes e mediadores culturais. A cartilha reúne conceitos-chave, exemplos locais e propostas de atividades com linguagem acessível, promovendo o letramento patrimonial de crianças e jovens.

No segundo momento, as turmas foram divididas em equipes, e cada uma delas teriam que responder às perguntas do Quiz. O Quiz foi elaborado por meio de design gráfico de Mariah Menezes utilizando os personagens da HQ e as perguntas tiveram autoria de Flávia Neves e Mariah Menezes, que criaram todo o material de forma lúdica, baseando as questões no universo da comunidade periférica onde moram os alunos. O Quiz foi inspirado no Bingo, material pedagógico, fornecido pelo curso “Mapeando Minha Quebrada” de Thales Santos (2025).

Trata-se de uma dinâmica lúdica com perguntas sobre bens tombados, lugares de memória, equipamentos culturais, artistas locais e toponímias de bairros. A estratégia promoveu o pertencimento e a leitura do território, fortalecendo os vínculos entre escola e referências culturais do cotidiano.

As perguntas tinham como objetivo fazer com que os alunos percebessem que há cultura, história e memória em todos os lugares; que há lugares e pessoas que identificam uma comunidade, que são importantes para determinado grupo. A intenção era desenvolver nos alunos o sentimento de pertença e valorização do meio onde vivem.

A avaliação formativa gerou evidências de aprendizagem e pertencimento, que podem alimentar inventários e relatórios. O horizonte é convertê-la em progra-

ma escolar (formação docente, materiais abertos, calendário), articulado a equipamentos culturais e conselhos de patrimônio cultural, com metas e indicadores de acompanhamento.

As escolas municipais que receberam a oficina foram:

- Escola Municipal Professora Esmeralda Viana (19/08/2025), temporariamente funcionando no SESC, que recebe crianças dos bairros Inconfidência, Marambaia e Padre Tiago, com participação de 12 alunos.
- Escola Municipal Gilberto Tânus Braz (22/08/2025), situada no Bairro João XXIII que atende crianças deste bairro e também do João VI, Safira e Planalto, com participação de 24 alunos.
- Escola Municipal Professora Stella Fidélis (27/08/2025), situada no Bairro Aeroporto com crianças deste bairro e de outros vizinhos como Patrimônio São José, União, Barra II, com participação de 16 alunos.
- Escola Municipal Joaquim Ribeiro Carvalho - CAIC (28/08/2025), situada no Bairro Encoberta com alunos deste bairro e de comunidades vizinhas como Porto, Santo Antônio, Santa Terezinha, com participação de 15 alunos.
- Escola Municipal Cândido Portinari (29/08/2025), situada no Bairro Joanópolis que atende crianças deste bairro e também do São Joaquim e Dornelas 2, com participação de 33 alunos.

## 6. MESAS REDONDAS

As Mesas organizaram o debate público em torno de agendas-chave: patrimônio imaterial e sustentabilidade, de um lado, e decolonialidade, gestão e educação, de outro — articulando diagnósticos, experiências e oportunidades de ação intersetorial. Esta seção introduz os eixos temáticos, os enfoques e as contribuições dos(as) palestrantes e debatedores(as).

### 6.1 Mesa 1 – Patrimônio imaterial e sustentabilidade: desafios e oportunidades

A mesa inaugurou a programação temática propondo uma leitura integrada entre patrimônio imaterial e sustentabilidade, com ênfase nos saberes, ofícios, celebrações, paisagens sonoras e demais expressões que estruturam a vida cultural local e regional. Os subtemas contemplaram: (1) Cultura e sustentabilidade; (2) Tecnologia e tradição; (3) Educação para a sustentabilidade cultural; (4) Políticas públicas inclusivas — arranjo que visou mapear diagnósticos, experiências e oportunidades de ação intersetorial.

Síntese das contribuições (em ordem de apresentação e debate):

Palestra de abertura com Alba Valéria Freitas Dutra<sup>1</sup>, que trouxe a experiência de gestão comunitária no Ponto de Cultura da Organização Social Vokum: articulou educação, oralidade e práticas de contação de histórias como tecnologias sociais de fortalecimento comunitário e transmissão intergeracional de saberes, conectando repertórios das redes de Cultura Viva com dispositivos de gestão cultural em territórios rurais e periféricos. A ênfase recaiu sobre processos formativos continuados, redes e economias do cuidado cultural, em que a mediação e a escuta constituem princípios de sustentabilidade social. Em chave etnográfica, mapeou dificuldades (intermitência de editais, burocracia, custeio), desafios (documentar processos, estabilizar parcerias) e conquistas (formação, reconhecimento, redes, construção da sede). Enfatizou dicas operacionais: mapear redes de apoio, diversificar fontes e produzir evidências (indicadores de vitalidade cultural). Sua contribuição destacou dicas operacionais para a continuidade: mapeamento de redes de apoio (universidades, escolas, conselhos, pontos), diversificação de fontes de recursos (fundos, parcerias, editais), e

---

<sup>1</sup> Pedagoga, Contadora de Histórias, Mestre em Educação pela UESB, Especialista em Programas Socioassistenciais pela UFMG. É integrante da Rede Mineira de Pontos de Cultura. Educadora e coordenadora de Ponto de Cultura Vokum.

contrapartidas que, além de obrigatórias, devolvem à comunidade o resultado do investimento. Ao recusar qualquer “musealização” do vivo, Alba recomendou tratar a sustentabilidade como método de cuidado: planejar, pactuar e monitorar com as comunidades.

- Debate 1 (Ana Paula Trindade Gomes<sup>2</sup>): problematizou o inventário como prática pública que reconhece e legitima patrimônios do cotidiano, defendendo metodologias participativas que correlacionam identificação, documentação e políticas. Destacou o papel das equipes municipais e do IEPHA/MG na qualificação de processos, propondo integração do inventário à educação patrimonial e ao planejamento urbano, para que listas deixem de ser instrumentos estáticos e ganhem operatividade na tomada de decisão.
- Debate 2 (Everton Ribas Freitas<sup>3</sup>): indicou potencialidades de mídias imersivas (realidade aumentada/virtual) para documentação, mediação e educação patrimonial, especialmente quando articuladas a roteiros de visitação e acervos digitais abertos, ampliando acesso, engajamento e aprendizagem situada. Everton mostrou que a tecnologia só faz sentido quando amplia a voz das comunidades, produz documentação qualificada e favorece fruição crítica. Seus alertas sobre homogeneização estética e fetichização lembram que, para o imaterial, o digital deve estar a serviço do encontro e da experiência.
- Debate 3 (Dayane Máximo Oliveira<sup>4</sup>): trouxe a experiência do Cais do Valongo e da Pequena África como campos de disputa de memória negra, sugerindo que sustentabilidade cultural requer reparação histórica, visibilidade de memórias afro-brasileiras e enfrentamento do racismo estrutural na gestão do patrimônio; a curadoria pública deve alargar narrativas e incorporar itinerários de memória e práticas educativas antirracistas. Ao cartografar políticas de esquecimento e propor curadorias antirracistas (itinerários, materiais didáticos, exposições), Dayane demonstrou que reparar é redistribuir visibilidade e recursos; e que essa redistribuição requer critérios nos editais e indicadores nos relatórios. Sua fala re ancorou o imaterial no regime de direitos culturais, deslocando-o do folclórico para o político.

---

<sup>2</sup> Cientista Social, Gerente de Identificação e Pesquisa do IEPHA/MG; identificação, pesquisa e Inventários Culturais Participativos.

<sup>3</sup> Arquiteto Urbanista, bolsista do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - UFV.

<sup>4</sup> Bolsista do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, atuando na Superintendência do Rio de Janeiro, através da COTEC/IPHAN-RJ, especialmente com ações relacionadas à preservação do Bem Patrimônio Mundial Sítio Arqueológico do Cais do Valongo.

- Debate 4 (Fábio Castro Carvalho<sup>5</sup>): desenvolveu a noção de paisagem sonora como dimensão do patrimônio imaterial, destacando escutas atentas e cartografias sonoras para salvaguarda, além das intersecções com educação musical, festas e ofícios; a proposta tenciona limites entre documentação técnica e experiência sensível. Fábio ampliou a gramática da salvaguarda para além do visual, evidenciando que toques, cantos, ruídos e silêncios constituem a memória. A integração com educação musical e com os roteiros da cidade cria uma base sólida para decisões de uso e para a organização de calendários culturais.
- Debate 5 (Jeferson Leandro do Carmo - Chorelly<sup>6</sup>): adensou o debate ao performar a própria ideia de patrimônio vivo. Narrando a trajetória desde a Folia de Reis, passando por quadrilhas, percussões e samba, até a imersão na cultura circense (projeto Circulando, aquisição de circo, formação de trupe), Chorelly demonstrou como cadeias de transmissão e economias do cuidado (mutirões, solidariedade, redes) sustentam o imaterial. Sua reflexão sobre o produtor cultural como trabalhador da resistência e o conselheiro como guardião da memória pública traduziu a ética do fazer em governança: “ser produtor cultural no Brasil é um ato de resistência”; “a cultura popular é potência e cabe a nós criar espaços e oportunidades para que ela siga viva”.
- Debate 6 (Sandro Areal Carrizo<sup>7</sup>): costurou militância, ponto de cultura e gestão pública. Ao narrar o Movimento Pró-Cultura, a obtenção do primeiro ponto de cultura de Muriaé e a experiência como diretor geral da FUNDARTE, Sandro mostrou que sustentabilidade requer redes intermunicipais, calendários e indicadores e conselhos fortes. Sua fala explicitou o papel deliberativo dos conselhos: legitimar prioridades, corrigir rumos, proteger a continuidade frente à alternância política. Assim, a sustentabilidade do imaterial aparece como o resultado de prática viva + método + governança + orçamento.

---

<sup>5</sup> Graduado em Música pela Universidade Federal de Ouro Preto, Pós-graduado em Educação Musical pela Universidade Cândido Mendes e Mestre em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania – UFV.

<sup>6</sup> Artista Circense, membro do Conselho Municipal de Política Cultural de Muriaé na cadeira das Artes Cênicas.

<sup>7</sup> Diretor Geral da FUNDARTE, é professor licenciado das redes Municipal e Estadual de Educação com formação em Filosofia, Geografia e Ciências Sociais, com especialização em Geografia Humana e Mestrado em Educação e Sociedade. Também é bacharel em Direito pela FAMINAS.

Síntese analítica – A mesa evidenciou que sustentabilidade cultural depende de práticas de reconhecimento que resgatem desigualdades históricas, de metodologias participativas (inventários vivos, mediação, cartografias) e de tecnologias de cuidado (do livro às mídias imersivas) que ampliem repertórios e acesso. O patrimônio imaterial foi compreendido como produção social e processo educativo, cuja eficácia de salvaguarda requer tanto normas e instrumentos quanto pedagogias e economias afetivas territorializadas.

## 6.2 Mesa 2 – Decolonialidade e patrimônio cultural: gestão, educação e reparação

Concebida para tencionar narrativas hegemônicas, a mesa situou a decolonialidade como lente crítica para reconhecer sujeitos, memórias e epistemologias historicamente subalternizadas — povos indígenas e comunidades negras, mulheres e juventudes periféricas — e reorientar gestão, educação, curadoria e pesquisa. Os subtemas abarcaram: narrativas decoloniais, identidade e participação comunitária, educação crítica e reflexiva, colaborações interculturais.

Síntese das contribuições (em ordem de apresentação e debate):

- Palestra de abertura com Adson Rodrigo Pinheiro<sup>8</sup>: apresentou a decolonialidade como método de gestão: reclassificar acervos, rever inventários/tombamentos, alargar curadorias, reformular linguagens e redistribuir recursos. Para operar no cotidiano, propôs três verbos: evocar (memórias e saberes soterrados), vivenciar (fruir criticamente com sujeitos e lugares) e correlacionar (tecer genealogias e intersecções). O eixo é programático: medir decolonialidade por critérios de decisão, composição de equipes/orçamentos e métricas públicas.
- Debate 1 (Carol Ministério<sup>9</sup>): a partir da educação em artes e de repertórios

<sup>8</sup> Doutor em História Social pela UFF. Licenciado em História pela UECE, é mestre em História Social pela UFC, com especialização em História do Brasil pela UVA, Especialista em Gestão e Políticas Culturais da Universidade de Girona (Espanha) em colaboração com o Observatório Itaú Cultural – SP e MBA em Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado (UVA). Especialista em Arqueologia Social Inclusiva da URCA e em Políticas Culturais de Base Comunitária pela pós-graduação Internacional en Políticas Culturales de Base Comunitaria pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Argentina.

<sup>9</sup> Historiadora, produtora cultural e educadora. Gerente de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural do IEPHA/MG. É mestra e doutoranda em Artes pela UEMG, especialista em Cultura e Arte Barroca pela UFOP, especialista em Produção e Crítica Cultural pela PUC-Minas e bacharel licenciada em História.

afro-atlânticos, discutiu mediação crítica em museus e escolas, relacionando Lei 10.639/2003, arte-educação multicultural e referências negras nas práticas didáticas; a bibliografia mobilizada aponta caminhos para políticas pedagógicas que enfrentem racismo estrutural e branquitude institucional. Propôs a institucionalização da educação antirracista via rotinas: leitura de imagem com repertórios afro-atlânticos, roteiros de fruição e formação docente com materiais abertos e avaliação formativa.

- Debate 2 (Anna Elisa Martins<sup>10</sup>): iniciou relatando sua experiência pessoal com o patrimônio cultural e como se tornou objeto de estudo e pesquisa. Deslocou a formação em Arquitetura e Urbanismo para o núcleo: roteiros regionais de campo, projetos integradores (retrofit/reuso com integridade relacional), uso crítico de simulações e Realidade Aumentada/Realidade Virtual (RA/RV), e participação social na ética de projeto.
- Debate 3 (Mab Leonetti Buscoff<sup>11</sup>): examinou morfologias do habitar e arquiteturas sob leitura decolonial, questionando padrões homogêneos de valoração patrimonial, e propondo diagnósticos sensíveis que reconheçam usos, práticas e afetos na constituição dos bens culturais (edificados e paisagísticos).
- Debate 4 (Naiara Aparecida Sabino<sup>12</sup>): articulou mulheres, narrativas e território na perspectiva decolonial e antirracista, defendendo metodologias que valorizem escritas de si e memórias locais, capazes de disputar sentidos de cidade e de política pública (formação e controle social).
- Debate 5 (Vitória Schettini<sup>13</sup>): abordou povos Puri e processos de territorialização na Zona da Mata, argumentando que desaparecimentos oficiais e soterramentos documentais devem ser revistos por pesquisas históricas e mediações públicas que ressignifiquem direitos culturais e lugares de memória indígenas na região.

---

<sup>10</sup> Arquiteta Urbanista, Mestre em Ambiente Construído pela UFJF, professora universitária, coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Faminas. Conselheira, representante do CAU no CODEMA e COMDES de Ubá e no COMPAC de Muriaé.

<sup>11</sup> Arquiteta e Urbanista. Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela UFV.

<sup>12</sup> Doutoranda em História pela Universidade Salgado de Oliveira Niterói e Mestra em História pela mesma instituição. Graduada em Licenciatura em História.

<sup>13</sup> Professora universitária e de pós-graduação. Graduação em Filosofia, Pós-Graduação em Fundamentos Educacionais, Mestrado em História pela Universidade Severino Sombra.

Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ. Pós-Doutora em História na Universidade do Minho - Portugal, Bolsista Capes.

- Debate 6 (Nicélio Barros<sup>14</sup>): falou como agente territorial e gestor: municípios dependem do ICMS Patrimônio Cultural, enfrentam escassez de equipes e intermitência de ações. Sugeriu consórcios intermunicipais, formação regional, editalização com critérios de equidade e calendários plurianuais. Conectou colonialidade à capacidade estatal: sem governança, orçamento e equipe, permanece retórica; com esses elementos, vira política pública.

Síntese analítica (Mesa 2). O programa de trabalho decolonial envolve: (i) reclassificar instrumentos (inventários, tombamentos, acervos) com critérios de equidade; (ii) institucionalizar educação antirracista/indígena (materiais, formação, orçamento, avaliação); (iii) recodificar critérios de projeto para retrofit/reuso com integridade relacional; (iv) construir governança plural (conselhos, comissões, consórcios) com indicadores; (v) desenvolver tecnologias situadas com coautoria e acessibilidade. O eixo transversal é capacidade de governo.

---

<sup>14</sup> Historiador. Mestre em História Social. Agente Territorial de Cultura do Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC/MinC) – Região Imediata Muriaé-MG.

## 7. ARTIGOS APROVADOS: DOSSIÊ TEMÁTICO, SÍNTESE ANALÍTICA E PROPOSIÇÕES

O capítulo reúne o dossiê dos artigos por **eixos temáticos**, apresentando para cada um **escopo conceitual, contribuições dos trabalhos, síntese analítica e implicações/proposições** — formato que facilita comparação e leitura transversal. Além de destacar **lacunas** (como as ausências nos Eixos 2, 6 e 8), a seção organiza uma **agenda aplicada** com ações e indicadores (Observatório regional, protocolos de inventário vivo, curadorias acadêmico-comunitárias, Avaliação de Impacto Cultural, entre outras).

### 7.1 Enquadramento: pesquisa aplicada, padrões de qualidade e impacto público

O recorte editorial estimulou pesquisa situada, com diálogo direto com problemas de gestão, educação e salvaguarda. A curadoria exigiu clareza de objeto, consistência metodológica, evidências empíricas e implicações operacionais — condições para que os textos produzissem transferibilidade para conselhos, secretarias e escolas. Esse padrão de qualidade elevou a função pública dos artigos: cada contribuição não apenas descreve, mas oferece ferramentas (matrizes, diretrizes, roteiros, indicadores) que podem ser adotadas em políticas e programas.

Ao orientar os autores a explicitar métodos, fontes, recortes territoriais e aplicabilidade das conclusões, os Anais mitigam dois riscos: a generalização abstrata (que pouco serve à gestão) e o particularismo descritivo (que pouco agraga à ciência). O objetivo foi ocupar o meio-termo virtuoso da pesquisa aplicada, que ilumina casos e, ao mesmo tempo, projeta instrumentos.

Do ponto de vista epistemológico, a seleção explora quatro vetores: (i) cultura e sustentabilidade (retrofit, reuso, desempenho e valor cultural); (ii) governança e inclusão (acessibilidade, cultura viva); (iii) paisagem cultural e conflitos socioambientais (história ambiental, conservação, direitos); (iv) educação patrimonial crítica (efetividade de inventários, mediações por imagem e por experiência). Esses vetores dialogam diretamente com as mesas e com as oficinas, criando coerência entre formação, debate e produção científica.

Por fim, os artigos ajudam a consolidar uma linguagem comum entre técnicos, conselheiros e educadores. Ao definir categorias de análise (autenticidade, integridade, significância, vivência, fruição, salvaguarda), os textos reduzem ruído

comunicacional e aumentam a transparência de decisões públicas. Em suma: o conjunto amplia repertórios e oferece balizas para que o patrimônio cultural seja governado como bem comum.

## 7.2 Por que submeter e publicar?

Ao manter espaço estruturado para submissão e apresentação de artigos, o Fórum enraíza a reflexão teórico-metodológica no território, converte o evento em ambiente de produção e organiza evidências para políticas (inventários, tombamentos, planos diretores e educação). A chamada pública de 2025 especificou objetivo, organização por oito eixos e critérios, priorizando estudos situados em Muriaé e região.

Ao incorporar a submissão e a avaliação de artigos como parte estruturante de sua programação, o Fórum Regional de Patrimônio Cultural de Muriaé consolida-se como espaço de circulação de conhecimento e de produção de evidências sobre a realidade patrimonial da Zona da Mata mineira. Em vez de se restringir a relatos episódicos, o Fórum passa a acolher pesquisas com problema, método, marco teórico e resultados, fomentando uma comunidade de prática que envolve pesquisadores/as, gestores/as públicos, conselhos municipais, agentes culturais e movimentos sociais. Essa dimensão de pesquisa aplicada é central para qualificar decisões administrativas (inventários, tombamentos, planos diretores, educação patrimonial) e, sobretudo, para historicizar tensões locais – entre preservação e desenvolvimento imobiliário, entre exploração mineral e sustentabilidade, entre inclusão social e salvaguarda de bens culturais.

A própria Chamada de Trabalhos enfatiza essa vocação ao delimitar eixos que integram políticas públicas, educação, governança, narrativas históricas e colaboração intercultural, convidando autores/as a operacionalizar conceitos (memória, pertencimento, sustentabilidade, decolonialidade) em estudos situados em Muriaé e região.

Ao valorizar os artigos em Anais, o Fórum cria trilha de citação e de cumulatividade – condição para que a experiência municipal/regional deixe rastro acadêmico, sirva de referência a outros municípios e retroalimente a formação de quadros técnicos e conselhos de patrimônio.

## 7.3. Os oito eixos temáticos: fundamentos e desdobramentos possíveis

### Eixo 1 – Cultura e Sustentabilidade

Examina a interconexão entre práticas culturais e sustentabilidade ambiental, considerando o patrimônio como infraestrutura de cuidado do território. Reúne discussões sobre ciclo de vida de edificações e artefatos, retrofit, manutenção preventiva, agro-biodiversidade cultural e justiça ambiental. As tradições locais são tratadas como tecnologias sociais capazes de produzir inovação em reuso, manejo de recursos e desenho de paisagens culturais.

Desdobramentos possíveis:

- Protocolos de retrofit com integridade patrimonial; avaliação de impacto cultural-ambiental em obras e empreendimentos; mapeamento de paisagens produtivas (agroextrativistas, ribeirinhas, serranas).
- Estudos de economia do comum (manutenção comunitária de bens, mutirões, redes solidárias); indicadores de ecoeficiência cultural (longevidade de uso, circularidade de materiais, redução de resíduos).
- Planos de resiliência patrimonial: prevenção a desastres, mudanças climáticas e pressões antrópicas sobre bens e sítios.

## Eixo 2 – Tecnologia e Tradição

Investiga como as tecnologias documentam, transmitem e tornam fruíveis saberes e práticas culturais sem substituí-los. Inclui digitalização crítica, repositórios abertos, humanidades digitais, RA/RV, gêmeos digitais, linguagens acessíveis e design universal. A tecnologia é entendida como mediação situada e não como fim em si.

Desdobramentos possíveis:

- Re却tórios interoperáveis (dados abertos, padrões de metadados) conectados a inventários e planos diretores; cartografias digitais de ofícios, festas e percursos de memória.
- Experimentos com RA/RV para educação patrimonial, com participação comunitária e curadorias anticoloniais (contrapontos de narrativa, camadas de contexto).
- Protocolos de preservação digital (licenças, consentimento informado, governança de dados) e acessibilidade comunicacional (audiodescrição, Libras, legendagem).

## Eixo 3 – Educação para a Sustentabilidade Cultural

Foca estratégias educativas que sustentam identidades e repertórios culturais ao longo do tempo. Integra escola-museu-território, metodologias participativas, a-

aprendizagem por projetos, avaliação formativa e letramentos múltiplos (visual, sonoro, literomusical).

Desdobramentos possíveis:

- Sequências didáticas por ciclos (Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio) com mapas afetivos, oficinas de memória, trilhas interpretativas e inventários como prática pedagógica.
- Formação continuada de docentes e mediadores; materiais abertos (cartilhas, roteiros, guias de campo) e rubricas de avaliação de aprendizagem patrimonial.
- Projetos de escolas periféricas e rurais com enfoque em pertencimento, antirracismo, diversidade e equidade territorial.

#### Eixo 4 – Políticas Públicas Inclusivas

Discute formulação e implementação de políticas que considerem diversidade cultural, acessibilidade e gestão sustentável do patrimônio. Trata de marcos legais, planejamento, financiamento, controle social e métricas de efetividade da proteção e fruição.

Desdobramentos possíveis:

- Matriz de acessibilidade integral (física, comunicacional, econômica e simbólica) aplicada a circuitos de visitação e equipamentos culturais.
- Editais e fundos com critérios de equidade (territorial, racial, de gênero) e contrapartidas educativas; monitoramento por indicadores públicos.
- Integração patrimônio–urbanismo–turismo–educação via governança intersetorial e relatorias periódicas.

#### Eixo 5 – Narrativas Decoloniais

Reavalia histórias e práticas culturais a partir de perspectivas que desestabilizam narrativas hegemônicas, recolocando presenças indígenas, afro-brasileiras e outras territorialidades subalternizadas. Inclui toponímia crítica, curadorias contra-hegemônicas e políticas de reparação simbólica.

Desdobramentos possíveis:

- Revisão de acervos (descritores, legendas, rotas de leitura), inclusão de contracartografias e produção de dossiês públicos.
- Processos de consulta prévia e protocolos éticos em pesquisas e exposições; formação de comissões de diversidade em conselhos e equipamentos.
- Programas de educação antirracista e indígena articulados a inventários e a-

ções de salvaguarda.

#### Eixo 6 – Identidade e Participação Comunitária

Valoriza vozes e protagonismos de comunidades tradicionais e coletivos locais na gestão do patrimônio, da identificação à decisão. Trabalha com coprodução (pesquisa-ação), assembleias públicas, devolutivas e controle social em conselhos.

Desdobramentos possíveis:

- Inventários participativos e observatórios comunitários; metodologias de orçamento participativo para salvaguardas.
- Protocolos de escuta qualificada (rodas, oficinas, narrativas de vida) e acordos de gestão de bens e territórios.
- Indicadores de pertencimento e vitalidade cultural; mediações para prevenção de conflitos (uso do espaço, turismo, eventos).

#### Eixo 7 – Educação Crítica e Reflexiva

Propõe métodos de problematização do patrimônio e suas relações com identidades contemporâneas: leitura crítica do espaço, análise de imagens e monumentos, multiletramentos, letramento literomusical, debates públicos e avaliação formativa.

Desdobramentos possíveis.

- Laboratórios de cidade (rua, praça, equipamentos) e salas de aula expandidas; oficinas de reescrita, performance e cartografia sonora.
- Matrizes de leitura de imagem/objeto e rubricas de avaliação; integração com inventários e diretrizes de projeto (retrofit, reuso).
- Produção de acervos didático-audiovisuais e trilhas de mediação para redes de ensino.

#### Eixo 8 – Colaboração Intercultural

Reúne exemplos e modelos de parceria entre grupos culturais e arranjos intermunicipais/intersetoriais que valorizem e preservem o patrimônio, fortalecendo identidade coletiva e circulação de saberes.

Desdobramentos possíveis:

- Consórcios intermunicipais para inventários, formação de conselheiros e itinerância de exposições; acordos de cooperação entre escolas, museus e coleti-

vos.

- Observatórios regionais com dados abertos e séries históricas; plataformas colaborativas de acervo.
- Programas de intercâmbio (residências, estágios, oficinas de mestres) e calendários regionais de festivais e circuitos de memória.

## 7.4 Descrição dos trabalhos submetidos (11 inscrições) e síntese analítica por eixo

Aqui estão reunidos os **11 artigos** apresentados por oito eixos temáticos, adotando uma estrutura comum — **escopo conceitual, contribuições, síntese analítica e implicações/proposições** — para facilitar a leitura transversal e a extração de aprendizados. Exemplos incluem, no **Eixo 1**, estudos sobre **retrofit e impactos da mineração**; no **Eixo 3**, práticas de **educação patrimonial** integrando escola-museu-território; no **Eixo 5**, leituras **decoloniais** de paisagens e narrativas; e no **Eixo 7**, **inventários críticos** e mediações pela **imagem** e pela **música**. Também se registram **lacunas** para orientar a agenda futura: não houve submissões nos **Eixos 2, 6 e 8**, acompanhadas de proposições para cooperação em rede e observatórios regionais.

### 7.4.1. Eixo 1 – Cultura e Sustentabilidade: A interconexão entre práticas culturais e a sustentabilidade ambiental, destacando como as tradições locais podem oferecer soluções inovadoras.

#### 7.4.1.1. Escopo conceitual do eixo

O edital define este eixo para discutir a interconexão entre práticas culturais e sustentabilidade ambiental, destacando soluções inovadoras ancoradas em tradições locais, inclusive reuso e retrofit, bem como a leitura crítica de pressões externas sobre paisagens culturais (mineração, expansão urbana). Analiticamente, importa articular função social do patrimônio, ecoeficiência material e justiça ambiental.

#### 7.4.1.2. Contribuições dos trabalhos deste eixo

**Preservação e retrofit arquitetônico como ferramentas para promoção da sustentabilidade:** estudo de caso do restaurante Casa Raízes em Muriaé-MG (Mariana Amaral Corrêa Mattos; Anna Elisa Martins). Estudo aplicado no conjunto tombado Vila Eudóxia Canêdo demonstra compatibilização entre desempenho ambiental, manutenção de valores culturais e viabilidade de uso, oferecendo repertório de soluções e discutindo limites operacionais do retrofit em contexto protegido.

**O impacto da mineração no patrimônio histórico de Muriaé** (Natanael Ferreira). Analisa efeitos cumulativos da extração de bauxita sobre paisagem e tecido urbano e propõe parâmetros de avaliação/mitigação, chamando atenção para a incorporação do impacto cultural no licenciamento e no planejamento local.

#### 7.4.1.3. Síntese analítica

As contribuições evidenciam duas frentes de sustentabilidade: (i) endógena — prolongar a vida útil de edificações, mobilizando retrofit/restauro para reduzir resíduos e fortalecer pertencimento; (ii) exógena — enfrentar pressões de cadeias extractivas com respostas tecnológicas/socialmente ancoradas, evitando “extrativismo simbólico”. Em ambas, o patrimônio opera como infraestrutura de cuidado (material/imaterial), produzindo usos vivos (o restaurante que performatiza memória; a cidade que requalifica rejeitos).

#### 7.4.1.4. Implicações e proposições específicas do eixo

- Diretrizes municipais de retrofit com integridade relacional (manual de boas práticas e parecer-tipo para casos análogos ao Casa Raízes).
- Avaliação de Impacto Cultural (AIC) integrada ao licenciamento ambiental/urbano, com sala técnica intersetorial e participação do Conselho de Patrimônio.
- Cartografia de risco patrimonial (edificações/paisagens) associada a plano de manutenção preventiva e a indicadores de desempenho socioambiental.

#### 7.4.1.5. Artigos aprovados no Eixo 1

**1. PRESERVAÇÃO E RETROFIT ARQUITETÔNICO COMO FERRAMENTAS PARA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE: estudo de caso do restaurante Casa Raízes em Muriaé-MG.**

**2. O IMPACTO DA MINERAÇÃO NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE MURIAÉ.**

## PRESERVAÇÃO E RETROFIT ARQUITETÔNICO COMO FERRAMENTAS PARA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE: estudo de caso do restaurante Casa Raízes em Muriaé-MG.

**MATTOS, MARIANA AMARAL CORRÊA. (1); MARTINS, ANNA ELISA. (2)**

1. Centro Universitário Faminas. Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

Rua Sebastiana Silveira Campos, 155 – São Francisco, Muriaé, MG, CEP 36884-162

marianaamaralcm@gmail.com

2. Centro Universitário Faminas. Mestre em Arquitetura e Urbanismo Av. Cristiano Ferreira Varella,  
655 – Muriaé, MG, 36880-000  
anna\_elisa\_martins@yahoo.com.br

### RESUMO

Preservar o patrimônio histórico arquitetônico surge como uma ferramenta essencial no contexto da sustentabilidade ambiental. A sustentabilidade pode ser entendida como a capacidade de atender às necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras, integrando dimensões sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas. Mais do que apenas uma questão ecológica, ela envolve, sobretudo, a equidade social, a distribuição justa de recursos, o respeito aos direitos humanos e a valorização das heranças culturais e comunitárias. Portanto, o objetivo geral deste trabalho é apresentar como o projeto de reforma do restaurante Casa Raízes se alinha aos princípios do Retrofit e incorpora práticas sustentáveis ao valorizar a cultura local e reaproveitar o patrimônio arquitetônico com soluções adaptadas ao contexto contemporâneo. Baseado em pesquisa bibliográfica, análise documental, estudo de caso, visita técnica e entrevista, partes essenciais da metodologia utilizada. Preservar edifícios históricos vai além da arquitetura, pois fortalece o vínculo da comunidade com seu passado, promove sustentabilidade social e de recursos e contribui para a construção da identidade local.

**Palavras-chave:** Patrimônio Histórico; Retrofit; Muriaé; Preservação; Sustentabilidade.

## Apresentação

Preservar o patrimônio histórico arquitetônico é uma forma de resgatar manifestações culturais, estéticas e construtivas do passado, mas também surge como uma ferramenta essencial no contexto da sustentabilidade ambiental. Atualmente, o campo da construção civil é responsável por gerar uma grande quantidade de resíduos sólidos proveniente de construção e demolição, além do alto consumo de matéria prima. Esses resíduos causam uma série de impactos negativos no meio ambiente e sua produção excede demasiadamente a quantidade de resíduos sólidos urbanos (Quaglio; Arana, 2020, p.458).

A sustentabilidade pode ser entendida como a capacidade de atender às necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras, integrando dimensões sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas. Mais do que apenas uma questão ecológica, ela envolve, sobretudo, a equidade social, a distribuição justa de recursos, o respeito aos direitos humanos e a valorização das heranças culturais e comunitárias, sendo a sustentabilidade social considerada a base de todas as outras, pois o bem-estar e a coesão social são essenciais para garantir um desenvolvimento verdadeiramente sustentável (Soares; Brasileiro, p.35-36).

Nesse sentido é notório o aumento da demolição de edifícios históricos, o que representa uma ameaça ao patrimônio arquitetônico e exerce um grande impacto ambiental. O desaparecimento desses edifícios não apenas prejudica a identidade cultural e histórica de uma comunidade, mas também contraria princípios fundamentais da sustentabilidade por desperdiçar recursos e favorecer uma visão descartável das construções. O modelo de desenvolvimento, atualmente, é considerado como insustentável, destacando a necessidade urgente de reconfigurar práticas da construção civil, grande responsável por impactos ambientais (Benitez, 2014, p.24-26).

Um caminho promissor, porém, pouco explorado, é a articulação entre restauro e conservação de edificações aliados aos princípios da sustentabilidade. Ambas as práticas compartilham a preocupação com a preservação de um patrimônio comum à humanidade e ao estender a vida útil das construções, o restauro contribui para a economia de recursos naturais, redução de resíduos, menor uso de água e energia, além de conter a expansão urbana desordenada (Benitez, 2014, p.24-26).

Além disso, a preservação de edifícios históricos é um elo vital com a identidade cultural, que é um elemento essencial para manter a identidade cultural de uma

comunidade. Ao revitalizar uma edificação, não apenas se conserva a herança arquitetônica, mas também são preservadas narrativas e memórias coletivas que contribuem para a construção de uma identidade local e isso fortalece o senso de pertencimento da comunidade, promovendo uma ligação emocional e cultural com o passado. Ademais, ao reconhecer um edifício como parte significativa de memória afetiva e da paisagem urbana, os moradores desenvolvem uma relação cuidado, respeito e valorização do lugar onde vivem (Choay, 2001, p.18).

Diante deste cenário, o objetivo geral deste trabalho é apresentar como o projeto de reforma do restaurante Casa Raízes se alinha aos princípios do Retrofit e incorpora práticas sustentáveis ao valorizar a cultura local e reaproveitar o patrimônio arquitetônico com soluções adaptadas ao contexto contemporâneo. O objeto de estudo está localizado em Muriaé-MG, na avenida Eudoxia Canedo, um conjunto arquitetônico tombado, que foi originalmente no século XX uma vila operária. O restaurante Casa Raízes ocupa uma das residências do conjunto arquitetônico, e sua intervenção apresenta soluções que preservam as características formais originais do imóvel, ao mesmo tempo em que inserem elementos funcionais e estéticos adequados às demandas atuais, tanto do ponto de vista técnico quanto simbólico. Assim, a pesquisa pretende demonstrar como é possível, por meio do Retrofit, renovar e reutilizar edificações históricas de forma consciente, garantindo sua permanência no tempo e fortalecendo a identidade local através da arquitetura.

Para Choay (2001), o patrimônio não deve ser restrinido apenas a grandes monumentos ou edifícios elitistas, na verdade, defende a ampliação do conceito de patrimônio para incluir construções mais simples, cotidianas, muitas vezes ligadas às camadas populares. Enquanto grande parte dos patrimônios são associados a edifícios públicos e elitistas, a preservação dos locais que representam a vida e a cultura das classes menos privilegiadas é igualmente vital, como é o caso da vila operária. Esses espaços contam histórias autênticas de comunidades muitas vezes negligenciadas, contribuindo para uma narrativa mais abrangente e inclusiva. Ao valorizar e conservar edifícios da classe trabalhadora é reconhecida a importância de todas as camadas sociais na construção da identidade urbana.

Também ressalta que o patrimônio arquitetônico não deve ser tratado apenas como um objeto de contemplação estática, mas como um elemento funcional dentro do cotidiano da sociedade. Essa perspectiva contraria a ideia de que a preservação significa só manter a integridade material de um edifício, ao contrário, ela enfatiza que um edifício em uso contínuo está mais protegido

de uma edificação preserva não apenas sua estrutura física, mas também seu papel na memória e identidade coletiva. Quando um edifício histórico permanece funcional, ele retém seu significado cultural de forma dinâmica, adaptando-se aos contextos sociais e tecnológicos ao longo do tempo. Isso evita a "museificação" excessiva, que muitas vezes congela um edifício no passado, separando-o da vida contemporânea e limitando seu potencial de contribuição para a sociedade (Choay, 2001, p.26 e p.219).

Esse olhar se relaciona com princípios da sustentabilidade pois preservar construções populares significa, antes de tudo, evitar o desperdício de recursos materiais e energéticos que ocorreria com a demolição e reconstrução desses espaços. Ainda, promove a continuidade do uso social dos edifícios, respeitando suas funções e os vínculos afetivos da comunidade com o lugar.

## Discussão

A metodologia adotada neste trabalho segue uma abordagem interdisciplinar, reunindo princípios da arquitetura, da sustentabilidade ambiental e da preservação do patrimônio. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e qualitativa em diversas fontes como sites, artigos científicos, livros e revistas, com o objetivo de construir uma base teórica sólida que contextualize e fundamente o tema proposto. Essa investigação abrange temas como arquitetura, sustentabilidade, tecnologia, história e sociologia, caracterizando-se, assim, por seu caráter multidisciplinar, buscando integrar conhecimentos de diferentes áreas, enriquecendo a análise por meio da diversidade de perspectivas e contribuindo para uma compreensão mais ampla e aprofundada do objeto de estudo. Para o estudo de caso do Casa Raízes, foi feita uma entrevista com o arquiteto responsável pelo projeto de reforma e uma visita no local.

A relação do monumento com o tempo e a memória constituem sua essência, portanto, sua conservação será determinada pelo tempo a memória e o saber, consequentemente, o esquecimento, desapego e falta de uso faz com que sejam deixados de lado e abandonados (Oliveira; Lopes, 2018). Todo patrimônio se constitui a partir de uma forte carga simbólica, que produz um sentimento de pertencimento no tempo presente. O patrimônio cultural brasileiro é formado por bens culturais, artísticos e históricos, cujas características representam, não somente uma unidade identitária, mas justamente as múltiplas identidades que cotidianamente são formadas (CNPQ, 2023).

A principal forma de defesa de um patrimônio é a conservação da identidade

cultural e a preservação de edifícios históricos ajuda a manter viva a conexão com o passado e a memória coletiva. Há diversos meios e políticas preservacionistas, sendo as mais contemporâneas: o Restauro, que envolve a reforma de um espaço mantendo sua função original; a Reabilitação, que adapta o ambiente às condições modernas; a Requalificação, que se refere ao restauro urbano; e o Retrofit, que busca revitalizar um espaço conferindo-lhe uma nova função (Martins, 2024).

A requalificação de um imóvel considerado patrimônio arquitetônico é um método que assegura a manutenção da memória, visando a valorização de edificações antigas, prolongando sua vida útil e aumentando a possibilidade de negócios. A atualização dos edifícios acontece com a incorporação de novos conceitos e técnicas de intervenções, sem que ocorra a perda de sua identidade, com isso, o termo “Retrofit” tem se tornado cada vez mais comum no ramo da construção civil quando se trata desse tipo de intervenção arquitetônica (Gaspari, 2012, p.19).

O conceito de Retrofit surgiu no final dos anos 90, inicialmente na indústria aeronáutica, para atualizar aeronaves com tecnologias modernas, portanto, mais tarde, o termo foi incorporado pela construção civil para indicar a modernização de edifícios antigos. O objetivo é prolongar a vida útil, conforto e funcionalidade dessas construções, tornando-as contemporâneas por meio de avanços tecnológicos e materiais de última geração, além de uma mudança de uso para um contexto mais atual, fazendo com que a edificação se encaixe melhor e além de tudo, retomando seu uso, mesmo que com outra função que não a originalmente criada (Barrientos; Qualharini, 2004).

O Retrofit é uma alternativa para reduzir o impacto ambiental de novas construções e é uma técnica crescente no mercado imobiliário, que consiste na adaptação e melhoria de velhos edifícios, reaproveitando, na maioria das vezes, todo o sistema estrutural existente. Um projeto realizado de forma correta poderá manter a edificação constantemente atualizada, aumentando sua vida útil, além de diminuir custos com manutenção e ampliar suas possibilidades de uso. Por isso o projeto deve buscar equipar o edifício com as novas tecnologias que possam se efetuar em conforto, segurança, economia de energia e funcionalidade para os usuários, sem desprezar a viabilidade econômica do investidor (Bravo, 2011, p.9).

Com o aumento das novas e modernas edificações nos centros urbanos, os prédios antigos passam a necessitar urgentemente de uma atualização para

garantir sua competitividade no mercado imobiliário. Assim, revitalizar construções antigas tem ganhado cada vez mais atenção de profissionais da construção civil, investidores e do governo, tornando a técnica do Retrofit uma alternativa cada vez mais atraente para futuros investimentos (Gaspari, 2012, p.20-21).

Assim, enquanto a modernização e revitalização de edifícios antigos por meio do Retrofit surge como uma estratégia para manter a competitividade no mercado, Muriaé enfrenta o desafio de equilibrar essas intervenções com um crescimento urbano que, até agora, tem gerado impactos negativos, como a verticalização desordenada e a perda de construções históricas. O município enfrenta uma crise urbana decorrente do crescimento populacional e da intensificação do uso do solo. Essa situação gera impactos negativos que precisam ser enfrentados por meio da promoção da sustentabilidade social, territorial e política. Esse efeito pode ser exemplificado pelo aumento de construção de prédios descontextualizados no centro da cidade, juntamente com a demolição de residências para dar lugar a estes edifícios, efeito que tem acontecido, e vem sendo acentuado, por mais de uma década (Cirino, 2012, p.77).

O patrimônio cultural de Muriaé é composto por um acervo rico e diversificado de bens culturais, essenciais tanto para o resgate da história quanto para a integração à vida cotidiana. Atualmente, conta com 30 bens tombados em âmbito municipal, dos quais 26 estão localizados na região central, onde se registram as primeiras ocupações da cidade. A maioria desses bens são institucionais, como escolas, prédios municipais e religiosos. Bustos, praças e residências particulares também fazem parte desse acervo, além disso, a Fundação de Cultura e Artes de Muriaé conta com uma biblioteca online de fácil acesso ao público com os documentos de inventário e atas de reunião com relação ao patrimônio cultural (Fundarte, 2025).

A vila é um dos patrimônios tombados localizado no centro da cidade. Foi construída pelo Coronel Afonso Canêdo em 1925, é considerada como “[...]um raro exemplo de vila operária, exemplar único no interior mineiro não vinculado a indústrias ou construção de estradas de ferro”. O terreno foi adquirido pelo construtor com um casarão, que foi alugado por muitos anos, uma prática comum do Coronel que era a de investir os lucros do seu comércio de café na compra de imóveis para aluguel e construção de casas populares, vendidas ou alugadas a um preço mais baixo. A vila leva o nome de sua mãe, e desde sua construção o conjunto não sofreu mudanças estruturais, físicas e até mesmo no uso, que se mantém até hoje o de edificações para aluguel, exceto quando em uma de suas fachadas, funcionou a sede dos Correios e Telégrafos da cidade.

A vila permanece em um excelente estado de conservação e hoje em dia tem um perfil comercial com restaurantes, lojas, clínicas e outros (Muriaé, 2019, p.156).

Por ser um conjunto arquitetônico tombado, no que tange a reformas, as diretrizes de preservação impedem alteração da volumetria e fachada. A estrutura principal das casas consiste em muros de carga paralelos à rua da vila, três muros em cada casa (fachada, fachada traseira, e muro intermediário) que suportam as tesouras de madeira do telhado compartilhado das casas. O muro intermediário é crucial, pois, obstrui a visão do pedestre e o acesso do visitante aos fundos da casa e às dependências mais privados e de serviço (ARCHDAILY, 2018).

Figura 1 - Fachada frontal do Casa Raízes.



Fonte: Autoral (2024).

O restaurante Casa Raízes existe há pouco mais de um ano, Alice e Elisa são duas sócias donas do atual empreendimento, antes, o local foi um restaurante chamado Gastrobar da Vila, que era do Chef Ralph Duvanel, pai de uma das donas do atual Casa Raízes. O arquiteto autor do projeto de renovação chama-se Breno Zamboni, natural de Muriaé e todas as informações sobre o projeto são com base em entrevista feita com o próprio arquiteto. Realizou, além do projeto arquitetônico, a identidade visual do restaurante, criou a logo e auxiliou na escolha do nome e considera esse projeto com uma releitura do estereótipo mineiro na forma de receber e compor o espaço.

De acordo com Zamboni (2024), o restaurante já não estava mais operando de portas abertas e estava bem decadente, com alguns problemas técnicos, então as sócias o chamaram para realizar o projeto e deram para o arquiteto a missão de ressignificar o local, buscando aproveitar dos elementos que já tinham no

espaço. Um ponto importante que o autor salienta é o de que o espaço converse com o tipo ou tipo de culinária que será oferecida, ou seja, por se tratar de uma culinária mineira com uma linguagem contemporânea, o projeto foi pensado para refletir esse aspecto na arquitetura, “[...]evidenciando a rusticidade do local, as origens da casa em contraste com a modernidade.”

A iluminação do projeto também foi um fator importante, “[...]a fim de evidenciar os elementos decorativos e criar uma atmosfera mais acolhedora.”. A cor azul (tintura Terra da Garoa da Suvinal) é considerada pelo autor como um elemento chave, que cria um contraste com o tijolinho da parede, as palhas e elementos amadeirados (Zamboni, 2024).

Figura 2 – Vista do salão ao entrar no restaurante.



Fonte: Autoral (2024).

Um ponto importante salientado pelo autor são as leis de patrimônio que restringem alterações e reformas nas edificações, no caso do restaurante a lei de tombamento não restringia quanto a modificações internas, sendo necessário apenas manter a fachada original. Para valorizar a fachada, o arquiteto utilizou elementos soltos como vasos e plantas e um varal de luz para criar uma espécie de extensão da casa.

Ao ser indagado sobre os desafios para adaptar a edificação tombada para o uso comercial salienta a necessidade de entender o processo de tombamento do imóvel, pois isso irá nortear quais modificações poderão ser feitas no local, também considera desafiador lidar com questões de acessibilidade nesse tipo de edificação. “Lidar com problemas estruturais, como infiltração, elétrica, hidráulica são os pontos importantes inclusive, muitas vezes demandando uma mão de obra especializada.” (ZAMBONI, 2024).

Com relação às soluções adotadas para equilibrar as exigências modernas de funcionalidade com a preservação do patrimônio, o autor ressalta que a principal resolução foi de tornar evidente o que é original e o que é novo, “[...] como é num projeto de Retrofit.”. No projeto do restaurante foi muito utilizado metalon para criar alguns elementos, por se tratar de um material leve e resistente. Em relação a estrutura da edificação a estratégia, com auxílio de um engenheiro, foi de aproveitar as paredes originais, já que essas são autoportantes, reduzindo drasticamente o custo da obra. “No caso dessas casas da Vila Eudoxia, as paredes que dividiam os cômodos, faziam também a função de sustentar o telhado do imóvel.”. Dessa forma, o autor salienta que manter as paredes autoportantes originais e abrir vão que não provocam nenhum tipo de dano estrutural é uma solução eficaz em casos de reformas como esta (Zamboni, 2024).

Figura 3 – Vista da área lateral ao bar.



Fonte: Autoral (2024).

No que diz respeito a reação dos clientes e das donas ao projeto arquitetônico, foi um de seus projetos com maior quantidade de “feedback” positivo, recebendo muitos elogios pelo local e principalmente pela atmosfera criada, sendo uma pergunta recorrente qual foi a tinta azul utilizada. Ao ser perguntado sobre quais recomendações daria para quem pretende realizar projetos em imóveis históricos, o autor enfatiza a disposição real de quem quer realizar esse tipo de mudança, se realmente está disposto a enfrentar todo o processo. Pois se trata de um tipo de projeto, muitas vezes limitante “[...]e por conta disso, o valor gasto na reforma é mais alto e muitas soluções acabam não sendo possíveis serem implantadas.” (Zamboni, 2024).

Ainda frisa que o arquiteto deve analisar se realmente sua proposta de projeto irá

fazer sentido naquele espaço, justificando assim o investimento. Também recomenda buscar um profissional que saiba nortear o projeto, conhecedor de leis patrimoniais e com um domínio para lidar com esse tipo de obra.

Figura 4 - Vista interna do salão e das janelas da fachada frontal.



Fonte: Autoral (2024).

Ao colocar uma residência tombada como um comércio, confere um novo potencial ponto turístico na cidade que atrai visitantes interessados em conhecer a cidade, além de agregar valor a outras manifestações culturais, como por exemplo música ao vivo e rodas de samba, eventos frequentes no restaurante, que tornam a experiência mais rica. Ademais, gera novos empregos, aumenta o giro de capital e demonstra de forma clara que um edifício histórico também pode ser economicamente lucrativo ao impulsionar a economia. O cardápio do local é único e customizado, os pratos são receitas tradicionais mineiras com modificações personalizadas que corroboram para uma experiência gastronômica singular. Tudo na edificação reflete um grande respeito ao patrimônio, ao mesmo tempo que o insere em um contexto atual, tanto em relação à edificação quanto à sua culinária, que se tornam não apenas um “local para comer”, mas um espaço cultural que reflete tradição, memória e sabor da comunidade.

O centro de Muriaé tem passado por transformações urbanas preocupantes, especialmente com o avanço acelerado da verticalização e do adensamento desordenado. Apesar de ser a área que concentra os principais bens históricos e culturais da cidade, o centro está cada vez mais pressionado por grandes empreendimentos imobiliários, que priorizam interesses econômicos em detrimento da preservação do patrimônio e da qualidade urbana. A revogação de dispositivos legais, que antes limitavam o número de pavimentos nas Zonas

Comerciais 3 e 4, aliada à falta de uma revisão adequada da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Plano Diretor, abriu caminho para que construtoras possam erguer edifícios altos sem considerar os impactos no entorno. Essa situação tem gerado consequências visíveis: ruas estreitas sobrecarregadas pelo aumento de veículos e de pedestres, sombreamento excessivo, perda de ventilação e iluminação naturais, e principalmente, um comprometimento da paisagem histórica, que vem sendo gradativamente coberta por construções desproporcionais. (Mattos, 2018, p.100-107).

Dessa forma, restaurar e valorizar prédios históricos é uma forma de resistência a essa tendência, proteger a memória de forma física e concreta é uma maneira de lutar contra o esquecimento, desuso e apagamento cultural, permitindo seu usufruto pelas próximas gerações. O restaurante é um exemplo claro de como ao contextualizar, dar um novo propósito e uso, o espaço ganha vida e importância em meio a um ambiente contemporâneo e tecnológico. A arquitetura preserva não apenas formas, estruturas e recursos, mas principalmente as histórias, rotinas, afetos e sabores que estão traduzidas em um edifício.

## Considerações Finais

Como discutido ao longo do trabalho, a melhor forma de preservação de um edifício é atribuindo a ele o uso principalmente por parte da população, pois é através da utilização dele que a construção vai se manter integrada à vida cotidiana, mantendo sua função social e cultural, conservando tanto o material quanto o simbólico. Dessa forma, o Retrofit se torna uma técnica pertinente pois permite a continuidade da utilização de um edifício que estava em estado de degradação e caindo no esquecimento, mantendo-se relevante diante as demandas contemporâneas. Ele impede que o edifício seja abandonado por obsolescência e assegura que continue integrado à vida urbana, incentivando a manutenção ativa e a valorização do edifício pela comunidade. Dessa forma, o Retrofit não só prolonga a vida útil da construção, como fortalece seu papel como parte viva do patrimônio cultural.

A relação entre patrimônio cultural e sustentabilidade é complexa e envolve diversas dimensões, como sua constituição, preservação, acesso, ampliação e atualização das práticas culturais. Essa relação ocorre dentro de um cenário marcado por incertezas e uma realidade em constante transformação que é moldada por percepções, memórias e subjetividades que não são fixas ou absolutas. Nesse contexto, a sustentabilidade se apresenta como uma proposta complementar e única, relacionada à capacidade de as gerações atuais

atenderem às suas necessidades sem comprometer os recursos e possibilidades das gerações futuras (Nunes, 2024, p.359).

Isso exige uma gestão equilibrada dos recursos naturais, sociais e econômicos. No entanto, alcançar a sustentabilidade não depende apenas de soluções técnicas ou regras, mas de uma compreensão mais profunda das interações entre cultura, sociedade e meio ambiente. O patrimônio cultural, nesse cenário, tem um papel estratégico, ele influencia comportamentos e práticas que podem tanto comprometer quanto contribuir para um futuro mais justo e equilibrado (Nunes, 2024, p.360).

Em virtude de todos os aspectos apresentados, o projeto exemplifica como uma intervenção cuidadosa pode transformar espaços históricos em ambientes modernos e acolhedores, sem comprometer sua essência original. Outro aspecto a ser mencionado é com relação à reforma, por ter tido um gasto e descarte muito menor de matéria prima, que teria se tivesse de demolir toda edificação e construí-la do zero, isso diminuiu o impacto ambiental diretamente. O arquiteto também conseguiu equilibrar as restrições impostas pelas leis de tombamento com as demandas operacionais de um restaurante, além de respeitar a fachada, o projeto integrou elementos decorativos que criam uma atmosfera única. Esse projeto destaca a importância de preservar o patrimônio como forma de manter viva a identidade cultural, ao mesmo tempo em que adapta o espaço às necessidades atuais, promovendo uma experiência enriquecedora para a comunidade e os visitantes.

Conclui-se, então, que este trabalho além de reforçar a importância do Retrofit como uma estratégia eficaz para preservar o patrimônio arquitetônico, ao mesmo tempo em que se adapta às demandas contemporâneas. É uma metodologia, que integra princípios de sustentabilidade e preservação, evidencia que a reabilitação de imóveis históricos não apenas contribui para a valorização do patrimônio, mas também para um desenvolvimento urbano mais sustentável e valorização cultural.

## Referências Bibliográficas

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **A relevância do Patrimônio Cultural e da Memória.** Entrevista com a historiadora e bolsista do CNPq, Profª Márcia Chuva que fala sobre o assunto e explica a importância de preservar o patrimônio histórico-cultural do país. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt>

-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/a-relevancia-do-patrimonio-cultural-e-da-memoria. Acesso em: 2 nov. 2O24.

BARRIENTOS, Maria Izabel; QUALHARINI, Eduardo L. **Retrofit de construções: metodologia de avaliação.** 2OO4. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/275652033>. Acesso em: 28 jul. 2O25.

BENITEZ, Diego Meira. **Sustentabilidade e restauro:** uma questão de princípio. Ouro Preto, 2O14. 4O f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Conservação e Restauro) – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Disponível em: [https://edumat.ouropreto.ifmg.edu.br/wp-content/uploads/sites/33/2O18/11/Qualificacao\\_TCC\\_Diego-Benitez-final-1-1.pdf](https://edumat.ouropreto.ifmg.edu.br/wp-content/uploads/sites/33/2O18/11/Qualificacao_TCC_Diego-Benitez-final-1-1.pdf). Acesso em: 28 jul. 2O25.

BRAVO, Alberto Enrique Davila. **Retrofit do edifício Tech Tower.** Belo Horizonte, 2O11. Monografia (Especialização em Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9BAPQ3>. Acesso em: 28, jul. 2O25.

CABRAL, Renata Campello. **A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931:** As contribuições da delegação italiana. Arquitextos, São Paulo, ano 15, n. 179.O4. Vitruvius. 2O15. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5531>. Acesso em: 28 jul. 2O25.

CIRINO, Douglas Soares. **Agentes sociais e políticas públicas habitacionais em Muriaé, Minas Gerais.** Rio de Janeiro, 2O12. 1O1 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia. Orientador: Prof. João Rua. Certificação Digital N° 1O11864/CA. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=199O2&idi1>. Acesso em: 28 jul. 2O25.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Unesp, 2OO1.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Restauração:** Diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN. São Paulo, 2O1O. 171 f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Universidade de São Paulo. Disponível em: <es.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26O52O1O-O9O3O2/pt-br.php>. Acesso em: 28 jul. 2O25.

FUNDARTE MURIAÉ. Departamento de Memória e Patrimônio Cultural. Muriaé,

2025. Disponível em: <https://www.fundartemuriae.com.br/departamento-de-memoria-e-patrimonio-cultural/>. Acesso em: 18, maio. 2025.

GASPARY, Fernanda Peron. **O retrofit sustentável como uma estratégia para a reabilitação consciente do patrimônio cultural existente.** In: 3º Seminário Ibero-americano de Arquitetura e documentação. Belo Horizonte, 2013. Anais [...] e cadernos de resumos,

JÚNIOR, Clésio Barbosa Lemos. **Patrimônio Cultural: Conceitos, proteção e direito pela educação patrimonial.** In: IX Semana Nacional de Museus/III Semana Nacional de Museus na UNIFAL-MG. 2011, Alfenas. Anais [...]. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2011.

LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado: A questão do uso.** 1ª ed. Brasília: Iphan, 2016.

MURIAÉ (MG). **Inventário de proteção do patrimônio cultural:** execução do plano de atualização do inventário – exercício 2019. Muriaé: Prefeitura Municipal de Muriaé; Fundarte, 2019. p. 156–157.

MURIAÉ. **Nossa história.** Prefeitura de Muriaé, MG. Disponível em: <https://muriae.mg.gov.br/nossa-historia/>. Acesso em: 30 out. 2024.

MARTINS, Anna Elisa. **Estudo e Preservação de Bens Culturais.** Muriaé, 2024. Notas de Aula.

MATTOS, Marine Luiza de Oliveira. **Bens Patrimoniais e Morfologia Urbana na Zona de Preservação Histórica de Muriaé – MG.** Viçosa, 2018. Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/22082d32-fe4a-48f8-b55a-84186ad215aa/content>. Acesso em: 28 jul. 2025.

NUNES, João Fernando Igansi. **Patrimônio cultural e sustentabilidade:** campos difusos de dilemas e disputas. In: MICHELON, Francisca Ferreira et al. Patrimônio cultural e sustentabilidade. Mação: Instituto Terra e Memória, 2024. p. 359–387. (Série ARKEOS; v. 59). ISBN 978-989-35056-5-6. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/14653?show=full>. Acesso em: 18 maio, 2025.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; LOPES, Caryl Eduardo Jovanovich. **Monumento,**

**monumentalidade, valor e poder: interações com a memória e preservação arquitetônica.** METAgraphias, [S. I.], v. 3, n. 3, 2018. DOI: 10.26512/mgraph.v3i3.19762. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/metagraphias/article/view/19762>. Acesso em: 18 maio, 2025.

**PEREIRA, Júlio César.** **Sustentabilidade no patrimônio histórico nas edificações revitalizadas.** In: Conferência sobre Patologia e Reabilitação de Edifícios, 6., 2018, Rio de Janeiro. Anais [...] Rio de Janeiro: Patorreb, 2018.

**QUAGLIO, Renan Serraglio; ARANA , Alba Regina Azevedo.** **Diagnosis of civil Construction Waste Management from the reading of the urban landscape.** Sociedade & Natureza, [S. I.], v. 32, p. 457–471, 2020. DOI: 10.14393/SN-v32-2020-47547. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/47547>. Acesso em: 25 maio, 2025.

**SEMES, Steven W.** **The Future of the Past: A Conservation Ethic for Architecture, Urbanism, and Historic Preservation.** 1<sup>a</sup> ed. New York: W.W. Norton & Company, 2009.

**SOARES CÔRTES, A.; BRASILEIRO TEIXEIRA VALE, M. M.** **As Inflexões entre a Conservação do Patrimônio Cultural e a Sustentabilidade: um estudo sobre as capelas rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Revista Projetar – Projeto e Percepção do Ambiente, [S. I.], v. 6, n. 2, p. 33–42, 2021. DOI: 10.21680/2448-296X.2021v6n2ID231O2. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/231O2>. Acesso em: 28 maio, 2025.

**STUDIO DE GASTRONOMIA – KÊNIA IUNES / Studio FI – Arquitetura.** ArchDaily Brasil, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/892619/studio-de-gastronomia-kenia-iunes-studio-fi-arquitetura>. Acesso em: 2 nov. 2024.

**ZAMBONI, Breno.** Entrevista. [14 nov. 2024]. Entrevistador: Mariana Amaral Corrêa Mattos. Muriaé, 2024. 1 arquivo .zip. Acervo pessoal.

## O IMPACTO DA MINERAÇÃO NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE MURIAÉ.

**FERREIRA, NATANIEL.**

Centro Universitário FAMINAS – Muriaé. Curso de Arquitetura e Urbanismo.  
Av. Cristiano Ferreira Varella, 655 – Universitário, Muriaé – MG. 36883-031, Brasil.  
[nathanaelfs13@gmail.com](mailto:nathanaelfs13@gmail.com)

### **RESUMO**

Este artigo examina os impactos sociais e ambientais da extração da bauxita no patrimônio sócio-urbano de Muriaé, MG, a partir da massa de resíduos e suas consequências. Aqui, detalhamos os danos estruturais e as modificações de uso do solo provocadas pela atividade minerária, e a mobilização social e comunitária na localidade, que levou a conquistas como a inserção de restrições ao funcionamento das atividades da mineradora, através do Plano Diretor, na defesa do patrimônio cultural e hídrico. Apresentamos uma proposta de reaproveitamento inovador dos resíduos da bauxita em construção civil, a partir do uso destes para matérias de conjuntos habitacionais, como uma das alternativas para gerenciamento de passivos ambientais e de superação do déficit habitacional; além de, também, analisarmos o papel das ações socioambientais corporativas (CBA) na construção de uma relação equilibrada com a sociedade. Concluímos que a intersecção entre a inovação tecnológica no reaproveitamento dos resíduos e a participação ativa da sociedade é essencial para um modelo de desenvolvimento mineralógico mais sustentável, responsável e equitativo e para a transformação dos desafios em oportunidades para um futuro digno.

**Palavras-chave:** Mineração; Rejeitos de Bauxita; Muriaé; Sustentabilidade; Construção Civil.

## 1. Introdução

A mineração é uma das atividades econômicas, com impactos significativos em grandes partes do Brasil. Em Muriaé-MG, a extração de bauxita traz relevância para sua mineradora atuante, CBA (Companhia Brasileira de Alumínio), localizada nas localidades da cidade de Miraí, a empresa já atua na Zona da Mata há cerca de 80 anos. Com projetos de reabilitação ambiental desde 2008, a empresa se mostra participativa em pensar na sustentabilidade na Zona da Mata mineira. Em 2024, recebeu o 26º Prêmio de Excelência da Indústria Minero-Metalúrgica Brasileira em 2024, tendo seu olhar para a Avaliação Ambiental Integrada – AAI.

O processo gerador dos resíduos minerais, surge a partir do beneficiamento do minério, tendo como objetivo separar a substância de elementos como a bauxita, no caso de Muriaé. Esse processo envolve Trituração, lavagem, classificação e outras operações físico-químicas, gerando uma mistura composta principalmente por partículas finas de argila, óxidos metálicos e sílica. Os rejeitos são dispostos em bacias, barragens o que representa um risco ambiental, um risco no qual foi observado de perto no estado de Minas Gerais em Mariana-MG no ano de 2015 e em Brumadinho-MG em 2019. Diante disso, formas de aderir esses resíduos à construção civil tem sido pesquisado, abrindo um leque de possibilidades para amenizar o impacto que essas mineradoras possam causar, mesmo com o cuidado ao sustentável. Embora a mineração seja um importante desenvolvedor econômico, há rastros negativos gerados ambientalmente e socialmente, principalmente em cidades interioranas como Muriaé-MG. A exploração de recursos naturais, resulta em uma grande remoção do solo, gerando rejeito sem um destino adequado, afetando a população em aspectos sociais, tecido urbano, paisagem local além da água e como citado, o solo. Esses fatores afetam o cotidiano do município, sendo um desfavorecimento para o território local e trazendo um risco para o patrimônio cultural da cidade.

Portanto, torna-se importante uma solução viável e capaz de reduzir o dano causado por tais ações. Promovendo uma abordagem inovadora, a utilização desses resíduos na construção civil, a partir de uma pesquisa positiva para o processo, se transforma em uma possível solução sustentável e positiva com o reaproveitamento destes resíduos minerais, especialmente em projetos de interesse social, como conjuntos habitacionais. Na cidade de Muriaé-MG, iniciativas como estas têm o potencial de um grande desenvolvimento municipal reforçando o pertencimento ao patrimônio cultural do município.

## 2. Formação e Disposição dos Rejeitos Minerais

Sendo um dos principais produtores do minério no cenário mundial, o Brasil se destaca na produção da bauxita, um minério de grande importância industrial no país. A mineração é uma atividade fundamental para a nossa sociedade atual, fornecendo as matérias-primas que sustentam grande parte da nossa tecnologia e infraestrutura. Porém, é importante reconhecer que a extração de minérios não se resume apenas ao produto final. Existe um volume considerável de material que sobra após todo o processo – um processo de "limpeza" e concentração do minério – e que chamamos de rejeito mineral. Neste segmento, ao explorar como esses rejeitos são gerados e descartados, com um foco especial nos resíduos provenientes da bauxita, popularmente conhecidos como "lama vermelha", é possível melhor entendimento sobre o rejeito.

### 2.1 O Que são os rejeitos de bauxita?

A composição química da lama vermelha pode ser ligeiramente diferente com base nas especificidades do processo de beneficiamento. Entretanto, de um modo geral, a lama vermelha consiste majoritariamente em óxidos de metais. O componente principal, e que lhe permite ter uma cor avermelhada, caracteriza-a, é o óxido de ferro. Além disso, a lama vermelha possui uma quantidade considerável de sílica (o principal componente da areia) e óxido de titânio. E, em menores proporções, podem ser encontrados alguns óxidos de alumínio não retirados e outros elementos (Cetem, 2022). Um ponto de destaque sobre a composição química dos rejeitos, decorrem da presença de soda cáustica residual, deste processo Bayer<sup>15</sup>. Isso proporciona à lama uma altíssima alcalinidade, com valores de pH superiores à 12. Essa alta alcalinidade é bastante importante e merece atenção na questão de gestão ambiental desses resíduos, pois pode provocar impactos consideráveis.

O gerenciamento e o descarte dos rejeitos de bauxita constituem grande desafio para as empresas de mineração devido ao grande volume e suas características químicas. A maneira de descarte mais comum é o armazenamento em grandes estruturas chamadas bacias de contenção ou pátios de resíduos, ou seja, reservatórios de grandes dimensões construídos com contenção, nos quais a lama é depositada. Ela, normalmente, chega como uma mistura de sólidos e água, sendo que os sólidos vão se juntando ao longo do tempo. Existe também

---

<sup>15</sup> O processo Bayer é um método industrial para a extração da alumina a partir da bauxita, que envolve a digestão do minério em solução de hidróxido de sódio, separando a alumina dos resíduos insolúveis.

uma tendência de se utilizar métodos de descarte mais modernos como o descarte a seco, na qual os rejeitos são filtrados removendo-se parte da água formando uma "pasta" ou um bolo mais sólido em consistência, que poderia ser empilhadas em pilhas de rejeito ou em aterros. Este material mais seco ocuparia menos espaço e seria mais estável, o que ajudaria na redução dos riscos de vazamento. Contudo, a adoção dessas tecnologias depende de muitas condições, como custos e condições particulares de cada mina. O descarte inadequado e irresponsável dos rejeitos de bauxita ou os possíveis vazamentos das estruturas de contenção, podem provocar sérios problemas ambientais. Sua alta alcalinidade, a presença de metais, e de soda cáustica, facilitam a contaminação do solo e dos rios, se ocorrer vazamento da lama. O mesmo pode ser desregulado ou seja, poderá ser modificado para níveis prejudiciais no ambiente, em sua qualidade para o consumo, para as águas usadas nos processos agrícolas, para a vida aquática e para a vegetação de forma geral. As grandes bacias ou pilhas de lama vermelha poderão modificar drasticamente a paisagem natural, impacto visual evidente, latente e podendo se tornar permanente, especialmente dentro de áreas de beleza natural ou próximo a comunidades. O último dos riscos mais significativos é o rompimento das barragens que contêm esses rejeitos. Quando ocorre, uma grande quantidade de lama pode se espalhar rapidamente, produzindo destruição em comunidades, em rios e em ecossistemas na sua íntegra, com perdas de vidas e danos ambientais e materiais inimagináveis de reverter.

### **3. Impactos da Mineração no Patrimônio Urbano e Social de Muriaé**

É notável o quanto a mineração está inserida no desenvolvimento global, traz mudanças profundas que vão muito além da paisagem natural. Nas cidades, como a de Muriaé, em Minas Gerais, os impactos dessa atividade se entrelaçam e se imiscuem à rotina e à estrutura social, exigindo uma análise cuidadosa de que maneira a busca por recursos minerais afeta o ambiente construído e a vida das pessoas e este quadro não só caracteriza os desafios, mas também sinaliza para a necessária urgência em soluções inovadoras, especialmente no tocante à gestão dos rejeitos.

Um dos efeitos mais preocupantes da mineração nas áreas urbanas são os danos estruturais. A rotina de detonações, essenciais para a quebra de rochas nas minas, gera vibrações que se espalham pelo solo. Em proximidade a áreas habitadas, essas ondas de vibração, podem ocasionar fissuras em edificações, comprometer a integridade de infraestruturas como tubulações e redes de esgoto,

e afetar a estabilidade dos prédios, incluindo aqueles de valor histórico e patrimonial. Em Muriaé, a memória do rompimento da barragem de rejeitos da Rio Pomba Mineração em 2007 é um exemplo trágico da vulnerabilidade das estruturas. Embora não diretamente causado por vibrações frequentes, esse desastre resultou na destruição de 35 casas e no desalojamento de centenas de famílias, além de provocar a contaminação da água do Rio Muriaé (Mapa de Conflitos, 2009).

A mineração também causa mudanças em comunidades e estradas, especialmente nas áreas rurais que cercam as operações das mineradoras. Com o avanço de jazidas ou a construção de novos depósitos de rejeitos frequentemente resulta em reconfigurações nos acessos, uma paisagem alterada e, por vezes, na remoção de comunidades que permaneceram nessas terras por gerações. O tráfego constante de veículos pesados, carregados de minérios, deteriora a malha viária, visivelmente nas vias rurais, além de poluição sonora e atmosférica, afetando diretamente a qualidade de vida e a saúde, dos moradores. O aparecimento de grandes cavas a céu aberto, montes de rejeitos e complexos industriais provoca mudanças profundas na estética do ambiente natural e cultural. A poeira das minas poderá cobrir residências e vegetação, enquanto o barulho incomodante do maquinário e o incessante fluxo de caminhões afetam o bem-estar da comunidade. Para muitos habitantes destas comunidades, em particular aquelas ligadas à agricultura familiar ou ao ecoturismo, a modificação da paisagem significa uma ameaça direta ao seu modo de vida, à sua identidade e à capacidade de manter as práticas culturais. A voz da comunidade, que experimenta esses impactos diretamente, parece ter sido fundamental. Um exemplo significativo foi a audiência pública ocorrida na Câmara Municipal de Muriaé no ano de 2017, onde moradores e as lideranças expressaram seu descontentamento e preocupações, posicionando-se contra o avanço da mineração na área, em particular, do redor da Serra do Brigadeiro, uma área de grande importância ambiental e hídrica. A principal reivindicação foi o reconhecimento de seus territórios como "Zonas Livres de Mineração". Um dos argumentos debatidos é que caso ocorresse, a mineração inviabilizaria outras atuações importantes para a área, como a agricultura familiar, a agroecologia, e especialmente, a preservação ambiental e a produção de água. Essa mobilização expressa o desejo daquela comunidade por um modelo de desenvolvimento que ressoe com seus recursos naturais e seu modo de vida.

O debate vai além dos estragos físicos em construções, estendendo-se ao patrimônio cultural mais amplo que inclui além do que está em risco, o próprio território, o modo de vida das pessoas, e a segurança dos seus habitantes. Patri-

mônio cultural não significa apenas construções históricas, mas as paisagens em que as pessoas vivem. Suas tradições desenvolvem as suas crenças e tecem as suas relações sociais. A alteração de rios, a eliminação da vegetação nativa ou a alteração da topografia, embora representem outras formas de impactos ambientais diretos, também são investimentos no patrimônio cultural, porque vão impactar os espaços onde as pessoas se divertem, afeições e identidades comunitárias (Ambiental, UFMG, 2023). A segurança foi uma preocupação relevante depois dos desastres em barragens, mudando a percepção a respeito de risco e o valor do próprio lugar de moradia. Felizmente, o movimento social em Muriaé já gerou resultados concretos. A luta contra a mineração, a favor da água e de um modelo de desenvolvimento sustentável, levou à conquista de áreas significativas que foram transformadas em Patrimônio Hídrico, garantindo a proteção das nascentes e da Mata Atlântica. É notório também no Plano Diretor do município de Muriaé (Lei 5.915/2019), que estabeleceu macrozonas ambientais que proíbem a atividade minerária. Essa medida é o primeiro passo para proteger o território, o patrimônio e a segurança da população de Muriaé, evidenciando o quanto a participação cidadã pode influenciar nas Políticas Públicas.

Neste contexto, a gestão dos rejeitos de bauxita, que são acumulados em grande volume e que trazem riscos ambientais e sociais, se revela um desafio crítico ao trabalho da cidade de Muriaé. A alternativa de se usar esses rejeitos na construção civil, na confecção de materiais para os conjuntos habitacionais – é uma via promissora. Isso não só evitariam os danos ambientais do descarte, mas também ajudariam a reduzir o déficit habitacional, criando uma alternativa sustentável e socialmente correta para a comunidade.

#### **4. Reaproveitamento de Rejeitos de Bauxitas na Construção Civil**

O emprego dos rejeitos de bauxita em materiais de construção não é uma proposta futurista, mas uma realidade, o qual, estudos e aplicação já estão em andamento. Dentre as maneiras mais investigadas, está a utilização na produção de blocos e tijolos. Estudos indicam que, mediante o correto tratamento e dosagem, os rejeitos podem substituir parcialmente a argila ou outros agregados em cerâmicas e em blocos cimentícios, com propriedades de resistência e durabilidade. Outra aplicação relevante é no concreto e na argamassa, em que os rejeitos podem ser empregados como material cimentício suplementar ou como agregado fino. Essa substituição de parte do cimento ou areia comum pode reduzir o consumo de recursos naturais virgens e otimizar as características do material final, dependendo da sua composição e do modo de cura que será utilizado.

No Brasil, a necessidade intrínseca de resolver as questões relacionadas aos rejeitos de mineração tem levado a um esforço em busca dessas alternativas, sendo que as cidades que possuem mineração mais forte têm sido as mais favorecidas por iniciativas em pesquisa e desenvolvimento. Mariana, Itabira e Brumadinho, por exemplo, têm sido frequentemente citadas nos trabalhos de pesquisa sobre reaproveitamento de rejeitos, sendo três municípios mineiros com grande histórico de atividades minerárias. Nesses municípios, a busca por alternativas é ainda maior. Embora o uso para produção em larga escala de conjuntos habitacionais ainda seja um desafio, o conhecimento ali acumulado sobre informações de qualidade dos rejeitos e suas possibilidades de beneficiamento é grande e é o que vai permitir o avanço da tecnologia aqui discutida. Diversas universidades e centros de pesquisa brasileiros já têm participado de projetos iniciantes, desenvolvendo metodologias para o tratamento dos rejeitos e para a sua aplicação em diferentes áreas construtivas visando a segurança em relação a sua utilização e também a viabilidade técnica.

Os benefícios ambientais do reaproveitamento são consideráveis. Ao invés de acumular enormes quantidades de rejeitos em barragens ou pilhas, sendo estruturas que precisam de grandes áreas de terra e que representam riscos de catástrofes, elas são transformadas em propostas úteis, diminuindo a pressão sobre o meio ambiente porque há vazios de áreas para o descarte e diminuição da contaminação do solo. Além disso, há uma economia nos recursos naturais não renováveis como areia, brita e argila, utilizados frequentemente na construção civil.

Do ponto de vista técnico, estudos têm demonstrado que o uso de rejeitos pode, em algumas aplicações, atribuir características desejáveis aos materiais, como maior resistência mecânica ou melhor isolamento térmico, as quais podem ser obtidas dependendo da composição dos materiais e do método de beneficiamento utilizado. A alcalinidade da lama vermelha, que é um problema no descarte, pode ser neutralizada e, em alguns casos, até mesmo ativa o que contribui na reatividade e cura de materiais cimentícios. Economicamente, pode gerar nova série de valor, para além da produção de materiais mais acessíveis e de geração de empregos.

Embora esse potencial seja gigante, desafios práticos precisam ser superados para que o reaproveitamento de rejeitos da bauxita em grande quantidade na construção civil se torne uma realidade. A regulamentação é um ponto crucial: necessária a elaboração de normas técnicas e específicas sobre segurança, qualidade e desempenho de materiais produzidos com os rejeitos, incluindo testes

de resistência, de durabilidade dos produtos, de lixiviação de metais e de aceitabilidade do produto final.

Outro desafio é o de aceitação pela população, que comparado a outras épocas na história, com o surgimento de um novo material, há a possibilidade de uma difícil aceitação imediata. Após os acidentes com barragens e de certa forma uma imagem negativa ligada aos rejeitos, pode haver resistência em usar os materiais dessas fontes, principalmente nos segmentos de moradia. É preciso ter uma comunicação transparente demonstrando tanto a segurança como os benefícios dos novos produtos. Também, os custos iniciais de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias de beneficiamento e adaptação de processos industriais podem se apresentar altos, mas a longo prazo, em função da redução dos custos de descarte e pela valorização dos produtos, essa solução poderá ser viável e atraente economicamente. Vencer esses desafios é um esforço coletivo entre a indústria, governo, academia e sociedade civil para um futuro em que os rejeitos deixarão de ser um fardo, mas sim um recurso valioso em favor da construção civil.

## 5. Ações Socioambientais da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) em Muriaé

A presença de grandes mineradoras, como a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na Região próxima à Muriaé, vai além da simples atividade extrativa. Essas empresas, atentas ao seu impacto social, econômico e ambiental; frequentemente participam de ações socioambientais de forma para estimular o desenvolvimento e promover relações mais participativas e construtivas com as comunidades vizinhas. Embora tais iniciativas não sejam expressas como patrimônio físico ou monumentos, contribuem para a valorização do patrimônio cultural e social do município, guiando-se para um patrimônio imaterial com foco em um laço comunitário local mais abrangente.

A CBA tem aplicado projetos que utilizam áreas críticas para o desenvolvimento comunitário. No campo da educação, destacam-se programas de formação de um conhecimento mais elevado ambientalmente de professores, que buscam elevar a qualidade do ensino nas redes públicas no município. Estas iniciativas costumam envolver cursos, workshops e novas metodologias pedagógicas, com vistas a aprimorar a prática docente e, por consequência, o processo de aprendizagem dos estudantes. O investimento na educação ambiental, aumenta diretamente as possibilidades das novas gerações de Muriaé de acessarem de

acessarem melhores oportunidades e de se relacionarem de forma mais crítica e informada com o futuro da sua cidade. A horta feita na Escola Municipal Joaquim Ribeiro de Carvalho é outro projeto que ilustra o compromisso com a formação integral, tendo como foco o incentivo à conscientização do plantio e cuidado no meio ambiente entre crianças e jovens, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, a ampliação do repertório cultural e socioambiental na formação de cidadãos mais críticos e engajados para um futuro do planta e as práticas que afetam a natureza. O incentivo às práticas ambientais representa um pilar para a construção do conhecimento e da identidade, além de serem elementos constitutivos do patrimônio imaterial de uma comunidade.

Além da educação atenuante, a CBA também esteve inclusa socioeconomicamente. A inclusão da mulher no mercado de trabalho. Numa área de atuação onde sempre foi dominada por homens como a mineração e onde a oportunidade para a mulher pode ser escassa, as ações para a capacitação profissional e mentoria, bem como programas de apoio para inclusão ou reintegração no mercado de trabalho, são cada vez mais necessárias e buscam o empoderamento das mulheres, dando-lhes autonomia financeira e maior participação na economia local do município, atribuindo positivamente na dinâmica familiar e social de Muriaé. Essa ação gera renda e também combate a estereótipos enraizados, colaborando para a equidade de gênero, constituindo um importante avanço social. A empresa busca estimular a discussão da população sobre o meio ambiente e boas práticas, construindo uma cultura da responsabilidade ambiental compartilhada e que pode ser relevante na proteção da biodiversidade do município.

O impacto dessas atividades sobre o patrimônio cultural e social de Muriaé é indiscutível, ainda que indireto. O patrimônio cultural de um município não é apenas os seus edifícios históricos tombados, como o Arquivo Histórico, mas também os seus bens imateriais: as tradições, as práticas de vida, o conhecimento, as expressões culturais. Projetos educativos fazem o saber pelos jovens aumentarem com: programas de incentivo à leitura ou à arte incrementam o universo cultural com o qual os seus habitantes lidam; as ações de capacitação, por sua vez. Ao propiciar capacitação profissional e ambiental, essas ações ajudam a sociedade de Muriaé, despertando habilidades, conhecimentos e um sentimento coletivo em favor do desenvolvimento sustentável. Elas colaboram com a construção de uma identidade local forte e contribuindo com a instabilidade social dos habitantes do município no que diz respeito aos desafios das atividades como a mineração.

Assim, procurando cultivar um legado positivo, essas ações se alinham com as dificuldades gerais da atividade das mineradoras e com os caminhos de desenvolvimento futuro do município. Não somente as ações propostas, é necessário reconhecer que a complexidade da relação entre mineração e comunidade, é preciso um compromisso contínuo e transparente. Superar a desconfiança e garantir que as ações socioambientais sejam percebidas como genuínas e de impacto duradouro são desafios persistentes. Entretanto, engajar-se em projetos que visem à educação, capacitação e proteção ambiental é o sinal de que se tem uma evolução da compreensão do papel das mineradoras, fazendo com que elas se alinhem parcialmente com as aspirações de desenvolvimento sustentável da comunidade de Muriaé. Essa visão é fundamental para a construção do futuro, de maneira que, diante da presença da indústria, o social e cultural do município também tenha espaço e participe de uma parte importante de todo o processo, complementando as iniciativas que tentam encontrar soluções inovadoras, como a transformação de rejeitos em habitações os tornando construtivos e humanizados.

## 6. Inovação Construtiva e Habitação Social

A proposta de utilizar os rejeitos de bauxita, um material ambiental complexo, como matéria-prima para novos materiais de construção como blocos, concretos e argamassa, representa um salto muito relevante para a sustentabilidade pensando em um aspecto global e não somente no município discutido, transformamos um problema em solução. Essa abordagem não apenas minimiza os riscos de desastres, como os já vivenciados em Minas Gerais, mas também economiza recursos naturais virgens, alinhando a construção civil com os princípios da economia circular. Para as famílias de baixa renda que sonham com uma moradia segura e acessível, essa inovação tem um valor imenso. A utilização de materiais alternativos e potencialmente mais econômicos, vindo de rejeitos industriais, pode viabilizar a construção de casas de forma mais eficiente e barata, tornando os conjuntos habitacionais mais acessíveis. Isso representa não só um teto, mas um ambiente que oferece dignidade, segurança, saúde e perspectivas de futuro para muitas famílias em Muriaé. A tecnologia e a sustentabilidade andam juntas, podendo construir não apenas paredes, mas comunidades mais justas, mostrando que a mineração pode, sim, gerar legados positivos e inovações que transformam vidas.

## 7. Conclusão

Em Muriaé, a complexidade e a problemática que envolvem a interação entre a

mineração e o espaço sempre foram escritas em capítulos. Vimos que a exploração da bauxita, apesar de economicamente relevante, causou impactos e danos estruturais ao patrimônio das moradias nas vidas delas, como no desastre do Rio Pomba Mineração, e profundas transformações da paisagem e do cotidiano da convivência das vidas comunitárias. São ecos de um modelo que, por muito tempo, desconsiderou a totalidade do que é patrimônio urbano e cultural, além do que seria os seus aspectos mais visíveis, ignorando a tradição de um lugar.

Contudo, a trajetória de Muriaé também não se limita aos obstáculos enfrentados. Assim como o pessoal da Serra do Brigadeiro, o povo de Muriaé subiu à cena, exigindo "Zonas Livres de Mineração", com força e paixão, defendendo seus rios, suas terras cultivadas e seus caminhos. Essa luta pela proteção do território não é somente um ato de resistência, mas a construção de um novo futuro possível e já iniciado, que não é frequentemente imposto. É o protagonismo popular que garante que o patrimônio social e cultural, esta herança viva de conhecimento e relações, esteja protegido e valorizado, passando pelas conquistas concretas tais como as diretrizes do Plano Diretor.

Nesse cenário de desafios superados pela resiliência e uma visão promissora de futura no município, surge uma oportunidade transformadora: o reaproveitamento dos rejeitos de bauxita na construção civil. Aquilo que antes era visto apenas como um problema, uma "lama vermelha" com aspecto tóxico a ser contida em represas, pode agora se tornar a matéria-prima para a dignidade na construção de muitas famílias. Esses grandes volumes de resíduos, que permeiam o meio ambiente e as comunidades, podem ser transformados em blocos e materiais para erguer conjuntos habitacionais. Isso não é apenas um avanço tecnológico; é um ato de justiça social. Milhões de famílias de baixa renda sonham por um lar seguro, e essa inovação oferece um caminho para construir não apenas casas mais acessíveis e sustentáveis, mas lares repletos de esperança. Mesmo com dificuldades para um estudo de certa forma, é incerto.

É sim, possível construir uma relação mais sustentável entre a mineração, o patrimônio e a sociedade. A responsabilidade social de empresas como a CBA, que está localizada e tem influência no município de Muriaé, ao investir em capacitação, educação e cultura, complementa essa visão. Ao fortalecerem a comunidade, essas ações tecem uma nova trama, mostrando que o desenvolvimento econômico e o respeito ao território podem andar de mãos dadas. Que o exemplo de Muriaé, de sua comunidade atenta e de sua busca por soluções inovadoras, ressoe por todo o país. Que ele sirva de farol, demonstran-

do que a tecnologia, aliada à consciência social, pode redefinir o legado da mineração. É tempo de enxergar o potencial onde antes havia apenas destruição, de transformar riscos em oportunidades e de permanência no futuro sobre bases mais justas e resilientes.

Ao transformar rejeitos em moradia, construímos também novas formas de pertencimento e respeito ao território onde os povos habitam e ainda habitavam um dia.

## 8. Referências Bibliográficas

ALMG. **Frede ameaçado em Muriaé entra em programa de proteção.** Belo Horizonte, 27 jun. 2017. Disponível em:

[https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2017/06/27\\_direitos\\_humanos\\_ameaca\\_mineracao\\_frei\\_muriael\\_belisario.html](https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2017/06/27_direitos_humanos_ameaca_mineracao_frei_muriael_belisario.html). Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL DE FATO. **Moradores de Muriaé (MG) barram mineração e transformam área em Patrimônio Hídrico.** Belo Horizonte, 12 dez. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/12/moradores-de-muriae-mg-barram-mineracao-e-transformam-area-em-patrimonio-hidrico/>. Acesso em: 15 maio 2025.

CETEM. SIQUEIRA, L. **Rejeito de bauxita (lama vermelha): caracterização e aplicações tecnológicas.** [S. I.]: CETEM, [s.d.]. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/715/1/Lucimar%20Siqueira.pdf>. Acesso em: 17 maio 2025.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. MG – **Rompimentos de barragens de rejeitos da Rio Pomba Mineração comprovam os riscos da atividade minerária....** Rio de Janeiro, 21 dez. 2009. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflieto/mg-rompimentos-de-barragens-de-rejeitos-da-rio-pomba-mineracao-comprovam-os-riscos-da-atividade-mineraria-para-a-sustentabilidade-hidrica-de-minas-gerais-e-estados-a-jusante-das-suas-bacias-hidrogra/>. Acesso em: 23 maio 2025.

MUNICÍPIO DE MURIAÉ. **Lei Ordinária Nº 5.915, de 03 de setembro de 2019.**

Muriaé, 03 set. 2019. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/mg/m/muriae/lei-complementar/2019/592/5915/lei-complementar-n-5915-2019-institui-o-plano-diretor-participativo-de-muriae-e-da-outras-providencias> Acesso em: 25 maio 2025. 55

**SCIELO BRASIL. Potencial de utilização da lama vermelha como matéria-prima na produção de materiais cerâmicos e cimentícios.** São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ce/a/BhBVfC3kZWby73Tv6BFTCBG/>. Acesso em: 27 maio 2025.

## 7.4.2. Eixo 2 – Tecnologia e Tradição: Como a tecnologia pode ser uma aliada na documentação e preservação de saberes e práticas culturais, criando uma ponte entre o passado e o futuro.

### 7.4.2.1. Escopo conceitual do eixo

Conforme o edital, o eixo articula tecnologias (digitais e analógicas) e práticas tradicionais, explorando como a inovação pode valorizar, comunicar e salvaguardar repertórios culturais, sem fetichizar a técnica ou subalternizar saberes locais.

### 7.4.2.2. Contribuições dos trabalhos

Sem submissões localizadas neste eixo temático.

### 7.4.2.3. Síntese analítica

A lacuna reforça a oportunidade de estudos sobre digitalização crítica de acervos, modelagens 3D de sítios, reconstituições processuais (técnicas construtivas, ofícios) e tecnologias sociais de documentação comunitária – sem dissociar métrica técnica de valor cultural.

### 7.4.2.4. Implicações e proposições

- Protocolos abertos para documentação 3D/geo (padrões de metadados; licenças abertas).
- Laboratórios de técnica tradicional (ofícios, materiais, restauro “com a comunidade”).
- Critérios éticos para uso de tecnologias em contextos sensíveis (memórias subalternizadas).

## 7.4.3. Eixo 3 – Educação para a Sustentabilidade Cultural: Estratégias educativas que promovem a conscientização sobre a importância do patrimônio imaterial para a sustentabilidade da identidade cultural.

### 7.4.3.1. Escopo conceitual do eixo

O edital delimita práticas de educação para o patrimônio em perspectiva de sustentabilidade cultural: escola–museu–território como ecossistema pedagógico (sequências didáticas, mediações, avaliação formativa).

### 7.4.3.2. Contribuições dos trabalhos do eixo

**Etnobotânica e a Relação entre Homens e Plantas:** valorizando práticas de saberes ancestrais como fonte de identidade e pertencimento cultural (Márcio Henrique Francisco de Souza). Projeto situado no Museu dos Bancos de Pedra,

com oficinas, questionários e mediações; plantas e saberes locais funcionam como dispositivos de letramento territorial.

#### 7.4.3.3. Síntese analítica

A contribuição reposiciona a educação patrimonial como ecologia de saberes: patrimônio não como objeto externo, mas plataforma pedagógica que integra natureza, memória e museu; evidencia avaliação formativa, integração museu-escola e animação sociocultural replicável em rede municipal.

#### 7.4.3.4. Implicações e proposições

- Sequências didáticas multimodais (ciências + história + artes), rubricas de avaliação e portfólios digitais.
- Formação docente continuada em educação patrimonial; guia de atividades para museus locais.
- Repositório aberto escolar-museal (materiais, vídeos, planos de aula, lições aprendidas).

#### 7.4.3.5. Artigos aprovados no Eixo 3

**1. ETNOBOTÂNICA E A RELAÇÃO ENTRE HOMENS E PLANTAS: valorizando práticas de saberes ancestrais como fonte de identidade e pertencimento cultural.**

## ETNOBOTÂNICA E A RELAÇÃO ENTRE HOMENS E PLANTAS: valorizando práticas de saberes ancestrais como fonte de identidade e pertencimento cultural

DE SOUZA, MARCIO HENRIQUE FRANCISCO.

Centro Internacional de Pesquisa Integralize  
Avenida Rio Branco, 404, Torre II, 1203 - Centro, Florianópolis - SC, 88015-200  
[contato@integralize.online](mailto:contato@integralize.online)

### RESUMO

O presente artigo analisa a relação entre a etnobotânica e os saberes ancestrais, defendendo sua valorização como elemento essencial de identidade e pertencimento cultural. A partir de uma abordagem interdisciplinar, o estudo destaca como os conhecimentos tradicionais sobre o uso de plantas — medicinais, alimentares e espirituais — preservados por comunidades indígenas, quilombolas e rurais, constituem formas legítimas de resistência frente à modernização e à marginalização cultural. Esses saberes, transmitidos pela oralidade e prática cotidiana, são fontes vivas de memória coletiva e conservação da biodiversidade, revelando-se estratégicos para a construção de políticas públicas e ações educativas que reconheçam as culturas tradicionais como detentoras de um patrimônio imaterial rico e ameaçado. Ao articular a etnobotânica à educação patrimonial e à sustentabilidade cultural, o artigo argumenta que é urgente incorporar tais conhecimentos nos currículos escolares, nas práticas de saúde e nas tecnologias de registro e salvaguarda. Conclui-se que o fortalecimento desses saberes não apenas assegura a continuidade de práticas identitárias, mas também contribui para a formação de uma sociedade mais diversa, consciente e enraizada em seus próprios valores culturais. Valorizar a relação entre homens e plantas é, portanto, reconhecer a sabedoria ancestral como parte essencial do futuro.

**Palavras-chave:** Etnobotânica; Saberes ancestrais; Patrimônio imaterial; Educação; Sustentabilidade cultural.

## Introdução

A crescente preocupação com a sustentabilidade cultural, aliada à valorização dos saberes ancestrais, tem estimulado o desenvolvimento de estratégias educativas que promovam a integração entre o conhecimento tradicional e o saber científico. No Brasil, país de vasta diversidade biológica e cultural, a etnobotânica surge como um campo de estudo essencial para compreender as interações históricas e contemporâneas entre as populações e o universo vegetal. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2015), o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético compreende práticas, inovações e saberes das populações tradicionais que resultam de sua interação com o meio ambiente. Essa relação é especialmente significativa para grupos indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas e outras manifestações culturais que, ao longo dos séculos, desenvolveram complexos sistemas de práticas, rituais e saberes voltados para o manejo sustentável das plantas. Como observa Fontenele e Rosal (2024, p. 3), os saberes locais sobre plantas medicinais são um patrimônio cultural que deve ser valorizado e preservado como parte da identidade de um povo. A etnobotânica tem sido ameaçada por políticas públicas desarticuladas, musealização indevida e a perda dos habitats naturais, o que compromete o registro e a prática dos saberes populares.

O presente artigo propõe uma análise multidisciplinar que articula o tema central aqui apresentado e a educação para a sustentabilidade cultural. O objetivo é discutir como práticas baseadas em saberes ancestrais podem ser integradas a programas educativos, contribuindo não apenas para o fortalecimento da identidade cultural, mas também para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável. De acordo com Xavier e Flôr (2015, p. 310), a educação científica deve reconhecer os saberes populares como formas legítimas de conhecimento que dialogam com os conteúdos escolares. Nessa perspectiva, Rocha, Boscolo e Fernandes (2015, p. 68) afirmam que a etnobotânica é um instrumento importante para a valorização e identificação de potenciais de proteção do conhecimento tradicional. Como afirma Oliveira (2023, p. 70), a cultura local se expressa por meio da relação das comunidades com a paisagem e com os elementos naturais que a compõem. Puga (2024, p. 15) reforça que ações educativas comprometidas com a preservação dos saberes tradicionais são fundamentais para a construção de uma consciência ambiental crítica e identitária.

Este estudo está estruturado a partir de uma fundamentação teórica robusta que discute a relação entre etnobotânica e identidade cultural, evidenciando como os

saberes tradicionais servem de alicerce para a construção de vínculos identitários e de pertencimento. Para Sanzio Pimenta et al. (2025, p. 27), o uso de plantas medicinais em comunidades quilombolas revela uma prática ancestral que carrega significados culturais e sociais profundos. Além disso, o artigo explora estratégias educativas que promovam a sustentabilidade cultural, destacando a importância da articulação entre a educação formal e não formal na transmissão dos conhecimentos ancestrais. Xavier e Flôr (2015, p. 312) observam que a valorização dos saberes populares contribui para o reconhecimento de identidades locais e a construção de currículos escolares mais contextualizados. É necessário criar pontes entre o conhecimento científico e o tradicional, superando a visão dicotômica que os separa.

Um dos pontos centrais do presente trabalho é a análise de estudos de caso e exemplos práticos, com ênfase na pesquisa realizada no município de Estrela Dalva, Minas Gerais. Essa investigação de campo permitiu evidenciar como as práticas etnobotânicas estão incorporadas no cotidiano de comunidades locais, contribuindo para a preservação do patrimônio imaterial e para a promoção de um desenvolvimento regional que respeita as tradições culturais. De acordo com Fontenele e Rosal (2024, p. 10), os conhecimentos tradicionais são fundamentais para a gestão dos recursos naturais de forma sustentável, especialmente em comunidades que mantêm práticas ancestrais. Albergaria (2021) aponta que o desaparecimento dos ambientes naturais ameaça a transmissão dos saberes etnobotânicos que dependem da vivência direta com as plantas. Puga (2024, p. 89) salienta que a inserção de conteúdos sobre práticas tradicionais nas escolas pode fortalecer a identidade local e sensibilizar as novas gerações quanto ao valor do patrimônio imaterial. Sanzio Pimenta et al. (2025, p. 35) ressalta que as narrativas dos anciãos e guardiões de saberes constituem uma rica fonte de conhecimento e devem ser consideradas nos processos educativos.

Adicionalmente, discute os desafios e as perspectivas futuras para a integração dos saberes ancestrais nos processos educativos e na formulação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade cultural. Entre os desafios identificados estão a necessidade de superar barreiras institucionais, a desvalorização dos saberes tradicionais e a perda gradual do conhecimento tradicional decorrente da modernização e da globalização. Xavier e Flôr (2015, p. 319) destacam que a resistência institucional e o preconceito epistêmico ainda dificultam a legitimação dos saberes populares no ambiente escolar. Para tal, é urgente a promoção de políticas públicas que garantam a salvaguarda dos conhecimentos tradicionais em contextos comunitários e educativos. Santos (2025) aponta que o ensino de etnobotânica na educação básica ainda é incipiente, apesar do seu potencial para promover a consciência ambiental e o respeito à diversidade cultural. Fon-

tenele e Rosal (2024, p. 14) reforçam que a valorização dos saberes tradicionais contribui não apenas para a preservação cultural, mas também para o empoderamento das comunidades detentoras desses conhecimentos.

Por outro lado, as perspectivas apontam para um cenário promissor, em que o reconhecimento e a integração dos conhecimentos ancestrais podem gerar novas oportunidades para a construção de uma sociedade mais inclusiva, consciente e sustentável. De acordo com Sanzio Pimenta et al. (2025, p. 42), a etnobotânica pode atuar como ponte entre diferentes formas de conhecimento, promovendo o diálogo intercultural e a construção de soluções sustentáveis. Segundo Rocha, Boscolo e Fernandes (2015, p. 72), a proteção legal e a valorização simbólica do saber tradicional são caminhos promissores para a construção de políticas inclusivas e eficazes. Albergaria (2021) observa que a continuidade dos saberes etnobotânicos depende de sua transmissão e atualização em contextos educativos formais e informais. Puga (2024, p. 122) destaca que a sustentabilidade cultural exige investimentos em educação, pesquisa e ações articuladas entre diferentes setores da sociedade.

Em síntese, este artigo propõe a apresentar uma reflexão crítica sobre a relevância da etnobotânica na promoção da identidade e do pertencimento cultural, consolidando a importância dos saberes ancestrais como instrumentos de educação, preservação do patrimônio imaterial e desenvolvimento sustentável. Ao fazê-lo, busca oferecer conceitos teóricos e práticos que apoiam iniciativas educacionais e políticas públicas voltadas para a sustentabilidade cultural, reafirmando o papel dos conhecimentos tradicionais na construção de uma sociedade que valorize suas raízes e sua diversidade. Como afirma o IPHAN (2015), os conhecimentos tradicionais representam uma riqueza inestimável que deve ser respeitada, valorizada e integrada aos processos sociais contemporâneos.

## Fundamentação Teórica

A etnobotânica é uma disciplina científica que investiga as interrelações entre os grupos humanos e as plantas, considerando aspectos culturais, sociais, econômicos e ecológicos. Seu desenvolvimento tem raízes históricas profundas, iniciando a partir dos primeiros contatos entre colonizadores e povos originários, onde se evidencia a riqueza dos conhecimentos tradicionais sobre o uso das plantas para alimentação, medicinas, rituais e uma infinidade de práticas cotidianas. A etnobotânica, ao reconhecer o saber tradicional como elemento fundamental, valoriza o conhecimento local como parte essencial da identidade

cultural (Donazzolo et al., 2020). Esse intercâmbio de saberes não só permitiu a compreensão da diversidade biológica presente nas diferentes regiões do planeta, mas também contribuiu significativamente para o reconhecimento e a valorização das práticas culturais enraizadas na relação homem-planta. Esses saberes refletem uma cosmovisão distinta, em que a natureza e o sagrado se entrelaçam (Diniz, 2019). Assim, se apresenta como um campo interdisciplinar que integra contribuições da antropologia, história, ecologia e sociologia, entre outras áreas, para oferecer uma visão mais ampla das interações simbióticas que moldam a identidade cultural dos grupos sociais. Segundo o IFMG (2023), o conhecimento etnobotânico nas comunidades tradicionais brasileiras atua como vetor de sustentabilidade e preservação identitária.

Os saberes ancestrais constituem um patrimônio imaterial de imenso valor, que se manifesta por meio de técnicas, rituais, histórias orais e práticas cotidianas, e que, por meio da transmissão de geração em geração, formam a base da identidade cultural de inúmeros grupos. A transmissão oral desses saberes é fundamental para a manutenção da memória e da cultura (Etnobotânica, [s.d.]). Essas tradições, frequentemente negligenciadas pelos paradigmas científicos modernos, demonstram uma visão holística do mundo, na qual a natureza e a cultura interagem de forma inseparável. O conhecimento tradicional possui uma abordagem sistêmica do ambiente natural (IPHAN, 2015). Por exemplo, as técnicas de cultivo, o preparo de remédios naturais, os rituais de cura e as práticas alimentares são elementos que ilustram como o conhecimento tradicional é fundamental para a gestão sustentável dos recursos naturais. Esses saberes não apenas garantem a subsistência das comunidades, mas refletem modos de vida sustentáveis (Investigações em Ensino de Ciências, 2022). Essa abordagem integrada não somente preserva a diversidade cultural, mas também oferece mecanismos práticos para a conservação dos ecossistemas, fortalecendo a conexão entre meio ambiente e identidade.

Na perspectiva da educação para a sustentabilidade cultural, a valorização dos saberes ancestrais torna-se essencial para a manutenção dos elementos naturais e das identidades e tradições que promovem o senso de pertencimento das comunidades. A valorização dos saberes tradicionais nas práticas pedagógicas fortalece o vínculo cultural com o território (Donazzolo et al., 2020). Essa integração é vista como uma estratégia educativa inovadora, capaz de promover o diálogo entre o conhecimento tradicional e o saber científico. A etnobotânica no ensino pode estimular a percepção crítica sobre as relações entre cultura e natureza (Investigações em Ensino de Ciências, 2022). Ao incluir os saberes ancestrais em ambientes educacionais, tanto na educação formal quanto na não

formal, é possível construir uma base pedagógica que enfatize a importância da diversidade cultural e da conservação ambiental. A articulação entre os diferentes saberes promove uma educação ambiental contextualizada (IFMG, 2023). Dessa forma, programas educativos podem contribuir para a formação de uma cidadania crítica e consciente, orientada para a sustentabilidade e para a preservação do patrimônio imaterial.

A relação entre etnobotânica e identidade cultural evidencia, ainda, a inter-relação intrínseca entre cultura, meio ambiente e o bem-estar das comunidades. Por meio dessa lente, os saberes ancestrais permitem que se compreenda como os grupos humanos, utilizando seus conhecimentos tradicionais, estabelecem práticas sustentáveis de manejo das plantas que, ao mesmo tempo, reforçam sua memória coletiva e fortalecem seus vínculos sociais. A etnobotânica revela como o manejo das plantas reforça os vínculos simbólicos e sociais nas comunidades (Diniz, 2019). Esses saberes não são estáticos, mas sim dinâmicos, adaptando-se às mudanças ambientais e às novas demandas sociais sem perder sua essência, o que demonstra a resiliência e a relevância desses conhecimentos para a promoção de estratégias de desenvolvimento sustentável. O saber tradicional é dinâmico, ressignificando-se constantemente em novas realidades (Etnobotânica, [s.d.]). Dessa maneira, a etnobotânica não só documenta práticas tradicionais, mas também propõe uma reflexão crítica sobre a forma como essas práticas podem ser integradas a políticas públicas e estratégias educacionais voltadas para a sustentabilidade cultural. Conforme aponta Diegues (2001), a valorização dos saberes tradicionais é essencial para a construção de alternativas sustentáveis baseadas na realidade local.

No contexto das cidades e regiões, a valorização dos saberes ancestrais pode assumir um papel ainda mais estratégico quando articulada a projetos de extensão e iniciativas interinstitucionais. Em localidades como o município de Estrela Dalva, Minas Gerais, por exemplo, a pesquisa em etnobotânica tem revelado a profundidade das práticas culturais e a importância dos conhecimentos tradicionais para a sustentabilidade dos recursos naturais locais. Projetos de extensão etnobotânicos contribuem para a valorização da cultura local e da biodiversidade. Tais estudos de caso são fundamentais para demonstrar como esse conhecimento pode servir como um catalisador para o desenvolvimento de estratégias educativas que respeitem e promovam a identidade cultural de cada região. A interação universidade-comunidade fortalece as redes de transmissão cultural (Donazzolo et al., 2020). Esses projetos, ao estabelecerem parcerias entre universidades, órgãos governamentais e comunidades locais, têm o potencial de fortalecer as redes de transmissão do

saber, promover a inclusão social e, consequentemente, estimular práticas de gestão ambiental mais efetivas e contextualizadas. O diálogo de saberes é um caminho promissor para práticas educativas transformadoras.

Além dos estudos de caso regionais, a literatura aponta desafios e perspectivas futuras para a consolidação dos saberes ancestrais como fonte de identidade e pertencimento. Entre os principais desafios, destaca-se a necessidade de superar barreiras institucionais e culturais que frequentemente desvalorizam os conhecimentos tradicionais, assim como a perda gradual desses saberes diante do avanço da modernização e da globalização, como já mencionado. A modernidade impõe uma lógica que frequentemente marginaliza o saber tradicional (Diegues, 2001). Por outro lado, as perspectivas apontam para um cenário promissor, em que a integração dos saberes ancestrais aos sistemas educativos pode transformar a maneira como se concebe a sustentabilidade cultural. O reconhecimento legal e institucional dos saberes tradicionais é um passo fundamental (IPHAN, 2015). A emergência de políticas públicas inclusivas e a crescente atenção da sociedade para a preservação do patrimônio imaterial são indicativos de que os saberes tradicionais poderão, futuramente, ocupar um espaço central no debate sobre desenvolvimento sustentável e identidade cultural. Esses saberes são elementos chave na construção de novos paradigmas de sustentabilidade.

Face a esses paradigmas, a fundamentação teórica deste artigo busca evidenciar que a etnobotânica, como campo de estudo, não se limita à mera observação da relação entre homens e plantas, mas se amplia para a compreensão das práticas culturais que, através do tempo, configuraram uma base essencial para a identidade e o pertencimento dos grupos sociais. A etnobotânica constitui um meio de valorização dos saberes silenciados pelo modelo hegemônico de ciência (Diniz, 2019). Ao explorar esses saberes ancestrais, o presente trabalho pretende dar luz a discussão sobre as práticas metodológicas para a integração dos conhecimentos tradicionais em estratégias educativas que promovam a sustentabilidade cultural, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais consciente de suas raízes, respeitosa com sua diversidade e comprometida com a preservação do meio ambiente.

### **A relação entre etnobotânica, identidade cultural e estratégias educativas para a sustentabilidade cultural**

Ao longo dos séculos, as interações entre seres humanos e o universo vegetal moldaram práticas culturais profundas em inúmeros grupos sociais. Os saberes

etnobotânicos — englobando o uso tradicional das plantas para alimentação, remédios, rituais e festividades — são testemunho vivo de uma relação holística e sustentável que integra saúde, alimentação e espiritualidade. Segundo Jesus (2022, p. 45), a sabedoria ancestral sobre as plantas representa um elo entre o bem-estar físico e a espiritualidade comunitária. Essa conexão não apenas supriu as necessidades básicas das comunidades, mas também constituiu um importante vetor de identidade cultural e pertencimento, reforçando valores e tradições que perduram na memória coletiva dos povos indígenas, quilombolas e rurais. Para Moraes et al. (2024, p. 12), os saberes tradicionais são pilares das práticas cotidianas e da resistência cultural dos povos originários.

Historicamente, os conhecimentos sobre o manejo de plantas foram predominantemente passados de geração em geração, formando a base das práticas culturais e contribuindo para a sustentabilidade dos recursos naturais. Conforme ressalta Souza (2025, p. 22), as práticas de uso das plantas medicinais no Brasil colônia foram sistematizadas por meio da oralidade e da vivência familiar. No entanto, o paradigma científico ocidental, por muito tempo, negligenciou essas práticas tradicionais, preferindo abordagens tecno-científicas que muitas vezes desconsideravam o contexto cultural e social dos saberes ancestrais. Kovalski e Obara (2013, p. 914) apontam que a ciência moderna desconsiderou por séculos os saberes empíricos dos povos, classificando-os como não científicos. Essa marginalização resultou na perda gradual de importantes conhecimentos, especialmente diante da modernização, urbanização acelerada e expansão do modelo econômico extrativista, que impôs desafios significativos à preservação de técnicas e rituais tradicionais. De acordo com Silva et al. (2015, p. 72), a globalização intensificou a perda de práticas etnobotânicas ao substituir o conhecimento tradicional por insumos industriais.

Nesse cenário, a etnobotânica ressurge como campo interdisciplinar capaz de resgatar e valorizar esses saberes, promovendo o diálogo entre o conhecimento tradicional e o saber científico. Conforme enfatiza o Museu Paraense Emílio Goeldi (2023), a etnobotânica permite reconectar os saberes indígenas à ciência formal, criando pontes entre mundos distintos. Ao investigar as relações entre homens e plantas, a disciplina não apenas documenta práticas ancestrais, mas também evidencia a importância dessas interações para a conservação da biodiversidade e para a manutenção das identidades culturais. A compreensão dessa relação complexa pode orientar estratégias que integrem os saberes ancestrais aos processos educativos, contribuindo para uma formação crítica dos cidadãos e para o fortalecimento das raízes culturais em um mundo globalizado.

Uma das principais estratégias para promover a sustentabilidade cultural é a inserção dos saberes etnobotânicos nos currículos escolares, abrangendo tanto a educação básica quanto o ensino superior. De acordo com Silva et al. (2020, p. 7), a inclusão das relações étnico-raciais e dos saberes tradicionais nas escolas promove o reconhecimento identitário dos estudantes. Essa abordagem curricular possibilita que os estudantes compreendam, de maneira contextualizada, a relevância dos conhecimentos tradicionais para a preservação dos ecossistemas e do patrimônio cultural. Segundo Kovalski e Obara (2013, p. 921), o ensino de etnobotânica nas escolas promove a construção de um saber crítico e contextualizado. Ao articular a educação formal com a cultura local, cria-se um ambiente propício para o reforço da identidade dos alunos, incentivando uma visão crítica e consciente dos desafios ambientais e sociais contemporâneos.

Além do ambiente escolar, projetos de extensão e oficinas comunitárias desempenham papel fundamental na difusão dos saberes ancestrais. O projeto da Universidade Federal do Tocantins (UFT, 2024) destaca que as atividades extensionistas registram e valorizam os saberes culturais sobre plantas medicinais nas comunidades quilombolas. Tais iniciativas favorecem o intercâmbio entre pesquisadores, professores e membros das comunidades locais, criando espaços de diálogo e cooperação. Quando as práticas etnobotânicas são registradas e reproduzidas em material pedagógico contextualizado, elas se transformam em recursos didáticos que enriquecem a prática educativa e fortalecem o senso de pertencimento das comunidades.

A incorporação das tecnologias digitais emerge como uma ferramenta estratégica na preservação e transmissão dos saberes etnobotânicos. Conforme o Museu Paraense Emílio Goeldi (2023), as plataformas digitais têm o potencial de dar visibilidade às práticas tradicionais, conectando territórios e ampliando seu alcance. Por meio de plataformas online, aplicativos e mídias sociais, é possível registrar práticas tradicionais e difundi-las para um público amplo e diversificado, conectando comunidades que, de outra forma, permaneceriam isoladas. Souza (2025, p. 29) afirma que a digitalização dos conhecimentos populares é um meio eficaz de preservação e democratização do saber ancestral. Assim, a tecnologia não apenas difunde o saber tradicional, mas também atua como um catalisador para a construção de redes de apoio que podem impulsionar políticas públicas voltadas para a sustentabilidade cultural.

A efetividade dessas estratégias educativas depende, em grande medida, da articulação entre diversas instituições de ensino, órgãos governamentais e orga-

nizações da sociedade civil. Para Silva et al. (2015, p. 81), a valorização do conhecimento tradicional exige políticas públicas que dialoguem com as realidades locais e promovam ações intersetoriais. A implementação de políticas públicas que valorizem o patrimônio imaterial é essencial para a promoção de projetos colaborativos que integrem a etnobotânica aos programas educativos e ao planejamento regional sustentável. Como argumenta Xavier e Flôr (2015, p. 323), o reconhecimento institucional dos saberes populares é condição essencial para sua permanência e valorização.

Em estudos realizados no município de Estrela Dalva, em Minas Gerais, por exemplo, observou-se que os conhecimentos sobre as plantas estão intimamente ligados à identidade cultural das comunidades locais. Relatos e pesquisas de campo evidenciam que a prática do manejo sustentável das plantas, associada a rituais e festividades, constitui um elemento central de coesão social e transmissão de saberes. Segundo Moraes et al. (2024, p. 18), o uso simbólico e medicinal das plantas em contextos rituais é fundamental para a coesão cultural das comunidades tradicionais. Essas iniciativas mostram como a integração do conhecimento tradicional com práticas educativas pode reverter processos de erosão cultural e contribuir significativamente para a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento das identidades regionais.

Conclui-se que a relação entre etnobotânica, identidade cultural e estratégias educativas para a sustentabilidade cultural é multifacetada e repleta de potencialidades para a construção de uma sociedade mais integrada e consciente de suas raízes. A valorização dos saberes ancestrais não é apenas uma ferramenta para a preservação do patrimônio imaterial, mas também um caminho para a promoção de um desenvolvimento sustentável que respeite a diversidade cultural e ambiental. Como afirma Jesus (2022, p. 62), preservar os saberes tradicionais é um ato de resistência e de futuro. Ao integrar esses conhecimentos aos sistemas educativos e às políticas públicas, é possível criar um modelo de gestão e preservação que, ao mesmo tempo, reafirma a importância do passado e projeta as bases para um futuro sustentável e plural.

### **Estudos de caso e exemplos práticos: a etnobotânica e a preservação dos saberes ancestrais em Estrela Dalva/MG**

Diversos estudos de campo têm demonstrado que, em comunidades indígenas, o conhecimento etnobotânico é essencial para a manutenção da saúde e do equilíbrio ecológico. Segundo Cavalcante e Scudeller (2022, p. 4), a etnobotânica se mostra como ferramenta de preservação ambiental, uma vez

que integra os saberes tradicionais com práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais. Por meio de rituais e práticas cotidianas, essas comunidades evidenciam como a gestão ambiental pode ocorrer de forma integrada, respeitando os ciclos naturais e promovendo a diversidade biológica.

Os povos tradicionais relacionam-se com as plantas por meio de um sistema simbólico, que vai além da utilidade prática. Os sistemas de classificação e uso das plantas são, nesse contexto, profundamente complexos e constituem elementos fundamentais na construção da identidade cultural indígena, onde cada espécie possui significados simbólicos e práticos que se refletem na organização social e ritualística dos grupos. Para Goulart et al. (2021, p. 3), as plantas medicinais representam, para muitas culturas, uma ponte entre o mundo físico e o espiritual, sendo imprescindíveis nas celebrações e nos rituais.

De maneira análoga, grupos quilombolas e outras comunidades tradicionais mantêm uma ligação robusta com a natureza, perceptível nas práticas de cultivo, na preparação de remédios naturais e na realização de festividades que celebram a herança cultural. Segundo Diniz (2019, p. 10), as farmacopeias afro-brasileiras são construídas a partir de um saber compartilhado que articula experiências sensíveis, religiosas e práticas cotidianas. Tais ambientes se configuram como espaços privilegiados para o desenvolvimento de projetos educativos que visam restaurar e dinamizar a memória coletiva, promovendo a transmissão de técnicas ancestrais e contribuindo para um desenvolvimento sustentável que respeite os saberes tradicionais. Conforme Delwing et al. (2007, p. 3), a etnobotânica pode auxiliar na valorização e no resgate dos recursos genéticos locais e na manutenção da identidade cultural. A integração desses conhecimentos em políticas educacionais e de extensão pode ser uma ferramenta poderosa para fortalecer a identidade cultural e promover a resiliência das comunidades diante das transformações socioeconômicas e dos desafios da modernização. Da Silva Borges, do Carmo Silva e do Socorro Rodrigues (2021, p. 437) reforçam que as práticas de resistência cultural estão diretamente associadas à continuidade dos saberes tradicionais, mesmo diante da ausência de políticas públicas específicas.

Um exemplo elucidativo dessa abordagem é o estudo intitulado Etnobotânica e o estudo da diversidade cultural e patrimonial no município de Estrela Dalva/MG. Este projeto pesquisa a relação entre a comunidade local e o uso de plantas medicinais e espirituais, enfatizando a preservação do conhecimento tradicional.

A etnobotânica, enquanto campo interdisciplinar, investiga a interação entre os

seres humanos e a flora, abrangendo dimensões ecológicas, históricas, culturais e patrimoniais. Segundo Amorim e Araújo (2022, p. 6), na Umbanda, por exemplo, a escolha da planta não é aleatória, mas envolve conhecimento tradicional e espiritualidade. O estudo se insere num contexto de valorização do patrimônio imaterial, confirmando o papel das tradições na conservação da biodiversidade e na manutenção de práticas ancestrais que integram elementos da medicina popular, da religiosidade e da identidade local. Para Fontenele e Rosal (2024, p. 3), as comunidades tradicionais são depositárias de um conhecimento que não apenas cura, mas que fortalece os vínculos sociais e identitários.

Para a condução do estudo em Estrela Dalva/MG, foram adotadas metodologias qualitativas robustas, que combinaram a revisão bibliográfica com entrevistas semiestruturadas e observação participante. As entrevistas foram direcionadas a moradores, com especial atenção a curandeiros, benzedeiras e agricultores – figuras centrais na transmissão dos saberes etnobotânicos. Segundo o Instituto Federal de Minas Gerais (2023), os saberes etnobotânicos constituem um verdadeiro legado cultural, repassado oralmente de geração em geração. Essa abordagem, alicerçada em referenciais teóricos da Antropologia, da Etnobiologia e da história oral, permitiu identificar e analisar as espécies vegetais utilizadas no cotidiano e nos rituais da comunidade. Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2015), o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético é parte integrante do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Os dados coletados revelam que o conhecimento sobre o uso das plantas em Estrela Dalva é transmitido de maneira intergeracional, desempenhando um papel central na construção da memória coletiva e na resiliência cultural dos moradores.

Os resultados preliminares da pesquisa evidenciam, por exemplo, que o uso das plantas não se restringe a funções meramente medicinais, mas se estende a práticas espirituais e rituais que reforçam a identidade local. Para Donazzolo et al. (2020, p. 5), a relação com as plantas nos cultos afro-brasileiros é estruturante da identidade cultural e dos modos de vida.

Com o avanço da modernização e a crescente dependência da medicina alopática, as práticas tradicionais enfrentam sérios desafios, uma vez que a marginalização dos saberes ancestrais ameaça a continuidade dessas práticas. Segundo a equipe da 123 Ecos ([s.d.], p. 2), a etnobotânica revela o quanto as práticas ancestrais estão em risco frente à hegemonia científica moderna. Este cenário torna-se ainda mais preocupante diante das transformações socioeconômicas, que podem levar ao esquecimento dos métodos tradicionais e

à perda irreparável de conhecimento cultural essencial. Albergaria (2021) adverte que museus e outras instituições, ao padronizarem os saberes, podem representar ameaça imprevista à etnobotânica quando descontextualizam os conhecimentos locais.

Diante desse contexto, o estudo ressalta a necessidade da implementação de políticas de segurança e da promoção de ações educativas que incentivem o reconhecimento da etnobotânica como parte integrante do patrimônio cultural imaterial. Conforme a análise da revista *Investigações em Ensino de Ciências* (2022, p. 66), “é necessário reconhecer o saber de quem, saber por quê e saber como, no âmbito da etnobotânica, sobretudo nas escolas.” A pesquisa dialoga com teorias contemporâneas sobre patrimônio e diversidade cultural, entre as quais se destacam os conceitos de Lugar de Memória (Nora, 1984) e Saberes Tradicionais (Diegues, 2001). Tais referenciais teóricos reforçam a importância de reconhecer e valorizar as comunidades tradicionais como detentoras de conhecimentos fundamentais para a sustentabilidade ambiental e para a preservação da identidade regional. Como afirma Diegues (2001, p. 39), os saberes tradicionais são fundamentais para uma nova ética ambiental, baseada na diversidade e no respeito às culturas locais.

Em suma, o estudo de caso realizado em Estrela Dalva/MG evidencia que a etnobotânica não se restringe ao registro e análise das interações entre seres humanos e plantas, mas é também um campo essencial para a compreensão das dinâmicas culturais e patrimoniais locais. De acordo com a revista Valore, o diálogo entre cultura e natureza, promovido pela etnobotânica, é essencial para a construção de estratégias de desenvolvimento sustentável (Cavalcante; Scudeller, 2022, p. 6). Os resultados obtidos confirmam que a preservação dos saberes ancestrais e a sua integração em estratégias educativas são medidas indispensáveis para assegurar a continuidade das práticas tradicionais e, consequentemente, para fortalecer a diversidade biocultural e a identidade das comunidades. Por meio de uma abordagem interdisciplinar e participativa, este exemplo prático reforça o potencial transformador da etnobotânica na promoção de um desenvolvimento sustentável e na valorização do patrimônio imaterial, apontando para caminhos promissores na articulação entre tradição e inovação.

## Conclusão

Este artigo evidenciou a importância da etnobotânica como campo de estudo que vai além da simples observação da relação entre seres humanos e plantas, consolidando-se como uma ferramenta essencial para a valorização dos saberes 71

ancestrais e a construção da identidade cultural de diversos grupos brasileiros. Ao investigar as interações históricas e contemporâneas entre comunidades e o meio ambiente, ficou claro que os conhecimentos tradicionais – presentes em práticas alimentares, medicinais, religiosas e festivas – contribuem significativamente para a conservação da biodiversidade, o fortalecimento do senso de pertencimento e a preservação da memória coletiva.

A etnobotânica revela, assim, seu papel transformador ao integrar aspectos ecológicos, culturais e sociais. A articulação desses saberes com os sistemas educativos, por meio de metodologias interdisciplinares e colaborativas, mostra-se eficaz para promover a sustentabilidade cultural. A inserção desses conhecimentos nos currículos escolares, bem como a realização de projetos de extensão e oficinas comunitárias, favorece a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de valorizar tanto a diversidade biológica quanto o patrimônio imaterial de suas comunidades.

Além disso, a pesquisa em Estrela Dalva/MG tem demonstrado que a valorização da etnobotânica pode contribuir para a formulação de políticas públicas inclusivas, que reconheçam e protejam os saberes tradicionais frente aos desafios impostos pela modernização e pela marginalização dos conhecimentos tradicionais. A construção de parcerias entre instituições de ensino, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais surge como caminho necessário para garantir a continuidade das práticas ancestrais, reforçando o respeito à história, aos modos de vida tradicionais e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Desse modo, conclui-se que a etnobotânica não apenas amplia a compreensão sobre as interações ecológicas e culturais, como também se apresenta como um instrumento estratégico para o desenvolvimento sustentável e a valorização da diversidade cultural. Ao reconhecer e fortalecer esses saberes, contribui-se para a preservação da memória coletiva e para a construção de uma sociedade mais inclusiva, plural e em harmonia com seus saberes originários. O fortalecimento da etnobotânica, portanto, reafirma o compromisso com a valorização das tradições e com a construção de políticas educacionais e ambientais que respeitem e integrem a riqueza cultural dos povos que formam o Brasil.

## Referências Bibliográficas

ALBERGARIA, Danilo. Museu – Ameaça imprevista à etnobotânica. Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, 14 nov. 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa>.

[fapesp.br/ameaca-imprevista-a-etnobotanica/](https://fapesp.br/ameaca-imprevista-a-etnobotanica/). Acesso em: 13 abr. 2025.

AMORIM, Nayara Cristina Rosa; ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. **Que planta escolher?** Entre a fitorremediação e a etnobotânica: uma leitura de suas diversas funções, com o olhar para a Umbanda. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 6, n. 2, 2022.

CAVALCANTE, Felipe Sant'Anna; SCUDELLER, Veridiana Vizoni. **A etnobotânica e sua relação com a sustentabilidade ambiental**. *Revista Valore*, v. 7, 2022.

DA SILVA BORGES, Lediane; DO CARMO SILVA, João Batista; DO SOCORRO RODRIGUES, Doriedson. **Educação Ambiental e Cultura Quilombola**: entre ausências de políticas públicas e práticas de resistência. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 16, n. 1, p. 430-449, 2021.

DE SOUZA ROCHA, Kenny; DA SILVA FORSBERG, Maria Clara. **A Etnobotânica e o Ensino de Ciências na Educação Básica**: possíveis diálogos. *FLOVET-Boletim do Grupo de Pesquisa da Flora, Vegetação e Etnobotânica*, v. 2, n. 13, p. e2024014-e2024014, 2024.

DELWING, Andréa Becker et al. **A etnobotânica como ferramenta da validação do conhecimento tradicional**: manutenção e resgate dos recursos genéticos. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 2, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revista.aba-agroecologia.org.br/rba/article/view/6325>. Acesso em: 13 abr. 2025. Revista ABA Agroecologia

DIEGUES, Antônio, C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

DINIZ, Raphael Fernando. **Etnosaberes e culturas tradicionais afro-brasileiras**: farmacopeia, magia e reprodução material e simbólica de comunidades quilombolas do Vale do Jequitinhonha-MG. *GEOgraphia*, v. 21, n. 47, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/28178>. Acesso em: 13 abr. 2025. Periódicos UFF.

DONAZZOLO, Joel et al. **Etnobotânica dos cultos afro-brasileiros na Região Sudoeste do Paraná**: a importância das plantas na construção da identidade cultural. *Portal EduCapes*, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/655429>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ETNOBOTÂNICA – conexão entre plantas, ciência, natureza e cultura. 123 Ecos, [s.d.]. Disponível em: <https://123ecos.com.br/docs/etnobotanica/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ETNOBOTÂNICA NAS PESQUISAS EM ENSINO E SEU POTENCIAL PEDAGÓGICO: SABER O QUÊ? SABER DE QUEM? SABER POR QUE? SABER COMO?. Investigações em Ensino de Ciências, [S. I.], v. 27, n. 1, p. 52–84, 2022. DOI: 10.22600/1518-8795.ienci2022v27n1p52. Disponível em: <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/2518>. Acesso em: 13 abr. 2025.

FONTENELE, L. F. V.; ROSAL, L. F. **Etnobotânica**: valorização dos saberes locais sobre plantas medicinais por comunidades tradicionais. Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 6, n. 4, p. 01–19, 2024. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/1448>. Acesso em: 13 abr. 2025. Revistas CEEInter.

FRANCO, Fabio; FERREIRA, Ana Paula do N. Lamano; FERREIRA, Maurício Lamano. **Etnobotânica**: aspectos históricos e aplicativos desta ciência. Cadernos de Cultura e Ciência, v. 10, n. 2, p. 17–23, 2011.

GOULART, Ana Luíza Vieira et al. **Etnobotânica das religiões afro-brasileiras**: elaboração de uma proposta didática para o ensino de botânica. Educação, Ciência e Cultura, v. 26, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/7613>. Acesso em: 13 abr. 2025. Revistas Unilasalle.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/694/>. Acesso em: 13 abr. 2025. Iphan.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – IFMG. **Futuro ancestral sustentável**: cultura etnobotânica das comunidades tradicionais brasileiras. Conselheiro Lafaiete, 9 out. 2023. Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/conselheirolafaiete/noticias/noticias-2023/futuro-ancestral-sustentavel-cultura-etnobotanica-das-comunidades-tradicionais-brasileiras>. Acesso em: 13 abr. 2025. IFMG.

JESUS, Carliene Souza de. **Memórias ancestrais**: uso de práticas tradicionais em

saúde na comunidade quilombola Tabuleiro da Vitória (Cachoeira-Ba)/Carliene Sousa de Jesus– Santo Antônio de Jesus, 2O22.

KOVALSKI, Mara Luciane; OBARA, Ana Tiyomi. **O estudo da etnobotânica das plantas medicinais na escola.** Ciência & Educação, v. 19, n. O4, p. 911-927, 2O13.

MORAES, Nelson Russo de et al. **Povos originários e comunidades tradicionais.** Volume 12. 2O24.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **Manual de Etnobotânica reconecta saberes indígenas e ciência.** Belém, 2O23. Disponível em: <https://www.gov.br/museugoeldi/pt-br/arquivos/noticias/manual-de-etnobotanica-reconecta-saberes-indigenas-e-ciencia>. Acesso em: 13 abr. 2O25. Serviços e Informações do Brasil.

OLIVEIRA, Isadora Franco. **Cultura e paisagem na valorização da identidade local.** Isadora Franco Oliveira orientador Flávio Luiz Schiavoni; coorientadora Zandra Coelho de Miranda. São João del-Rei, 2O23. p.7O.

SANZIO PIMENTA, Raphael et al. **Saberes ancestrais e ciência:** plantas medicinais dos Quilombos Mumbuca e Prata. 1. ed. Palmas, TO: Editora Universitária EdUFT, 2O25. Bibliografia. ISBN 978-65-539O-166-7.

PUGA, Dolores. Revista completa. Revista Trilhas da História, v. 13, n. 26, p. 1-496, 2O24.

ROCHA, J. A., Boscolo, O. H., & Fernandes, L. R. R. de M. V.. (2O15). **Etnobotânica:** um instrumento para valorização e identificação de potenciais de proteção do conhecimento tradicional. Interações (Campo Grande), 16(1), 67–74. <https://doi.org/1O.159O/15187O122O151O5>.

SANTOS, Letícia Silva. **A importância do ensino de etnobotânica na educação básica:** uma revisão sistemática. 2O25.

SILVA, Ingrid Leticia Pinto Marinho da et al. **Educação das relações étnico-raciais e formação docente em Ciências Biológicas:** experiências formativas e pertencimento étnico-racial de licenciandos da FFP/UERJ. 2O2O.

SILVA, Paulo Henrique et al. **A etnobotânica e as plantas medicinais sob a**

perspectiva da valorização do conhecimento tradicional e da conservação ambiental. Revista de Ciências Ambientais, v. 9, n. 2, p. 67-86, 2O15.

SOUZA, Marcio Henrique Francisco de. **O estudo da etnobotânica no Brasil:** uma reflexão histórica sobre o uso das plantas. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.44, p. 21–33, Fevereiro/2O25. ISSN - 2675-52O3/ 3O85-654X. Disponível em: <https://doi.org/1O.5281/zenodo.15156947>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT. **Projeto de extensão registra saberes culturais sobre plantas medicinais nas comunidades quilombolas Mumbuca e Prata.** Palmas, 6 jun. 2O24. Disponível em: <https://www.uft.edu.br/noticias/projeto-de-extensao-registra-saberes-culturais-sobre-plantas-medicinais-nas-comunidades-quilombolas-mumbuca-e-prata>. Acesso em: 13 abr. 2O25.

XAVIER, Patrícia Maria Azevedo; FLÔR, Cristhiane Carneiro Cunha. **Saberes populares e educação científica:** um olhar a partir da literatura na área de ensino de ciências. Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte), v. 17, n. 2, p. 3O8-328, 2O15.

#### **7.4.4. Eixo 4 – Políticas Públicas Inclusivas: Propostas de políticas que considerem a diversidade cultural local e promovam a gestão sustentável do patrimônio.**

##### **7.4.4.1. Escopo conceitual do eixo**

O eixo propõe políticas de patrimônio com enfoque inclusivo, cruzando proteção, acessibilidade, diversidade e governança, de modo a efetivar os direitos culturais em escala municipal, regional e transnacional. Busca-se compreender como instrumentos jurídicos, arranjos institucionais e práticas culturais de base comunitária podem se articular para fortalecer a sustentabilidade do patrimônio, garantindo sua fruição por todos os grupos sociais.

##### **7.4.4.2. Contribuições dos trabalhos do eixo**

**Instrumentos Jurídicos Brasileiros Conciliadores da Acessibilidade Universal e da Preservação do Patrimônio** (Maria Eduarda Ribeiro de Oliveira; Nélio Callegaro Marcato). O artigo historiciza o encontro entre acessibilidade e preservação patrimonial, analisando marcos normativos e metodologias de projeto (como o Desenho Universal). Defende a acessibilidade como pilar essencial da proteção cultural, e não como exceção, mostrando como os instrumentos jurídicos e a ação cidadã podem superar resistências institucionais e técnicas.

**O Encontro Ibero-Americano de Turismo de Base Comunitária, Cultura Viva e Patrimônio Cultural e seus Reflexos na Zona da Mata de Minas Gerais** (Werter Moraes; Marjorie Botelho; Marcos Knupp). Sistematiza a experiência do evento como um espaço de articulação transnacional, reunindo comunidades, agentes culturais e gestores públicos em torno do Turismo de Base Comunitária (TBC) e da Cultura Viva. O texto evidencia a criação de uma infraestrutura cultural-ambiental (equipamentos, unidades de conservação, festividades, economias criativas), bem como oportunidades de governança participativa e valorização inclusiva dos territórios rurais.

**Entre a Adesão e Efetivação: os limites da descentralização cultural em Minas Gerais à luz dos Planos Municipais de Cultura** (Fábio Cabral Durso; Renata Ovenhausen Albernaz). Analisa a implementação dos Planos Municipais de Cultura (PMCs) no estado de Minas Gerais. Apesar da adesão expressiva ao Sistema Nacional de Cultura, a efetivação dos planos é desigual, marcada por fragilidades institucionais e escassez de recursos. O estudo aponta a importância dos PMCs como vetores de governança participativa e de fortalecimento da descentralização cultural.

#### 7.4.4.3. Síntese analítica

Os três artigos revelam uma agenda convergente:

Acessibilidade e fruição como condições da preservação patrimonial – a proteção só se legitima se garantir acesso universal.

Cultura Viva e TBC como estratégias de valorização comunitária – a articulação entre políticas públicas e redes de produção simbólica transforma territórios em espaços de gestão compartilhada.

Planos Municipais de Cultura como instrumentos de governança – embora frágeis em muitos municípios, eles representam mecanismos fundamentais para estruturar a descentralização e articular patrimônio, cidadania e desenvolvimento local.

Assim, o eixo demonstra que inclusão e preservação não são opostos, mas dimensões complementares de uma mesma política cultural sustentável.

#### 7.4.4.4. Implicações e proposições

- Plano-piloto de acessibilidade patrimonial: implantação de sinalização, mediação e comunicação inclusiva em circuitos centrais de patrimônio.
- Arranjos intermunicipais de governança: cooperação federativa entre municípios, com calendário integrado, critérios de precificação e repartição de receitas.
- Fortalecimento dos PMCs: apoio técnico e financeiro para consolidar planos municipais como instrumentos estratégicos de gestão cultural.
- Monitoração participativa: criação de indicadores de fruição e impacto cultural, com envolvimento das comunidades.
- Política de capacitação: formação de guias, gestores e lideranças comunitárias para atuar em patrimônio acessível, turismo responsável e cultura viva.

#### 7.4.4.5. Artigos aprovados no Eixo 4

- 1. INSTRUMENTOS JURÍDICOS BRASILEIROS CONCILIADORES DA ACESSIBILIDADE UNIVERSAL E DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.**
- 2. O ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, CULTURA VIVA E PATRIMÔNIO CULTURAL E SEUS REFLEXOS NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS.**
- 3. ENTRE A ADESÃO E EFETIVAÇÃO: Os limites da descentralização cultural em Minas Gerais à luz dos Planos Municipais de Cultura.**

## INSTRUMENTOS JURÍDICOS BRASILEIROS CONCILIADORES DA ACESSIBILIDADE UNIVERSAL E DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.

OLIVEIRA, MARIA EDUARDA RIBEIRO DE. (1); MARCATO, NÉLIO CALLEGARO.  
(2)

1. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Campus Universitário, Viçosa – MG,  
CEP 36570-900, Brasil.  
maria.oliveira16@ufv.br

2. Faculdade Doctum. Graduação em Direito.  
Campus Juiz de Fora – Av. Rio Branco, 2655 – Centro, Juiz de Fora – MG, CEP 36010-012,  
Brasil.  
neliomarcato@gmail.com

### RESUMO

Este artigo analisa o potencial conciliador dos instrumentos jurídicos e projetuais brasileiros frente aos desafios da preservação do patrimônio cultural e das exigências da acessibilidade universal. A pesquisa fundamenta-se na análise documental de marcos legais, normativas técnicas e literatura, de modo a identificar como o arcabouço nacional evoluiu para mediar a relação entre a proteção de bens culturais e o direito à cultura. Através de uma abordagem qualitativa, o trabalho demonstra que a legislação transitou de uma lógica de aparente conflito para uma visão de síntese, reconhecendo a acessibilidade como condição essencial para a fruição social e, por conseguinte, para a própria legitimização da preservação patrimonial. A análise aprofunda-se em metodologias de projeto como o Desenho Universal, explorando a sua capacidade de gerar soluções que respeitem a integridade dos bens culturais ao mesmo tempo que promovem a inclusão. Discutem-se também os mecanismos de agência cidadã, como a Ação Civil Pública, enquanto ferramentas essenciais para superar a inércia institucional e garantir a efetivação do direito de todos ao patrimônio. Os resultados revelam que, embora avanços normativos sejam significativos, a sua implementação ainda enfrenta barreiras de ordem técnica, cultural e política. Conclui-se que a plena harmonização entre acessibilidade e preservação no Brasil depende de uma mudança paradigmática na cultura projetual e na gestão pública, que incorpore a inclusão não como um anexo, mas como um princípio fundacional da política de patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** direito à cidade; patrimônio edificado; desenho inclusivo; políticas públicas.

## Introdução

O debate sobre a preservação do patrimônio cultural no Brasil é frequentemente marcado por uma tensão latente, e por vezes explícita, com as demandas por acessibilidade universal. De um lado, situa-se o dever do Estado e da sociedade de proteger os bens que são portadores de referência à identidade e à memória de diferentes grupos (Brasil, 1988). De outro, emerge o direito fundamental de cada cidadão, sem exceção, de aceder e fruir dos espaços e equipamentos públicos, incluindo aqueles de valor cultural. Essa aparente dicotomia coloca em campos opostos dois valores amparados pela mais alta legislação do país, gerando impasses que se manifestam em calçadas irregulares de centros históricos, em escadarias monumentais de museus e na ausência de recursos comunicacionais em sítios arqueológicos. A questão que se impõe, portanto, não é sobre qual direito deve prevalecer, mas sobre como é possível harmonizá-los, transformando o que parece ser um conflito em uma relação de sinergia. O presente artigo sustenta que os instrumentos jurídicos e as metodologias de projeto desenvolvidos no Brasil nas últimas décadas oferecem um caminho robusto para essa conciliação, permitindo que a acessibilidade, longe de ser uma ameaça à integridade do patrimônio, se torne uma ferramenta para a sua ressignificação e legitimação social.

Diante desse cenário, a proteção ao patrimônio cultural, consolidada a partir do Decreto-Lei nº 25 de 1937, foi historicamente pautada por uma visão que privilegiava a materialidade e a excepcionalidade estética ou histórica do bem, muitas vezes em detrimento de seu uso social (Henkes et al., 2013, p. 235). Essa abordagem, embora fundamental para a salvaguarda de edifícios e sítios importantes, contribuiu para a criação de uma percepção de que tais locais seriam intocáveis, monumentos a serem contemplados à distância. Em paralelo, o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, impulsionado por movimentos sociais e consolidado na Constituição Federal de 1988 e, mais tarde, na Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei nº 13.146/2015), estabelece a acessibilidade como um requisito inegociável para a plena participação cidadã. A colisão dessas duas perspectivas foi inevitável, gerando um campo de disputas onde a preservação era frequentemente usada como justificativa para a inação no campo da inclusão.

Contudo, uma análise mais aprofundada do arcabouço normativo e teórico revela um movimento de convergência. A própria Constituição, ao definir o patrimônio cultural em seu artigo 216, não o restringe ao "valor histórico" ou "artístico", mas o vincula à "identidade", à "ação" e à "memória", dimensões que

só se realizam plenamente através da fruição e da apropriação coletiva (Brasil, 1988). Nessa perspectiva, um bem cultural inacessível é um bem que falha em cumprir integralmente sua função social. É a partir dessa premissa que este trabalho se desenvolve, investigando como a legislação, as normativas técnicas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e as abordagens contemporâneas de projeto, como o Desenho Universal, têm buscado construir pontes entre essas duas agendas. O objetivo é demonstrar que a adaptação de sítios históricos para garantir o acesso universal não representa uma descaracterização, mas sim um ato de preservação em seu sentido mais amplo: a garantia de que a herança cultural de uma nação permaneça viva e relevante para todas as gerações, sem exclusão. Para isso, o artigo se estrutura em uma revisão da literatura que explora a evolução desses conceitos e legislações, seguida por uma discussão que analisa as ferramentas e estratégias para a aplicação prática dessa síntese, culminando em considerações sobre os desafios e caminhos futuros para a democratização do acesso ao patrimônio cultural brasileiro.

## Revisão de literatura

A construção de um diálogo entre a preservação do patrimônio e a acessibilidade universal exige, primeiramente, compreender a trajetória e a densidade conceitual de cada um desses campos no contexto brasileiro. A noção de patrimônio cultural no Brasil passou por uma significativa expansão ao longo do século XX e início do XXI. A matriz inicial, fortemente influenciada pela Carta de Atenas e materializada no Decreto-Lei nº 25/1937, focava-se no "patrimônio histórico e artístico", com uma ênfase clara no valor monumental, na excepcionalidade e na materialidade de edificações e objetos ligados a uma narrativa hegemônica da nação (Brasil, 1937). Esse paradigma, embora pioneiro e essencial para a constituição do campo, carregava consigo uma abordagem conservacionista que, por vezes, engessava os bens protegidos, tratando-os mais como relíquias a serem isoladas do que como espaços vivos e dinâmicos.

Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 representou um ponto de inflexão nesse percurso. Ao instituir, nos artigos 215 e 216, o conceito ampliado de "patrimônio cultural brasileiro", a Carta Magna transcende a visão puramente arquitetônica ou artística para abraçar "os bens de natureza material e imaterial" e as "formas de expressão", os "modos de criar, fazer e viver" e as criações científicas, artísticas e tecnológicas. Essa nova concepção vincula o patrimônio a processos sociais, à memória coletiva e à identidade, reconhecendo sua natureza plural e dinâmica. Para Henkes, Gastal e Mielke (2013), essa mudança é funda-

mental, pois estabelece o direito à cultura e ao patrimônio como um direito fundamental, indissociável da dignidade da pessoa humana. O patrimônio deixa de ser apenas um objeto de tutela estatal para se tornar um direito-dever de toda a sociedade, cuja finalidade última é a promoção humana. A preservação, nesse novo quadro, não pode ser um fim em si mesma; ela só se justifica se estiver a serviço da vida, da memória e da fruição coletiva (Henkes et al., 2013, p. 240).

É precisamente nesse ponto que a agenda da acessibilidade se conecta de forma intrínseca à do patrimônio. A luta pela acessibilidade no Brasil, por sua vez, também é fruto de um longo processo de amadurecimento político e social. De uma abordagem assistencialista e médica, focada na "correção" do indivíduo, transitou-se para um modelo social, que comprehende a deficiência como o resultado da interação entre as pessoas com impedimentos e as barreiras atitudinais e ambientais que obstruem sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Esse entendimento foi consolidado por marcos legais como a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, e o Decreto nº 5.296/2004, que a regulamentou. Contudo, o divisor de águas foi a ratificação, com equivalência de emenda constitucional, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2008) e, principalmente, a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (Lei Nº 13.146) em 2015. A LBI, em seu artigo 3º, define a acessibilidade como a "possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, [...] por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida" (Brasil, 2015). A lei vai além, ao definir as barreiras que impedem esse direito e ao postular o conceito de "desenho universal" como princípio a ser observado.

O encontro dessas duas tratativas gerou, então, um inevitável campo de tensão, especialmente no que tange aos bens culturais já existentes e protegidos. Como intervir em uma edificação tombada, cuja integridade material é o cerne de sua proteção, para instalar um elevador ou uma rampa? A aparente insolubilidade deste dilema por muito tempo paralisou gestores e projetistas, resultando na manutenção de uma exclusão histórica. Costa, Landim e Paschoarelli (2019) apontam para essa dicotomia ao analisarem os desafios em centros históricos, que concentram grande parte do patrimônio edificado do país. Segundo os autores, a complexidade da questão reside no tratamento de dois temas amparados por lei, o que exige soluções que não anulem um em detrimento do outro. Eles argumentam que:

Essa reflexão também leva à discussão de normativas específicas para mediar o conflito. A Instrução Normativa nº 1 do IPHAN, de 2003, foi um primeiro e importante passo, ao estabelecer critérios para intervenções em bens tombados visando à acessibilidade. O documento reconhecia a necessidade de adaptação, mas ainda operava sob uma lógica de excepcionalidade, permitindo, em casos de comprovada impossibilidade técnica, a não aplicação das normas de acessibilidade. A evolução desse pensamento pode ser percebida em publicações e portarias subsequentes do próprio IPHAN, como o "Caderno Técnico 9 - Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos", que buscam difundir boas práticas e demonstrar a viabilidade de soluções que sejam ao mesmo tempo respeitosas e inclusivas (IPHAN, 2013). A premissa central que emerge desses documentos é que a acessibilidade não pode ser relegada a um segundo plano, pois ela é condição para a fruição do bem, um dos pilares de sua proteção, conforme previsto no Artigo 216 da Constituição. Negar o acesso é, em última análise, negar o próprio direito ao patrimônio.

Essa reflexão também leva à discussão de normativas específicas para mediar o conflito. A Instrução Normativa nº 1 do IPHAN, de 2003, foi um primeiro e importante passo, ao estabelecer critérios para intervenções em bens tombados visando à acessibilidade. O documento reconhecia a necessidade de adaptação, mas ainda operava sob uma lógica de excepcionalidade, permitindo, em casos de comprovada impossibilidade técnica, a não aplicação das normas de acessibilidade. A evolução desse pensamento pode ser percebida em publicações e portarias subsequentes do próprio IPHAN, como o "Caderno Técnico 9 - Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos", que buscam difundir boas práticas e demonstrar a viabilidade de soluções que sejam ao mesmo tempo respeitosas e inclusivas (IPHAN, 2013). A premissa central que emerge desses documentos é que a acessibilidade não pode ser relegada a um segundo plano, pois ela é condição para a fruição do bem, um dos pilares de sua proteção, conforme previsto no Artigo 216 da Constituição. Negar o acesso é, em última análise, negar o próprio direito ao patrimônio.

## Resultados e discussão

Para fins de explicitar melhor a trajetória da legislação brasileira, a interface entre patrimônio e acessibilidade pode ser compreendida como um processo de maturação gradual, marcado por três fases distintas. Esse percurso reflete uma transição de paradigmas, partindo de uma coexistência de normas paralelas e

frequentemente conflitantes para uma consolidação progressiva de uma visão integradora, na qual a acessibilidade é reconhecida como um componente indissociável da função social do patrimônio cultural.

A primeira fase, que se estende da promulgação da Constituição Federal de 1988 até o final da década de 1990, caracteriza-se pela existência de dois sistemas normativos que se desenvolviam de forma independente. De um lado, o sistema de proteção ao patrimônio cultural, consolidado desde o Decreto-Lei nº 25 de 1937, e, de outro, o emergente sistema de garantia dos direitos das pessoas com deficiência, impulsionado pela nova Carta Magna. Durante esse período, leis como a de nº 7.853/1989 estabeleceram normas gerais de apoio e inclusão, mas sem abordar especificamente a complexa questão dos bens culturais tombados. A consequência prática dessa segregação normativa foi a perpetuação de conflitos, nos quais a interpretação tendia a privilegiar a integridade do objeto histórico em detrimento do direito de acesso, resultando na manutenção de barreiras arquitetônicas.

Em seguida, a segunda fase inicia-se nos anos 2000 e representa um esforço deliberado de convergência. A promulgação da Lei nº 10.098/2000, que estabeleceu normas gerais para a promoção da acessibilidade, foi um marco ao exigir a adaptação de edificações de uso público, incluindo, implicitamente, os de valor histórico. Essa diretriz foi aprofundada pelo Decreto nº 5.296/2004, que regulamentou a lei e estabeleceu prazos e critérios para sua implementação. O ponto de inflexão, no entanto, foi a edição da Instrução Normativa nº 1, de 2003, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este foi o primeiro instrumento sistemático, emanado do principal órgão de tutela federal, a estabelecer diretrizes para a promoção da acessibilidade em bens culturais imóveis. A normativa representou uma mudança paradigmática ao reconhecer que preservação e acessibilidade não são objetivos excludentes. Acompanhada pela norma técnica ABNT NBR 9050, essa fase consolidou um arcabouço técnico-legal para negociar as intervenções. Contudo, a aplicação prática revelou desafios, com projetos de má execução, como "rampas fora do padrão, a falta de corrimãos e guarda-corpos" observadas em cidades como Goiás, evidenciando que a norma, por si só, não garantiu a qualidade da solução (Costa et al., 2019, p. 4).

Por fim, a terceira e atual fase, consolidada a partir da década de 2010, caracteriza-se pela afirmação de uma perspectiva de síntese, na qual a acessibilidade deixa de ser vista como uma adaptação para se tornar um direito fundamental e um componente essencial da própria política de preservação. O

principal catalisador dessa fase é a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. Este diploma legal supera a lógica anterior ao estabelecer a obrigatoriedade de garantir acessibilidade em todas as edificações de uso público, mencionando explicitamente aquelas de valor histórico, e ao introduzir o conceito de Desenho Universal como princípio norteador. A LBI é categórica ao definir a acessibilidade de forma ampla e abrangente, expandindo o conceito para além das barreiras físicas e englobando as dimensões comunicacional, tecnológica e atitudinal:

Art. 3º [...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015).

De forma simplificada, a tabela a seguir apresenta essa trajetória, evidenciando a progressão dos marcos normativos e, fundamentalmente, a mudança do paradigma conceitual que os sustenta, demonstrando como o arcabouço legal brasileiro não apenas acompanhou, mas também impulsionou uma concepção mais democrática e socialmente responsável do patrimônio cultural.

Tabela 1 – Tabela de progressão dos marcos normativos. Fonte: Elaborada pela autora.

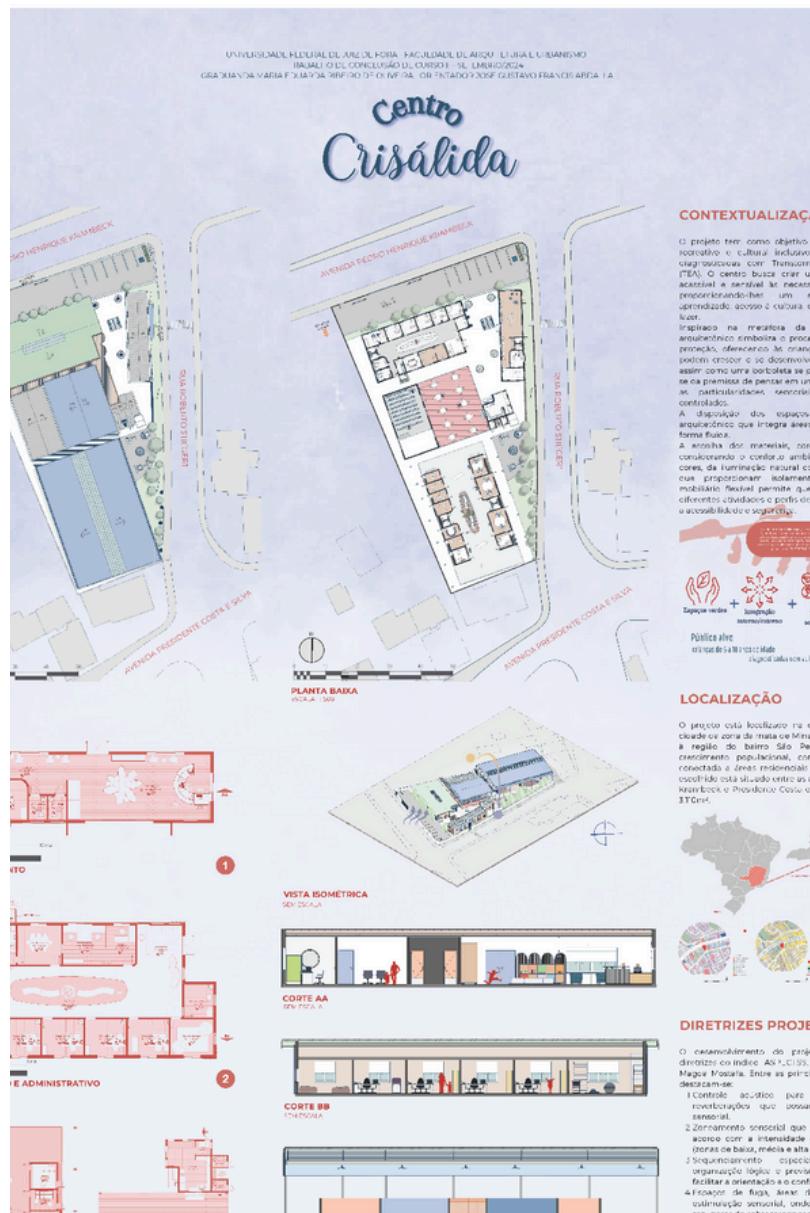
Período	Principais instrumentos normativos	Foco principal	Paradigmas conceituais
1 (1988 - 2000)	CF/88; Lei 7.853/89	Proteção do objeto histórico; Direitos setoriais	<b>Segregação/Conflito:</b> Normas paralelas sem mediação explícita.
2 (2000 - 2015)	Lei 10.098/00; IN IPHAN 01/03; Dec. 5.296/04; NBR 9050	Adaptação de bens existentes; Busca por soluções técnicas	<b>Convergência/Negociação:</b> Primeiras tentativas de harmonização e criação de metodologias.
3 (2015 - atualmente)	Lei 13.146/15 (LBI)	Inclusão como direito fundamental; Desenho Universal	<b>Síntese/Integração:</b> Acessibilidade como condição intrínseca à função social do patrimônio.

Essa síntese legal, entretanto, só se torna efetiva na prática quando articulada a uma agência cidadã vigilante e a metodologias de projeto adequadas. A Ação Popular e a Ação Civil Pública (Henkes; Gastal e Mielke., 2013, p. 242-244) são os instrumentos que materializam o "direito-dever" do cidadão, permitindo-lhe exigir o cumprimento da lei onde há omissão estatal. Se os instrumentos jurídicos fornecem o "o quê" e o "porquê" da demanda por inclusão, são as metodologias de projeto que oferecem o "como". Nesse sentido, o Desenho Universal surge como a filosofia projetual capaz de mediar a tensão prática entre preservação e acesso. Contudo, sua aplicação é potencializada pelo Desenho Participativo. Sob o lema "nada sobre nós sem nós", essa abordagem reconhece que as pessoas com deficiência são as mais qualificadas para identificar suas próprias necessidades e colaborar na criação das soluções mais eficazes (Costa et al., 2019, p. 4). Essa prática transcende a mera consulta, evoluindo de um modelo assistencialista para um modelo de cocriação e autonomia.

Portanto, a superação da dicotomia entre preservação e acessibilidade não reside na flexibilização de um dos lados, mas na adoção de metodologias e ferramentas capazes de produzir uma síntese qualificada. A análise do arcabouço normativo e da literatura especializada revela que o Brasil dispõe de um caminho claro para essa síntese, fundamentado em dois pilares principais: a adoção do Desenho Universal como filosofia de projeto e o fortalecimento dos mecanismos de participação e controle social. O Desenho Universal, definido pela LBI como a "concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva" (Brasil, 2015), oferece a chave para transcender a lógica da mera "adaptação razoável". Em vez de pensar em soluções pontuais e muitas vezes segregadoras – como uma rampa metálica improvisada nos fundos de um teatro histórico –, o Desenho Universal propõe que a inclusão seja o ponto de partida do projeto.

O exemplo abaixo (Figura 1) fruto do Trabalho de Conclusão de curso elaborado por uma autora deste artigo, demonstra, ao projetar um centro cultural inclusivo para crianças, que a acessibilidade não foi um item a ser verificado em uma lista, mas a própria espinha dorsal da concepção espacial, influenciando desde a organização dos fluxos até a escolha dos materiais e o desenho do mobiliário (Oliveira, 2023). O projeto, denominado Centro Crisálida, foi pensado para acolher a diversidade de corpos e percepções, demonstrando que é possível criar arquitetura de qualidade que é, em sua essência, universal.

Figura 1 – Prancha do projeto "Centro Crisálida"



Fonte: Oliveira (2023).

Contudo, a simples existência de boas metodologias de projeto não garante sua aplicação. A inércia institucional, a falta de recursos e, por vezes, a resistência de setores mais conservadores da área do patrimônio ainda se impõem como barreiras significativas. É nesse ponto que o segundo pilar, o da participação social, se torna fundamental. A legislação brasileira oferece ao cidadão e às associações instrumentos jurídicos poderosos para a defesa dos direitos difusos e coletivos, como é o caso do direito ao patrimônio cultural acessível. A Ação Civil Pública, manejada pelo Ministério Público ou por associações legitimadas, e a Ação Popular, que pode ser proposta por qualquer cidadão, são ferramentas essenciais para cobrar do poder público e de proprietários privados a adequação

de bens culturais às normas de acessibilidade. Como afirmam Henkes, Gastal e Mielke, o direito ao patrimônio cultural é um direito-dever, o que implica uma co-responsabilidade ativa (Henkes; Gastal e Mielke., 2013, p. 249-250).

Essa agência cidadã é o motor que impulsiona a transformação. São as denúncias de usuários impedidos de entrar em um museu, a mobilização de associações de pessoas com deficiência e a atuação vigilante do Ministério Público que tiram a discussão do plano puramente teórico e a transformam em intervenções concretas. A judicialização, embora possa ser vista como um último recurso, tem se mostrado um caminho eficaz para garantir que a lei seja cumprida, estabelecendo precedentes que influenciam a postura de gestores em todo o país. A combinação de um projeto qualificado, que oferece soluções técnicas viáveis e respeitosas (o "como fazer"), com uma sociedade civil atuante, que exige o cumprimento do direito (o "porquê fazer"), cria o ambiente necessário para que a acessibilidade deixe de ser uma nota de rodapé na política de preservação e se torne um de seus capítulos centrais. A experiência brasileira demonstra que, apesar das dificuldades, o caminho da síntese é não apenas possível, mas é o único que pode garantir a relevância social e a sustentabilidade a longo prazo do nosso patrimônio cultural.

## Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscou-se demonstrar que a aparente oposição entre a preservação do patrimônio cultural e a promoção da acessibilidade universal é um falso dilema, que pode e deve ser superado por meio de uma abordagem integrada, amparada pelo arcabouço jurídico e pelas ferramentas de projeto disponíveis no Brasil. A análise da evolução legislativa e conceitual de ambos os campos revela um claro movimento de convergência, no qual a acessibilidade é cada vez mais reconhecida não como uma ameaça à integridade dos bens culturais, mas como uma condição fundamental para a sua fruição, apropriação e, em última instância, para a sua própria preservação em um sentido socialmente relevante. Um patrimônio que exclui é um patrimônio que perde sua função de conectar a sociedade à sua história e memória.

Portanto, a transição de uma lógica de conflito para uma de síntese exige uma mudança paradigmática que vai além da simples aplicação de normas. Requer a internalização do Desenho Universal como uma filosofia projetual, que antecipa a diversidade humana e busca soluções inclusivas desde a concepção, de forma a respeitar e qualificar a preexistência histórica. A criatividade técnica e a sensibilidade cultural dos profissionais envolvidos são determinantes para desen-

volver intervenções que sejam funcionais sem serem agressivas, que resolvam as barreiras sem descharacterizar a essência do bem. As discussões e exemplos apresentados indicam que o conhecimento para tal já existe e está em constante aprimoramento.

Todavia, a existência de leis e de boas práticas não se converte automaticamente em realidade. A efetivação do direito ao patrimônio acessível ainda encontra obstáculos na inércia burocrática, na escassez de investimentos e na persistência de uma cultura de preservação que, por vezes, se mostra refratária à mudança. Nesse cenário, a agência cidadã, exercida por meio dos instrumentos de participação e controle social, como a Ação Civil Pública e a Ação Popular, assume um papel de protagonismo. É a cobrança da sociedade civil organizada e dos cidadãos que impulsiona o Poder Público a cumprir com seu dever e garante que a inclusão não seja tratada como uma concessão, mas como a materialização de um direito fundamental.

Conclui-se, portanto, que o Brasil possui as bases legais, técnicas e conceituais para harmonizar a proteção de seu vasto patrimônio com as demandas de uma sociedade que se quer mais justa e inclusiva. O desafio que permanece é o de traduzir esse potencial em prática generalizada. Isso implica investir na formação de profissionais, sensibilizar gestores públicos e fortalecer os canais de diálogo com a sociedade. A verdadeira preservação do patrimônio cultural no século XXI será aquela que souber acolher a todos, garantindo que as heranças do passado continuem a ser fontes de conhecimento, identidade e cidadania para todas as pessoas, nas presentes e futuras gerações.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em:  
12 de maio de 2025.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1937.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000**, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das 89 pessoas

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

COSTA, Andréa Katiane Ferreira; LANDIM, Paula da Cruz; PASCHOARELLI, Luis Carlos. **Design e acessibilidade**: pessoas com deficiência em centros históricos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ERGONOMIA E USABILIDADE DE INTERFACES HUMANO-TECNOLÓGICA, 17., 2019, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2019. p. 1-11.

HENKES, Silviana Lúcia; GASTAL, Alexandre Fernandes; MIELKE, Priscila Venzke. **O direito-dever à cultura e à preservação do patrimônio cultural**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 10, n. 20, p. 231-255, jul./dez. 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Caderno Técnico 9**: Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos. Organização de Sandra Bernardes Ribeiro. Brasília, DF: Iphan, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Instrução Normativa nº 1**, de 25 de novembro de 2003. Estabelece critérios de intervenção em bens imóveis tombados, visando à acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF: IPHAN, 2003.

OLIVEIRA, Maria Eduarda Ribeiro de. **Centro Recreativo e Cultural inclusivo para crianças**: um espaço sensível ao transtorno do espectro autista (TEA) em Juiz de Fora. 2023. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

## O ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, CULTURA VIVA E PATRIMÔNIO CULTURAL E SEUS REFLEXOS NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS.

MORAES, WERTER (1); BOTELHO, MARJORIE (2) KNUPP, MARCOS (3)

1. Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de Turismo  
Campus Universitário Morro do Cruzeiro, Ouro Preto/MG, CEP35400000  
E-mail: wvmoraes@hotmail.com

2. Instituto Imagem e Cidadania Rio de Janeiro.  
Distrito de Barra Alegre, - Bom Jardim, RJ, CEP28666000  
E-mail: marjoriebotelho72@gmail.com

3. Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de Turismo  
Campus Universitário Morro do Cruzeiro, Ouro Preto/MG, CEP35400000  
E-mail: marcosknupp@ufop.edu.br

### RESUMO

O I Encontro Ibero-Americano de Turismo de Base Comunitária (TBC), Cultura Viva e Patrimônio Cultural, realizado em Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, constituiu um espaço fundamental de diálogo e articulação entre representantes de comunidades rurais, povos tradicionais e agentes culturais dos estados brasileiros e de países ibero-americanos, como Chile, Paraguai, Argentina e Uruguai. O evento enfatizou a importância da cultura viva como instrumento para o desenvolvimento sustentável, a valorização dos saberes tradicionais e a promoção da cultura local, especialmente em territórios rurais e periféricos. Este trabalho tem por objetivo apresentar e analisar as dinâmicas e reflexos do encontro, destacando seus resultados, oportunidades e desafios para a cultura viva e o turismo responsável na Zona da Mata mineira. A metodologia adotada combina análise documental, observação participante e fundamentação teórica em educação popular, cultura viva e turismo responsável, o que permitiu uma reflexão aprofundada sobre as práticas e políticas públicas voltadas para territórios rurais.

**Palavras-chave:** cultura viva; patrimônio cultural; política pública; turismo de base comunitária.

## Introdução

O I Encontro Ibero-Americanano de Turismo Comunitário, Cultura Viva e Patrimônio Rural (Foto 1) foi realizado entre os dias 5 e 8 de dezembro de 2024, no distrito de Tapera Real, pertencente ao município de Conceição do Mato Dentro, localizado na maior rota turística do Brasil – a Estrada Real. O evento configurou-se como um espaço estratégico de articulação entre comunidades tradicionais, coletivos culturais, gestores públicos e pesquisadores, com o objetivo de promover o fortalecimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) e a valorização do patrimônio cultural em territórios rurais da América Latina (Alba Sud, 2024).



Foto 1: Participantes do I Encontro Ibero-Americanano de Turismo Comunitário, Cultura Viva e Patrimônio Rural – Crédito: Werter Moraes.

A realização do evento foi coordenada pelo Centro Cultural Tapera Real, Instituto Taperense e Centro de Referência de Agricultura, em articulação com a Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais e com o Pontão de Cultura Territórios Rurais e Cultura Alimentar. Contou com o patrocínio da Secretaria Municipal de Turismo da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, com o apoio da Secretaria de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT-MG) e do também com a parceria do Ministério da Cultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. O encontro contou, ainda, com o apoio de organizações da sociedade civil, entre as quais se destacam o Instituto Imagem e Cidadania (Ecomuseu e Biblioteca Rural), o Instituto Rosa e Sertão, a Associação Caminho da Liberdade, o Tapera Real Lanches, as Mulheres Empreendedoras, o Estúdio Mídia Jovem e a Corporação Musical Retreta Lyra do Santo Antônio. Es-

sas parcerias ampliaram as redes colaborativas entre experiências de economia solidária, educação popular e práticas culturais comunitárias, o que conferiu ao evento um caráter fortemente participativo (Huella futura, 2024).

Participaram do encontro cerca de 80 representantes de 16 estados brasileiros, além de delegações internacionais provenientes do Chile, Paraguai, Argentina e Uruguai, reafirmando o seu caráter transnacional e intercultural. As mesas-redondas promoveram o intercâmbio de experiências consolidadas em Pontos de Cultura, bibliotecas comunitárias, pontos de memória e cineclubes — iniciativas vinculadas à Política Nacional de Cultura Viva, que completou 20 anos em 2024 (Alba Sud, 2024).

No âmbito das ações formativas, destacaram-se as oficinas gastronômicas conduzidas por mulheres da comunidade, que valorizaram as quitandas regionais como patrimônio imaterial local, além de apresentações artísticas protagonizadas por escolas da região. Essas atividades evidenciaram a articulação entre cultura, turismo responsável e desenvolvimento territorial. Os debates também abordaram criticamente os impactos socioambientais provocados por grandes empreendimentos no entorno de comunidades tradicionais, reforçando a necessidade de uma governança participativa e comprometida com o conceito do "bem viver" (Alba Sud, 2024).

A escolha do distrito de Tapera Real como sede do evento foi simbólica e estratégica, por estar situado na histórica Estrada Real e inserido em um circuito turístico que recebe mais de 2,5 milhões de visitantes por ano. O distrito expressa o potencial do turismo comunitário como alternativa para a conservação do patrimônio e a geração de renda com base em práticas sustentáveis e autogestionárias. Ao mesmo tempo, evidencia a urgência do fortalecimento das políticas públicas voltadas para a cultura viva e para a valorização das identidades rurais (Huella futura, 2024).

Nesse cenário, a Política Nacional do Cultura Viva, instituída pela Lei Federal nº 13.018/2014, configura-se como uma política pública inovadora por reconhecer, fomentar e financiar expressões culturais enraizadas nos territórios. A política adota como eixo central o reconhecimento dos Pontos de Cultura como núcleos de criação, articulação e difusão cultural, promovendo a democratização do acesso à cultura e o fortalecimento das identidades regionais (Brasil, 2014; Castro, 2024). Em Minas Gerais, observa-se um movimento crescente de articulação entre o poder público e os agentes culturais para consolidar uma rede diversa e territorializada de Pontos de Cultura, especialmente nos municípios

do interior, onde se intensificam as práticas de valorização das culturas populares e tradicionais (Castro, 2024).

## Dinâmicas da Política Nacional do Cultura Viva

A Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), instituída pela Lei nº 13.018/2014, representa uma das mais expressivas inovações nas políticas públicas culturais brasileiras, por propor uma abordagem descentralizada, participativa e orientada para o reconhecimento e apoio às expressões culturais de base comunitária. Fundamentada na concepção da cultura como um direito fundamental, a PNCV desloca o foco tradicional de fomento a grandes instituições para o fortalecimento de coletivos, redes e sujeitos culturais inseridos em seus respectivos contextos socioterritoriais (BRASIL, 2014).

O principal eixo estruturante da política são os Pontos de Cultura, definidos como iniciativas culturais desenvolvidas por organizações da sociedade civil ou grupos informais, com atuação comprovada em seus territórios. Tais iniciativas promovem ações continuadas nas áreas da cultura popular, arte, memória, patrimônio, identidade, diversidade cultural e inclusão social. Como aponta Turino (2010), os Pontos de Cultura atuam como “elemento articulador e catalisador das demais ações da Política Cultura Viva”, sendo a instância prioritária de sua implementação. Essa concepção rompe com os modelos hierárquicos de gestão cultural, pois se orienta pelo reconhecimento institucional a partir da prática cultural existente e não por critérios exclusivamente formais ou burocráticos.

A Política Nacional do Cultura Viva (PNCV) valoriza os saberes tradicionais, o patrimônio imaterial, as culturas populares e as novas formas de produção simbólica, promovendo o empoderamento sociopolítico de comunidades historicamente marginalizadas (TURINO, 2010). A Lei nº 13.018/2014 estabelece que organizações da sociedade civil com, no mínimo, dois anos de atuação cultural comprovada podem ser reconhecidas como Pontos de Cultura, sendo possível também a participação de coletivos culturais sem CNPJ. O caráter inclusivo da política é reforçado pela prioridade conferida a comunidades indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, coletivos de juventude, grupos LGBTQIA+, mulheres, comunidades rurais e periféricas (BRASIL, 2014).

Além dos Pontos de Cultura, a estrutura do PNCV compreende os Pontões de Cultura, que desempenham funções de articulação em rede, formação técnica e

apoio metodológico. A Plataforma Cultura Viva, por sua vez, constitui-se como um mecanismo digital de mapeamento, cadastro e articulação dos agentes culturais, promovendo transparência e visibilidade às ações desenvolvidas (BRASIL, 2024).

Segundo dados do Ministério da Cultura, o Brasil ultrapassou, em 2024, a marca de 5.000 Pontos de Cultura reconhecidos oficialmente, com presença em todos os estados da federação, evidenciando sua capilaridade e abrangência territorial (BRASIL, 2024). Essa disseminação reflete a diversidade cultural brasileira e promove não apenas o acesso aos bens culturais, mas também o reconhecimento das práticas culturais como expressão de cidadania e direito social. Essas iniciativas têm gerado impactos positivos na valorização do patrimônio imaterial, na dinamização das economias locais e na construção de redes culturais autogestionárias, solidárias e sustentáveis. Conforme apontado por Rebello Lima (2024), o modelo brasileiro de Cultura Viva foi decisivo na constituição do programa internacional IberCultura Viva, demonstrando seu papel de referência na cooperação internacional em políticas culturais comunitárias.

Apesar de seus avanços, a PNCV enfrentou períodos de descontinuidade institucional, notadamente entre 2016 e 2022, marcados por cortes orçamentários, desestruturação da política cultural federal e paralisação de editais públicos. Nesse contexto, muitos coletivos culturais mantiveram suas atividades de forma autônoma, evidenciando a resiliência e capacidade organizativa dos agentes comunitários (TURINO, 2010).

A partir de 2023, observou-se a retomada da PNCV com a reestruturação do Ministério da Cultura, a publicação de novos editais e a articulação com outras políticas públicas, como a Lei Aldir Blanc e o Sistema Nacional de Cultura. Essa rearticulação reafirma o caráter transversal da Cultura Viva, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente no que tange à promoção da igualdade, da inclusão e da sustentabilidade cultural.

## Cultura Viva em Minas Gerais: Institucionalização e Práticas Locais

Em Minas Gerais, a implementação da Política Nacional do Cultura Viva tem sido marcada pela institucionalização progressiva e pelo fortalecimento de metodologias participativas que promovem o protagonismo dos agentes culturais

locais. A Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT-MG) tem desempenhado papel ativo nesse processo, por meio da realização de ações formativas como o Encontro de Formação dos Pontos de Cultura de Belo Horizonte e o 1º Fórum da Rede Municipal de Pontos de Cultura, realizados em 2025 (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2025).

A publicação do Decreto Estadual nº 48.819, de 2024, estabeleceu um marco regulatório para o reconhecimento e financiamento de iniciativas culturais de base comunitária, alinhando a política estadual aos princípios da PNCV (MINAS GERAIS, 2024). O decreto reforça o compromisso com a descentralização de recursos, priorizando territórios historicamente excluídos e valorizando expressões culturais populares, tradicionais e rurais.

Nesse sentido, o Plano Descentraliza Cultura Minas Gerais, lançado em 2021, destaca-se como instrumento estratégico para a distribuição equitativa dos recursos culturais, com foco nas regiões interioranas e em sua diversidade cultural (O TEMPO, 2021). A regulamentação da Lei Estadual nº 22.944/2018 – conhecida como Lei Estadual de Incentivo à Cultura (LEIC) – permanece em curso e prevê a consolidação de mecanismos de participação social, como o Comitê Gestor da Política Estadual de Cultura Viva e o Fórum Estadual dos Pontos de Cultura (MINAS GERAIS, 2021).

A consolidação de um ecossistema cultural comunitário em Minas Gerais fortalece o turismo responsável, a salvaguarda do patrimônio imaterial e a geração de alternativas econômicas sustentáveis para os territórios rurais, como a Serra do Brigadeiro e outras regiões que abrigam expressiva diversidade de saberes tradicionais. A política, portanto, atua como vetor de desenvolvimento territorial, articulando cultura, cidadania e sustentabilidade.

## Turismo Comunitário, Cultura Viva e Patrimônio Cultural

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é reconhecido como uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento territorial sustentável por meio da valorização de saberes e patrimônios culturais locais, reforçando a autonomia e participação ativa das comunidades envolvidas (Moraes, Knupp & Silva, 2025). Essa modalidade turística busca estabelecer relações de respeito mútuo entre visitantes e territórios, priorizando a sustentabilidade ambiental e a geração de renda inclusiva.

A Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), instituída pela Lei nº 13.018/2014, fundamenta-se no reconhecimento da cultura como direito e na construção de redes por meio dos Pontos de Cultura, espaços comunitários que promovem a produção, circulação e difusão culturais a partir da base social (BRASIL, 2014). Essa abordagem tem fortalecido identidades culturais em áreas rurais e periféricas, integrando cultura e turismo como eixos do desenvolvimento territorial. Paulo Freire (1987) fundamenta metodologias participativas relevantes para o TBC e a Cultura Viva, enfatizando o diálogo, a escuta ativa e a construção coletiva de conhecimento para o empoderamento dos sujeitos sociais – base essencial para a articulação comunitária em eventos e ações culturais.

No âmbito estadual, a Lei nº 23.763/2021, que instituiu a Política de Turismo de Base Comunitária em Minas Gerais, representa um marco significativo na institucionalização do TBC. Conforme Moraes, Knupp e Silva (2025), a lei inova ao reconhecer o TBC como política pública específica, desvinculando-o de categorias genéricas como "turismo rural" ou "turismo étnico". O artigo 3º define os princípios norteadores da política – "bem viver", autogestão, economia solidária e respeito à diversidade cultural – fortalecendo a identidade e autonomia dos territórios envolvidos (Moraes, Knupp & Silva, 2025).

Outro avanço apontado pelos autores é a exigência de inclusão do TBC no Plano Mineiro de Desenvolvimento do Turismo, conferindo-lhe respaldo orçamentário e programático (art. 6º). Todavia, persistem desafios operacionais, como a falta de um fundo específico para o TBC, a fragilidade das instâncias de governança comunitária e a necessidade de capacitação técnica para gestores públicos e líderes comunitários (Moraes, Knupp & Silva, 2025).

Os autores concluem que a instituição desta política é um passo importante, mas sua eficácia depende de articulação intersetorial, força política continuada e protagonismo das próprias comunidades. A criação de legislações municipais alinhadas aos preceitos da Cultura Viva e do TBC torna-se essencial para consolidar práticas de turismo responsável e valorização cultural territorial.

## Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, fundamentada em observação participante, análise documental e revisão bibliográfica. O acompanhamento direto das atividades do I Encontro Ibero-

Americano de Turismo de Base Comunitária, Cultura Viva e Patrimônio Cultural Rural, possibilitou a sistematização dos dados e a construção de uma análise contextualizada.

Como fontes primárias, foram utilizados: (1) o Relatório Final do Encontro, elaborado de forma colaborativa pelos coletivos culturais e órgãos públicos envolvidos; (2) registros em caderno de notas e materiais audiovisuais produzidos em campo; (3) publicações institucionais e jornalísticas em plataformas como Alba Sud e Huella Futura; e (4) literatura acadêmica especializada sobre turismo comunitário, cultura viva e patrimônio cultural (Bardin, 2016; Moraes & Mendonça, 2024; Medeiros, 2019; Souza, 2020).

A técnica de análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2016), foi aplicada para identificar categorias centrais, tais como: turismo de base comunitária, redes culturais de resistência, práticas de memória, participação juvenil e políticas públicas culturais. Essa abordagem permitiu capturar não apenas os aspectos objetivos das práticas culturais, mas também as dimensões subjetivas e simbólicas associadas ao encontro. A metodologia participativa adotada durante o evento, fundamenta-se na pedagogia crítica de Paulo Freire (1987) e nas contribuições de Brandão (2002) e Caldart (2004), que enfatizam a importância da escuta territorial e da co-construção do conhecimento para o fortalecimento das culturas populares.

## Resultados e Discussão

As categorias de patrimônios culturais imateriais relevantes do Território da Serra do Brigadeiro, descritos abaixo, estão sistematizados para serem potenciais produtos e serviços de um turismo responsável, representados na Tabela 1.

### Festividades religiosas e folclóricas

As manifestações religiosas e folclóricas constituem uma das principais formas de expressão da cultura camponesa da Serra do Brigadeiro. Destacam-se a Folia de Reis, as festas dos padroeiros das comunidades, as quadrilhas juninas, as celebrações da cruz de maio, a encomenda das almas e eventos como os Terreiros Culturais (Foto 2) que aconteciam nos municípios do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, também conhecida como Serra dos Arrepiados, uma realização do Centro de Estudos e Pesquisa Cultural – CEPEC,

potencializando o Projeto de Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária financiado pelo Ministério do Turismo. A festividade do Terreiro Cultural apresentava um resgate dos Calangueiros, do Congado de Pedra Bonita, do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Sericita, da Folia de Reis de Muriaé, da Folia de Reis do Boné de Araponga; da Folia de Santa Cruz dos Godinho de Ervália, da Folia do Divino Espírito Santo de Rosário da Limeira, e das Folias de Reis de Miradouro.



Foto 2: Folder do Terreiro Cultural. Crédito: Werter (2012).

Atualmente o Encontro de Guardiões e Guardiãs de Sementes Crioulas integram música, religiosidade popular e solidariedade. Essas festividades contribuem para o fortalecimento dos laços comunitários e preservação das tradições locais (Ferrari, 2011; Nieto, 2021). O potencial turístico dessas práticas está associado à oferta de vivências imersivas e roteiros participativos durante os eventos.

### Saberes e práticas da agricultura tradicional

A agricultura tradicional na Serra do Brigadeiro se articula com os princípios da agroecologia, preservando técnicas como o consórcio de culturas, a seleção de sementes crioulas e o uso do calendário lunar para o plantio. Esses saberes fa-

zem parte da construção de uma paisagem cultural moldada historicamente por famílias camponesas (Nieto, 2021). Para Ferrari (2011), tais práticas demonstram um conhecimento empírico e simbólico que sustenta não apenas a produção de alimentos, mas também uma forma de vida integrada ao território. As caravanas culturais e agroecológicas e os intercâmbios são formas de experiências que dinamizam o fluxo de visitação, valorizando o potencial cultural do território com atividades imersivas dessa categoria.

Com o Pólo de Agroecologia da Zona da Mata mineira, tais saberes vêm ganhando visibilidade e o fluxo crescente de visitas técnicas de pesquisadores e agricultores agroecológicos e orgânicos.

### **Artesanato e produção manual**

O artesanato e a produção manual na região são expressões do trabalho coletivo, especialmente das mulheres rurais, que produzem cestarias, bordados, compotas de doces, entre outras agroindústrias artesanais. Esses produtos incorporam técnicas tradicionais transmitidas entre gerações e se conectam à economia solidária e criativa (Ferrari, 2011). Como afirma Nieto (2021), a valorização dessas práticas pode se dar por meio da promoção de feiras, lojas coletivas e oficinas de co-criação, reforçando a autonomia econômica local e a centralidade das mulheres na produção cultural.

### **Gastronomia regional**

A gastronomia regional é constituída por uma diversidade de alimentos ligados ao bioma da Mata Atlântica e à cultura camponesa: quitandas, bolos, pães caseiros, doces e pratos preparados com produtos agroecológicos e ingredientes nativos. Para Ferrari (2011), esses saberes culinários estão vinculados à vida cotidiana e aos ciclos festivos, tendo grande potencial para experiências turísticas sensoriais e educativas. Nieto (2021) destaca a importância dos fornos comunitários e das cozinhas coletivas, que possibilitam vivências de hospitalidade e valorização da agrobiodiversidade. O Festival de Pirapanema, distrito de Muriaé, vem se tornando uma festa que já ultrapassa a capacidade de atendimento dos empreendedores locais, demonstrando por um lado o potencial da festa, e, por outro, a necessidade de uma gestão que propicie uma troca de experiências mais integrativa.

### **Memória, oralidade e identidade camponesa**

A oralidade, os "causos", as cantigas e as rezas fazem parte do patrimônio imaterial do território, configurando uma memória coletiva que remete tanto às lutas pela terra quanto às influências dos povos originários, como os Puris. Ferrari (2011) enfatiza a importância da narrativa como meio de transmissão de saberes e da história local. Segundo Nieto (2021), essas memórias podem ser resgatadas por meio de roteiros de turismo ecoliterário com pontos de memória, museu vivo e atividades culturais como o saraú rural.

### **Educação, juventude e cultura do campo**

A educação contextualizada no campo se manifesta por meio de experiências como a da EFA Puris e da rede Ecojovem, que articulam agroecologia, identidade territorial e práticas pedagógicas integradas à realidade local. Ferrari (2011) identifica essas experiências como fundamentais para o fortalecimento da juventude rural e da cultura camponesa. Nieto (2021) aponta que esse processo educativo também é uma estratégia de resistência e permanência no território. O turismo pedagógico e os intercâmbios com instituições de ensino superior são formas de reconhecimento desses saberes.

### **Governança e políticas públicas**

O evento do I Encontro ressaltou a necessidade do fortalecimento das políticas públicas voltadas para a cultura viva e o turismo comunitário, enfatizando a importância da descentralização, da participação social e do financiamento contínuo. O Decreto Estadual nº 48.819/2024, ao regulamentar a Política Estadual de Cultura Viva, emerge como um avanço significativo, mas ainda demanda efetividade na sua implementação e articulação com outras políticas setoriais (Minas Gerais, 2024).

Tabela 1: Utilização dos Patrimônios Imateriais para o Turismo Responsável no Território da Serra do Brigadeiro.

Categoria	Práticas e expressões culturais	Importância Cultural Social	Potenciais para o Turismo Responsável
<b>Festividades religiosas e folclóricas</b>	Folia de Reis, festas de padroeiro, Encontro de Sementes Crioulas, quadrilhas, mutirões e festivais	Fortalecem identidade comunitária, preservam práticas religiosas e manifestações populares	Vivências imersivas em eventos tradicionais; oficinas de danças e cantos; roteiros temáticos durante festas populares.

<b>Saberes e práticas da agricultura tradicional</b>	Agroecologia, consórcios, roçados, manejo do café sombreado, adubação orgânica, seleção de sementes crioulas, uso do calendário lunar	Preservação do conhecimento agroecológico e garantia da segurança alimentar local	Trilhas agroecológicas, intercâmbio de sementes, oficinas de práticas agroflorestas.
<b>Artesanato e produção manual</b>	Cestarias, bordados, redes, artefatos de madeira, produção coletiva	Expressão da criatividade local e geração de renda; vínculo com a identidade cultural	Oficinas de co-criação, feiras solidárias, lojas de produtos da agricultura familiar
<b>Gastronomia regional</b>	Quitandas, panificação artesanal, alimentos orgânicos, doces caseiros, alimentos da agrobiodiversidade, pratos tradicionais	Preserva a memória alimentar e promove a valorização do patrimônio cultural imaterial	Roteiros gastronômicos e culinários, turismo de sabores, vivências em cozinhas comunitárias.
<b>Memória, oralidade e identidade camponesa</b>	Causos, cantigas, rezas, narrativas sobre ocupação camponesa e povos originários (como os Puris), práticas educativas em EFA e Ecojovem	“Causos”, cantigas, rezas, ancestralidade indígena (Puri). Patrimônio imaterial da resistência e da história local.	Roteiros de memória e história oral, pontos de memória, turismo de narrativa, bibliotecas comunitárias e cineclubes.
<b>Educação, juventude e cultura do campo</b>	Experiências pedagógicas da EFA Puris, atuação do Ecojovem, redes agroecológicas de jovens	Instrumentos de empoderamento e preservação cultural; ampliam o acesso ao conhecimento	Turismo pedagógico, intercâmbios universitários, oficinas com jovens rurais sobre agroecologia e cultura camponesa.
<b>Governança e políticas públicas</b>	Experiências do Polo de Agroecologia; Fundarte; Circuitos turísticos; Leis de Incentivo a Cultura Aldir Blanc e Paulo Gustavo	Articulação entre associações, redes agroecológicas, movimentos sociais e o Pólo de Agroecológico.	Fortalecimento de instâncias participativas, observatórios comunitários, inclusão da população local na gestão do turismo comunitário.

Fonte: Ferrari (2011); Nieto (2021); (Minas Gerais, 2024).

O território da Serra do Brigadeiro apresenta um conjunto articulado de equipamentos, eventos e políticas culturais (Tabela 2) que reforçam sua vocação para o desenvolvimento sustentável.

As Casas de Cultura cumprem papel central de articulação comunitária. A Casa da Cultura “Arrepiados da Serra”, em Araponga, sedia oficinas de música e exposições sobre a história local desde 2004 (Araponga, 2023). Em Miradouro, a Casa de Cultura integra o Museu Histórico Municipal, oferecendo visitas guiadas e mostras de acervos familiares (Prefeitura de Miradouro, 2023). Rosário de Limeira mantém, desde 2005, o Centro de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, que concentra projetos de educação patrimonial (Rosário de Limeira, 2023). Já Muriaé opera o Centro Multiuso com a Casa do Artesão, ponto estratégico para a comercialização de bordados e arte em madeira (Fundarte, 2024); equipamento semelhante existe em Divino, inaugurado em 2006 para valorizar a produção de fibra de bananeira (Divino, 2022).

Os Concursos “Rainha do Café” consolidam-se como vitrines da cafeicultura especial. Miradouro organiza o certame desde 2022, envolvendo dez candidatas por edição (Prefeitura de Miradouro, 2023). Araponga instituiu competição análoga em 2023 sob coordenação da Associação dos Cafeicultores de Cafés Especiais (ASCAC, 2024).

No calendário de feiras e exposições, destacam-se a Expo Muriaé, que reunia cerca de 200 mil visitantes em sua 66ª edição (SENAR Minas, 2023), e a Expo Miradouro, com 33 anos de tradição agropecuária (Prefeitura de Miradouro, 2023). Divino, Pedra Bonita e Sericita realizam mostras menores, com 30 a 40 estandes anuais (Municípios da Zona da Mata, 2024).

O Festival de Pirapanema, no distrito muriaeense homônimo, tornou-se o evento gastronômico de referência após 2020, reunindo cerca de 25 barracas de comida regional e público médio de 5000 pessoas por edição (Fundarte, 2024). Complementarmente, os circuitos turísticos Serra do Brigadeiro e Serras de Minas promovem quatro feiras comerciais ao ano, integrando cafés especiais e artesanato de 150 produtores (SECULT-MG, 2024).

As leis de fomento – Aldir Blanc e Paulo Gustavo – financiaram oito editais em Muriaé e seis em Miradouro entre 2023 e 2024, beneficiando 120 iniciativas (Guia Muriaé, 2024). Esses recursos ampliaram a oferta de oficinas, espetáculos e aquisição de equipamentos culturais.

Em termos de conservação, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (14.984 ha) articula-se a três APAs (Pico do Itajuru, Pontão e Rio Preto) e a três RPPN's, preservada em parceria com a CEMIG (IEF, 2023). O parque ancora a Trilha Brigadeiro-Caparaó ( $\approx$  250 km), parcialmente sinalizada pela Rede Trilhas (2024).

A indústria criativa é liderada pelo Polo da Moda de Muriaé, que gera cerca de 1200 postos de trabalho (Tribuna de Minas, 2023), e pela rede de artesãos de pedra-sabão, bordados e cerâmica distribuídos nos circuitos. A produção cafeeira de altitude supera 200.000 sacas anuais (ASCAC, 2024).

Por fim, a infraestrutura de visitação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - PESB conta com centro de visitantes, auditório de 100 lugares e a Fazenda Neblina, que oferece hospedagem de baixo impacto (Serra do Brigadeiro Turismo, 2024). Mais de 30 guias foram capacitados em técnicas de condução ambiental.

Esses elementos configuram um ecossistema cultural robusto que conecta conservação ambiental, turismo responsável e economia criativa, fortalecendo a identidade do Território da Serra do Brigadeiro na Zona da Mata mineira.

Tabela 2: Estrutura de Apoio à Cultura no Território da Serra do Brigadeiro:

Dimensão	Município
Casa de Cultura	Araponga
Casa de Cultura + Museu Histórico municipal	Miradouro
Centro de Turismo, Cultura e Meio	Rosário de Limeira
Centro Multiuso e Casa do Artesão	Muriaé
Casa do Artesão	Divino
Casa do Artesão	Muriaé
Concurso "Rainha do Café"	Miradouro
Concurso "Rainha do Café"	Araponga

Exposições Agropecuária	Muriaé
Exposições Agropecuária	Miradouro
Exposições Agropecuária	Ervália
Feiras anuais	Divino, Pedra Bonita, Sericita
Festival gastronômico	Muriaé – Festival de Parapanema
Feiras dos Circuitos Turísticos	Círculo Serra do Brigadeiro; Círculo Serras de Minas
Unidades de Conservação	Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, APA's em 11 municípios, 3 RPPN's
Trilha de Longo Percurso	Parque Estadual Brigadeiro – Parque Nacional do Caparaó (~250 km)
Indústria Criativa	Muriaé Polo da Moda

Fonte: Araponga, 2023; ASCAC, 2024; Fundarte, 2024; Guia Muriaé, 2024; Municípios da Zona da Mata, 2024; Prefeitura de Miradouro, 2023; Rede Trilhas (2024); Rosário de Limeira, 2023; SENAR Minas, 2023; SECULT-MG, 2024; Serra do Brigadeiro Turismo, 2024.

## Oportunidades para a Cultura e o Turismo de Base Comunitária na Zona da Mata

As experiências de Turismo de Base Comunitária na Zona da Mata mineira têm revelado significativas oportunidades para a valorização da cultura popular, da memória coletiva e dos bens culturais imateriais. Essas práticas reforçam o papel das comunidades como protagonistas nos processos de desenvolvimento local, especialmente quando articuladas a políticas culturais que integram as dimensões simbólica, social e econômica do território.

Oportunidades para implantar Pontos de Cultura e Pontos de Memória representam uma estratégia essencial para vincular as políticas públicas de cultura

A partir dessa base, podem emergir os chamados empórios culturais — empreendimentos híbridos que aliam atividades culturais à comercialização de produtos locais — como alternativas para a geração de renda, a circulação de saberes e a valorização das práticas agroecológicas e artesanais (Santos & Garcia, 2021). Esses espaços apresentam oportunidades de se tornarem vetores de dinamização econômica e cultural, promovendo a integração entre tradição e inovação nas comunidades.

Outro campo promissor é representado pela criação de cineclubes e pontos de exibição audiovisual em áreas rurais e periferias urbanas. Essas iniciativas se constituem como instrumentos pedagógicos e de fortalecimento do imaginário social, ao democratizar o acesso à linguagem cinematográfica e incentivar a produção de narrativas locais. Conforme argumenta Peirano (2008), a valorização das etnografias visuais amplia as possibilidades de representação simbólica e favorece a produção de conhecimentos situados. Complementarmente, Ribeiro (2013) aponta que a difusão de curtas-metragens em contextos comunitários pode fortalecer práticas educativas e gerar engajamento cultural.

Além disso, a realização de festivais da cultura de montanha e fóruns itinerantes de saberes populares podem se consolidar como práticas relevantes para o fortalecimento dos vínculos comunitários e a promoção da escuta intergeracional. Esses eventos, quando bem gerenciados, integram patrimônio natural, práticas culturais e espiritualidades locais, favorecendo a experimentação de formas de governança compartilhada e a inovação social em contextos rurais (Sansolo & Bursztyn, 2009).

A Zona da Mata, caracterizada por forte presença de comunidades com saberes tradicionais agroecológicos e práticas coletivas de resistência, constitui um território fértil para a articulação entre turismo responsável e políticas culturais baseadas na participação social. Entretanto, a sustentabilidade dessas experiências exige o fortalecimento das redes territoriais, o apoio técnico continuado e o reconhecimento dos saberes locais como fundamentos de uma economia regenerativa e solidária (Moraes, 2011; Minayo, 2001).

## Conclusão

O I Encontro Ibero-Americano de Turismo de Base Comunitária, Cultura Viva e Patrimônio Cultural Rural representa uma experiência pioneira de articulação en-

tre territórios rurais da América Latina, demonstrando o potencial do turismo comunitário como ferramenta de desenvolvimento sustentável, valorização cultural e resistência territorial.

Os resultados obtidos evidenciam a importância do fomento a implantação de Pontos de Cultura e demais coletivos culturais para o resgate dos patrimônios imateriais da cultura viva, agregando valor para a promoção e fortalecimento do turismo responsável, reafirmando a necessidade de políticas públicas integradas e participativas com conselhos deliberativos, capazes de dar autonomia ao protagonismo local na gestão de seus bens culturais e ambientais.

Este estudo reforça a relevância do diálogo intercultural e intersetorial para a construção de modelos turísticos mais justos, inclusivos e sustentáveis, alinhados às demandas contemporâneas de preservação do patrimônio cultural e justiça social.

Futuras pesquisas poderão aprofundar a análise dos impactos econômicos, sociais e ambientais do turismo que é protagonizado por empreendedores da Zona da Mata, contribuindo para o aprimoramento das políticas culturais e turísticas em fóruns itinerantes a nível regional no Território da Serra do Brigadeiro.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. **Pontos de Cultura:** o Brasil de baixo para cima. Brasília: Secretaria da Cidadania Cultural, Ministério da Cultura, 2007.

BRASIL. **Lei nº 13.018**, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva – PNCV. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 jul. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/lei/l13018.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/lei/l13018.htm). Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plataforma Cultura Viva**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://plataformaculturaviva.gov.br/>. Acesso em: 11 jun. 2025.  
COSTA, A. F.; NOGUEIRA, A. P. A. **Etnografias possíveis:** política e metodologia na pesquisa social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MINAS GERAIS. **Lei nº 22.944**, de 15 de janeiro de 2018. Estabelece diretrizes para o Sistema Estadual de Cultura e institui a Política Estadual de Cultura Viva. Diário do Executivo, Belo Horizonte, MG, 16 jan. 2018.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 48.819**, de 12 de janeiro de 2024. Regulamenta a Política Estadual de Cultura Viva. Diário do Executivo, Belo Horizonte, MG, 12 jan. 2024.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MORAES, W. V. **Turismo de base comunitária:** desafios, potencialidades e a busca por um modelo de desenvolvimento local sustentável. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 44–62, 2011.

MORAES, W. V.; KNUPP, M. E. C. G.; SILVA, R. J. de E. **Análise da Lei de Turismo de Base Comunitária no Estado de Minas Gerais – Brasil: impactos para o desenvolvimento sustentável.** Revista de Turismo Contemporâneo, Aracaju, v. 13, n. 1, p. 617–645, 2025. DOI: <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2025v13n1ID37542>.

O TEMPO. **Governo de Minas lança Plano Descentralizado de Cultura.** O Tempo, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.otimepo.com.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.

PEIRANO, M. C. **A favor da etnografia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2008.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **1º Fórum Municipal dos Pontos de Cultura e Encontros Formativos.** Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.

REBELLO LIMA, L. **Cultura Viva e cooperação internacional:** experiências do IberCultura Viva. Revista Brasileira de Políticas Culturais, Brasília, v. 3, n. 2, p. 45–62, 2024.

RIBEIRO, F. **Audiovisual e comunidades:** práticas de vídeo popular e políticas culturais no Brasil. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1–15, 2013.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, M. **Sistematização e indicadores para avaliação**

de experiências de turismo de base comunitária. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1–19, 2009.

SANTOS, M.; GARCIA, S. **Empórios culturais e economia solidária:** experiências de articulação entre cultura, território e renda. Revista de Cultura e Extensão USP, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 55–68, 2021.

TURINO, C. **Pontos de Cultura:** o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

## ENTRE A ADESÃO E EFETIVAÇÃO: Os limites da descentralização cultural em Minas Gerais à luz dos Planos Municipais de Cultura

CABRAL DURSO, FÁBIO CABRAL. (1); ALBERNAZ, RENATA OVENHAUSEN. (2)

1. Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMSPC)

Almirante Barroso, 1.202. CEP 96010-280. Pelotas, RS.

[fabiodurso@outlook.com](mailto:fabiodurso@outlook.com)

2. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMSPC)

Almirante Barroso, 1.202. CEP 96010-280. Pelotas, RS.

[renata.ovenhausen@ufrgs.br](mailto:renata.ovenhausen@ufrgs.br)

### RESUMO

Este artigo analisa os desafios da descentralização das políticas culturais no Brasil a partir da implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e da institucionalização dos Planos Municipais de Cultura (PMCs), com ênfase na realidade de Minas Gerais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise de dados extraídos da plataforma “Ver SNC”, do Ministério da Cultura. Os resultados indicam que, embora haja uma adesão expressiva dos municípios mineiros ao SNC, a efetivação dos PMCs ainda é limitada e desigual, revelando fragilidades técnico-institucionais, escassez de recursos e descontinuidade administrativa. Argumenta-se que o fortalecimento dos PMCs é estratégico para a consolidação de uma governança cultural participativa e para a promoção de políticas culturais mais equitativas, sustentáveis e conectadas às dinâmicas territoriais e patrimoniais locais.

**Palavras-chave:** Políticas Culturais; Planos Municipais de Cultura; Descentralização da Cultura.

## 1. Introdução

A produção acadêmica voltada às políticas culturais no Brasil evidencia que, a partir de 2003, a gestão pública da cultura passou a ser orientada por uma abordagem sistêmica, consolidada na proposta do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Recentemente regulamentado pela Lei nº 14.835, de abril de 2024, o SNC havia sido formalmente incorporado à Constituição Federal em novembro de 2012, por meio da Emenda Constitucional nº 71, que inseriu o artigo 216-A. Inspirado em uma concepção ampliada de cultura, o SNC busca organizar o campo da gestão cultural a partir da cooperação federativa entre União, estados, municípios e sociedade civil. Seu objetivo central é promover a diversidade cultural e ampliar a democratização do acesso às políticas públicas culturais, adotando diretrizes de participação social e pactuação intergovernamental.

Durante os anos 2000, o Ministério da Cultura (MinC) empreendeu esforços significativos para consolidar essa arquitetura institucional. Ainda que seus efeitos sejam visíveis até o presente, os mecanismos que deram forma ao SNC carecem de análises mais aprofundadas, sobretudo no que se refere à sua capacidade de institucionalização. Autores como Dellagnelo, Salles e Silva (2019) apontam que, apesar dos avanços, o processo apresenta fragilidades que comprometem a consolidação das políticas culturais no longo prazo.

É nesse contexto que o presente artigo se propõe a examinar a institucionalização das políticas culturais no Brasil, com ênfase no Sistema Nacional de Cultura (SNC) e nos Planos Municipais de Cultura (PMCs), instrumentos considerados estratégicos para a efetivação do sistema. A análise centra-se no estado de Minas Gerais, buscando contribuir para o debate sobre a efetividade e os desafios da implementação dessas políticas em âmbito local.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho baseia-se em revisão bibliográfica, sobretudo a partir de Moreira (2004), e em dados extraídos da plataforma “Ver SNC”, disponibilizada pelo Ministério da Cultura, com o intuito de mapear a presença e os níveis de institucionalização dos PMCs em municípios mineiros. O artigo está dividido em três partes: a primeira apresenta o referencial teórico sobre a institucionalização das políticas culturais; a segunda examina as articulações entre o SNC, o Plano Nacional de Cultura (PNC) e os Planos Municipais de Cultura (PMCs); e a terceira discute a descentralização dessas políticas no contexto de Minas Gerais. Ao final, são apresentadas as considerações conclusivas da pesquisa.

## 2. Por uma articulação federativa: o SNC como estratégia de gestão cultural no Brasil

Barbalho (2014), ao investigar a constituição do Sistema Nacional de Cultura (SNC) no Brasil, adota como perspectiva analítica a Teoria do Discurso proposta por Laclau e Mouffe, concentrando-se nas narrativas mobilizadas por diferentes agentes culturais. Em sua análise, o autor examina os discursos produzidos tanto por atores institucionais quanto por representantes da sociedade civil, revelando as articulações simbólicas que sustentaram o processo de institucionalização do SNC. Com base nesse referencial teórico, Barbalho (2014) argumenta que o Ministério da Cultura (MinC) atuou como principal vetor de coesão em torno do projeto, promovendo uma homogeneização discursiva que possibilitou a ampla aceitação do sistema no campo político e cultural. Embora o país já dispusesse de experiências federativas consolidadas, como o SUS, o SUAS e o Sistema Nacional de Educação, o autor destaca que o SNC constituiu uma inovação importante no campo das políticas culturais, alicerçada na ampliação dos mecanismos participativos inaugurados pela Constituição de 1988.

O artigo 216-A da Constituição Federal define o SNC como uma rede integrada de instâncias, instrumentos e processos de gestão pública da cultura, envolvendo conselhos, planos, conferências, fóruns intersetoriais, sistemas de financiamento, informações, indicadores e programas de formação. Essa estrutura deve ser replicada e articulada de modo federativo — entre os níveis federal, estadual e municipal — e de forma colaborativa, democrática e participativa. Tal conformação visa assegurar não apenas a formulação, mas também a execução continuada de políticas culturais condizentes com as especificidades territoriais. Como prescreve o texto constitucional:

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais” (Brasil, 1988, grifo nosso)

Assim, o SNC configura-se como uma estratégia de gestão que articula temas centrais para o campo cultural, como a descentralização das políticas, o fortalecimento do pacto federativo, a institucionalização de espaços participativos e o reconhecimento dos direitos culturais como dimensão fundamental da cidadania.

Para Rocha (2018, p. 21), um dos objetivos estruturantes do SNC é “fomentar a implementação de ações sistêmicas em âmbito nacional de forma descentralizada, coordenada e pactuada entre o Estado e a sociedade civil”. Essa lógica busca romper com a tradição de políticas pontuais, descontinuadas e verticalizadas, características que historicamente marcaram a administração pública da cultura (Rubim, 2007). Em seu lugar, propõe-se um modelo baseado na cooperação, na estabilidade institucional e na diversidade territorial e cultural. O SNC e os instrumentos que o compõem visam equilibrar inovação conceitual e eficácia prática, condição indispensável para sua legitimidade. Nesse processo, destaca-se a necessidade de mecanismos participativos contínuos – como fóruns setoriais e territoriais – que favoreçam a construção de consensos, a pactuação de prioridades e a tradução das demandas sociais em políticas efetivas. A eficácia do sistema não depende apenas da adesão formal dos entes, mas da capacidade de articular metodologias participativas com gestão qualificada e pactuada.

Nesse sentido, Barros (2009) sublinha que a participação social e o controle público são componentes indispensáveis das políticas culturais, cuja legitimidade advém do envolvimento ativo da sociedade civil ao longo de todo o seu ciclo. No contexto do SNC, isso implica articulação estreita entre os diferentes níveis federativos para evitar sobreposição de ações, lacunas de responsabilização e fragmentação na implementação das políticas culturais.

A abordagem sistêmica do SNC remete aos “sistemas de consciência” descritos por Luhmann (2009) , cuja eficácia não pode ser reduzida à existência de planos e normas – por mais sofisticados que sejam. Para que o sistema funcione plenamente, é necessário compreender as relações de cooperação, as estruturas informais e os processos sociais que sustentam sua operacionalidade. A colaboração efetiva entre Estado e sociedade civil é, portanto, condição indispensável para o êxito do sistema.

Como pontua Coelho Neto (2019), o SNC surge como tentativa de superação de uma patologia histórica da gestão cultural no Brasil: o improviso, a personalização das decisões (a chamada “política de balcão”) e a baixa institucionalização das ações. O sistema busca, assim, reformular a atuação do Estado e da sociedade civil organizada, com vistas à constituição de uma política cultural mais estruturada, perene e participativa.

Embora a adesão dos entes federativos ao SNC seja voluntária, sua formalização exige o cumprimento de determinados requisitos institucionais e legais, entre eles

a criação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura, que devem conter: (1) órgão gestor de cultura; (2) Conselho de Política Cultural; (3) Fundo de Cultura; (4) calendário de conferências e (5) Plano Municipal de Cultura (PMC). Este último constitui o foco de interesse do presente estudo, por representar o instrumento de planejamento de maior relevância no âmbito local.

Apesar da existência de diretrizes gerais, o grau de institucionalização do SNC é extremamente desigual entre os entes federados, conforme demonstra Coelho Neto (2019). A trajetória de implementação do sistema tem sido marcada por avanços e retrocessos, evidenciando a instabilidade do processo e as distintas capacidades institucionais dos municípios. Tal disparidade reforça a urgência de estratégias que promovam maior equidade e fortaleçam o desenvolvimento do sistema em escala nacional, com atenção às especificidades locais e regionais.

A análise do caso mineiro — unidade federativa com o maior número de municípios do país é marcada por significativa diversidade sociocultural — reforça esse diagnóstico, como será discutido nas seções seguintes. Apesar da adesão formal de todos os estados e de grande parte dos municípios ao SNC, verifica-se que a implementação efetiva de seus elementos estruturantes permanece restrita. O maior desafio à consolidação do sistema, portanto, concentra-se na esfera municipal, que enfrenta dificuldades relacionadas à capacidade técnica, à continuidade política e ao acesso a recursos.

Coelho Neto (2019) observa que os municípios brasileiros, especialmente os de pequeno porte, são os menos preparados para responder às exigências de uma política cultural estruturada, embora estejam cada vez mais pressionados a fazê-lo. A multiplicidade de realidades locais, particularmente em Minas Gerais, exige planejamento e gestão adequados, com sensibilidade às especificidades socioterritoriais.

Nesse contexto, os Planos Municipais de Cultura (PMCs) são instrumentos centrais. Previsto no marco legal do SNC e do Plano Nacional de Cultura (PNC) (Lei nº12.343), o PMC estabelece diretrizes, metas e ações para o setor cultural em horizonte decenal, funcionando como instrumento de planejamento estratégico para o poder público local. Mais que um requisito formal, trata-se de uma ferramenta essencial para garantir a continuidade das políticas e o alinhamento entre as ações governamentais e as demandas da sociedade civil.

A ausência de um plano consistente compromete a operacionalização do sistema: sem o PMC, as conferências carecem de foco, os fundos culturais care-

cem de diretrizes e os conselhos perdem sua capacidade de mediação e deliberação. Como apontam Dellagnelo, Salles e Silva (2019), os PMCs constituem a principal ferramenta de planejamento cultural no âmbito do SNC, sendo resultado de processos participativos e democráticos, e devendo refletir os interesses coletivos em cada território.

Assim, o SNC representa um esforço institucional para romper com a histórica descontinuidade das políticas culturais brasileiras. Sua estrutura visa garantir a permanência das ações, fortalecendo os direitos culturais e institucionalizando mecanismos participativos em todas as esferas da Federação. Contudo, apesar da previsão constitucional dos direitos culturais (art. 215 da CF/88), o campo da cultura ainda carece de um pacto federativo claramente definido – diferentemente das áreas da saúde ou da educação, que possuem competências, responsabilidades e financiamento compartilhados de forma explícita.

Vilutis (2013) reforça que, embora os desafios sejam transversais a todos os entes, as respostas devem ser adaptadas às suas realidades e articuladas entre si, com base em marcos legais comuns, a fim de mitigar desigualdades regionais. A autora defende que o planejamento cultural – seja ele municipal, estadual ou nacional – deve se articular de forma harmônica, promovendo a integração sistêmica das políticas culturais e fortalecendo a capacidade de resposta das administrações públicas.

A convergência entre os diferentes planos é, portanto, estratégica para assegurar a efetividade do SNC. Ao estabelecer sinergias entre os níveis de governo e entre os mecanismos institucionais, cria-se uma base mais sólida para o desenvolvimento das políticas culturais. Como observa Vilutis (2013, p. 139), o plano de cultura “é o componente que interpreta, processa e controla as atividades vitais do Sistema; é o principal elemento de articulação entre os diversos mecanismos do Sistema, estimulando a sinergia e a complementaridade entre os entes federados”.

Por fim, vale destacar que a construção de um plano municipal de cultura envolve múltiplos desafios, sobretudo na etapa inicial de formulação das políticas locais. É importante incentivar os municípios a abandonarem práticas improvisadas e adotar modelos de gestão integrados e participativos. A territorialização das políticas culturais – foco deste artigo – exige a superação do modelo centralizador, com divisão mais equitativa das atribuições entre Estado e sociedade civil, e a criação de espaços formativos e deliberativos que qualifiquem a gestão cultural e fortaleça a democracia cultural em escala local.

### 3. A arquitetura federativa da cultura: PMCs como vetores de descentralização

Como já mencionado, o processo de descentralização das políticas culturais no Brasil tem avançado de forma significativa, assumindo um caráter inovador e inédito na história da administração pública da cultura no país. O Sistema Nacional de Cultura (SNC), em articulação com o Plano Nacional de Cultura (PNC) e seus componentes institucionais — como os planos municipais, as conferências, os conselhos e os fundos —, configura-se como uma política estruturante que, embora promissora, ainda carece de um modelo de gestão plenamente eficaz, capaz de coordenar os esforços entre os diferentes entes federados.

A autonomia administrativa conferida aos estados e municípios pela Constituição Federal de 1988 tem permitido a constituição de sistemas locais de cultura por via indutiva. Nesse cenário, a lógica descentralizadora do SNC tem viabilizado aos entes subnacionais o acesso a recursos e programas de formação, promovendo a qualificação institucional dos órgãos gestores da cultura e incentivando a superação das assimetrias regionais no acesso a bens e serviços culturais.

Rocha (2019) observa que esse processo de descentralização se estende também ao PNC, cuja formulação contempla a integração entre os diversos sistemas de gestão cultural, conforme previsto no artigo 2º da Lei nº 12.343/2010. Essa legislação estabelece o SNC como eixo estruturante do PNC, prevendo mecanismos de gestão compartilhada entre União, estados, municípios e sociedade civil, fortalecendo o modelo federativo colaborativo e a participação democrática na governança do setor.

Segundo a autora, embora a Constituição de 1988 tenha promovido uma abertura institucional para a descentralização de políticas públicas, a cultura não foi contemplada de forma prioritária nesse processo. A efetiva distribuição de competências no campo cultural começou a ser delineada apenas com o surgimento do SNC e com a regulamentação do PNC, os quais propõem a articulação dos entes subnacionais no desenvolvimento de uma política cultural articulada e integrada.

Arretche (2011) argumenta que a Carta Magna de 1988 não reduziu o protagonismo da União em favor dos demais entes federativos. Pelo contrário, o governo federal manteve a prerrogativa de coordenação em políticas públicas de escala nacional, como saúde, educação, assistência social e habitação. No cam-

po cultural, historicamente, a centralização decisória permaneceu como traço marcante, em grande parte devido à ausência de instrumentos eficazes de cooperação entre os entes. Mesmo quando tais mecanismos existem – como no caso do Decreto nº 5.761/2006, que regulamenta a Lei Rouanet – sua aplicação tem sido limitada. O decreto prevê, por exemplo, a participação de estados e municípios mediante a existência de leis de incentivo, fundos culturais e órgãos colegiados com composição paritária, requisitos que, embora adotados por diversas unidades federativas, não foram suficientes para fomentar uma governança cultural descentralizada.

Para Cunha Filho (2010) e Rocha (2019), o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federados no campo da cultura permanece como um desafio histórico. A experiência mais expressiva nesse sentido foi a estadualização do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, a partir de 2008, quando a gestão dessas iniciativas deixou de ser exclusiva do Ministério da Cultura (MinC) e passou a contar com a corresponsabilidade de alguns estados.

Contudo, a consolidação de uma política cultural sistêmica ainda está em curso. Como observa Rocha (2019, p. 233), “sabe-se que as políticas sistêmicas são processuais e exigem tempo e investimento para serem aplicadas. Assim, o SNC certamente não seria implementado de uma hora para outra”. De sua formalização constitucional, pela Emenda nº 71/2012, à mais recente regulamentação legal, por meio da Lei nº 14.835/2024, a trajetória do SNC tem sido marcada por avanços pontuais, mas limitados, sobretudo pela escassez de repasses financeiros aos entes federados. Desde sua criação, foram lançados apenas dois editais específicos – um para estados e outro para municípios – com recursos reduzidos, o que revela o caráter ainda embrionário de sua implementação.

No âmbito do PNC, merece destaque a ênfase atribuída à descentralização como princípio orientador da política cultural nacional. A operacionalização desse princípio está diretamente vinculada à consolidação do SNC e à delimitação de competências entre os entes federados. Embora a adesão ao sistema seja facultativa, respeitando a autonomia prevista constitucionalmente, a participação de estados e municípios é condição indispensável para o cumprimento de várias metas do PNC. A meta 1, por exemplo, propõe a implantação do SNC em 100% das Unidades da Federação e em 60% dos municípios; a meta 5, por sua vez, prevê a criação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural em 100% dos estados e em 60% dos municípios, com legislação e políticas específicas.

Rocha (2019) alerta, entretanto, que o êxito dessas metas está diretamente relacionado à adesão e à capacidade de investimento dos entes federados, num contexto em que muitos municípios — especialmente os de pequeno e médio porte, como é o caso da maioria das cidades mineiras — enfrentam limitações estruturais e orçamentárias severas. Arretche (2011), ao analisar a descentralização das políticas sociais, observa que a transferência de responsabilidades aos municípios exige instrumentos eficazes de indução federativa, desenhados e implementados por instâncias superiores. Tal raciocínio é plenamente aplicável à política cultural, que requer estratégias específicas para garantir sua eficácia descentralizada e equitativa.

A partir de 2010, o MinC buscou promover maior alinhamento entre o PNC e os planos locais, mesmo diante de restrições orçamentárias. Uma das iniciativas foi o Programa Nacional de Fortalecimento Institucional dos Órgãos Gestores de Cultura, lançado em 2011 e formalizado em 2012. No bojo desse programa, foi desenvolvido o Projeto de Apoio à Elaboração de Planos Estaduais e Municipais de Cultura, em parceria com universidades federais (UFBA e UFSC) e administrações públicas estaduais e municipais. Sob demanda de gestores culturais, o MinC coordenou a iniciativa, enquanto as universidades ofereceram suporte metodológico à elaboração dos planos locais.

Entre 2011 e 2016, o projeto contou com a participação de 22 estados e do Distrito Federal. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), inicialmente responsável pela assessoria a 20 municípios, expandiu sua atuação por meio de um ambiente virtual de aprendizagem, alcançando 439 municípios em sua segunda fase. Apesar da abrangência, a participação na formação não garantiu a formalização efetiva dos Planos Municipais de Cultura (PMCs). Conforme dados do MinC de 2017, reportados por Rocha (2019), em 2015 apenas oito estados (30%) e 369 municípios (7%) possuíam planos devidamente aprovados e regulamentados. Ainda que esse número tenha evoluído, permanecem incertezas quanto à efetividade dos planos e sua implementação.

Dentre os principais desafios identificados destacam-se: a dificuldade em manter instâncias de participação social ativas, a ausência de mecanismos robustos de monitoramento e avaliação, e a dificuldade de adaptação das metas culturais às transformações sociais e culturais em curso. Além disso, a escassez de recursos humanos qualificados e de financiamento contínuo compromete a capacidade dos municípios — especialmente os de menor porte — de integrar os PMCs às agendas locais de desenvolvimento. A insuficiência de articulação entre setor público, setor privado e sociedade civil também fragiliza a sustentabilidade das

ações, dificultando a consolidação de políticas culturais duradouras e com impacto relevante no território.

#### **4. Descentralização das políticas culturais em Minas Gerais: uma análise a partir dos planos municipais de cultura**

Minas Gerais, estado da região Sudeste do Brasil, com cerca de 22 milhões de habitantes distribuídos por 853 municípios, apresenta desafios expressivos para a implementação efetiva do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Desse total, 702 municípios possuem menos de 25 mil habitantes, enfrentando limitações estruturais e orçamentárias que impactam diretamente a institucionalização de políticas públicas, especialmente na área cultural (IBGE, 2022) . A carência de infraestrutura administrativa, aliada à precariedade no acesso a serviços essenciais como transporte, telefonia e internet, compromete a consolidação de uma memória institucional e a continuidade das políticas culturais no âmbito local.

Segundo Barros e Oliveira Jr. (2023), tais fragilidades reforçam a distância entre a adesão formal ao SNC e a sua concretização prática, fazendo com que o sistema, em grande parte do território mineiro, permaneça como uma promessa ainda não plenamente realizada. Soma-se a isso o fato de que muitos municípios carecem de políticas de valorização do patrimônio cultural local, o que agrava a ausência de planejamento estratégico e enfraquece as possibilidades de desenvolvimento territorial por meio da cultura.

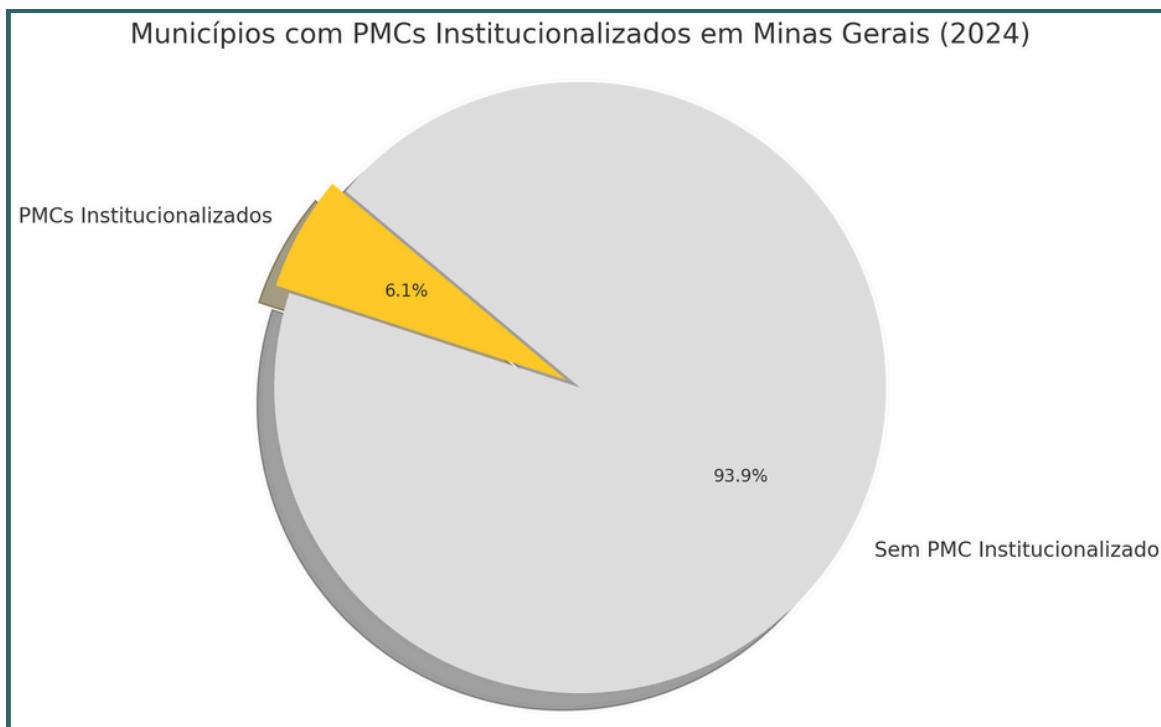
No entanto, o cenário mineiro também revela aspectos promissores. Uma análise recente da plataforma “Ver SNC”, disponibilizada pelo Ministério da Cultura, evidencia que, entre 1º de janeiro de 2012 e 30 de agosto de 2024, 466 municípios mineiros formalizaram sua adesão ao SNC, o que representa 54,63% do total. Esse dado demonstra uma disposição significativa das administrações locais em integrar-se ao sistema nacional e participar de um modelo colaborativo de gestão cultural.

Apesar disso, a análise do grau de institucionalização revela um quadro mais restrito: apenas 33 municípios em todo o estado completaram as cinco dimensões exigidas pelo SNC – sistema local de cultura, órgão gestor, conselho municipal de política cultural, fundo de cultura e plano municipal de cultura –, correspondendo a apenas 3,87% dos municípios. Esse dado reforça que a adesão formal não tem sido acompanhada, na mesma proporção, por uma es-

truturação institucional efetiva.

Especificamente no que se refere aos Planos Municipais de Cultura (PMCs), o levantamento identificou apenas 52 municípios com o instrumento institucionalizado, o que representa pouco mais de 6,10% do total de municípios mineiros. Considerando que o PMC é a principal ferramenta de planejamento estratégico da política cultural em nível local, esse número evidencia uma fragilidade preocupante na consolidação das políticas públicas culturais em Minas Gerais. A imagem (gráfico 1) a seguir ilustra o panorama da institucionalização das políticas culturais em Minas Gerais, com destaque para a adesão ao SNC e a implementação dos PMC.

Gráfico 1 – Porcentagem de Municípios com PMCs institucionalizados em Minas Gerais (2024)



Fonte: Elaborado pelo autor desta pesquisa com dados extraídos da Plataforma Ver SNC – MinC.

Em um estado caracterizado por sua diversidade regional e por uma densidade patrimonial singular – com bens tombados em praticamente todas as regiões, grande número de museus, arquivos históricos, sítios arqueológicos e manifestações imateriais reconhecidas –, a ausência de planos estruturados compromete não apenas o desenvolvimento cultural, mas também as ações de preservação e valorização do patrimônio. A inexistência de instrumentos de planejamento dificulta a integração entre as políticas culturais e outras áreas estratégicas, como educação, turismo e desenvolvimento local, limitando a capa-

cidade de resposta dos municípios frente às demandas contemporâneas da gestão patrimonial.

Além disso, a baixa institucionalização dos PMCs revela entraves persistentes: escassez de recursos financeiros, falta de quadros técnicos especializados, descontinuidade administrativa e dificuldades para assegurar participação social qualificada e permanente. A ausência de planejamento estruturado fragiliza os conselhos municipais e limita a atuação dos fundos de cultura, comprometendo a coerência e a efetividade das ações culturais. Quando inexistente, o PMC torna-se um elo ausente na engrenagem do SNC, dificultando a coordenação entre os níveis de governo e impedindo a implementação de políticas integradas e territorializadas.

Nesse cenário, é importante compreender os Planos Municipais de Cultura não como instrumentos meramente burocráticos, mas como dispositivos estratégicos para o fortalecimento da gestão pública cultural e, especialmente, para a proteção das referências culturais e patrimoniais locais. Em um estado com tantas singularidades históricas e simbólicas, os PMCs podem funcionar como catalisadores de políticas intersetoriais, articulando as demandas comunitárias com ações de preservação, educação patrimonial, difusão cultural e valorização da diversidade.

Portanto, os dados analisados indicam a necessidade urgente de fortalecer os mecanismos de apoio técnico e financeiro por parte do governo federal e estadual, promovendo uma política de indução que vá além da adesão simbólica ao SNC. Trata-se de qualificar e consolidar os PMCs como instrumentos de governança local, com foco na sustentabilidade, na continuidade e na valorização da memória coletiva. Em Minas Gerais, onde o patrimônio cultural é elemento estruturante da identidade regional, o fortalecimento desses instrumentos é decisivo para transformar a cultura em vetor real de desenvolvimento social, econômico e simbólico.

## 5. Considerações finais

A análise empreendida ao longo deste artigo evidencia que a fragilidade na institucionalização dos Planos Municipais de Cultura (PMCs) em Minas Gerais configura-se como um entrave concreto à consolidação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), concebido como política estruturante de alcance federativo e democrático. Embora iniciativas relevantes tenham sido conduzidas pelo Ministé-

tério da Cultura — sobretudo no que diz respeito à formação de quadros técnicos e ao incentivo à constituição de sistemas locais de cultura —, persistem descompassos entre a adesão formal dos entes federados e a efetivação concreta dos dispositivos normativos e operacionais que sustentam o SNC. Trata-se, portanto, de um cenário que demanda mais que ajustes pontuais: exige um redesenho estratégico das políticas culturais, pautado na permanência, na indução federativa e na redução das assimetrias institucionais entre os municípios.

Os PMCs, enquanto instrumentos centrais de planejamento e gestão, adquirem relevância não apenas por sua função normativa, mas por seu potencial de construção de agendas públicas que articulem cultura, cidadania e território. Quando concebidos em sintonia com os princípios do SNC e com o horizonte decenal do Plano Nacional de Cultura (PNC), os PMCs fortalecem a capacidade de ação dos municípios, estimulando processos participativos e ampliando o reconhecimento da cultura como vetor de desenvolvimento. Ao articular demandas locais com diretrizes nacionais, esses planos tornam-se peças-chave de uma engrenagem mais ampla, que busca reconfigurar a gestão cultural sob bases republicanas, participativas e dialógicas.

No entanto, como se observou no caso mineiro, a baixa densidade institucional da política cultural municipal — expressa na reduzida quantidade de PMCs institucionalizados — compromete a consolidação dessa engrenagem. A precariedade orçamentária, a rotatividade nos quadros técnicos e a ausência de planejamento estruturado revelam-se como sintomas de um modelo ainda em disputa, que alterna avanços e descontinuidades. Diante disso, torna-se imperativo reafirmar a cultura como um direito constitucional e uma dimensão estratégica do desenvolvimento humano, o que implica consolidar os instrumentos que a sustentam — entre eles, os PMCs — por meio de políticas públicas de longo prazo, financiamento adequado e mediação constante com a sociedade civil.

Como destacam autores como Calabre (2015) e Rubim (2017), a efetividade das políticas culturais depende da capacidade de construir institucionalidades duráveis, articuladas entre os diferentes níveis federativos e ancoradas em práticas participativas reais. Nesse sentido, os Planos Municipais de Cultura devem deixar de ser compreendidos como exigências formais para acesso a recursos, passando a ser concebidos como processos vivos de pactuação social e planejamento democrático. Em um estado como Minas Gerais, cuja densidade patrimonial e diversidade cultural exigem respostas territorializadas e sensíveis às

especificidades locais, o fortalecimento dos PMCs não é apenas desejável, mas imprescindível.

Em suma, a consolidação do SNC e a promoção de uma política cultural de Estado – e não de governo – exigem mais que declarações de adesão: exigem investimento contínuo, articulação federativa ativa, e valorização da cultura como direito e política pública. O caso de Minas Gerais revela com nitidez os desafios desse percurso, mas também aponta possibilidades concretas de transformação. Que os Planos Municipais de Cultura possam, de fato, cumprir seu papel como instrumentos de democratização, planejamento e afirmação da diversidade cultural brasileira.

## 6. Referências bibliográficas

ARRETCHÉ, Marta Tereza da Silva. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2011.

BARBALHO, Alexandre. **Em busca da institucionalização: a adesão ao Sistema Nacional de Cultura**. PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, n. 7, p. 70-81, 10 dez. 2014.

BARROS, José Márcio. **Processos (trans)formativos e a gestão da diversidade cultural**. In: CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 29-40.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 71**, de 29 de novembro de 2012. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 nov. 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei n.º 12.343**, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2010. Seção 1, p. 1.

CABRAL DURSO, Fábio; CIVALE, Luciano. **Políticas culturais e patrimônio: uma análise sobre a gestão do Plano Municipal de Cultura de Itabirito – MG**. Políticas Culturais em Revista, [S. I.], v. 16, n. 1, p. 211–233, 2023. DOI: <https://doi.org/10.9771/pcr.v16i1.48434>.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais: conceitos e reflexões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

COELHO NETO, Ernani. **Por que jogar esse jogo?** In: BARROS, José Márcio; COSTA, Kátia (Org.). Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiências. 1. ed. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019. p. 28-44.

COSTA, Kátia Maria de Souza. **Gestão cultural, planos de cultura e diversidade:** desafios presentes e futuros para as políticas culturais municipais. In: BARROS, José Márcio; COSTA, Kátia (Org.). Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiências. 1. ed. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019. p. 101-123.

COSTA, Kátia (Org.). **Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiências**. 1. ed. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019.

CUNHA FILHO, Humberto. **Federalismo cultural e Sistema Nacional da Cultura:** contribuições ao debate. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

CUNHA FILHO, Humberto. **Políticas públicas como instrumental de efetivação de direitos culturais**. Sequência, Florianópolis, n. 77, p. 165-190, dez. 2017.

DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; SALLES, Helena Kuerten de; SILVA, Rosimeri Carvalho da. **O processo de construção do Sistema Nacional de Cultura e a estruturação do campo das políticas culturais no Brasil**. In: BARROS, José Márcio; COSTA, Kátia (Org.). Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiências. 1. ed. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019. p. 59-82.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOREIRA, Walter. **Revisão de literatura e desenvolvimento científico:** conceitos e estratégias para confecção. Janus, Lorena, ano 1, n. 1, p. 19-30, jul./dez. 2004.

ROCHA, Sophia Cardoso. **Da imaginação à constituição:** a trajetória do Sistema Nacional de Cultura de 2002 a 2016. 2018. 517 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ROCHA, Sophia Cardoso. **Planos de cultura e a descentralização de políticas culturais no Brasil**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). Planos de cultura. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 197-255.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil:** tristes tradições, enormes desafios. In: BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Política cultural no Brasil:** dos anos 1940 ao século XXI. Salvador: EDUFBA, 2017.

VILUTIS, Luana. **Planos Municipais de Cultura e participação social no fortalecimento de políticas culturais.** *Políticas Culturais em Revista*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 135-150, 2013.

VITÓRIA JR., Antônio; MARTINS, Bruno César Lima; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; FIORAVANTE, Ana Suely Azevedo. **Estado, políticas públicas e os desafios para a descentralização:** a experiência da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 4, p. 206-217, out./dez. 2015.

#### 7.4.5. Eixo 5 – Narrativas Decoloniais: Reavaliação das histórias e práticas culturais à luz de perspectivas que desafiem as narrativas hegemônicas.

##### 7.4.5.1. Escopo conceitual do eixo

Rever cânones e curadorias; repor vozes e territorialidades subalternizadas; ressignificar paisagens como arquivos de colonialidade e de disputa simbólica, com desdobramentos em toponímia crítica, revisão de acervos e processos de consulta .

##### 7.4.5.2. Contribuição do trabalho do eixo

**A Serra do Brigadeiro como Patrimônio Natural de Muriaé-MG** (Luís Fernando Ribas Freitas). Recompõe processos históricos e sobreposições de territorialidades (inclusive presença Puri), ressignificando a paisagem como texto histórico e campo de disputa de narrativas .

##### 7.4.5.3. Síntese analítica

A pesquisa promove deslocamento epistêmico: o PESB deixa de ser “natureza neutra” e passa a ser lido como arquivo de colonialidade e resistência, abrindo curadorias contra-hegemônicas e políticas que escutem sujeitos históricos silenciados.

##### 7.4.5.4. Implicações e proposições

- Programa de toponímia crítica e sinalização interpretativa (com referências à presença Puri).
- Curadorias contra-hegemônicas em museus/arquivos locais (foto/sonoro) com participação comunitária.
- Itinerários educativos sobre paisagens decoloniais (escola + conselhos + equipamentos culturais).

##### 7.4.5.5. Artigo aprovado no Eixo 5

**1.A SERRA DO BRIGADEIRO COMO PATRIMÔNIO NATURAL DE MURIAÉ-MG**

## A SERRA DO BRIGADEIRO COMO PATRIMÔNIO NATURAL DE MURIAÉ-MG

**FREITAS, LUÍS FERNANDO RIBAS.**

UNIVERSO NITERÓI-RJ. Programa de Pós-Graduação em História  
Rua Marechal Deodoro, 217, Bloco Anexo ao Bloco A, 2º andar. Centro - Niterói - RJ. CEP 24020-000  
E-mail luis.freitas@prof.edu.muriae.mg.gov.br

### **RESUMO**

O Parque Estadual Serra do Brigadeiro é uma unidade de conservação criada em 1996 que contou com a participação da comunidade local. Palco de uma série de conflitos, trata-se de uma região de uma exuberante riqueza ambiental. Essa riqueza foi cobiçada por diferentes agentes históricos, desde os primeiros desbravadores, ainda no Período Colonial, até os dias atuais, com investidas de grandes empresas multinacionais, como a CBA-ZM. Devido a esses conflitos, o presente artigo lança mão de Correspondências Oficiais, de documentos cartográficos, de Registros Paroquiais de Nascimentos, Casamentos e Óbitos da Paróquia São Francisco de Assis, de São Francisco do Glória e de uma análise bibliográfica sobre o tema do Parque Estadual Serra do Brigadeiro para buscar uma sistematização dos conhecimentos já produzidos sobre esse território. Esse trabalho visa contribuir com a questão da importância de grupos Puris para a afirmação de uma identidade dos moradores do Parque. Para isso, resgata a história colonial da Serra de Arrepiados, demonstrando de que formas as territorialidades se sobrepuseram para constituir a imagem desse território tão importante do ponto de vista da História da Zona da Mata de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Serra de Arrepiados; Parque Estadual Serra do Brigadeiro; Sobreposição de territorialidades; Zona da Mata de Minas Gerais; Povos Puris.

## Introdução

O presente artigo pretende explorar a história do Parque Estadual Serra do Brigadeiro (PESB) para dissertar sobre sua importância como objeto de novas perspectivas teóricas no campo das ciências humanas e como patrimônio natural da cidade de Muriaé. Para isso, lança-se mão de uma revisão bibliográfica sobre a história do PESB, bem como de fontes cartográficas referentes ao Estado de Minas Gerais nos períodos colonial, imperial e republicano.

Criado em 1988 pela a Lei n.º 9.655 de 20 de julho, o PESB abrange áreas dos municípios de Araponga, Abre Campo, Divino, Fervedouro, Ervália, Miradouro, Muriaé e Sericita. Mais tarde o município de Pedra Bonita passaria a fazer parte dos municípios envolvidos na área do PESB no lugar do município de Abre Campo, emancipando deste enquanto distrito (SILVA, 2012, p. 50).

De todos esses oito municípios, Muriaé é o que tem maior número de empreendimentos de agricultura familiar. No total, há uma área de 144.808 ha empregados nessa atividade (BONFIM, 2006, p. 50). Devido a isso, a preservação do PESB enquanto patrimônio natural é muito pertinente ao município de Muriaé, não apenas pela área empregada em uma importante atividade econômica, mas ao fato disso representar muito do ponto de vista histórico-cultural como remanescente de diferentes grupos cujas territorialidades ali se sobrepuseram ao longo do tempo.

Sobre o conceito de patrimônio natural, observou-se certa evolução histórica a partir de 1937, quando o Decreto-Lei nº 25 elevou os monumentos naturais à categoria de patrimônio histórico. Essa lei dava um pontapé inicial ao conceito de patrimônio natural no Brasil, que foi reforçado mais tarde pela Constituição Federal de 1988, onde aparece, como “sítios de valor paisagístico, paleontológico e ecológico” na Constituição Federal de 1988.

Trata-se de um conceito que, segundo Danilo Celso Ferreira (2018, p. 42), tem duplo caráter. Entre eles, um ligado à noção de monumento natural intocável, oriundo de uma visão utilitarista internacional, e outra, típica da Constituição de 1988, “como parte da vida humana, uma natureza social”, passando a ser “interpretado como um testemunho dos processos naturais e das relações criadas entre os seus elementos, que, além de fazer parte da memória humana, já que assume um significado e sentido para diferentes grupos sociais, tornando-se uma referência histórica”.

Simone Scifoni vai mais além nesse conceito de patrimônio natural como parte da vida humana:

analisando as práticas de proteção do patrimônio no Brasil em âmbito local, verifica-se que aparece uma outra forma de entendimento na qual esse patrimônio manifesta-se como algo que é conquistado por meio da luta e da organização social, configurando uma noção ligada às práticas sociais e à memória coletiva. Portanto, um patrimônio natural que antes de tudo faz parte da vida humana e não se opõe a ela. Neste caso, a sua legitimidade passa pela discussão do valor social e afetivo que determinados grupos lhe conferem. A identificação dos valores do bem a preservar remete, assim, a um outro tipo de abordagem que leva em conta a relação dos grupos com o lugar, as práticas sócio-espaciais e não simplesmente o discurso técnico advindo da ciência ecológica (SCIFONI, 2008, p. 28).

Nesse sentido, a noção de patrimônio natural está relacionada à presença humana no espaço preservado, como pertencente a ele de forma intrínseca. A partir daí, para compreender esse espaço, cabe estudá-lo à luz do conceito de territorialidades, visto que todo e qualquer espaço recebe a ocupação humana que exerce algum domínio político e cultural.

É Rogério Haesbaert quem aborda esse conceito. Para ele (HAESBAERT, 2004, p. 4), os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços. Essa perspectiva é assumida neste texto, somada à ideia da existência de sobreposição de territorialidades no espaço geográfico do atual PESB desde o Período Colonial. Em outras palavras, flagrou-se, durante toda a história de apropriação do território do PESB, interesses diversos que se opuseram, provocaram conflitos e forçaram grupos à reterritorialização.

Evidencia-se nessa dinâmica diferentes formas de atuação antrópica sobre o território do PESB, de forma a edificá-lo enquanto patrimônio natural e, portanto, cultural. Assim, trata-se de uma localidade para a qual é propício que se volte constantemente as atenções no intuito de promover sua preservação ambiental na íntegra, sem abandonar o caráter cultural dessa questão.

Diante disso, o presente artigo justifica-se pela necessidade de sistematização de conhecimentos acerca do PESB enquanto intenso espaço de trocas culturais, de interesses socioeconômicos e ambientais que se sobrepuçaram ao longo do tempo. Observando essa dinâmica, será abordado aqui o povoamento e processo de sobreposição de territorialidades no espaço da então Serra de Arrepiados no Período Colonial como forma de demonstrar a importância patri-

monial dessa Serra, hoje Parque Estadual Serra do Brigadeiro (PESB) para toda a região em seu entorno.

## Embates entre indígenas e desbravadores na Serra de Arrepiados

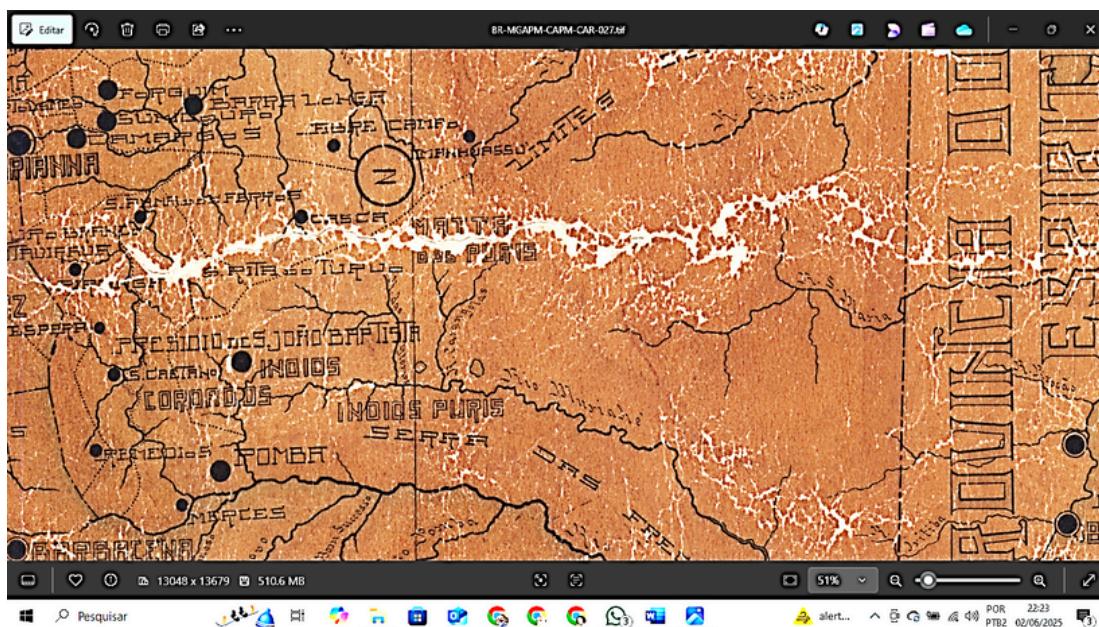
Segundo Elisângela Moraes Silva (2011, p. 186), “os primeiros habitantes da densa mata, entre as bacias do Rio Doce e Paraíba do Sul seriam exclusivamente povos indígenas, até os anos finais do século XVIII”. Esse território englobava toda a atual região da Zona da Mata mineira, que passou a ser denominada “Sertões do Leste”.

Na zona central dessa região (CARRARA, 1999, p. 13), estava a Serra de Arrepiados. No Período Colonial, essa serra, bem como todo o território a seu leste até a então divisa com a Capitania do Espírito Santo, desde a margem direita do Manhuaçu, nos atuais municípios de Abre Campo e de Manhuaçu, até a margem esquerda do Rio Pomba, no atual município de Rio Pomba, era conhecida como uma região dominada pelos índios Puris.

Dentro desse território, a Serra de Arrepiados carregava uma particularidade. Por ser um dos últimos refúgios de grupos silvícolas empurrados pelo movimento colonizador oriundo do litoral, abrigava também indígenas conhecidos como selvagens e, portanto, perigosos, provavelmente aquilombados. O termo pelo qual era chamada essa serra, portanto, não era aleatório. Denominava-se de Arrepiados, porque os Puris que ali viviam “tinham no alto da cabeça tufas arrepiadas e que amedrontavam aqueles colonizadores” (BARBOSA, 2005 apud SILVA, 2012, p. 44). Devido a essa hostilidade, os presídios eram instalados no local com o objetivo de pacificar pela força os gentios. O recorte de mapa abaixo (Figura 1) representa todo esse território, entre os rios Manhuaçu e Pomba, assim como a “mata dos puris”.

O trecho de mapa acima demonstra a vastidão da região dominada pelos povos indígenas (inclusive a Serra de Arrepiados) e, portanto, isenta dos pontos presentes na área do atual, o território mais próximo da região mineradora. Esses pontos representam curatos e paróquias, unidades de povoamento que poderiam crescer e serem elevadas à categoria de vilas ou cidades, consolidando seu povoamento. No centro da imagem há um rótulo informando “Mata dos Puris”. Tratava-se da então Serra de Arrepiados, atual Parque Estadual Serra do Brigadeiro (PESB). Seu entorno, principalmente sua região a leste, estava inteiramente dominado por povos nativos.

Figura 1: Trecho de mapa com os sertões dominados pelos Puris do Barão de Eschwege, de 1821



Fonte: Mapa da Província de Minas Gerais levantado pelo Barão de Eschwege em 1821, aumentado por Luiz Maria Silva Pinto em 1826 e mandado copiar e adaptar em 1922 pela Comissão mineira de exposição para confronto com o mapa do centenário. APM. O27. Link: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes\\_formatos/docs/photo.php?lid=36](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/docs/photo.php?lid=36) acesso em 02/06/2025 às 22:29.

Os curatos (igrejas visitadas regularmente pelos curas, os padres) (BLUTEAU, 1724, p. 355-56) eram o primeiro sinal de povoamento, após ter sido desbravado um sertão. O aumento populacional do povoado em que se situava o curato o faria elevar-se a paróquia. Nesse caso, um padre seria designado para viver no local para continuar o processo de catequização dos povos que viviam no local (inclusive os indígenas), atendendo também a novos curatos que fossem sendo criados no entorno da nova paróquia. A instância administrativa final seria a vila, que contaria com uma câmara de vereadores (e não mais apenas com a presença eclesiástica na região).

Antes, porém, de instalar uma igreja que seria visitada regularmente pelo pároco e em cujo entorno se daria a fundação de um povoado, era necessário desbravar os sertões. Márcia Amantino (2003, p. 84) destacou que “no âmbito da historiografia colonial brasileira, sertões eram regiões que ainda não haviam passado por processos civilizatórios”. Para Vitória Fernanda Schettini (2011, p. 3), “as relações entre colonos e indígenas no período em que foram abertas as portas para a ocupação dos sertões são marcadas por tensões que passam por diversos desentendimentos sobre a propriedade agrária.” Essas tensões estariam relacionadas a preconceitos dos colonos em relação as indígenas (PARAÍSO,

1998, p. 337).

Assim, a escassez de curatos no entorno da serra de Arrepiados tinha um motivo: a resistência indígena. Nos sertões de Arrepiados e Abre Campo (a documentação trata desses sertões como um só, porque as bandeiras enviadas deveriam dar conta de ambos), foram realizadas 3 expedições sem sucesso, ainda no período colonial (BARROS, 1971, p. 23). A resistência dos grupos aborígenes que ali viviam era tamanha, que nenhum desses presídios subsistiu.

Diante disso, uma quarta expedição foi realizada, no ano de 1781, para a região da Serra de Arrepiados, conforme Correspondência Oficial remetida por João da Silva Brandão em 24 de outubro de 1781:

Hoje, 24 do corrente, fiz a quarta expedição para o novo Presídio dos Arrepiados, tendo com esta completado a vez do número dos homens que V. Ex.<sup>a</sup> me ordenou conforme o recebi, que tenho dos oficiais que conduzirão as ditas expedições satisfazendo entre os mesmos com o número dos carapinas que se precisarão e que suporte ordenará V. Ex.<sup>a</sup> e que for servido. Para o Alferes José Garcês conduzir a sua expedição foi preciso arrumar-se um cavalo de José de Santana, e expedida a mesma se atreveu este a caminho a sair ao encontro do Alferes puxando por um facão de rapto para ofendê-lo obrigando-o pô-lo de pé e a entregar-lhe o seu cavalo. A este papo o fez prender o sr. Alferes e remeteu-me a esta cidade, guardada a ordem de V. Ex.<sup>a</sup> e mandei segurar na cidade onde se acha para V. Ex.<sup>a</sup> puni-lo como de juízo. João da Silva Brandão (sic) (APM. SG-Cx.11-Doc.39)

A insistência nessas expedições rumo aos sertões de Arrepiados carregava motivos muito específicos. A Serra era região de refúgio de gentios aquilombados. Além disso, a região era rica em ervas medicinais e em metais preciosos (REZENDE, 2008 p. 38). Assim, o próprio governador da Capitania de Minas Gerais, D. Rodrigo José de Menezes, se interessava pelas riquezas desses sertões. Por isso teria financiado essas expedições, como é evidente a partir da citação da Correspondência Oficial acima, onde João da Silva Brandão, encarregado das bandeiras, informava que “ordenava” (pagava) funcionários (carapinas). Quando necessário, às custas do Governador da Capitania de Minas Gerais e sempre informadas por meio de Correspondências Oficiais como a acima, demais providências eram tomadas. No caso acima, a locação de animal que acabou na prisão do referido locatário, Sr. José de Santana.

Esse ocorrido nesta quarta expedição nos sertões de Arrepiados ocorreu de for-

ma conflituosa não por acaso, pois refletem as tensões pertinentes ao então dito “processo de conquista” dessa região. Em outras palavras, houve, no caso, uma apropriação de animal e, portanto, de recurso agrário. Essa apropriação ocorreu para fins, não do interesse do então proprietário desse recurso, homem ali já residente, já fixado, e já de posse e usufruindo do território, mas dos representantes do Governo da Capitania, com interesses econômicos totalmente distintos. Este é, portanto, um exemplo latente de sobreposição de territorialidades na região dos sertões de Arrepiados.

As relações entre o referido morador, Sr. José de Santana, que teve seu cavalo apropriado contra sua vontade pelo poder público local, e os povos indígenas da região não são evidentes. Entretanto, sua atitude frente ao processo de desterritorialização pelo qual ele acabava de passar é análogo ao mesmo processo histórico acometido sobre os povos Puris da região.

Esse primeiro processo de desterritorialização dos povos Puris na região ocorreu principalmente por interesses em torno do garimpo de metais preciosos. Paulo Mercadante (1878, p. 54) indicou que houve uma primeira incursão na região dos sertões do rio Doce, aproveitando a época da seca. Essas incursões tinham também o objetivo de impor a colonização. A insistência nelas culminou na descoberta do ouro de aluvião em 1746, por outra expedição, que teria atingido os sertões do rio Doce e encontrando “pintas de ouro nas embocaduras de afluentes de ambas as partes”.

Depois disso, o povoamento, ocupação e, portanto, desterritorialização dos povos Puris locais passou a ser incentivado por D. Rodrigo José de Meneses: “Todas as pessoas que quiserem transportar-se à dita conquista, estabelecer-se nela, poderão fazê-lo livremente e eu lhes prometo a minha proteção preferida nas datas, as quais poderão requerer” (*ibid.*).

Esse povoamento da região dos sertões do Rio Doce, Abre Campo e Arrepiados, agora incentivado, teria partido das zonas mais próximas da região mineradora (de Ouro Preto-MG e Mariana-MG), e principalmente do então distrito de Ponte Nova.

Entretanto, esse processo de conquista não foi fácil, pois os ataques de indígenas eram constantes. José Veloso de Miranda, informou um deles, demonstrando como atuavam os gentios: “então se entendes que ameaçavam, dizendo no português idioma ‘hade morrer tudo’ (sic). Seguidos de alguns cães, e nus os chamavam ali afogando-os; e outros, os incitavam, como recreando-se em velhos raivosos” (Arquivo Público Mineiro – APM – 1781. Cx. 11. Doc. 55).

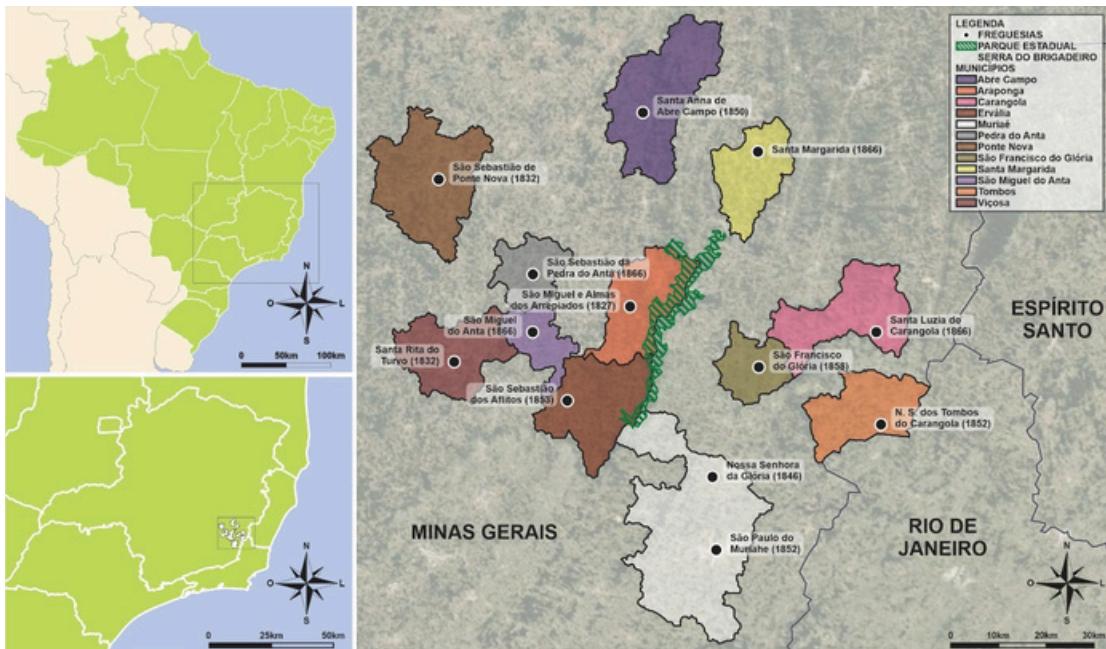
Devido a esses conflitos é que os presídios foram criados. Haruf Salmen Espíndula (2005, p. 41) relacionou o surgimento do presídio de Abre Campo, em 1774, local anexo aos sertões de Arrepiados, a um “anteparo que contivesse os índios nas matas, entre os rios Casca e Matipó, afluentes meridionais do Rio Doce”. O povoamento dessa região teria se dirigido às margens do rio Casca quando, em 1775, os irmãos Monte Medeiros, detentores de carta de sesmarias para a região, conseguiram que fosse ali elevada a igreja de São Sebastião das Almas de Ponte Nova (ESPÍNDULA, p. 51).

Assim, o aumento do número de povoamentos fazia com que os indígenas começaram a sentir a ameaça nos seus domínios, chegando nas décadas de trinta do século XVIII até as proximidades de Mariana de forma a “espalhar terror e devastação pelas zonas de Furquim e Barra Longa”, segundo Paulo Mercadante (1878, p. 73).

Enquanto isso, os povoamentos vizinhos cresciam. Ponte Nova, por exemplo, elevada a paróquia em 1832 se consubstanciou no maior contingente demográfico da Província de Minas Gerais em 1872. Sua primeira capela (curato) data de 1775. Portanto, teve uma ocupação um tanto remota se comparada, por exemplo, com freguesias da parte oriental da Serra de Arrepiados. Dessas freguesias, pode-se destacar São Paulo do Muriaé, (cuja primeira capela data de 1841), Nossa Senhora da Glória (1846), por exemplo.

As freguesias do leste da Serra de Arrepiados foram dessa forma ocupadas de forma tardia em virtude, tanto dos conflitos com os indígenas, quanto da topografia acidentada do local, que dificultava o deslocamento. Pouco a pouco, entretanto, essas dificuldades eram vencidas e o povoamento se dirigia, de freguesias como São Sebastião da Ponte Nova e Santa Rita do Turvo, até a Serra de Arrepiados (atual Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - PESB), chegando à parte oriental desta serra e formando as primeiras freguesias locais, como as já citadas São Paulo do Muriaé (atual Muriaé) e Nossa Senhora da Glória (atual Itamuri, distrito de Muriaé), além de Nossa Senhora dos Tombos do Carangola (atual Tombos), Santa Luzia do Carangola (atual Carangola) e São Francisco do Glória (atual São Francisco do Glória). A imagem a seguir demonstra a localização atual desses municípios e as freguesias que lhes deram origem:

Figura 2: Atuais municípios do entorno do PESB e as freguesias que lhes deram origem no século XIX.



Fonte: Arquivo pessoal do autor. Adaptado de Instituto Pristino [2024], de dados originais de Infraestrutura Espacial de Dados Espaciais-Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (2019) e Fundação João Pinheiro (2022), e Google Earth (2020).

Por essa imagem é possível notar que as primeiras freguesias da parte oriental do entorno do PESB são de criação mais recente do que as paróquias da parte ocidental. Pode-se concluir, com essas informações, que o povoamento da região do entorno do PESB foi um processo de muitos conflitos territoriais. Esses conflitos foram modificando a paisagem da Serra de Arrepiados dominada por indígenas para um local integrado à economia da época, com a extração vegetal, mineral e a produção agrícola.

Essa paisagem também foi se modificando a partir da construção de uma estrada ligando a Capitania do Espírito Santo e a região mineradora. Tratava-se da chamada Estrada do Carangola ou Estrada do Itapemirim. Ela facilitaria o processo de conquista da região à medida que nela houvesse trânsito frequente. Em Correspondência Oficial dirigida ao Governador da Província no ano de 1784, Antônio Velloso de Miranda declarava que essa estrada já estava chegando a Abre Campo:

Na respeitável presença de V. Ex.<sup>a</sup> pondo a relação pronta dos pedestres de praça da Conquista de Abre Campo e Arrepiados na conformidade das ordens, eu tive a honra de receber vocalmente de V. Ex.<sup>a</sup> no dia vinte e oito de maio próximo pretérito. Hoje deleguei agente filio, aonde tem também delegado o caminho novo de Abre Campo com três quartos de légua já feito e uma

ponte que se levantou no córrego da Graça para por ela transportarem as certas e gente e bestas. Deu-se princípio a essa ação no dia vinte e dois de maio feito com vinte e dois trabalhadores, sete guardas e um administrator e um piloto e eu nestes soldos tragos. Continua-se o mesmo caminho em paz, ainda que com a fuga de dois trabalhadores. Diz o piloto que pouco mais de duas léguas e quarto faltarão para acudir a Abre Campo. Devo lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que esta gente é muito pouca e que os sobreditos sete pedestres a receber todos os dias e eu já os não dei perfurados a mais de mora, vendo tirados das esquadras do mato, para este socorro e adjutório, enquanto não chegarem os próprios da conta, os quais me lançam em rosto não poderem a relutante vez, enquanto não receberem o seu soldo vencido, para recorrerem às misérias da sua família. Eu dou a eles minha razão: temendo pô-los em grandes desordens, reapertar com eles, vendo quase todos bastardos, ou caboclos, cujo caráter é bem notório. No Presídio de São Lourenço continua-se algum feito sem novidade maior. V. Ex.<sup>a</sup> mandara-os por servido. Deus guiando a todos em tantos anos. Caminho Novo de Abre Campo 5 de junho de 1784. Antônio Velloso de Miranda (APM: C4. D. 16 apud FREITAS, 2025. p. 573).

A estrada do Carangola, no século XVIII, não passava da parte ocidental da Serra de Arrepiados, e teria nesse período chegado apenas até Abre Campo. As dificuldades para completar essas obras eram muitas devido aos conflitos com o gentio, que atacava plantações, aos poucos soldados, que não raras vezes desertavam de medo. Assim, o processo de sobreposição de territorialidades nesse local não ocorreu de forma pacífica na Serra de Arrepiados na virada do século XVIII para o XIX.

Por outro lado, a participação de grupos remanescentes indígenas, nas pessoas dos caboclos, por exemplo, era muito comum nesse processo de desterritorialização. Notava-se ao assim designar esses tipos sociais a priorização de características físicas: mestiço de branco com índio, índio aculturado de pele acobreada e cabelo liso (FERREIRA apud WITKOSKI, 2010; ZARTH, 1998) e raciais (raça híbrida, raça inferior, raça degenerada). A participação desses grupos nas bandeiras era muito importante, não obstante aos estereótipos a eles imputados. Sem seu conhecimento do terreno e das práticas tradicionais indígenas o desbravamento e conquista do sertão seria inviável. Devido a isso, nessa Correspondência Oficial de 1784 Antônio Velloso de Miranda não os dispensou.

Por fim, esse processo de sobreposição de territorialidades nos sertões de Arrepiados aconteceu munido de uma dinâmica que se apossou de conhecimentos e da própria força de trabalho dos grupos indígenas para se consolidar. Essa força de trabalho certamente foi utilizada na construção da estrada do Carangola, que teria se concluído por volta de 1820. Nesse ano, o Sargento-Mór de Ordenanças Manoel José Esteves de Lima, teria aberto às suas próprias custas uma picada desde o povoado de São Miguel e Almas de Arrepiados (atual Araponga MG) até a Vila de Itapemirim, no litoral do Espírito Santo:

Esta Expedição foi composta de 72 pessoas, em sua maioria escravos e índios, e deu origem a várias cidades como Guaçuí, Alegre e Cachoeiro de Itapemirim. Em Carangola, Manoel José Esteves de Lima foi um dos desbravadores da região. Em 1826 se apossou de uma gleba de terras de 800 alqueires, na região de Papagaio, tendo construído a sede da propriedade no local hoje denominado Córrego dos Freitas. (CARELLI: 2002 apud FREITAS, 2025, p. 577).

A partir dessa estrada o povoamento da região passou a se consolidar. Devido a ela o povoamento da parte oriental da Serra de Arrepiados passou a ser mais propícia. Assim, mais capelas no entorno do atual PESB foram surgindo, das quais listam-se no quadro abaixo, montado a partir de informações extraídas nos livros de registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos da Paróquia São Francisco de Assis em São Francisco do Glória:

Quadro 1: Data dos registros mais antigos por localidade por data das emancipações políticas

Local	Registro mais antigo	Grau de autonomia	Ano de Emancipação Política
São Pedro	1873	Curato	Atual Distrito pertencente a Fervedouro
Pedra Bonita	1875	Paróquia	1995
Carangola	1871	Paróquia	1881
Divino	1876	Curato	1938
Tombos	1864	Paróquia	1923
Faria Lemos	1877	Curato	1953

Itamuri	1877	Paróquia	Atual Distrito pertencente a Muriaé
Miradouro	1875	Curato	1938
São Francisco do Glória	1860	Paróquia	1953

Fonte: (Freitas, 2020 apud FREITAS 2025, p. 575).

Essa lista de igrejas fundadas no entorno da então Serra de Arrepiados indica o desfecho do primeiro processo de sobreposição de territorialidades nessa região que, durante o período colonial, era dominado por grupos indígenas. Essa região, no século XIX passou a receber migrações. Segundo Verônica Bonfim (2006, p. 27), a parte ocidental da Serra recebeu populações remanescentes da mineração, negros e indígenas. Já a parte oriental foi ocupada por descendentes de imigrantes europeus que chegaram no início do século XX. Desde finais do século XIX os motivos das migrações mudaram do ouro para o café, mas continuaram priorizando os egressos da região mineradora.

A partir da virada do século XX, a região passou a um novo processo de sobreposição de territorialidades, relacionada a novos interesses econômicos, agora em torno de sua riqueza natural e em minério.

## A Criação do PESB no século XX – uma história de conflitos ambientais

Durante a Revolução de 30 aconteceu na região novo processo migratório de europeus, buscando refúgio para tropas. Nesse processo de ocupação territorial a floresta original veio sofrendo novas alterações. Mais tarde, de “De 1950 a 1970 houve uma intensa exploração florestal causada pela empresa siderúrgica Belgo-Mineira que utilizava madeiras nobres para alimentar altos-fornos de carvão, agravando ainda mais a situação de devastação da Mata Atlântica” (BONFIM, 2006, p. 30).

Nessa fase da exploração, as figuras do teleférico e do machadeiro se tornaram icônicas. A primeira era uma forma de transportar a madeira das regiões mais íngremes para as mais planas; e a segunda, do trabalhador que cortava os troncos das árvores de forma manual, antes do advento dos motores elétricos (idem, p. 92-94).

Em 09 de novembro de 1962, após séries de protestos, denúncias e informações que chegaram à Presidência da República, foi baixado o Decreto nº 1.493, “declarando como protetoras as florestas nativas, de propriedade privada, existentes na Serra do Brigadeiro”. (CAVALCANTI, 1971, apud idem, 2006, p. 33). O Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG) foi criado também nesse período e passou a regular o uso dos recursos naturais e a fiscalizar crimes ambientais, administrando as unidades de conservação do Estado de Minas Gerais.

No entanto, o desmatamento continuou, até que foi embargado em 1970. (COUTO; DIETZ, 1980 apud idem, 2006, p. 33). Esse processo de embargo foi favorecido pela Conferência Nacional das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, no ano de 1972, pois em 1973 foi criada no Brasil a Secretaria Especial de meio Ambiente. No mesmo período, dois professores/pesquisadores do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa (DEF/UFV), Elmar Alfenas Couto e James M. Dietz, fizeram a proposta da criação de um parque estadual na Serra de Arrepiados. Eles estavam vinculados ao Centro Mineiro para a Conservação da Natureza (CMCN). Sediada em Viçosa-MG, essa organização não-governamental (ONG) era ambientalista (idem, 2006, p. 34).

Essa proposta original (da Fundação Rural Mineira - RURALMINAS) concebia como terras devolutas 60% da área do atual PESB, ideia que foi contestada pelos agricultores da região. Isso, porque a RURALMINAS considerava como devolutas apenas as terras cujo proprietário obtinha título regular, desconsiderando várias outras situações em que famílias inteiras dependiam dessas terras para subsistir (COUTO; DIETZ, 1980 apud idem, 2006, p. 36). Tratava-se da proposta da “Cota-mil”, que gerou grande apreensão nas comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro, pois havia a possibilidade real de desapropriação (SANTOS, 2019, p. 100).

Mobilizações na região aconteceram até que em 1981 foi criado o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), que contribuiria para as tomadas de decisões ambientais na região. Assim, em 1988, foi promulgada a lei de criação do PESB, Lei Autorizativa nº 9.655 de 20 de julho de 1988. Com área envolvendo os então municípios de Araponga, Abre Campo, Divino, Fervedouro, Ervália, Miradouro, Muriaé e Sericita, tal primeira versão do PESB teria se baseado na primeira proposta de criação da unidade de conservação, mais conservacionista e, portanto, desconsiderando as características socioambientais da região.

A partir de 1994 foram realizadas reuniões em que foi possível fazer levantamentos socioeconômicos que flagraram 700 famílias residindo nas áreas de altitudes demarcadas pelo parque. Novas reuniões apresentaram pesquisas do grupo Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. (ENCEVIX), do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata mineira (CTA-ZM) e, principalmente, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), para informar à população local sobre o parque e propondo novas soluções em conjunto com os moradores do entorno. Devido a essa mobilização, o poder público foi pressionado para evitar a expulsão dos moradores e “a criação do PESB passou a ser discutida para além dos gabinetes do IEF-MG” (BONFIM, 2006, p. 43).

As reivindicações das comunidades rurais de 1995 surtiram efeito e, em 1996, foi realizada a delimitação dos limites físicos do Parque, com a participação do CTA-ZM, do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), de agricultores residentes na área, do STR de Araponga e do Instituto de Geociências Aplicadas (IGA). Foi discutido com cada agricultor e vizinho do parque os limites do PESB (BONFIM, 2006, p. 44).

Em 1997, o CTA-ZM e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) de Araponga, Miradouro, Muriaé e Carangola promoveram um Diagnóstico Rural Participativo (DRT) visando avançar em propostas técnicas capazes de conciliar a preservação do meio ambiente ao desenvolvimento rural a partir das demandas de 8 comunidades do entorno do parque, distribuídas por esses municípios.

Em 2000 a discussão sobre a continuidade das ações relativas ao parque foi retomada. Porém, apenas “em 2002 o IEF-MG apresentou uma proposta de prosseguimento da elaboração do plano de manejo, tendo em vista a falta de recursos financeiros por parte do órgão para o cumprimento das ações.” Representantes do poder público e da sociedade civil organizada controlariam o órgão gestor (BONFIM, 2006, p. 47).

A portaria O21 do IEF-MG instituiu, em 17 de fevereiro de 2004 o Conselho Consultivo do PESB, composto por 36 membros, sendo 18 efetivos e 18 suplentes. Ele teria a representação de diferentes segmentos, inclusive moradores/as (BONFIM, 2006, p. 48). Já em 2005 foi publicado um novo decreto de demarcação do PESB com área total de 14.984 ha que teria sido fruto do trabalho de regularização fundiária encaminhado pelo IEF-MG (BONFIM, 2006, p. 50). Assim, a criação do Parque Estadual Serra do Brigadeiro teve a participação da população local (SANTOS, 2019, p. 107) sem a desapropriação de nenhum morador (SANTOS, 2019, p. 109).

Depois disso, ainda houve interesses de sobreposição de territorialidades em torno do garimpo e da mineração. Isso ocorria desde a década de 1980, quando a empresa Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) ali esteve de modo a “ter realizado pesquisas minerais na região (...). Descobriu-se que a região, incluindo a Serra do Brigadeiro, abriga as maiores concentrações de bauxita em todo o estado de Minas Gerais” (SILVA, 2012, p. 51).

Em 2004 foi criado no parque Território Serra do Brigadeiro (TSB), “que remete ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) criado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)” (SILVA, 2012, p. 65). Trata-se de um programa que teria como objetivo a promoção, implantação e integração de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, comunidades rurais, promovendo também a redução das desigualdades regionais, além de articular, promover e apoiar a organização e o fortalecimento institucional de atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável de territórios rurais CTA/ZM, 2004b apud SILVA, 2012, p. 65).

Tratou-se de uma ação que tem fortalecido até os dias atuais a formação de uma identidade cultural na região, capaz de permitir a delimitação do território em questão, local onde se busca a preservação ambiental. Em suma, a criação do PESB e do TSB “resultaram do estabelecimento de uma complexa rede de relações sociais, culturais, políticas e de parentesco à qual se ligam agricultores e pessoas residentes ou não na região”, intimamente ligada “ao padrão de uso dos recursos naturais e atividades produtivas desenvolvidas” (CTA/AM, 2004b, apud SILVA, 2014, p. 68).

Essa experiência comunitária de implantação do PESB, por outro lado, provocou certa união entre as comunidades do entorno da Serra de Arrepiados pela sua valorização cultural e por políticas públicas para seu desenvolvimento (SANTOS, 2019, p. 130). O PESB, portanto, que em 2003 tinha seu plano de manejo em elaboração, seria “o elemento de coesão do território, no qual a identidade cultural e a agricultura familiar devem ser fomentados na articulação do capital social já existente em seu entorno” (SANTOS, 2019, p. 131).

## Referências Bibliográficas

- Documentos

Arquivo Pessoal do autor. Adaptado de Mapa da Província de Minas Gerais levantado pelo Barão de Eschwege em 1821, aumentado por Luiz Maria Silva Pinto em 1826 e mandado copiar e adaptar em 1922 pela Comissão mineira de exposição para confronto com o mapa do centenário. APM. O27. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes\\_formatos\\_docs/photo.php?lid=36](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=36). Acessado em 02/06/2025 às 22:29.

Arquivo pessoal do autor. Adaptado de Instituto Pristino [2024], de dados originais de Infraestrutura Espacial de Dados Espaciais-Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (2019) e Fundação João Pinheiro (2022), e Google Earth (2020).

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 25**, de 30 de novembro de 1937.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRANDÃO, João da Silva. **Informação de serviço de João da Silva Brandão a Dom Rodrigo José de Meneses**, governador sobre a realização da quarta expedição para o novo presídio dos Arrepiados, e a prisão de José de Santana por ter ameaçado o Alferez José Garcês. APM SG-Cx.11-Doc.39. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtacervo/brtacervo.php?cid=872>. Acessado em 15/06/2025 às 17:31.

MIRANDA, Antônio Veloso de. **Informação de serviço sobre ataque de índios e falta de soldados na região do Presídio de Arrepiados**. Arquivo Público Mineiro. 1781. Cx. 11. Doc. 55. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtacervo/brtacervo.php?cid=888>. Acessado em 29/01/2025 às 11:49.

SILVA, António de Moraes. Diccionario da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

- Bibliografia

ALVES, Romilda Oliveira. **Fronteira em expansão: População, terra e família na Zona da Mata mineira (1808-1850)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Belo Horizonte-MG. 2009.

AMANTINO, Márcia. **O sertão oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde.** In: Revista Varia História, nº 29. Belo Horizonte-MG. UFMG, 2003.

BONFIM, Verônica. **Conflitos, participação e lições aprendidas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG.** Tese (Doutorado em Ciência Florestal). UFV. Viçosa-MG. 2006.

CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo: contribuições para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX).** Série Estudos, nº 2, Mariana: NHED/UFOP, 1999.

ESPÍNDULA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce.** Bauru-SP. EDUSC. 2005.

FREITAS, Luís Fernando Ribas. **A Estrada do Carangola e a ocupação da região da Serra de Arrepiados.** Zona da Mata mineira – século XIX. In: Anais da XL Semana de História. UFJF. Juiz de Fora-MG. 2025. pp. 564-579.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MERCADANTE, Paulo. **Os Sertões do leste: estudo de uma região:** a Mata mineira. Rio de Janeiro. Zahar editores. 1878.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste.** Tese de Doutorado São Paulo: USP, 1998.

PEREIRA, Danilo. **Patrimônio natural:** atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do Iphan. São Paulo. USP. Rev. CPC, v.13, n.25, p.34–59, jan./set. 2018.

REZENDE, Irene Nogueira. **Negócios e participação política:** os fazendeiros na Zona da Mata de Minas Gerais (1831-1841). Tese. Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. São Paulo. 2008.

SCHETTINI, Vitória. **Os sertões de São Paulo do Muriahé.** Terra, riqueza e família na Zona da Mata Mineira, 1846-1888. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. CPDA-UFRJ. Seropédica-RJ. 2011.

SCIFONI, Simone. **A Construção do Patrimônio Natural.** São Paulo: Labur Edições, 2008.

SILVA, Camila Pelinsari. **Estruturas fundiárias e agrárias em uma área de fronteira: Ponte Nova (1855-1888).** Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). 2013.

SANTOS, Adailton Damião dos. **Entre o Machado do Curupira e Gameleiras Encantadas:** conservação da natureza, território e identidades na Serra do Brigadeiro, Zona da Mata Mineira (1976–2006). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

SILVA, Claudinei Heleno. **Conflitos ambientais no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB):** agricultura familiar e mineração de bauxita no município de Miradouro-MG. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. UFV. Viçosa-MG. 2012.

SILVA, Elisângela Moraes. **Arqueologia e coletivos indígenas:** os purizados do entorno da Serra do Brigadeiro/Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UFMG. Belo Horizonte-MG. 2011.

ZARTH, P. **Os caminhos da exclusão social.** Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

#### **7.4.6. Eixo 6 – Identidade e Participação Comunitária: A importância da inclusão de vozes de comunidades tradicionais na gestão do patrimônio cultural e na formulação de políticas.**

##### **7.4.6.1. Escopo conceitual do eixo**

Segundo o edital, este eixo enfatiza pertencimento, memória coletiva e participação social em processos de salvaguarda e fruição, incluindo a atuação de conselhos, coletivos e redes locais .

##### **7.4.6.2. Lacuna de submissões e diagnóstico a partir do Fórum**

Não houve submissões neste eixo. Contudo, as mesas e oficinas evidenciaram: capacidade estatal desigual, fragilidade de canais de participação contínua e necessidade de rotinas de devolutiva pública — o que reforça a pertinência temática.

##### **7.4.6.3. Síntese analítica**

Sem boas instituições participativas (conselhos atuantes, comissões temáticas, consultas qualificadas), a política de patrimônio tende a oscilar entre performatividade burocrática e casuísmo. O Fórum indica que dados vivos (inventários interoperáveis) só ganham potência quando socialmente deliberados.

##### **7.4.6.4. Implicações e proposições específicas do eixo**

- Trilhas formativas para conselheiros(as) e lideranças comunitárias (indicadores, contratos, direitos culturais).
- Calendário de audiências públicas e relatorias periódicas (memória institucional).
- Edital de microprojetos de mobilização e documentação comunitária.

#### **7.4.7. Eixo 7 – Educação Crítica e Reflexiva: Métodos que incentivem a reflexão crítica sobre a história do patrimônio cultural e sua relação com as identidades contemporâneas.**

##### **7.4.7.1. Escopo conceitual do eixo**

O eixo toma a educação patrimonial como método de problematização da cidade, das memórias e das presenças culturais; mobiliza letramentos (inclusive literomusical e multiletramentos), leitura de imagens/monumentos e inventários como prática pedagógica; conecta teoria, método e efeitos públicos (engajamento, diretrizes, fruição) .

##### **7.4.7.2. Contribuições dos trabalhos deste eixo**

**Inventários e decisão pública.** A efetividade dos inventários na preservação do patrimônio cultural arquitetônico: um estudo a partir da listagem oficial de Muriaé-MG (Giovanna Ribeiro; Mariana Mattos; Anna Elisa Martins) – Lê o inventário como instrumento pedagógico e decisório, evidenciando concentração espacial de bens, lacunas de proteção e demolições; propõe integrar base informacional, planejamento urbano e participação social.

**Imagen, fruição e crítica.** O Marco do Centenário de Juiz de Fora: o mosaico como tema de Educação Patrimonial pela Imagem (Marcelo Amaral Coelho) – Protocola leitura crítica de monumento modernista como metodologia replicável (história da arte local, camadas de sentido, controvérsias), com avaliação formativa.

**Música, memória e identidade local (AML).** CULTURA, MEMÓRIA E MÚSICA: O Fórum Cultural da AML e o legado de Ataulfo Alves para a identidade local (Fabiana Castro C. de Barros; Fábio C. Carvalho; Elisângela H. S. P. Costa) – Demonstra canções de Ataulfo Alves como documentos de memória e plataformas de letramento (oficinas de reescrita, performances multimodais), atualizando sentidos do patrimônio imaterial miraiense.

**Multiletramentos e hino comemorativo (Miraí 100 anos).** ENTRE TRADIÇÃO E INOVAÇÃO: Multiletramentos e Patrimônio Imaterial no Festival de Música Miraí 100 Anos (Fabiana Castro C. de Barros; Fábio C. Carvalho; Elisângela H. S. P. Costa) – Analisa o Hino do Centenário como artefato de memória e ponte intergeracional; integra texto, performance e circulação digital, mostrando a canção como dispositivo de pertencimento e ensino.

#### 7.4.7.3. Síntese analítica

Consolida-se um triângulo operativo:

1. Sistema informacional crítico (inventários como dados vivos que orientam decisão pública).
2. Mediações estético-pedagógicas (imagem, monumento, paisagem sonora, hino/canção), onde multiletramentos sustentam a passagem da fruição à argumentação pública.
3. Governança do aprendizado (escolas – equipamentos culturais – conselhos – eventos), criando séries de evidências e calendários públicos de memória.

Os dois artigos da equipe de Fabiana demonstram a operacionalidade da música como política de pertencimento (AML/Fórum Cultural) e como dispositivo multimodal de celebração/ensino (Miraí 100 Anos), articulando educação, identidade e política cultural.

#### 7.4.7.4. Implicações e proposições específicas do eixo

- Programa de letramento literomusical (repertórios locais; oficinas de reescrita; acervo audiovisual público com licenças abertas).
- Sequências didáticas multimodais (leitura de imagem/monumento + cartografia sonora + hinos/canções como “textos cínicos”), com avaliação formativa e portfólios digitais.
- Observatório de práticas musicais/patrimoniais (hinos, festivais, performances escolares; integração com inventários e salvaguardas).
- Curadorias educativas decoloniais (contextualização crítica de cânones e reescritas públicas).

#### 7.4.7.5. Artigos aprovados no Eixo 7:

1. **CULTURA, MEMÓRIA E MÚSICA: O Fórum Cultural da AML e o legado de Ataulfo Alves para a identidade local.**
2. **ENTRE TRADIÇÃO E INOVAÇÃO: Multiletramentos e Patrimônio Imaterial no Festival de Música Mirai 100 Anos.**
3. **A EFETIVIDADE DOS INVENTÁRIOS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO: um estudo a partir da listagem oficial de Muriaé-MG.**
4. **O MARCO DO CENTENÁRIO DE JUIZ DE FORA: o mosaico como tema de Educação Patrimonial pela Imagem**

## CULTURA, MEMÓRIA E MÚSICA: O Fórum Cultural da AML e o legado de Ataulfo Alves para a identidade local

**BARROS, FABIANA CASTRO CARVALHO DE. (1); CARVALHO, FÁBIO CASTRO. (2); COSTA, ELISÂNGELA HELENA DE SOUZA PEÇANHA. (3)**

1. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem.  
Avenida Alberto Lamego, 2000, Horto, 28015620 - Campos dos Goytacazes, RJ - Brasil.

E-mail: fccfabiana@gmail.com

2. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História.  
Avenida Peter Henry Rolfs, s/n. Campus Universitário, 36570-900 - Viçosa, MG - Brasil.  
E-mail: fabio.castro.1987@gmail.com

3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas. Campus Muriaé.  
Avenida Coronel Monteiro de Castro, 550, Barra, 36880-000 - Muriaé, MG - Brasil.  
E-mail: elisangelahsouza@gmail.com

### RESUMO

Este artigo analisa o papel das canções de Ataulfo Alves como patrimônio histórico-cultural e elemento formador da identidade social de Mirai-MG, tendo como referência o Fórum Cultural 2025 promovido pela Academia Miraiense de Letras. Adotando os referenciais de letramento, letramento literomusical e multiletramentos, o estudo investiga como as canções do compositor, aliadas a práticas educativas e culturais, contribuem para a preservação da memória coletiva e para a atualização dos sentidos do patrimônio imaterial local. A metodologia envolveu a seleção de canções emblemáticas apresentadas no evento, a análise crítica de suas letras e performances, e a observação das práticas sociais mediadas pela música. Os resultados evidenciam que as oficinas de reescrita e performances multimodais promovidas a partir desse repertório fortalecem o diálogo entre tradição e contemporaneidade, estimulam o posicionamento crítico e ampliam as possibilidades de letramento na comunidade. Conclui-se que a valorização da música como prática educativa e cultural é fundamental para a sustentabilidade da identidade local e para a construção de novos sentidos de pertencimento e cidadania em Mirai.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Letramento; Canções; Ataulfo Alves.

## 1. Introdução

Música, memória e cultura formam uma tríade fundamental na construção das identidades sociais e na preservação do patrimônio cultural de um povo. Em Mirai, Minas Gerais, essa relação adquire contornos singulares a partir da obra de Ataulfo Alves, cuja trajetória artística se confunde com a própria história da cidade. Ao transformar experiências pessoais e memórias de sua terra natal em canções, Ataulfo não apenas consagrou-se no cenário nacional, mas também deixou um testemunho vivo dos valores, tradições e afetos que compõem o patrimônio histórico-cultural de Mirai. Suas composições ressoam como dispositivos de mediação cultural e identitária, favorecendo o sentimento de pertencimento e a representação coletiva de sua comunidade.

Nesse contexto, o Fórum Cultural 2025, promovido pela Academia Miraiense de Letras (AML), representa uma iniciativa significativa para o fortalecimento da memória coletiva e da valorização da produção cultural local. O evento reuniu apresentações musicais de artistas da cidade, reafirmando o papel da música como elemento central na formação das identidades e na transmissão de saberes e práticas culturais às novas gerações. Ao propor a música como linguagem e prática de letramento, amplia-se o diálogo entre passado e presente, tradição e contemporaneidade, consolidando o Fórum como espaço privilegiado para a reflexão sobre o patrimônio imaterial e a construção de sentidos.

Diante desse cenário, este estudo propõe analisar o papel das canções de Ataulfo Alves enquanto patrimônio cultural e elemento formador da identidade de Mirai, à luz das reflexões propostas no Fórum e dos referenciais teóricos do letramento, letramento literomusical e multiletramentos. Justifica-se esta escolha pela necessidade de reconhecer e valorizar a música e a cultura local como práticas fundamentais para a preservação da memória, a educação cidadã e a resistência diante dos desafios contemporâneos à preservação do patrimônio imaterial. Ao promover uma leitura crítica das canções e das ações culturais, este trabalho busca contribuir para a valorização da música como prática de letramento e como ferramenta de resistência, pertencimento e construção identitária.

## 2. Letramento, Letramento Literomusical e Multiletramentos: Perspectivas Teóricas

### 2.1. Letramento: práticas sociais mediadas pela escrita e leitura

O conceito de letramento ultrapassa a mera capacidade de decodificar letras e palavras, situando-se no âmbito das práticas sociais que envolvem o uso da leitura e da escrita em diferentes contextos e para variados propósitos. Segundo Kleiman (1995, p. 19): "Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos".

Para Soares (2003, p. 72): "letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais". Assim, o letramento envolve não apenas habilidades técnicas, mas também a capacidade de interagir criticamente com textos, atribuindo-lhes sentido em situações cotidianas, escolares ou comunitárias.

## **2.2. Letramento literomusical: articulação entre linguagem verbal e musical nas canções**

O letramento literomusical emerge da compreensão de que a canção é um gênero discursivo híbrido, formado pela articulação entre letra e música. De acordo com Coelho de Souza (2015), "o letramento envolvido na participação em práticas sociais nas quais canções medeiam as (inter)ações dos participantes". Em outras palavras, letramento literomusical é o estado ou condição daquele que constrói e reflete sobre os sentidos de uma canção a partir de suas duas linguagens constitutivas (verbal e musical), reconhecendo o que ela representa para sua comunidade e participando das práticas sociais e discursos mediados por canções.

Essa abordagem propõe que a compreensão plena da canção exige uma tripla competência: verbal, musical e literomusical, sendo esta última a capacidade de articular as duas linguagens para interpretar, posicionar-se criticamente e atribuir valor social e cultural ao gênero canção. O letramento literomusical, portanto, amplia o conceito tradicional de letramento ao incluir práticas sociais mediadas por canções, promovendo a formação de ouvintes críticos e atentos às especificidades do discurso musical.

## **2.3. Multiletramentos: multiplicidade de linguagens, diversidade cultural e modos de representação ampliados**

O conceito de multiletramentos foi cunhado pelo New London Group em 1996 e refere-se à necessidade de considerar, no ensino e na aprendizagem, a multipli-

cidade de linguagens (visual, verbal, sonora, espacial, gestual) e a diversidade cultural presentes na sociedade contemporânea. Os multiletramentos reconhecem que, no mundo globalizado e digital, a comunicação ocorre por meio de diferentes modos e mídias, exigindo dos sujeitos a capacidade de transitar entre múltiplos formatos e contextos culturais.

Essa abordagem pedagógica propõe que a escola valorize não apenas o texto escrito, mas também imagens, sons, vídeos, performances e outras formas de expressão, promovendo práticas de leitura e produção textual multimodais e multiculturais. Dessa forma, os multiletramentos ampliam o escopo do letramento tradicional, preparando os indivíduos para compreender e produzir sentidos em uma sociedade marcada pela diversidade e pela complexidade dos modos de comunicação.

### 3. Metodologia

#### 3.1 Critérios para seleção das canções de Ataulfo Alves

A seleção do corpus deste estudo baseou-se em três critérios principais: i) a relevância cultural das canções para a história e identidade de Mirai-MG; ii) a representatividade da obra de Ataulfo Alves no contexto do patrimônio histórico-cultural local; iii) a presença das canções no repertório do Fórum, promovido pela AML.

#### 3.2. Descrição do evento e das apresentações musicais

O Fórum Cultural 2O25, realizado pela AML, em 23 de maio de 2O25, aconteceu na Escola Estadual Santo Antônio (EESA) e contou com apresentações musicais que destacaram a produção artística local e a valorização do patrimônio imaterial de Mirai. O repertório incluiu:

- “Mirai (Cidade Miraiense)”, de Ataulfo Alves - Hino Oficial da Cidade de Mirai;
- “Meus tempos de criança”, de Ataulfo Alves;
- “Meu fim de mundo”, de Fábio Castro;
- “Saudades de Mirai”, de Euclides de Souza Lima - Hino Oficial do Carnaval de “Hino da Paróquia Santo Antônio”, de André Melo;
- “Ai, que saudades da Amélia”, de Ataulfo Alves e Mário Lago;
- “Laranja madura”, de Ataulfo Alves;
- “Canção Cotidiana”, de Fábio Castro;

- “Hino da Escola Estadual Santo Antônio”, de Pascoal Garcia;
- “Mulata assanhada”, de Ataulfo Alves;
- “Ataulfo Alves, o poeta de Mirai”, Samba-enredo da Rosas de Ouro (1977).

Essas apresentações evidenciaram a diversidade de influências e gêneros presentes na cultura musical miraiense, bem como a interação entre tradição e contemporaneidade.

### 3.3. Procedimentos de análise

A análise das canções aqui selecionadas foi realizada em três etapas complementares: i) As letras foram examinadas quanto aos temas, imagens poéticas, valores e referências culturais, buscando identificar os elementos que contribuem para a construção da identidade local e para a preservação da memória coletiva; ii) Foram consideradas as relações entre letra e melodia, o uso de recursos expressivos (ritmo, harmonia, timbre) e as estratégias de articulação entre linguagem verbal e musical, conforme os pressupostos do letramento literomusical; iii) Foram observadas as formas de recepção, circulação e apropriação das canções durante o evento, bem como os discursos e interações que emergiram nas apresentações, com ênfase no papel das músicas como práticas de letramento e de multiletramentos.

## 4. A Canção como Patrimônio Histórico-Cultural

### 4.1. Trajetória de Ataulfo Alves e sua relação com Mirai-MG

Ataulfo Alves de Sousa nasceu em 1909, na fazenda Cachoeira, em Mirai-MG, em uma família de tradição musical, filho de Severino de Sousa, violeiro, sanfoneiro e repentista, e Matilde de Jesus. Desde a infância, ele esteve imerso no universo da música popular e da oralidade rural, experiências que marcaram profundamente sua obra. Após a morte do pai, ainda criança, precisou trabalhar para ajudar no sustento da família, mas manteve os estudos e a proximidade com a música.

Aos 18 anos, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou uma trajetória de ascensão no cenário do samba, tornando-se um dos mais importantes compositores do Brasil, com mais de 300 canções gravadas e parcerias com nomes como Mário Lago, Wilson Batista e Paulo Gesta. Mesmo radicado na capital, Ataulfo manteve vivo em sua produção o universo afetivo e cultural de Mirai, tematizando a infância, as paisagens e as tradições mineiras em canções como *Meus tempos de criança* e *Minha infância*.

A importância de Ataulfo Alves para Mirai transcende o campo artístico. Sua trajetória projetou o nome da cidade no cenário nacional e internacional, tornando-se símbolo de orgulho e pertencimento para a comunidade local. O reconhecimento de sua relevância se manifesta em homenagens como o monumento em sua honra, o memorial dedicado à sua vida e obra, e sua proclamação como Patrono Perpétuo da AML.

Figura 1: Patronos da Academia Miraiense de Letras.



Fonte: Acervo de Cláudio Márcio Miranda, 2025.

#### **4.2. As canções como documentos da memória e identidade local**

As canções de Ataulfo Alves funcionam como verdadeiros documentos da memória coletiva de Mirai. Ao retratar o cotidiano, as festas, as relações familiares e as paisagens da cidade natal, suas composições preservam e transmitem valores, afetos e modos de vida típicos do interior mineiro. O samba, gênero por ele adotado, elevado à condição de símbolo nacional, tornou-se também um veículo de afirmação da identidade mineira e miraiense, articulando tradição e modernidade, local e universal.

A patrimonialização da obra de Ataulfo Alves em Mirai é um processo ativo, que envolve tanto o poder público quanto a sociedade civil. O reconhecimento oficial de sua importância reflete-se na inclusão de seu nome e de suas canções no patrimônio cultural do município, em eventos comemorativos e em ações educativas que visam à valorização da memória e da identidade local. Assim, as canções de Ataulfo são não apenas expressão artística, mas também instrumentos de resistência cultural e de transmissão intergeracional de saberes.

#### 4.3. A recepção e circulação das canções no contexto do Fórum Cultural 2O25

Durante o Fórum Cultural 2O25, a obra de Ataulfo Alves ocupou lugar central nas atividades, reafirmando sua condição de patrimônio histórico-cultural de Miraiá. O evento reuniu apresentações de canções emblemáticas do compositor, além de homenagens a outros artistas locais e regionais. A participação ativa da comunidade, de músicos e de instituições culturais evidenciou a vitalidade da tradição musical miraiense e a força das canções como práticas sociais de letramento e multiletramentos.

Figura 2: Apresentação da Sociedade Musical Santa Cecília, tradicional banda da cidade de Miraiá.



Figura 3: Apresentação dos músicos Fabiana Carvalho, André Melo, Fábio Castro e Filipi Carvalho.



Figura 4: Renata Capobiango, diretora da EESA, e Jorge Mazon, presidente da AML.



Fonte: Acervo de Cláudio Márcio Miranda, 2025.

A circulação das canções de Ataulfo Alves no Fórum não se restringiu ao palco: elas foram apropriadas em diferentes formatos, desde performances musicais até discussões sobre identidade, memória e patrimônio, com a participação de representantes sociais diversos, dentre os quais destacamos: Jorge Mazon, presidente da Academia Miraiense de Letras; Flávio Ramos, presidente da Associação das Academias Mineiras de Letras; Renata Capobiango, diretora da Escola Estadual Santo Antônio; Hiago Pereira, professor de História da Escola Estadual Santo Antônio; Ioannis Konstantinos Grammatikopoulos, conhecido como Deputado Grego da Fundação.

Assim, o evento proporcionou um espaço dialógico, promovendo o reconhecimento da importância da música na formação da identidade social e na valorização do patrimônio imaterial da cidade. A música, nesse contexto, é compreendida como linguagem multimodal e como ferramenta de letramento literomusical, capaz de mediar processos de aprendizagem, fortalecer laços comunitários e estimular a reflexão crítica sobre o lugar da cultura na sociedade. Dessa forma, o Fórum consolidou-se como um marco na reafirmação da obra de Ataulfo Alves como elemento central da memória coletiva e da identidade de Miraiá.

Ao celebrar a obra de artistas locais e ao reconhecer a importância de eventos culturais para a formação das identidades sociais, o evento reafirmou o compromisso da Academia Miraiense de Letras com a preservação da memória e com a construção de uma educação culturalmente sensível e socialmente engajada. A partir da música e da arte, o Fórum contribuiu para que a comunidade de Mirai reconhecesse a si mesma como portadora de histórias, tradições e saberes que merecem ser preservados e transmitidos às futuras gerações.

## 5. Análise das Canções de Ataulfo Alves como Expressão de Patrimônio e Identidade

### 5.1. “Meus tempos de criança” – Ataulfo Alves

Composta em 1956, essa canção evoca a nostalgia de tempos passados, da infância, e é uma reflexão sobre a simplicidade e a felicidade desse período da vida em contraste com as dificuldades da vida adulta, conforme a primeira estrofe:

Eu daria tudo que eu tivesse  
Pra voltar aos tempos de criança  
Eu não sei por que a gente cresce  
Se não sai da gente essa lembrança

A música começa com o desejo profundo de “voltar aos tempos de criança”, algo que demonstra uma saudade intensa e o reconhecimento do valor daqueles momentos que já não se podem reviver. O eu-lírico expressa uma visão idealizada do passado, onde a infância aparece como um período de pureza e despreocupação.

Aos domingos missa na matriz  
Na cidadezinha onde eu nasci  
Ai, meu Deus, eu era tão feliz  
No meu pequenino Mirai

Nessa segunda estrofe, Ataulfo menciona sua cidade natal, criando um cenário de familiaridade e identidade. Ele relembra as missas aos domingos como uma tradição da vida simples e familiar do interior, algo que lhe trazia felicidade. A palavra “pequenino” atribui um tom de ternura à sua terra, associando-a a um lugar de aconchego e pertencimento.

Que saudade da professorinha  
Que me ensinou o bê-a-bá

Onde andará Mariazinha  
Meu primeiro amor onde andar

Aqui, ele se recorda com carinho da professorinha e da figura da "Mariazinha", seu primeiro amor. Essas lembranças são personagens da vida escolar, representando figuras afetivas e marcos importantes de aprendizado e descoberta. Esse trecho reforça o quanto esses laços e experiências marcaram o eu-lírico e são memórias carregadas de carinho.

Eu igual a toda meninada  
Quanta travessura que eu fazia  
Jogo de botões pela calçada  
Eu era feliz e não sabia

Por fim, o enunciador se lembra das travessuras, como brincar com botões na calçada. Essa ideia de "eu era feliz e não sabia" é uma reflexão madura, típica de quem percebe, com o passar do tempo, que a felicidade estava nas pequenas coisas. Essa frase também traz um toque de melancolia, sugerindo que, agora, mesmo buscando essa simplicidade, ele não consegue mais encontrá-la.

Considerando a prática intersemiótica da canção, é possível afirmar que o ritmo lento e melancólico dessa melodia reflete o estilo característico do sujeito empírico da obra. Nesse sentido, a coleção MPB Compositores: Ataulfo Alves (1996) destaca que os sambas do compositor parecem um mineiro andando devagar, sem pressa, cheio de ginga e sempre chegando ao lugar certo, uma imagem<sup>16</sup> que revela a cadência tranquila e a expressividade singular de sua música. Esse ethos é facilmente percebido ao escutarmos a canção e ao analisarmos seu discurso, pois os elementos se entrelaçam na construção de sentidos .

Quanto às práticas sociais mediadas pela canção durante o Fórum, revela-se a força desse samba como documento de memória coletiva e identidade local. A recepção da música foi marcada por forte envolvimento emocional do público, que se reconheceu nas imagens evocadas pela letra: a infância na cidade, a figura da professorinha, os jogos de rua e a vida simples do interior. O canto coletivo e a emoção compartilhada durante a apresentação evidenciaram como a canção atua como elo entre gerações, resgatando lembranças pessoais e coletivas e fortalecendo o sentimento de pertencimento à comunidade miraiense.

---

<sup>16</sup> Para uma análise mais detalhada do *ethos*, recomendamos a leitura da dissertação de mestrado “**Interdiscurso, cenas de enunciação e ethos discursivo em canções de Ataulfo Alves**”, de Fabiana Castro Carvalho. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/3716>.

## 5.2. “Miraí (Cidade Miraiense)” – Ataulfo Alves

Composta em 1962, Miraí (Cidade Miraisense) tornou-se o hino oficial da cidade pela Lei Nº 479/83. Constitui-se como um importante marcador cultural e simbólico, funcionando como um espaço de enunciação da identidade coletiva e do pertencimento afetivo dos sujeitos ao território de Miraí-MG. A letra, de versos simples e carregados de emoção, revela uma relação íntima e subjetiva entre o eu-lírico e a cidade, reforçando o papel da música como prática de letramento literomusical e patrimônio imaterial.

Logo nos versos iniciais – “Cidade miraiense, te quero com devoção / Cidade miraiense, tu cabes no meu coração” –, o sujeito expressa um amor incondicional pela cidade, utilizando a palavra “devoção” para enfatizar um sentimento quase religioso, de respeito e reverência. Essa relação afetiva é fortalecida na imagem de Miraí como “torrão tranquilo e sereno / torrão bendito por Deus”, que exalta o território como um espaço de paz, harmonia e bênção divina. A escolha do termo “torrão”, que remete à terra, aproxima o discurso poético de um imaginário de raízes, ancestralidade e pertencimento territorial.

Há, ainda, um movimento de reconhecimento da própria pequenez diante da grandiosidade simbólica da cidade, como evidenciam os versos “Eu sinto-me tão pequeno / Pra ser um dos filhos teus”. Aqui, o enunciador se posiciona com humildade e gratidão, afirmindo o orgulho de pertencer à comunidade miraiense, gesto que reforça o caráter coletivo da identidade, na qual a cidade é maior que o indivíduo, sendo este apenas mais um elo em uma cadeia de memórias e histórias compartilhadas.

Os versos finais introduzem o sentimento de tristeza e saudade, que surge como consequência do apego emocional ao lugar: “Perguntam por que sou triste / Nos versos que já escrevi / Sou triste porque cantando / Não posso esquecer de ti, Miraí”. A canção, portanto, não apenas celebra a cidade, mas também expressa o desejo de manter viva a memória e o afeto, mesmo à distância ou diante do passar do tempo.

A escolha da marcha como estrutura musical confere à canção um tom solene e celebrativo, reforçando a ideia de que o pertencimento à cidade é uma honra e uma responsabilidade, uma vez que ela tem um caráter ceremonial e é projetada para ser cantada em uníssono, com passos cadenciados, unindo vozes e corpos em uma expressão de orgulho coletivo. Tal cadência, marcada por compassos regulares e por uma melodia firme, favorece a comunhão das vozes e a memori-

zação, permitindo que seja cantado por diferentes gerações em cerimônias cívicas, escolares e festividades locais.

Essa característica musical dialoga diretamente com a letra: ao exaltar a cidade, a marcha embala os versos em um compasso que ritualiza a identidade, transformando o sentimento pessoal do eu-lírico em um sentimento coletivo de amor e devoção. Assim, a prática intersemiótica se revela na articulação entre melodia, ritmo e palavras: o texto poético adquire novos sentidos ao ser entoado como marcha, ganhando força, formalidade e caráter comunitário.

### 5.3. “Ai, que saudades da Amélia” – Ataulfo Alves e Mário Lago

A música Ai, que Saudades da Amélia, composta por Ataulfo Alves e Mário Lago em 1942, é um samba que ficou famoso por explorar temas como a idealização de comportamentos e a nostalgia por uma figura feminina vista como submissa e compreensiva. A letra se tornou um clássico, mas também gera discussões e reflexões sobre o papel da mulher e o machismo na sociedade.

Nunca vi fazer tanta exigência,  
Nem fazer o que você me faz  
Você não sabe o que é consciênci  
Nem vê que eu sou um pobre rapaz

Na primeira estrofe, o eu-lírico se dirige a uma mulher que, segundo ele, faz muitas exigências. Ele a critica por ser egoísta e por não compreender suas dificuldades financeiras. Já aqui, vemos uma comparação implícita com a figura de "Amélia", que será citada na música como exemplo de um tipo de mulher idealizado, que não faz exigências e é "compreensiva". Na segunda estrofe, permanecem as críticas a essa mulher que, segundo o enunciador é consumista, ao contrário de Amélia, de quem tem saudade.

Você só pensa em luxo e riqueza  
Tudo o que você vê, você quer  
Ai, meu Deus, que saudade da Amélia  
Aquiló sim é que era mulher

No início da terceira estrofe, os versos “Às vezes passava fome ao meu lado/ E achava bonito não ter o que comer” são particularmente fortes, pois mostram que Amélia era capaz de suportar dificuldades extremas, como a fome, sem reclamar. Em vez de demonstrar insatisfação, ela “achava bonito” o contexto, algo que, atualmente, seria considerado um sacrifício excessivo e uma romantização de uma realidade de sofrimento.

Às vezes passava fome ao meu lado  
E achava bonito não ter o que comer  
E quando me via contrariado  
Dizia: Meu filho, o que se há de fazer!

A figura de Amélia é apresentada como o modelo ideal, reforçada pelo uso da expressão "mulher de verdade". A frase carrega uma idealização da mulher submissa e resignada, que aceita as condições impostas sem reclamações. Essa visão reflete valores que, na época da composição, eram amplamente aceitos na sociedade brasileira, mas que hoje são vistos como uma perspectiva de gênero ultrapassada e limitante.

Amélia não tinha a menor vaidade  
Amélia é que era mulher de verdade  
Amélia não tinha a menor vaidade  
Amélia é que era mulher de verdade

Ao elogiar a falta de vaidade de Amélia, nos versos finais, o eu-lírico reforça a ideia de que o "ideal" feminino é uma mulher que não dá importância para si mesma e para seus próprios desejos ou ambições. Esse comportamento contrasta com as mudanças sociais que, nas décadas seguintes, promoveram a emancipação feminina e a luta pelo reconhecimento da mulher como um indivíduo com direitos e voz própria, como se percebe atualmente na letra da canção *Desconstruindo Amélia*, de Pitty (2009).

A música é um retrato de uma época e de um ideal de mulher que valorizava a submissão, a resignação e a abnegação. Para o enunciador, Amélia representa a "mulher ideal", que se sacrifica em prol do bem-estar do homem e aceita sua condição sem questionar. Embora a canção tenha se tornado um clássico e, em certo sentido, um ícone cultural, seu conteúdo hoje pode ser interpretado de maneira crítica, pois apresenta uma visão limitada e machista do papel da mulher na sociedade.

Do ponto de vista musical, o samba é executado em um tempo lento e cadenciado, que contribui para a atmosfera melancólica e contemplativa da narrativa. A melodia é simples, de fácil memorização, e o ritmo suave do samba-canção permite que o ouvinte absorva a letra com clareza. O andar musical reflete a própria temática da canção: um lamento contido, um olhar saudoso para o passado, um caminhar sem pressa, próprio das reflexões emocionais.

Quanto à voz e à performance, a interpretação vocal também reforça a intersemiose: a voz grave e emocional do cantor transmite o tom saudosista, com

inflexões que marcam a tristeza e a resignação. Há uma expressividade contida, sem exageros, que combina com o tom de nostalgia: é uma voz que conta, como quem relembra, e que convida o ouvinte a compartilhar dessa saudade.

A intersemiose também acontece na relação entre a canção e o contexto cultural/social, pois o discurso sobre a mulher idealizada como submissa e sem vaidade ecoa uma ideologia de gênero que associa a mulher à casa, à pobreza aceita sem protesto, à conformidade como virtude. Ao mesmo tempo, a repetição enfática de "Amélia é que era mulher de verdade" cria uma ironia involuntária para os ouvintes contemporâneos, que podem interpretar a letra como uma crítica velada ou uma representação caricatural de um pensamento conservador. A canção torna-se, assim, um objeto de reflexão crítica sobre os valores culturais que circulavam na época e que, em parte, ainda persistem.

#### 5.4. "Laranja madura" – Ataulfo Alves

Composta em 1967, a letra de Laranja Madura desenvolve-se como uma narrativa marcada pela desconfiança diante de promessas generosas e aparentemente desinteressadas. O eu-lírico, defronte de ofertas de "casa, comida, boa vida e dinheiro pra gastar", reage com uma pergunta incisiva: "O que é que há?". Esse questionamento, repetido, marca a sutileza do senso crítico popular, que desconfia de situações que parecem boas demais para ser verdade. A repetição de "Minha gente, o que é que há?" amplia o questionamento para a coletividade, convidando todos a refletirem sobre as intenções escondidas por trás de tamanha generosidade.

O refrão "Laranja madura / na beira da estrada / tá bichada, Zé / ou tem marimbondo no pé" é um provérbio popular transformado em canção, carregado de sabedoria simples, mas profundamente crítica. A imagem da laranja madura é uma metáfora para algo que parece muito bom, mas que provavelmente não está isento de problemas ou armadilhas, sejam de ordem pessoal (relacionamentos) ou estrutural (política, economia, exploração).. A ideia de que a fruta "na beira da estrada" está "bichada" ou tem "marimbondo no pé" indica que aquilo que parece fácil demais, acessível demais, pode esconder perigos, seja no "bicho" que já estragou a fruta, seja no marimbondo que protege a árvore.

Essa metáfora é um alerta para a ingenuidade diante de ofertas generosas, especialmente em contextos sociais e econômicos em que a promessa de facilidades pode ser usada como forma de exploração ou manipulação. A can-

ção transforma, portanto, um ditado popular em um ensino de vida, demonstrando o quanto os saberes orais e culturais permeiam a música de Ataulfo Alves. Ela funciona como uma crônica musical do cotidiano, alertando para as relações de poder e interesse que se escondem nas promessas fáceis.

A postura de desconfiança e prudência frente a ofertas "boas demais" dialoga com o ethos mineiro — cauteloso, reflexivo e crítico — presente em várias obras de Ataulfo Alves. Assim como na célebre afirmação de que os sambas de Ataulfo são como mineiro andando devagar, a canção Laranja Madura reforça a ideia de que é preciso olhar com cuidado para as situações aparentemente favoráveis. A letra também carrega o traço oral da fala popular: expressões como "Tá bichada, Zé" ou "O que é que há?" conferem à canção um tom coloquial e próximo do discurso cotidiano. A inclusão de frases como "Gosto de Maria Rosa / Quem me dá prosa é Rosa Maria / Vejam só que confusão" introduz o humor leve, mostrando o jogo de palavras e a descontração típicos do samba.

Aqui, o ouvinte é convidado a participar de uma experiência de leitura do mundo por meio da música, interpretando não apenas a letra, mas as entrelinhas, os provérbios, os conselhos e os tons culturais que ela carrega. Ao advertir "tanta bondade que me faz desconfiar", o enunciador evidencia uma postura de resistência e leitura crítica do mundo, em consonância com o que os estudos de letramento e multiletramentos propõem: ler o mundo nas suas múltiplas camadas e linguagens, desconfiando das aparências e compreendendo os contextos que moldam os discursos.

Musicalmente, apresenta uma melodia simples, mas marcante, que permite a fácil memorização e a participação coletiva. O ritmo do samba, leve, gingado e descontraído, contrasta com o tom crítico da mensagem, criando uma tensão interessante entre forma e conteúdo. Esse jogo entre a aparente leveza da música e o conteúdo moral do texto reforça o alerta: é preciso ser astuto, mesmo quando o ambiente parece alegre e acolhedor. A interpretação vocal reforça a prática intersemiótica: a voz de Ataulfo é suave, com inflexões que marcam o humor e a sagacidade do texto. Há um tom de conversa, quase como quem conta uma história em roda de samba, aproximando o ouvinte e criando uma escuta compartilhada.

A prática intersemiótica também inclui o contexto cultural: a canção reflete o ethos popular de prudência, de quem desconfia das aparências e sabe que, na vida, "nada vem de graça". Esse saber, transmitido de geração em geração por provérbios e ditados, é parte do patrimônio oral e cultural brasileiro, especial-

mente nas culturas interioranas e mineiras. A laranja madura é, assim, um símbolo popular que carrega lições de vida sobre cautela, esperteza e sobrevivência no cotidiano. A canção, ao transformar esse provérbio em arte, contribui para o letramento cultural e literomusical do ouvinte: não é apenas música, mas também leitura do mundo, transmitida em ritmo de samba.

### 5.5. “Mulata assanhada” – Ataulfo Alves

Mulata Assanhada, samba de Ataulfo Alves, é um exemplo complexo da intersecção entre poética popular, melodia e contexto histórico-cultural. A canção, lançada em 1956, carrega elementos típicos do samba da época – leveza rítmica, temática amorosa e uma linguagem coloquial – mas também revela, sob o olhar contemporâneo, marcas de um imaginário colonial e racista, que precisam ser analisadas criticamente.

A letra narra a fascinação de um sujeito lírico por uma mulata “assanhada”, descrita como sedutora, provocante e alvo do desejo masculino. Ela é “fingida”, “graciosa” e exerce poder através de seu olhar e postura: “Ah! Mulata se eu pudesse / E se meu dinheiro desse / Eu te dava sem pensar / Esse céu, essa terra, este mar...”

No entanto, a parte mais problemática da letra surge nos versos finais, que romantizam a escravidão: “Ai, meu Deus, que bom seria / Se voltasse a escravidão / Eu comprava essa mulata / E prendia no meu coração!” Esse trecho, embora possa ser interpretado como uma hipérbole romântica dentro da estética da época, normaliza uma visão colonialista, reduzindo a mulher negra a um objeto de posse e desejo. O desejo de “comprar” a mulher, associado à volta da escravidão, reforça a ideia de que o corpo negro é mercadoria, ecoando uma lógica de dominação.

Musicalmente, a canção possui um samba alegre e cativante, com melodia simples e dançante que convida à participação. Esse contraste – entre a leveza da música e o conteúdo polêmico da letra – é um exemplo de como o samba pode naturalizar discursos complexos, embalando-os em uma atmosfera festiva. A voz de Ataulfo reforça esse caráter: há um tom sedutor, brincalhão, quase malandro, que camufla a gravidade dos temas tratados. A “mulata assanhada” é cantada como um ícone sensual, uma musa inalcançável e, ao mesmo tempo, um objeto de desejo.

Na época em que a canção foi composta, o estereótipo da “mulata sensual” era

amplamente explorado na música popular, na literatura e no cinema brasileiro – um reflexo da sociedade pós-escravista, onde a mulher negra era frequentemente retratada como objeto de desejo exótico, mas raramente como sujeito de direitos ou de sua própria narrativa. Sob a ótica contemporânea, esses versos são problemáticos, pois erotizam a mulher negra de forma estereotipada; reproduzem o mito da "mulata" como símbolo nacional, apagando a violência do racismo estrutural; e, especialmente, romantizam a escravidão, algo inaceitável à luz dos debates sobre memória, reparação e justiça social.

A prática intersemiótica revela como letra, ritmo, melodia e performance podem camuflar ideologias sob uma superfície festiva. A canção é uma peça cultural importante para compreender o imaginário social brasileiro do século XX, mas precisa ser abordada hoje de forma crítica e contextualizada. É essencial reconhecer que a música reflete uma época e seus valores, mas também reforça estereótipos prejudiciais, e, portanto, pode ser estudada como documento histórico e cultural, capaz de promover debates sobre raça, gênero, memória e patrimônio cultural.

## **6. Proposta de oficinas de reescrita e performances multimodais: atualizando canções de Ataulfo Alves para o diálogo entre tradição e contemporaneidade**

Como proposta de trabalho posterior ao Fórum Cultural 2025, sugerimos a realização de oficinas de reescrita e performances multimodais a partir das canções de Ataulfo Alves, incentivando a participação ativa da comunidade escolar, grupos culturais e demais interessados. Essas oficinas, estruturadas em etapas, envolvem a escuta atenta das músicas, análise crítica das letras e identificação de temas relevantes para a realidade contemporânea, como memória, identidade, gênero e questões sociais.

A partir desse diagnóstico, os participantes seriam convidados a reescrever trechos das canções, adaptando-os para novos contextos, linguagens ou suportes midiáticos, como poemas, crônicas, raps, vídeos curtos ou performances teatrais. Esse processo de retextualização permite que os sujeitos se apropriem das canções, atualizando seus sentidos e promovendo o diálogo entre tradição e contemporaneidade. Oficinas desse tipo favorecem o desenvolvimento do letramento literomusical e dos multiletramentos, pois exigem a articulação de múltiplas linguagens (verbal, musical, visual, gestual) e a reflexão crítica sobre discursos presentes nas obras.

Além da produção textual e artística, as oficinas devem incentivar o posicionamento crítico diante das letras, reconhecendo nelas tanto elementos de manutenção quanto de contestação de discursos sociais. Por exemplo, ao trabalhar uma canção como “Ai, que saudades da Amélia”, os participantes podem discutir os estereótipos de gênero presentes na letra e propor novas versões que reflitam valores de igualdade e respeito. Já em músicas como “Meus tempos de criança” ou “Mirai”, pode-se explorar a relação entre memória, território e identidade, criando narrativas que dialoguem com as transformações vividas pela cidade e sua população.

Por fim, as produções resultantes podem ser apresentadas em saraus, exposições multimídia ou compartilhadas em plataformas digitais, ampliando o alcance das reflexões e fortalecendo a música como prática de letramento, multiletramentos e resistência cultural. Dessa forma, as oficinas não apenas atualizam e ressignificam o repertório de Ataulfo Alves, mas também promovem o protagonismo dos participantes na construção de novos sentidos para o patrimônio histórico-cultural de Mirai.

## 7. Considerações Finais

A análise das canções de Ataulfo Alves, no contexto do Fórum Cultural 2O25 promovido pela Academia Miraiense de Letras, evidenciou o papel central da música como patrimônio histórico-cultural e como elemento formador da identidade social de Mirai-MG. As atividades do evento, ao promoverem a escuta, a performance e a reflexão crítica sobre obras do cantor/compositor e de outros artistas locais, demonstraram como a música pode ser mobilizada para fortalecer o sentimento de pertencimento, preservar a memória coletiva e estimular o diálogo entre tradição e contemporaneidade.

Os resultados apontam que o letramento literomusical e os multiletramentos são abordagens fundamentais para a valorização do patrimônio cultural. Ao articular linguagem verbal, musical e visual, essas perspectivas ampliam as possibilidades de leitura e produção de sentidos, permitindo que as canções sejam compreendidas não apenas como expressão artística, mas também como práticas sociais e instrumentos de resistência, crítica e transformação. Oficinas de reescrita e performances multimodais, como sugerido neste estudo, potencializam a atualização dos repertórios tradicionais, promovendo o protagonismo dos sujeitos e a construção de novos sentidos para o patrimônio imaterial de Mirai.

Como perspectivas para pesquisas futuras, destaca-se a importância de aprofundar investigações sobre o impacto de práticas de letramento literomusical e multiletramentos em diferentes contextos educativos, bem como de ampliar o diálogo entre cultura local e tecnologias digitais, favorecendo a circulação e a ressignificação das tradições musicais. Do ponto de vista das ações educativas, recomenda-se a integração sistemática da música e das práticas culturais locais nos currículos escolares, estimulando a escuta crítica, a criação artística e o reconhecimento da cultura como direito e como fonte de identidade.

## 8. Referências

CARVALHO, Fabiana Castro. **Interdiscurso, cenas de enunciação e ethos discursivo em canções de Ataulfo Alves**. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES.

CARVALHO, Fábio Castro. **A viola enquanto patrimônio imaterial mineiro: o silenciamento das duplas caipiras no dossiê de patrimonialização**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG.

COELHO DE SOUZA, José Peixoto. **Letramento literomusical**: práticas sociais mediadas por canções. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/17054>. Acesso em 28 mai. 2025.

COSTA, Nelson Barros da. **As letras e a letra**: o gênero canção na mídia literária. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA M. A. (Orgs.). Gêneros textuais & Ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, pp.107-121.

COSTA, Nelson Barros da. **Canção popular e ensino da língua materna**: o gênero canção nos Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa. In: Linguagem em (Dis)curso, Tubarão. 1(1), 2003, pp.9-36.

GOMES, Fátima Letícia da Silva; FONTINELE, Francisco Pereira da Silva; NASCIMENTO, Juscelino Francisco do. **Os multiletramentos no contexto da BNCC**: reflexões teóricas. Revista Humanidades & Inovação. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/9795>. Acesso em: 29 mai. 2025.

KLEIMAN, Angela. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na**

**escola.** In: KLEIMAN, Angela. (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.

SCHEFFEL, Marcos Vinícius. **Multiletramentos e o letramento literário:** uma convivência possível? Disponível em: [https://abralic.org.br/anais/arquivos/2015\\_14561O547O.pdf](https://abralic.org.br/anais/arquivos/2015_14561O547O.pdf) Acesso em: 29 mai. 2025.

SOARES, Magda. **Letramento:** Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TEIXEIRA, Ana Paula Machado; SOUZA, Mônica de; SILVA, Veronice Camargo da. **Letramento literário, Multiletramentos e letramentos acadêmicos nos anos iniciais da Educação Básica:** um enfoque às práticas docentes reflexivas. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

TOLEDO, Rilza Rodrigues; DAL-SASSO, Sonia Maria. **Ataulfo Alves:** samba, símbolo da cultura e identidade brasileiras. Revista Científica da FAMINAS. Disponível em: <https://periodicos.faminas.edu.br/index.php/RCFaminas/article/view/208/O> Acesso em: 29 mai. 2025.

## ENTRE TRADIÇÃO E INOVAÇÃO: Multiletramentos e Patrimônio Imaterial no Festival de Música Miraí 100 Anos

**BARROS, FABIANA CASTRO CARVALHO DE. (1); CARVALHO, FÁBIO CASTRO. (2); COSTA, ELISÂNGELA HELENA DE SOUZA PEÇANHA. (3)**

1. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem.  
Avenida Alberto Lamego, 2000, Horto, 28015620 - Campos dos Goytacazes, RJ - Brasil.

E-mail: fccfabiana@gmail.com

2. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História.  
Avenida Peter Henry Rolfs, s/n. Campus Universitário, 36570-900 - Viçosa, MG - Brasil.  
E-mail: fabio.castro.1987@gmail.com

3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas. Campus Muriaé.  
Avenida Coronel Monteiro de Castro, 550, Barra, 36880-000 - Muriaé, MG - Brasil.  
E-mail: elisangelahsouza@gmail.com

### RESUMO

Este artigo analisa o hino do centenário de Miraí, vencedor do Festival de Música Miraí 100 Anos, como expressão do patrimônio imaterial e da identidade coletiva do município. Utilizando como referência teórica os conceitos de letramento, letramento literário, letramento literomusical e multiletramentos, o estudo investiga como a canção, composta para celebrar os cem anos da cidade, articula tradição e inovação ao mobilizar múltiplas linguagens e práticas sociais. A metodologia qualitativa abrange análise textual, literária, literomusical e multimodal, considerando a letra, o contexto de produção, os registros audiovisuais e a recepção comunitária do hino. Os resultados indicam que o hino funciona como veículo de memória coletiva, promovendo o pertencimento, o orgulho local e a participação ativa da comunidade na celebração de sua história. O artigo conclui que hinos e canções comemorativas possuem grande potencial para o fortalecimento identitário, a educação patrimonial e a valorização do patrimônio cultural, constituindo-se como pontes simbólicas entre passado e futuro.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Letramento; Canções; Ataulfo Alves.

## 1. Introdução

A temática do fórum “Cultura e Identidade: Construindo Pontes entre o Passado e o Futuro”, de Muriaé, Minas Gerais, propõe uma reflexão sobre como as práticas culturais contribuem para a preservação da memória coletiva e a construção de identidades, articulando passado, presente e futuro. Nesse contexto, o Hino do Centenário de Miraí, vencedor do Festival de Música Miraí 100 Anos — promovido pela Academia Miraiense de Letras<sup>17</sup> em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo —, emerge como um corpus privilegiado para análise, ao condensar sentidos de pertencimento, memória e celebração da história local em linguagem poética e musical.

A escolha do hino como objeto desse estudo se justifica por sua relevância simbólica e social: a canção foi composta para marcar um momento histórico do município, mobilizando a comunidade em torno de valores, afetos e referências identitárias compartilhadas. Além disso, o hino se insere em um contexto de práticas culturais contemporâneas que, como apontam iniciativas de valorização da memória em diferentes territórios, têm o potencial de construir pontes entre gerações, fortalecer laços comunitários e projetar um futuro mais justo e participativo. Para compreender a riqueza desse fenômeno, recorre-se a uma abordagem teórica que articula os conceitos de letramento, letramento literário, letramento literomusical e multiletramentos, reconhecendo a multiplicidade de linguagens e práticas sociais envolvidas na criação, circulação e recepção da canção.

O objetivo deste artigo é, assim, analisar o hino do centenário de Miraí como expressão de práticas de letramento ampliado, destacando como a canção opera na construção e transmissão de identidades, na valorização do patrimônio imaterial e na promoção de sentidos coletivos. Busca-se, desse modo, evidenciar as potencialidades dos festivais culturais e das produções artísticas comunitárias como espaços de multiletramentos, fundamentais para a educação patrimonial, a cidadania cultural e o fortalecimento dos vínculos entre passado e futuro.

## 2. Letramento, Letramento Literário, Letramento Literomusical e Multiletramentos: Definições, Evolução e Práticas Contemporâneas

<sup>17</sup> Fundada em 20 de janeiro de 2017, esta instituição cultural tem como patrono Alberto Montalvão. Sua relevância e contribuição para a comunidade foram oficialmente reconhecidas, concedendo-lhe o título de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 1.916, de 11 de novembro de 2024, e de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 25.026, de 6 de novembro de 2024.

O conceito de letramento ultrapassa a mera capacidade de decodificar e codificar palavras, situando-se como um conjunto de práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita em contextos diversos. Segundo Soares (2002, p. 145), “letramento é (...) o estado ou condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participam competentemente de eventos de letramento”. Em outras palavras, o letramento é o resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e escrever, sendo o estado ou condição adquirido por um indivíduo ou grupo social ao apropriar-se da escrita. Nessa perspectiva, letramento implica não apenas saber ler e escrever, mas utilizar essas habilidades de modo competente e crítico nas diferentes situações sociais, culturais e profissionais em que a linguagem escrita se faz necessária. Trata-se, portanto, de uma ampliação do sentido de alfabetização, pois envolve a participação ativa e significativa na cultura escrita e nas práticas sociais mediadas pela linguagem.

Por sua vez, o letramento literário diz respeito à apropriação da literatura enquanto linguagem singular, capaz de promover a formação do leitor literário. Trata-se de desenvolver competências para ler, interpretar e fruir textos literários, reconhecendo suas múltiplas camadas de sentido, recursos expressivos e potencial de reflexão crítica sobre o mundo. Conforme Paulino e Cosson (2009, p. 67), o letramento literário é “[...] o processo de apropriação da literatura enquanto construção literária de sentidos”. Dessa maneira, o letramento literário valoriza a experiência estética e a construção de sentidos a partir do contato com obras literárias, ampliando o repertório cultural e o olhar sensível do leitor. De modo semelhante, o letramento literomusical expande a noção de letramento ao considerar a canção como um gênero discursivo que articula letra e música. Esse conceito envolve práticas sociais em que a compreensão, a interpretação e a produção de sentidos dependem da integração entre a linguagem verbal e a linguagem musical. Coelho de Souza propõe que o letramento literomusical seja compreendido como

estado ou condição daquele que, por construir e refletir sobre os sentidos de uma canção a partir das suas duas linguagens constitutivas (verbal e musical) e da sua articulação, e por reconhecer o que representa para a comunidade musical a ela relacionada, participa das práticas sociais e dos discursos que se constroem a partir da canção e posiciona-se criticamente em relação a ela. (Coelho de Souza, 2015, p. 187).

Assim, o letramento literomusical possibilita a leitura crítica de canções, a apreciação de suas dimensões poéticas e sonoras e o reconhecimento de seu pa-

pel na construção de identidades, na transmissão de valores culturais e na preservação da memória coletiva.

Analogamente, o conceito de multiletramentos, proposto pelo New London Group, responde à crescente diversidade de linguagens e mídias presentes nas práticas sociais contemporâneas. Multiletramentos abrangem a competência para lidar com textos multimodais — que combinam elementos verbais, visuais, sonoros, gestuais e espaciais — e para transitar por contextos culturais plurais e dinâmicos. A multimodalidade refere-se, então, à articulação de diferentes modos semióticos na produção de sentidos, enquanto a multiculturalidade destaca a coexistência e o diálogo entre distintas tradições, saberes e identidades. Dessa forma, os multiletramentos são essenciais para a participação ativa e crítica em sociedades marcadas pela diversidade e pela complexidade comunicativa.

### 3. Patrimônio Cultural, Música e Identidade

#### 3.1. A música como patrimônio imaterial

A música ocupa um lugar central na constituição do patrimônio cultural e na construção das identidades coletivas. Considerada patrimônio imaterial, intangível, ela transcende o tempo e o espaço, sendo transmitida de geração em geração como expressão viva dos saberes, valores e tradições de um povo. Segundo Smith (2021, p. 141) “todo patrimônio é intangível, na medida em que patrimônio é um momento ou um processo de (re)construção cultural e social de valores e sentidos”. Assim, no Brasil, diversos gêneros musicais, como o samba de roda, o jongo, o frevo e o repente, foram reconhecidos oficialmente como Patrimônio Cultural Imaterial, destacando sua relevância histórica, social e simbólica para diferentes comunidades.

Enquanto patrimônio imaterial, a música é um veículo de memória coletiva. Por meio das canções, ritmos e celebrações, comunidades preservam narrativas, experiências e sentimentos que compõem sua história e sua identidade. A transmissão oral, a performance e a participação coletiva em manifestações musicais permitem que saberes ancestrais sejam mantidos vivos, adaptados e ressignificados ao longo do tempo. Esse processo fortalece o senso de pertencimento e continuidade, conectando indivíduos e grupos às suas raízes culturais.

Nesse contexto, os festivais de música desempenham papel fundamental na construção e transmissão de identidades locais. Mais do que simples eventos festivos, são espaços de encontro, celebração e aprendizagem, onde diferentes gerações compartilham práticas, repertórios e valores culturais. Eles funcionam como guardiões das tradições, promovendo a coesão social e o orgulho comunitário ao reunir pessoas em torno de expressões artísticas que refletem a diversidade e a riqueza cultural de uma região. Além disso, possibilitam a renovação das práticas culturais, ao incentivar a criatividade, o diálogo e a incorporação de novas influências, garantindo a vitalidade e a continuidade do patrimônio musical.

Portanto, a música, reconhecida como patrimônio imaterial, e os festivais culturais, enquanto práticas sociais dinâmicas, são elementos essenciais para a preservação da memória coletiva e para a afirmação das identidades locais. Eles não apenas mantêm vivas as tradições, mas também constroem pontes entre o passado e o futuro, permitindo que as comunidades celebrem, reinventem e transmitam seus valores culturais às novas gerações.

### 3.2. Festival de Música Miraí 100 Anos

O Festival de Música Miraí 100 Anos foi concebido como parte das celebrações do centenário de emancipação política do município de Miraí, Minas Gerais, em 2023. O evento integrou um amplo conjunto de atividades culturais e comemorativas que visavam valorizar a história, as tradições e as personalidades que marcaram a trajetória da cidade, com destaque especial para o sambista Ataulfo Alves, nome que enriquece o Patrimônio Cultural de Miraí, filho ilustre da cidade e referência nacional na Música Popular Brasileira (MPB).

Entre as iniciativas comemorativas, destacou-se o concurso para escolha do “Hino do Centenário de Miraí”, que mobilizou compositores locais e regionais em uma celebração da criatividade e do pertencimento. Foram nove classificados: Antônio Roberto de Resende, Joséani Aparecida Carvalho de Oliveira, Milton Fernandes da Silva, Jorge Tadeu de Carvalho, Paulo Aparecido Pedrosa, Kaire Oliveira Pereira, Carlos Alberto Costa de Oliveira, Pedro Lucas Custódio Melo e Regiane Belinato da Silva Almeida<sup>18</sup>. Dos nove, oito estiveram presentes, conforme Figura 1.

---

<sup>18</sup> O perfil de notícias Miraí Atualizado divulgou a lista dos participantes inscritos no festival em sua rede social Facebook. O texto está disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/19HJEWcgb/>.

Figura 1: Compositores Participantes do Festival Miraí 100 Anos.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

O evento aconteceu na Escola Estadual Santo Antônio, na noite de 25 de agosto de 2023. A avaliação foi realizada por uma banca composta por maestros, músicos, produtores culturais e representantes da Academia Miraiense de Letras<sup>20</sup>. O vencedor, Jorge Tadeu de Carvalho, teve sua composição interpretada por sua filha, Fabiana Carvalho, em uma cerimônia marcada pela emoção e pelo reconhecimento do valor da cultura miraiense<sup>19</sup>.

Figura 2: Fabiana Carvalho interpreta o Hino Miraí 100 Anos ao lado do compositor, Jorge Tadeu.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

<sup>19</sup> O DECRETO N° 74, DE 17 DE JULHO DE 2023, que nomeia os membros da Comissão Organizadora e da Comissão Julgadora do Festival de Música Miraí 100 Ano, pode ser acessado em: [https://www.mirai.mg.gov.br/site/images/Decretos/2023/Decreto\\_74-2023\\_-Comiss%C3%A3o\\_Organizadora\\_e\\_Julgadora\\_do\\_Hino\\_do\\_Centen%C3%A1rio.pdf](https://www.mirai.mg.gov.br/site/images/Decretos/2023/Decreto_74-2023_-Comiss%C3%A3o_Organizadora_e_Julgadora_do_Hino_do_Centen%C3%A1rio.pdf).

<sup>20</sup> O resultado foi divulgado também no perfil do Facebook da Prefeitura de Miraí no link <https://www.facebook.com/share/p/16Yw9uS8XN/>.

O repertório apresentado durante o festival refletiu a riqueza da tradição musical local, com destaque para marchas, sambas e canções autorais. As mídias envolvidas na divulgação e no registro do festival incluíram veículos impressos, portais de notícias, redes sociais e transmissões audiovisuais, ampliando o alcance das celebrações e estimulando práticas de letramento multimodal e participação comunitária.

Dessa forma, o Festival de Música Miraí 100 Anos consolidou-se como um espaço privilegiado de celebração da memória, de fortalecimento da identidade local e de promoção de práticas culturais multiletradas, conectando a tradição musical de Miraí com os desafios e possibilidades do tempo presente.

#### 4. Metodologia

A metodologia deste estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, voltada para a compreensão aprofundada dos sentidos produzidos pelo hino do centenário de Miraí em seu contexto social, cultural e histórico. Essa metodologia contempla diferentes fontes e dimensões analíticas. O corpus selecionado é composto pela letra do hino vencedor do Festival de Música Miraí 100 Anos, informações sobre seu processo de criação e escolha durante o festival, registros audiovisuais das apresentações e manifestações da comunidade em mídias e redes sociais. A análise abrange aspectos textuais, literários, literomusicais e multimodais, considerando recursos poéticos, integração entre letra e música, e elementos performáticos e digitais. As categorias de análise envolvem práticas de letramento, letramento literário, letramento literomusical e multiletramentos, permitindo compreender como o hino mobiliza múltiplas linguagens e sentidos na construção da identidade e do patrimônio imaterial de Miraí.

#### 5. Análise e Discussão

##### 5.1. “Hino Miraí 100 Anos”, de Jorge Tadeu de Carvalho

A letra da música vencedora do festival que escolheu o hino do centenário de Miraí, composta por Jorge Tadeu de Carvalho, é um exemplo expressivo de construção da memória coletiva e da identidade local por meio da linguagem poética e musical. O texto se estrutura em estrofes que exaltam o “torrão miraiense” — expressão afetiva e tradicional que remete ao solo natal, à terra de origem —, evocando sentimentos de pertencimento, orgulho e saudade. Eis a

letra:

Salve o “Torrão Miraiense”,  
O berço de muitas gerações,  
Sempre querido e lembrado  
Por muitos e muitos corações.

Torrão, por Deus abençoado,  
É um orgulho de Minas Gerais  
Torrão muito querido e amado,  
“Quem conhece não esquece jamais”.

Salve o “Torrão Miraiense!”  
São cem anos de aniversário  
(Que já ficaram na história.  
Parabéns pelo seu centenário!) Miraí!

No Torrão de Ataulfo Alves,  
O grande compositor,  
Todos lembram com saudades,  
Cantando em seu louvor.

Miraí, uma cidade carinhosa,  
Com sua gente igual não há.  
Gente fina é outra coisa!  
Como é bom e como é bom esse lugar!

Logo no início, a canção convoca o ouvinte a saudar Miraí como “berço de muitas gerações”, destacando a continuidade histórica e a importância da cidade na formação de identidades ao longo do tempo. O uso de expressões como “sempre querido e lembrado / por muitos e muitos corações” reforça o caráter afetivo e coletivo da memória, sugerindo que Miraí permanece<sup>21</sup> viva nas lembranças de seus habitantes e daqueles que, mesmo distantes, mantêm vínculos emocionais com a cidade.

A segunda estrofe amplia o sentimento de pertencimento ao afirmar que o “torrão” é “por Deus abençoado” e motivo de “orgulho de Minas Gerais”. Dessa forma, a letra insere Miraí no contexto mais amplo da identidade mineira, ao mesmo tempo em que reforça sua singularidade: “Quem conhece não esquece

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/academiamiraiensedeletras/p/CwbGu6zvOxVI/>. Acesso em: 29 mai. 2025.

jamais", verso que também revela intertextualidade com o Hino de Minas Gerais<sup>22</sup>. A repetição da saudação ao "Torrão Miraiense" e a menção ao centenário ("são cem anos de aniversário / que já ficaram na história") marcam a celebração do tempo e da trajetória, valorizando o passado e projetando o futuro.

O verso "No Torrão de Ataulfo Alves, / o grande compositor, / todos lembram com saudades, / cantando em seu louvor" evidencia a importância da música como patrimônio imaterial e da figura de Ataulfo Alves como símbolo da identidade local. Ao homenagear o compositor, a canção reafirma a relevância da tradição musical de Miraí e a perpetuação de sua memória por meio do canto e da celebração coletiva. Musicalmente, vale destacar que, a exemplo do "Hino de Mirai", o "Hino do centenário" também é uma marcha, estrutura musical que lhe confere um tom solene e celebrativo.

A última estrofe destaca características afetivas e sociais da cidade: "Mirai, uma cidade carinhosa, / com sua gente igual não há. / Gente fina é outra coisa! / Como é bom e como é bom esse lugar!". O tom coloquial e entusiástico aproxima o hino do discurso cotidiano, valorizando a hospitalidade, a gentileza e o orgulho de pertencer a essa comunidade. O uso da repetição ("como é bom e como é bom esse lugar!") reforça o sentimento de satisfação e alegria em celebrar a terra natal.

A música foi composta num cenário de outras ações comemorativas no município por ocasião do centenário, como a entrega da Comenda Ataulfo Alves e do título de Guardião da Memória, homenagens a personalidades que contribuem para a preservação da história cultural da cidade, bem como a inauguração de monumentos, como o violão em homenagem a Ataulfo Alves, instalado na Rua Ataulfo Alves, em frente ao Hospital de Mirai, local de destaque no município. Essas atividades envolveram diferentes públicos — artistas, estudantes, autoridades, familiares de Ataulfo Alves e a população em geral —, promovendo o encontro de gerações e a valorização da diversidade cultural.

Assim, nesse contexto de várias atividades festivas, a letra do hino do centenário

---

<sup>22</sup> A canção *Oh, Minas Gerais* é muito popular, tendo conquistado ouvintes inclusive além das fronteiras do estado, graças ao seu conhecido refrão: "Oh, Minas Gerais, quem te conhece não esquece jamais". Sua melodia tem origem em uma valsa tradicional italiana, *Viene sul mare*, que foi trazida ao Brasil por companhias líricas e teatrais italianas no século XIX e início do século XX. A letra, por sua vez, é uma adaptação do compositor mineiro José Duduca de Moraes, conhecido como De Moraes, e foi gravada em 1942.

articula elementos de tradição, memória, orgulho e afetividade, promovendo a identificação coletiva e a valorização do patrimônio imaterial da cidade. Ao celebrar o passado, exaltar figuras emblemáticas e enaltecer as qualidades de sua gente, a canção cumpre o papel de fortalecer laços comunitários e de construir pontes simbólicas entre as gerações, reafirmando a importância da cultura musical na preservação e transmissão da identidade local.

## 5.2. Letramentos e Multiletramentos a partir do “Hino Miraí 100 Anos”

A leitura do hino do centenário de Miraí revela uma construção textual marcada por recursos poéticos e simbólicos que evocam o pertencimento, a memória e a celebração da história local. A apropriação do texto como literatura se manifesta na escolha de expressões afetivas (“torrão miraiense”, “berço de muitas gerações”), na valorização do passado (“cem anos de aniversário / que já ficaram na história”) e na exaltação de figuras emblemáticas (“No Torrão de Ataulfo Alves, o grande compositor”).

A estrutura das estrofes, o uso de rimas e repetições, bem como o tom elogioso e celebrativo, aproximam o texto de outros gêneros literários tradicionais, como o poema lírico e a ode. Sua interpretação permite identificar camadas de sentido que vão além da simples informação, promovendo a fruição estética, a reflexão sobre a identidade local e o fortalecimento de laços comunitários por meio da linguagem.

Assim, o hino do centenário se destaca como prática de letramento literomusical ao articular letra e música de forma integrada e significativa. A canção, enquanto gênero discursivo, potencializa a expressividade dos versos por meio da melodia, do ritmo e da performance vocal. Sua execução em eventos públicos<sup>23</sup>, como a cerimônia do festival em si e as outras comemorações do centenário, amplia seu alcance simbólico e emocional, promovendo a participação coletiva e a identificação da comunidade com a obra.

A recepção comunitária, evidenciada nos aplausos, nas homenagens e na apropriação espontânea do hino em diferentes contextos, demonstra como a

---

<sup>23</sup> A canção foi apresentada na abertura da exposição de Miraí, no dia 10 de setembro de 2023. O vídeo está disponível no Facebook no link <https://www.facebook.com/watch/?ref=saved&v=689489619305134> e, até a data de 30 de maio de 2025, contava com mil e cem visualizações. O hino também foi apresentado em um evento da Escola Estadual Santo Antônio, no dia 30 de setembro de 2023. O vídeo pode ser acessado em: <https://www.facebook.com/fabiana.carvalho.12382/videos/684764893702442/>.

canção se converte em patrimônio imaterial compartilhado, capaz de mobilizar afetos, memórias e sentidos de pertencimento.

A análise do hino do centenário sob a perspectiva dos multiletramentos evidencia a presença de múltiplas linguagens e mídias em sua produção, circulação e recepção. A letra da música, a melodia composta, a performance ao vivo, os registros audiovisuais e a divulgação em mídias digitais (redes sociais, sites institucionais, vídeos) compõem um ambiente multimodal, no qual diferentes modos semióticos se articulam para construir significados. A multimodalidade se manifesta, por exemplo, na combinação entre palavra cantada, melodia, gestualidade dos intérpretes e imagens das celebrações.

Figura 3: Apresentação do hino do centenário na abertura da Exposição de Mirai.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Além disso, a multiculturalidade se faz presente na valorização de referências históricas e culturais locais, na homenagem a Ataulfo Alves e na abertura para a participação de diferentes gerações e segmentos da comunidade. O hino, assim, torna-se um catalisador de práticas sociais diversas, promovendo a inclusão, a circulação de sentidos e a celebração da identidade miraiense em múltiplos espaços e plataformas.

### 5.3. Letramentos e Multiletramentos a partir do festival

O *Festival de Música Mirai 100 Anos*<sup>24</sup> se destacou como um espaço dinâmico de práticas de letramento e multiletramentos, promovendo a aprendizagem, a

24

A Lei nº 1.880, de 07 de junho de 2023, que institui o Festival de Música “Mirai 100 Anos”, e dá outras providências, está disponível em:

[https://www.mirai.mg.gov.br/site/images/Leis/Ordin%C3%A1rias/2023/Lei\\_n%C2%BA\\_1880\\_-\\_Festival\\_de\\_Musica\\_-\\_Hino\\_Centen%C3%A1rio.pdf](https://www.mirai.mg.gov.br/site/images/Leis/Ordin%C3%A1rias/2023/Lei_n%C2%BA_1880_-_Festival_de_Musica_-_Hino_Centen%C3%A1rio.pdf).

produção e a circulação de sentidos por meio de uma diversidade de textos, performances e interações multimodais. Entre os exemplos de textos, destacam-se os editais e regulamentos oficiais que orientaram a participação dos concorrentes ao concurso do Hino do Centenário, além de matérias jornalísti-<sup>25</sup>

<sup>26</sup>

cas<sup>27</sup>, postagens em redes sociais e releases divulgando o evento e seus resultados. Esses textos, veiculados em diferentes mídias, mobilizaram práticas de leitura e escrita, tanto na preparação dos participantes quanto no engajamento do público, que acompanhou o desenrolar do festival por canais digitais e impressos.

As performances musicais, realizadas ao vivo durante as etapas do festival, constituíram-se em práticas de letramento literomusical, articulando linguagem verbal e musical na apresentação de composições autorais. Essas apresentações, registradas em vídeos e fotografias, evidenciaram a multimodalidade do evento, ao combinar elementos sonoros, visuais e gestuais na construção de sentidos compartilhados entre artistas, jurados e plateia. A cerimônia de premiação, por exemplo, foi marcada por discursos, aplausos, homenagens e símbolos visuais, como troféus e certificados, que reforçaram o valor da participação e da memória coletiva.



Fonte: Acervo pessoal, 2023

<sup>25</sup>

O texto “Músico Jorge Tadeu vence o Festival de Música Mirai 100 Anos” pode ser acessado em: <https://www.guiamirai.com.br/post/m%C3%BAsico-jorge-tadeu-vence-o-festival-de-m%C3%BAsica-mirai-100-anos>.

A divulgação do festival no perfil oficial da Prefeitura de Miraí na rede social Facebook está disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1DHovAyRkg/>.

A letra do hino vencedor do festival foi divulgada pela Academia Miraiense de Letras no seu perfil oficial do Facebook <https://www.facebook.com/share/p/1A189BG3du/> e no Instagram <https://www.instagram.com/p/CwbGu6zvOxV/?igsh=MTdsdHBsbTlzNW03OA==>.

As interações multimodais também são perceptíveis nas redes sociais, onde participantes, organizadores e público compartilharam vídeos, fotos e comentários sobre o evento, ampliando o alcance das celebrações e estimulando a participação ativa da comunidade local e de miraienses residentes em outras cidades. Esses ambientes digitais favorecem práticas de multiletramentos, ao exigir dos usuários competências para interpretar, produzir e interagir em diferentes linguagens e plataformas.

Dessa forma, o festival se mostrou um espaço de aprendizagem também, ao proporcionar experiências de criação musical, leitura crítica de repertórios e reflexão sobre a história e a identidade local. Foi também um ambiente de produção e circulação de sentidos, em que múltiplos atores sociais, incluindo músicos experientes, novos talentos, educadores, estudantes e a comunidade em geral puderam expressar, celebrar e reinventar valores culturais, fortalecendo os laços comunitários e a valorização do patrimônio imaterial de Mirai.

Portanto, o referido festival representa um exemplo marcante de articulação entre tradição e inovação na música local, funcionando como elo entre diferentes gerações e valorizando a diversidade cultural do município. Ao celebrar o centenário de Mirai, o festival se ancora em referências históricas, como a homenagem ao sambista Ataulfo Alves, ao mesmo tempo em que incentiva a criação de novas composições e a participação de jovens artistas, promovendo a renovação do repertório musical e a atualização das práticas culturais.

## 6. Projeto de Ensino: "Hino, História e Identidade: O Patrimônio Cultural de Mirai em Canção"

Apresentamos agora um plano de aula que se integra ao eixo temático "Educação Crítica e Reflexiva: métodos que incentivem a reflexão crítica sobre a história do patrimônio cultural e sua relação com as identidades contemporâneas", abordando o tema "Multiletramentos e patrimônio imaterial: reflexões a partir do hino do centenário e das músicas do Festival Mirai 100 Anos". Destinado a turmas do Ensino Fundamental II (8º ou 9º ano) e do Ensino Médio (1ª, 2ª ou 3ª série), o plano contempla os componentes curriculares de Língua Portuguesa, História, Artes, Geografia e Sociologia, com uma carga horária estimada de quatro aulas de 50 minutos, adaptável conforme as necessidades da turma.

Os objetivos de aprendizagem desta proposta incluem: refletir criticamente sobre a história e o patrimônio cultural de Miráí, articulando-os com as identidades locais e contemporâneas; analisar as letras das músicas do Festival Miráí 100 Anos como documentos culturais e práticas de memória coletiva; desenvolver habilidades de leitura crítica e multiletramentos, com foco na interpretação de textos verbais, visuais e sonoros; valorizar o patrimônio imaterial e sua importância na construção da identidade social; e, por fim, produzir textos e/ou materiais multimodais que expressem a compreensão crítica sobre o tema abordado.

Os conteúdos discutidos nesta proposta incluem o estudo do patrimônio cultural imaterial, com foco em manifestações como a música, a memória e as tradições locais; a história e a identidade de Miráí, considerando seus aspectos sociais, culturais e econômicos; a análise de letras de músicas como prática de letramento crítico, visando à compreensão das canções como documentos culturais; e o desenvolvimento de habilidades em multiletramentos, a partir da leitura e produção de textos verbais, visuais e sonoros, ampliando as possibilidades de expressão e interpretação.

A metodologia proposta para esta atividade de ensino está estruturada em quatro momentos.

Na Aula 1, acontece a apresentação e sensibilização dos alunos, com uma exposição dialogada sobre os conceitos de patrimônio cultural imaterial e multiletramentos. Em seguida, realiza-se a audição do Hino do Centenário de Miráí e de trechos de outras músicas do Festival Miráí 100 Anos. Após a escuta, os alunos participam de uma leitura coletiva das letras, destacando palavras-chave, temas e imagens poéticas. A aula é finalizada com uma roda de conversa orientada por questões como: "O que as músicas contam sobre Miráí?", "Quais memórias e tradições estão representadas?" e "Como a história da cidade é cantada?".

Na Aula 2, o foco está na análise crítica e pesquisa. A turma é dividida em grupos, e cada grupo escolhe uma música para uma análise detalhada, preenchendo uma ficha orientada que inclui tópicos como tema, imagens, figuras de linguagem, personagens, sentimentos expressos e contexto histórico-cultural. Os alunos também realizam uma pesquisa rápida, que pode ser feita em sala ou como tarefa de casa, para investigar locais mencionados (como o Rio Fubá, a igreja matriz e a antiga estação ferroviária), figuras históricas e culturais (como Ataulfo Alves, o trem e o café) e fatos importantes para a história de Miráí (como a emancipação, a ferrovia e os festivais).

A Aula 3 propõe a criação de um Mapa Afetivo de Miraí e de uma Linha do Tempo. Cada grupo elabora o seu mapa com desenhos, colagens, palavras, trechos das músicas e QR Codes das canções, além de construir uma linha do tempo com os fatos históricos e as referências presentes nas músicas. Um debate coletivo finaliza o encontro, com discussões sobre o significado do patrimônio para a cidade e a importância das músicas para manter viva a memória e a identidade de Miraí.

Finalizando a proposta, a Aula 4 é dedicada à produção final e à socialização dos trabalhos. Os grupos escolhem como apresentar suas reflexões: por meio de vídeos curtos, podcasts, textos reflexivos, murais coletivos ou apresentações orais. Os trabalhos são compartilhados com a turma e, se possível, apresentados à comunidade por meio de uma exposição escolar, blog ou redes sociais da escola. Quanto à avaliação, propomos que seja processual e formativa, considerando a participação dos alunos nas discussões e atividades em grupo, a capacidade de análise crítica das músicas e sua relação com o patrimônio cultural, a criatividade e qualidade na produção final, bem como a reflexão sobre a importância do patrimônio cultural e das identidades locais.

Quanto aos recursos necessários para o desenvolvimento dessas atividades, recomendamos o uso de áudios e cópias impressas das letras das músicas do Festival Miraí 100 Anos, fichas de análise, papéis, canetas e materiais para confecção de cartazes. Também serão utilizados computadores, celulares e acesso à internet, além de caixas de som para a reprodução das músicas.

Como ampliações possíveis para o desenvolvimento da proposta, pode-se realizar entrevistas com moradores antigos e artistas da cidade, a fim de coletar memórias, experiências e histórias sobre o patrimônio cultural e musical de Miraí. Outra sugestão é a criação de um acervo digital sobre o Festival Miraí 100 Anos, reunindo materiais como fotos, vídeos, letras de músicas, gravações e relatos, que poderão ser disponibilizados para a comunidade.

## 7. Considerações Finais

A análise do hino do centenário de Miraí, vencedor do Festival de Música Miraí 100 Anos, evidencia a potência das manifestações musicais como instrumentos de construção e celebração da identidade coletiva. O estudo demonstrou que o hino, ao articular letra e música, mobiliza práticas de letramento, letramento literário, letramento literomusical e multiletramentos, promovendo a participação

ativa da comunidade na produção e circulação de sentidos sobre sua própria história.

Os principais achados apontam que o hino funciona como expressão do patrimônio imaterial, ao condensar memórias, afetos e valores que atravessam gerações. Sua apropriação coletiva, tanto em eventos oficiais quanto em registros digitais e cotidianos, reforça o sentimento de pertencimento e orgulho local, ao mesmo tempo em que projeta a cultura miraiense para o futuro. A análise evidenciou ainda como a multimodalidade — presente na integração entre texto, música, performance e mídias digitais — amplia as possibilidades de fruição e ressignificação da canção, tornando-a acessível e significativa para diferentes públicos.

Do ponto de vista da educação patrimonial, o estudo ressalta a importância de valorizar e integrar hinos e canções comemorativas em práticas educativas, reconhecendo seu papel na formação de sujeitos críticos, criativos e conscientes de sua herança cultural. Para a pesquisa em letramentos e multiletramentos, o trabalho reforça a necessidade de considerar as múltiplas linguagens e mídias que compõem o universo das manifestações culturais contemporâneas, ampliando o olhar para além da escrita convencional.

Por fim, destaca-se o potencial de hinos e canções comemorativas no fortalecimento identitário das comunidades. Ao celebrar o passado e projetar o futuro, essas manifestações promovem o diálogo entre gerações, a valorização da diversidade e a coesão social, constituindo-se como ferramentas fundamentais para políticas culturais voltadas à preservação e à dinamização do patrimônio imaterial. O caso do hino do centenário de Miraí ilustra como a música pode ser vivenciada como ponte simbólica entre memória, identidade e transformação social.

## 8. Referências

CARVALHO, Fabiana Castro. **Interdiscurso, cenas de enunciação e ethos discursivo em canções de Ataulfo Alves.** 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES.

CARVALHO, Fábio Castro. **A viola enquanto patrimônio imaterial mineiro: o silenciamento das duplas caipiras no dossiê de patrimonialização.** 159 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG.

COSTA, Nelson Barros da. **As letras e a letra:** o gênero canção na mídia literária. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA M. A. (Orgs.). Gêneros textuais & Ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, pp.107-121.

COSTA, Nelson Barros da. **Canção popular e ensino da língua materna:** o gênero canção nos Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa. In: Linguagem em (Dis)curso, Tubarão. 1(1), 2003, pp.9-36.

GOMES, Fátima Letícia da Silva; FONTINELE, Francisco Pereira da Silva; NASCIMENTO, Juscelino Francisco do. **Os multiletramentos no contexto da BNCC:** reflexões teóricas. Revista Humanidades & Inovação. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9795> Acesso em: 29 mai. 2025.

KLEIMAN, Angela. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola.** In: KLEIMAN, Angela. (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.

PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. **Letramento literário:** para viver a literatura dentro e fora da escola. In: ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania (Orgs.) Escola e Leitura: velha crise; novas alternativas. São Paulo: Global, 2009.

SCHEFFEL, Marcos Vinícius. Multiletramentos e o letramento literário: uma convivência possível? Disponível em: [https://abralic.org.br/anais/arquivos/2015\\_1456105470.pdf](https://abralic.org.br/anais/arquivos/2015_1456105470.pdf) Acesso em: 29 mai. 2025.

SMITH, Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. Caderno Virtual de Turismo, vol. 21, n. 2, p. 140-154, 2021.

SOARES, Magda. **Letramento:** Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita:** letramento na cibercultura. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002.

SOUZA, José Peixoto Coelho de. **Letramento literomusical:** práticas sociais mediadas por canções. Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, Rio de Janeiro, v. 22, n. 36, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/17054>. Acesso em: 30 maio. 2025.

TEIXEIRA, Ana Paula Machado; SOUZA, Mônica de; SILVA, Veronice Camargo da. **Letramento literário, Multiletramentos e letramentos acadêmicos nos anos iniciais da Educação Básica:** um enfoque às práticas docentes reflexivas. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

TOLEDO, Rilza Rodrigues; DAL-SASSO, Sonia Maria. Ataulfo Alves: samba, símbolo da cultura e identidade brasileiras. Revista Científica da FAMINAS. Disponível em: <https://periodicos.faminas.edu.br/index.php/RCFaminas/article/view/208> Acesso em: 29 mai. 2025.

## A EFETIVIDADE DOS INVENTÁRIOS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO: um estudo a partir da listagem oficial de Muriaé-MG.

**RIBEIRO, GIOVANNA (1); MATTOS, MARIANA (2); MARTINS, ANNA ELISA (3)**

1. Centro Universitário Faminas. Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo  
Avenida Doutor Passos, nº 125, ap. 103, Barra – Muriaé, MG, CEP 36884-002.  
giovanna.ribeiro.421@gmail.com

2. Centro Universitário Faminas. Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo  
Rua Sebastiana Silveira Campos, 155 – São Francisco, Muriaé, MG, CEP 36884-162.  
marianaamaralcm@gmail.com

3. Centro Universitário Faminas. Mestre em Arquitetura e Urbanismo  
Avenida Cristiano Ferreira Varella, 655, Bairro Universitário, Muriaé – MG, CEP: 36880-000.  
anna.martins@professor.faminas.edu.br

### **RESUMO**

O patrimônio cultural representa um componente fundamental na construção da identidade social e histórica das comunidades, demandando instrumentos eficazes para sua preservação. Este artigo utiliza como base principal a Listagem Completa do Patrimônio Protegido no Município de Muriaé-MG, que reúne e categoriza os bens culturais locais, para analisar quantitativamente os bens imóveis sob a perspectiva da conservação e do tombamento. A investigação evidencia a predominância de bens inventariados, a existência significativa de bens demolidos e a concentração espacial no centro urbano, fatores que apontam desafios e lacunas na proteção do patrimônio. Fundamentando-se em autores consagrados na área, o estudo discute a relevância do inventário e da política de preservação integrada ao planejamento urbano, destacando a necessidade de ações coordenadas para garantir a sustentabilidade do patrimônio cultural em Muriaé.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural; tombamento; preservação; inventário; Muriaé.

## 1. Introdução

Preservar o patrimônio histórico arquitetônico é uma forma de resgatar manifestações culturais, estéticas e construtivas do passado, mas também surge como uma ferramenta essencial no contexto da sustentabilidade ambiental. Atualmente, o campo da construção civil é responsável por gerar uma grande quantidade de resíduos sólidos provenientes de construção e demolição, além do alto consumo de matéria-prima. Esses resíduos causam uma série de impactos negativos no meio ambiente e sua produção excede demasiadamente a quantidade de resíduos sólidos urbanos (Quaglio; Arana, 2020, p. 458). Nesse cenário, a conservação do patrimônio arquitetônico não apenas reduz o desperdício material como também reativa e requalifica estruturas existentes, promovendo práticas sustentáveis de ocupação urbana.

O patrimônio cultural constitui um conjunto de bens materiais e imateriais que se revelam essenciais para a compreensão da identidade e memória coletiva de uma comunidade. Conforme Choay (2001, p. 15), o patrimônio é "a alegoria da memória e do tempo social", um elo imprescindível entre passado e presente. Sua preservação permite que as comunidades mantenham vínculos profundos com suas origens, reforçando valores compartilhados e fortalecendo o sentimento de pertencimento. Mais do que ruínas ou vestígios do passado, o patrimônio é expressão viva de significados, narrativas e identidades em constante transformação.

As memórias acompanham pessoas ao longo de toda a vida e desempenham um papel essencial na formação do indivíduo e no sentimento de pertencimento coletivo. O ambiente em que cada pessoa está inserida molda sua personalidade e sua maneira de enxergar o mundo, criando, assim, uma forte conexão entre patrimônio, cidade e comunidade. Cada cidade é construída por pessoas que compartilham diferentes experiências, tradições, valores e crenças. Dessa forma, a memória cria uma ponte entre passado e presente, permitindo projetar o futuro, além de ser um elemento fundamental na construção da identidade coletiva. Preservar a memória cultural de uma sociedade significa conservar suas características essenciais para evitar a perda de conhecimentos e identidades.

Assim, o patrimônio está diretamente relacionado ao pertencimento, à história, à identidade e à memória (Hardt et al., 2023). Nesse sentido, o patrimônio edificado assume o papel de mediador simbólico entre o tempo histórico e o tempo vivido, servindo como estrutura material da memória coletiva e como testemunho silencioso de trajetórias socioculturais.

Cabe ao Estado a responsabilidade de evitar o abandono e o descaso com as edificações patrimoniais. Além disso, é função do governo criar leis, estabelecer normas e garantir a proteção desses elementos, desenvolvendo mecanismos permanentes de preservação, fiscalização e educação coletiva (Oliveira; Mussi; Engeroff, 2020). Dentro desse contexto, destacam-se quatro principais instrumentos de proteção do patrimônio cultural brasileiro: o Tombamento, um procedimento jurídico que protege bens materiais por meio de sua inscrição no Livro do Tombo; o Registro, voltado à salvaguarda de bens imateriais; a Vigilância, que envolve a supervisão e o monitoramento dos bens; e o Inventário, que consiste no levantamento sistemático de informações sobre os bens (Martins, 2024). A atuação articulada desses instrumentos revela-se indispensável para uma política de preservação abrangente, que seja capaz de responder às especificidades locais e às novas demandas urbanas.

No âmbito municipal, a correta categorização e registro dos bens culturais, como o realizado pela Listagem Completa do Patrimônio Protegido no Município de Muriaé-MG, fornecem subsídios imprescindíveis para a formulação de políticas públicas efetivas de proteção patrimonial. O presente artigo objetiva analisar a situação do patrimônio imóvel tombado, demolido e inventariado em Muriaé, destacando sua distribuição espacial e quantitativa, a fim de compreender os desafios e oportunidades para a preservação cultural no município. Ao refletir sobre os dados fornecidos pela listagem oficial, pretende-se elucidar não apenas a efetividade dos inventários como ferramenta de proteção, mas também os limites institucionais e urbanos que condicionam sua aplicabilidade.

O estudo ainda se fundamenta nas relações entre patrimônio arquitetônico e planejamento urbano, conforme apontado por Oliveira, Mussi e Engeroff (2020), e nas questões éticas e técnicas que envolvem a conservação histórica, conforme Semes (2009). Busca-se, assim, contribuir para o debate acerca da gestão do patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento urbano sustentável. Trata-se de reconhecer que a cidade não pode ser compreendida apenas como espaço de produção econômica, mas também como lugar de memória, de afeto e de identidade. Nesse horizonte, os inventários patrimoniais emergem como instrumentos que, além de registrar e proteger, devem provocar reflexão crítica sobre os modos de habitar, preservar e projetar a cidade contemporânea.

## 2. Fundamentação Teórica

O estudo e a valorização do patrimônio cultural arquitetônico demandam uma abordagem multidisciplinar, que articule conhecimentos históricos, urbanísticos, sociais e legais. Para compreender a importância dos instrumentos de proteção, como o inventário, é necessário refletir sobre o conceito de patrimônio e sua relação com a memória, a identidade e o pertencimento.

Segundo Hardt et al. (2023), o patrimônio cultural constitui-se como um elo essencial entre o indivíduo e a coletividade, consolidando uma base simbólica que sustenta os vínculos afetivos com o território. A cidade, como espaço de expressão dessas memórias, não é apenas um aglomerado de edificações, mas sim um tecido vivo onde se entrelaçam tempos, histórias e experiências. Os elementos que compõem o patrimônio urbano – sejam eles edifícios, ruas, praças ou conjuntos paisagísticos – representam fragmentos da história que, reunidos, configuram a identidade cultural de um povo.

Essa identidade não se expressa apenas nos monumentos grandiosos, mas também nas construções do cotidiano, nas fachadas que guardam o tempo, nos detalhes arquitetônicos que testemunham modos de vida. Conforme Choay (2001), o conceito de patrimônio passou por transformações significativas ao longo da história. Se antes era reservado a bens excepcionais, hoje se reconhece a relevância dos objetos ordinários, que constituem o substrato da memória coletiva. Essa transição de uma visão monumentalista para uma abordagem ampliada representa um avanço não apenas teórico, mas também ético e político no campo da preservação.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, reflete esse novo entendimento ao reconhecer como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial que constituem a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. Tal concepção desloca o foco da valorização estética isolada para um reconhecimento mais abrangente, que abarca também o valor simbólico, afetivo e representativo dos bens culturais, legitimando as práticas e os saberes das comunidades locais. A preservação do patrimônio, portanto, não pode mais ser entendida como uma prática técnica descolada da realidade social; ela exige sensibilidade, escuta e mediação.

Nesse contexto, os instrumentos de preservação assumem papel central. Entre eles, destaca-se o inventário do patrimônio cultural, que consiste no levantamento sistemático de bens imóveis com potencial valor histórico, arquitetônico ou simbólico. Ainda que não tenha caráter vinculante como o tombamento, o inventário representa uma etapa essencial no processo de reco-

nhecimento e salvaguarda dos bens culturais. É, em essência, um exercício de visibilidade — ele retira da invisibilidade os bens ameaçados pelo esquecimento ou pelo progresso acrítico, conferindo-lhes status de relevância social.

Martins (2024) afirma que o inventário deve ser compreendido como um instrumento técnico e político, que subsidia ações de planejamento urbano e formulação de políticas públicas voltadas à proteção do patrimônio. Além de registrar e documentar os bens existentes, ele serve como base para decisões futuras, funcionando como um mapa sensível das memórias construídas no espaço urbano. Quando bem elaborado, o inventário orienta intervenções, evita perdas irreversíveis e reforça o papel da cidade como depositária da história coletiva.

Contudo, para que esse instrumento cumpra seu papel de forma eficaz, é preciso compreender sua natureza dinâmica. Oliveira, Mussi e Engerroff (2020) defendem que o inventário não deve ser visto como uma listagem estática de bens, mas como um processo em constante atualização, aberto ao diálogo com os habitantes da cidade. Essa perspectiva crítica permite incluir novas formas de expressão cultural, novos modos de habitar e novas demandas sociais, garantindo que o patrimônio reflita não apenas o passado, mas também as transformações do presente.

Outro aspecto de destaque diz respeito ao conceito de autenticidade e à noção de integridade, abordados por Semes (2009). A preservação do patrimônio não se limita à sua conservação física, mas exige atenção aos contextos históricos e culturais que lhe conferem significado. As intervenções sobre o tecido edificado devem respeitar suas características formais, materiais e simbólicas, evitando práticas restaurativas que desvirtuem o bem de sua memória original. A integridade de um bem está diretamente relacionada à sua permanência como testemunho legítimo de um tempo, e qualquer ação preservacionista deve, antes de tudo, ser orientada por esse princípio.

É também imprescindível considerar que o patrimônio cultural não se restringe às manifestações tangíveis, mas inclui uma dimensão intangível igualmente vital para a identidade e continuidade das comunidades. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003) destaca que práticas, expressões, conhecimentos e saberes transmitidos de geração a geração constituem patrimônios vivos que complementam e enriquecem o patrimônio físico. Em muitos contextos, sobretudo nos países latino-americanos, o patrimônio intangível representa a base cultural que sustenta os modos de vida

tradicionais, festividades, rituais e ofícios, cujas ameaças são tão sérias quanto as que incidem sobre edificações.

Ademais, o debate contemporâneo em preservação cultural tem se pautado por uma perspectiva decolonial, que questiona as narrativas hegemônicas e eurocêntricas que dominaram o campo por décadas. Essa abordagem propõe valorizar os saberes locais, as histórias marginalizadas e as múltiplas identidades que formam o tecido social. O patrimônio decolonial não apenas redefine o que é digno de proteção, mas também questiona os processos de exclusão e invisibilização histórica. Como destaca Hardt et al. (2023), reconhecer o patrimônio sob essa ótica implica reconhecer também as desigualdades históricas e as tensões entre memória oficial e memória popular.

Nesse sentido, a gestão do patrimônio deve transcender a mera conservação material para incluir o diálogo intercultural e a participação ativa das comunidades, que detêm o conhecimento e a experiência necessários para garantir a vivência e a transmissão das culturas. Essa abordagem contribui para a democratização do patrimônio e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento.

Um marco importante na história da preservação urbana é a Carta de Atenas, elaborada na Conferência Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em 1933, cujo texto definitivo foi difundido por Le Corbusier. Segundo Cabral (2015), a Carta representa uma das primeiras tentativas de sistematizar princípios para o planejamento urbano moderno, enfatizando a cidade como organismo vivo, sujeito a constantes transformações que devem respeitar seu patrimônio histórico e cultural. Apesar de sua ênfase inicial na funcionalidade e na zonificação, a Carta de Atenas já sinalizava a importância de integrar a preservação arquitetônica ao desenvolvimento urbano, antecipando discussões atuais sobre sustentabilidade e identidade territorial.

Cabral (2015) destaca que a Carta de Atenas incentivava a articulação entre modernização urbana e respeito pelo passado, propondo diretrizes para que o crescimento das cidades não implicasse na destruição irreversível dos bens históricos. Embora controversa em alguns aspectos, dada sua associação com o movimento modernista e suas críticas à cidade tradicional, a Carta serviu como base para posteriores documentos e convenções que reforçaram a necessidade de políticas de preservação integradas ao planejamento territorial.

Em síntese, a fundamentação teórica deste estudo apoia-se em uma compreen-

são ampliada e crítica do patrimônio cultural, que inclui as dimensões tangível e intangível, reconhece a importância dos processos sociais na construção da memória e da identidade, e valoriza instrumentos como o inventário como ferramentas essenciais para a preservação democrática e eficaz. Essa abordagem multidimensional é indispensável para compreender os desafios e as possibilidades que cercam a proteção do patrimônio arquitetônico no contexto contemporâneo, em especial no município de Muriaé, objeto deste estudo.

### 3. Metodologia

O presente estudo utilizou como principal fonte documental a Listagem Completa do Patrimônio Protegido no Município de Muriaé-MG, documento oficial obtido junto ao Paço Municipal que cataloga os bens culturais do município em suas respectivas categorias: BMI – Bens Móveis e Bens Integrados; CP – Conjuntos Urbanos ou Paisagísticos; BI/EAU – Bens Imóveis / Estrutura Arquitetônica e Urbanística; e PI – Patrimônio Imaterial.

A análise concentrou-se especificamente na categoria BI/EAU, devido à relevância destes bens para o entendimento da formação e transformação do espaço urbano de Muriaé, além de sua maior vulnerabilidade frente a processos de descaracterização e demolição. O recorte temporal do documento não foi delimitado por data, abrangendo o inventário acumulado até a data de consulta. A abordagem metodológica adotou o levantamento quantitativo descritivo, por meio da extração e categorização dos dados da listagem oficial. Foram contabilizados os bens tombados, demolidos e inventariados, considerando sua localização geográfica — separada entre município (áreas urbanas centrais e bairros) e distritos rurais — e sua distribuição por natureza do bem.

Posteriormente, procedeu-se à análise estatística simples para cálculo dos percentuais referentes a cada categoria e localização, possibilitando a interpretação dos dados em termos de preservação e perda patrimonial no município. Complementarmente, a pesquisa adotou uma perspectiva qualitativa crítica, articulando os dados num contexto sociocultural e urbanístico, buscando compreender as causas e consequências dos processos observados, com o fito de permitir, assim, um panorama rigoroso e fundamentado da situação atual do patrimônio imóvel de Muriaé, contribuindo para reflexão acadêmica e formulação de políticas públicas.

## 4. Resultados

A análise quantitativa dos dados da Listagem Completa do Patrimônio Protegido de Muriaé revelou um total de 155 bens classificados na categoria BI/EAU – Bens Imóveis / Estrutura Arquitetônica e Urbanística, distribuídos em três subcategorias principais: tombados, demolidos e inventariados.

### 4.1. Distribuição por Natureza

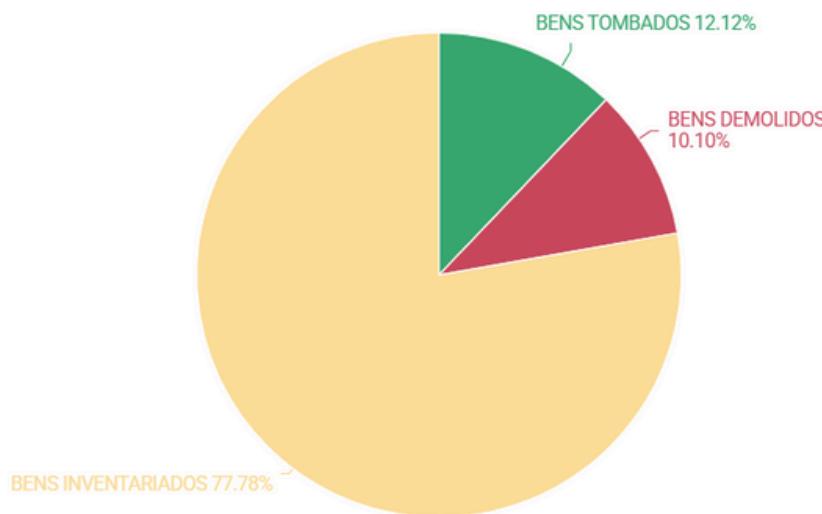


Gráfico 1 – Distribuição percentual dos bens tombados, demolidos e inventariados em Muriaé.  
Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da Listagem Completa do Patrimônio Protegido de Muriaé (2025).

O percentual expressivo de bens inventariados, porém não tombados, evidencia uma grande parcela do patrimônio cultural em situação vulnerável, sem proteção legal efetiva. Paralelamente, a existência de bens demolidos (10,32%) revela a ocorrência de perdas patrimoniais significativas, indicando desafios na preservação.

### 4.2. Distribuição Geográfica

Considerando a localização, a concentração dos bens está distribuída da seguinte forma:

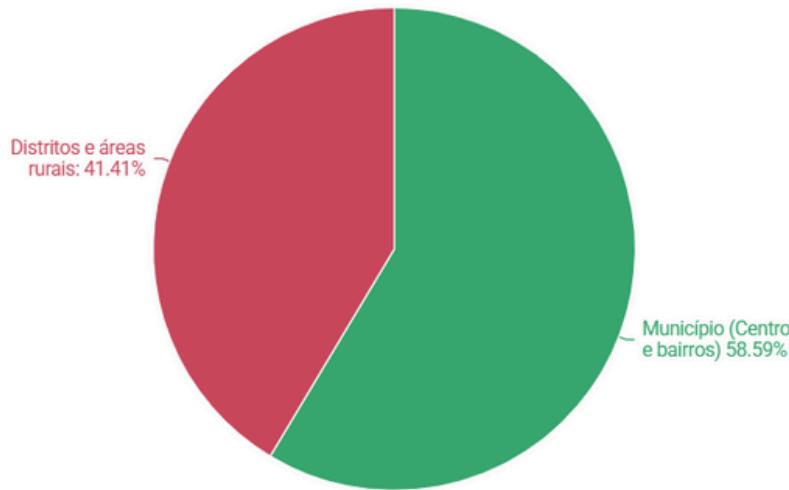


Gráfico 2 – Distribuição geográfica dos bens protegidos em Muriaé, entre município (Centro e bairros) e distritos (áreas rurais). Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Listagem Completa do Patrimônio Protegido de Muriaé (2025).

Essa distribuição revela que a maior parte do patrimônio imóvel se encontra na área urbana consolidada do município, sobretudo no Centro e bairros históricos, o que demanda estratégias de conservação específicas para ambientes urbanos em processo de transformação acelerada.

#### **4.3. Detalhamento por Capítulos e Seções**

**Capítulo I – Bens Tombados (Total: 19):** No município, destacam-se bens tombados localizados principalmente no Centro, como o Antigo Fórum da Comarca, Casa Portuguesa, Escola Estadual Doutor Silveira Brum, Residências na Praça Coronel Pacheco, e o Grande Hotel Muriahé. Em bairros, aparecem a Escola Estadual Desembargador Canêdo e a Guarita de Táxi no Bairro Barra. No distrito do Porto, destaca-se a Ermida Santa Terezinha. Essa concentração urbana dos bens tombados aponta para o reconhecimento oficial de edificações com valor histórico e arquitetônico, porém ainda em número limitado.

**Capítulo II – Bens Demolidos (Total: 160):** Os bens demolidos ocorrem principalmente no Centro, incluindo residências históricas e estabelecimentos significativos como a Casa Modernista da Família Porcaro. Também há registros de demolições em distritos como Itamuri e Belisário, apontando para o desaparecimento de referências importantes da memória local. Esse dado demonstra fragilidades na política de proteção e fiscalização, além de pressões urbanísticas que resultam na perda irreparável do patrimônio.

**Capítulo III – Bens Inventariados (Total: 120):** Os bens inventariados, que representam mais de três quartos do total, abrangem uma grande diversidade de edificações e estruturas em todo o município e distritos. São destacadas igrejas, escolas, residências históricas, fazendas e edificações comerciais que, apesar de reconhecidas, ainda carecem de tombamento oficial, estando em situação mais vulnerável.

## 5. Discussão

Os resultados evidenciam um quadro dual do patrimônio cultural imóvel em Muriaé: por um lado, há um conjunto relevante de bens tombados, que gozam de proteção jurídica e reconhecimento; por outro, há uma maioria expressiva de bens inventariados, cuja proteção é precária, além de um número significativo de demolições recentes.

A predominância dos bens inventariados (77,42%) reflete o estágio intermediário do processo de salvaguarda patrimonial, no qual muitos bens aguardam regulamentação e tombamento formal. Conforme Motta e Rezende (2023), o inventário é etapa crucial para reconhecimento e posterior proteção, mas sua efetividade depende da conversão em ações concretas de preservação.

A alta incidência de demolições (10,32%) é indicativa de desafios institucionais e sociais. Pressões econômicas e urbanísticas, muitas vezes desarticuladas de políticas culturais robustas, propiciam a descaracterização do tecido urbano histórico. Segundo Oliveira, Mussi e Engeroff (2020), cidades médias brasileiras enfrentam dilemas entre expansão urbana e preservação patrimonial, exigindo políticas integradas e fiscalização rigorosa.

Além disso, a concentração dos bens tombados e demolidos no Centro Urbano reforça o papel desse espaço como núcleo histórico-cultural de Muriaé, porém também local de maior pressão imobiliária. A vulnerabilidade dos bens situados nos distritos, com menor concentração de tombamentos, aponta para uma possível negligência na proteção do patrimônio rural e periférico, um fenômeno já discutido por Semes (2009), que destaca a importância de políticas diferenciadas conforme a tipologia e localização dos bens.

A discussão sociocultural mostra que o patrimônio não é apenas um conjunto de edificações, mas um elemento vital para a identidade local, a memória coletiva e a qualidade de vida urbana. A perda de bens, portanto, representa um empobre-

mento simbólico e material da comunidade, que deve ser combatido por meio de políticas públicas participativas, educação patrimonial e fortalecimento dos órgãos de proteção.

Em síntese, o estudo demonstra a necessidade urgente de avançar na proteção legal dos bens inventariados, intensificar a fiscalização contra demolições irregulares e promover uma gestão integrada do patrimônio, alinhada com o desenvolvimento urbano sustentável e a valorização cultural de Muriaé.

## 6. Considerações Finais

A presente análise da Listagem Completa do Patrimônio Protegido no Município de Muriaé-MG permite delinear um panorama multifacetado acerca do estado atual da preservação do patrimônio cultural imóvel local, que se caracteriza por uma confluência entre avanços institucionais e significativas lacunas operacionais. Tal conjuntura revela uma tensão inerente ao campo da conservação patrimonial, uma vez que, apesar do reconhecimento formal e do esforço documental representado pelos inventários, permanece um déficit substancial no que tange à efetividade das medidas protetivas e à salvaguarda concreta dos bens culturais. A predominância dos inventários em detrimento dos tombamentos formais evidencia que uma parcela considerável do acervo cultural encontra-se em condição precária, sujeita a riscos constantes de descaracterização, degradação e, em casos extremos, à perda definitiva.

Essa fragilidade estrutural do sistema protetivo é agravada pelo elevado índice de demolições recentes, um indicador sintomático do desequilíbrio entre desenvolvimento urbano e preservação cultural. As demolições não configuram meros episódios isolados de transformação física, mas representam, sobretudo, rupturas simbólicas e históricas, capazes de comprometer a continuidade da identidade coletiva e o sentido de pertencimento da população local. A tensão entre o crescimento acelerado da malha urbana e a conservação do patrimônio impõe, assim, a necessidade de um reposicionamento estratégico das políticas públicas, que devem transcender o registro documental e englobar a implementação de mecanismos de fiscalização rigorosos, incentivos econômicos e sociais à conservação, além da incorporação efetiva da participação comunitária nos processos decisórios.

O engajamento da sociedade civil emerge como elemento indispensável para a consolidação de uma política cultural eficaz e democrática. A conscientização e

mobilização dos moradores, artistas, pesquisadores e demais agentes sociais são fundamentais para construir um ethos coletivo de valorização e respeito ao patrimônio. A proteção cultural, nesse sentido, deve ser compreendida não apenas como uma prerrogativa institucional, mas como um projeto comunitário de resistência e afirmação identitária, capaz de articular atores diversos em torno da defesa do legado histórico e cultural.

Importa destacar, ademais, que o escopo da preservação não pode se restringir às áreas centrais ou tradicionalmente valorizadas, mas deve abranger, de modo especial, o patrimônio rural e periférico, cuja importância é frequentemente subestimada nos planos oficiais. Esses espaços carregam significados culturais profundos e detêm registros materiais que são fundamentais para a compreensão holística da história e da cultura local. A invisibilidade e a negligência do patrimônio nessas regiões configuram uma lacuna crítica, que compromete a integralidade e a diversidade do acervo cultural municipal. Portanto, é imprescindível que se promovam políticas específicas que considerem as particularidades ambientais, sociais e econômicas dessas áreas, promovendo uma abordagem inclusiva e abrangente da preservação cultural.

Sob uma ótica mais ampla, a proteção do patrimônio cultural em Muriaé deve ser integrada a um projeto maior de desenvolvimento urbano sustentável, no qual a memória, a história e a identidade cultural estejam articuladas às demandas contemporâneas de modernização e expansão da cidade. A dialética entre preservação e inovação deve ser tratada com sensibilidade e rigor, de modo que o crescimento urbano não se configure como uma força destrutiva, mas como um processo capaz de dialogar com as raízes históricas e culturais do lugar. A valorização do patrimônio cultural, nesse sentido, constitui um elemento essencial para a promoção da qualidade de vida urbana, do fortalecimento da coesão social e da construção de uma narrativa local que confere singularidade e profundidade à experiência urbana.

Os instrumentos técnicos e legais — notadamente os inventários e os tombamentos — assumem papel central e estratégico nesse cenário. Contudo, a eficácia desses mecanismos depende de sua contínua atualização e aprimoramento, bem como da aplicação rigorosa das normas que os regulamentam. Os inventários devem transcender a função meramente indicativa e se constituir em ferramentas de gestão patrimonial que orientem ações concretas de proteção e restauração. Do mesmo modo, o tombamento, enquanto medida jurídica máxima de salvaguarda, requer ampliação em sua abrangência e fortalecimento em sua execução, de modo a garantir que não seja um ato formal desprovido de consequências efetivas.

A complexidade do patrimônio cultural, que compreende tanto a cultura material quanto imaterial, impõe um tratamento holístico e multidimensional. Os bens tangíveis — edificações, sítios e espaços urbanos — são portadores e catalisadores de memórias, saberes, práticas e tradições que transcendem a materialidade física. A proteção efetiva do patrimônio em Muriaé demanda, portanto, uma abordagem integrada que valorize e resguarde simultaneamente os aspectos tangíveis e intangíveis, promovendo o diálogo entre memória, história e cultura viva.

A articulação entre instituições públicas, privadas, acadêmicas e sociedade civil é fundamental para a consolidação de políticas culturais consistentes e sustentáveis. A cooperação entre esses atores deve ser marcada pela transparência, responsabilidade compartilhada e pela construção de um projeto coletivo que alie conhecimento técnico, engajamento social e visão estratégica de longo prazo. Tal articulação implica investimentos em capacitação, pesquisa, fomento econômico e cultural, bem como na criação de mecanismos que incentivem a participação popular e a corresponsabilização na proteção do patrimônio.

Em paralelo, é imprescindível superar a dicotomia tradicional entre desenvolvimento urbano e preservação cultural, concebendo-os como dimensões complementares e indissociáveis da construção da cidade. O patrimônio cultural não pode ser tratado como um obstáculo ao progresso, mas como um ativo estratégico que contribui para a identidade, diversidade e qualidade de vida urbana. A valorização e salvaguarda dos bens culturais devem ser incorporadas nas políticas urbanísticas, econômicas e sociais, constituindo um elemento central para a sustentabilidade e resiliência do município.

No plano simbólico, a preservação do patrimônio cultural representa um compromisso ético e político com a memória coletiva e a identidade local. É um ato de resistência contra o esquecimento e a homogeneização cultural, que reconhece a importância dos testemunhos históricos para a construção de uma comunidade mais plural, democrática e consciente de suas raízes. Esse compromisso exige um esforço contínuo e articulado, que ultrapasse as fronteiras do discurso formal e se traduza em ações concretas, efetivas e duradouras.

Em suma, este estudo evidencia que a preservação do patrimônio cultural em Muriaé encontra-se em um momento crucial, no qual a consolidação de uma agenda robusta, articulada e inclusiva é imperativa. Tal agenda deve contemplar a ampliação dos tombamentos, o fortalecimento dos mecanismos de fiscaliza-

ção, a valorização do patrimônio rural e periférico, a participação ativa da sociedade civil e a integração das políticas culturais às estratégias de desenvolvimento urbano sustentável. Somente por meio dessa convergência será possível assegurar a proteção efetiva da memória material e imaterial da cidade, garantindo que o patrimônio cultural continue a ser um patrimônio vivo, fonte de identidade, conhecimento e qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

A historicidade e a identidade cultural de Muriaé são elementos constitutivos da sua singularidade enquanto espaço urbano e social. Preservar essa historicidade, portanto, é preservar a própria essência da cidade, seus valores e seus sentidos. Cabe aos gestores públicos, pesquisadores, agentes culturais e à sociedade como um todo assumir essa responsabilidade, reconhecendo o patrimônio como um recurso valioso e um legado inalienável que transcende gerações e que, quando adequadamente protegido e valorizado, pode contribuir decisivamente para a construção de uma cidade mais humana, justa e sustentável.

## 7. Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em:  
19 maio. 2025.

CABRAL, Renata Campello. **A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931**. As contribuições da delegação italiana. Vitruvius. 2015.

Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5531>.

Acesso em: 25 maio. 2025.

FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES DE MURIAÉ (FUNDARTE). Setor 1 – Distrito Original. Disponível em: <https://www.fundartemuriae.com.br/1--setor-1---distrito-original>. Acesso em: 19 maio 2025.

HARDT, Jeferson Grosse; OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; SCHMITZ, João Vicente Machado; ZAMIN, Luísa Pereira. **Patrimônio Arquitetônico, memória, identidade e pertencimento: a arquitetura enxaimel de Panambi/RS**. São Paulo: Editora Blucher, 2023.

IEPHA. Disponível em: <https://www.iepha.mg.gov.br/>. Acesso em: 19 maio, 2025.

KALB, Christiane Heloisa; FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tombamento**,

**inventário e registro:** nuances e efeitos jurídicos aos sistemas de proteção do patrimônio cultural brasileiro. Revista Vianna Sapiens, [S. I.], v. 8, n. 1, p. 31, 2017. Disponível em: <https://viannasapiens.com.br/revista/article/view/221>. Acesso em: 11 nov. 2024.

LE CORBUSIER. **Carta de Atenas.** Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: Hucitec/Edusp, s.d.

MARTINS, Anna Elisa. **Estudo e Preservação de Bens Culturais.** 2024. Notas de Aula.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. **Inventário.** Portal IPHAN. Dicionário do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/64/inventario>. Acesso em: 23 maio. 2025.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; MUSSI, Andréa Quadrado; ENGEROFF, Franciele Zientarski. **A preservação do patrimônio arquitetônico e suas relações com o planejamento e desenvolvimento urbano.** Revista Missionária, Santo Ângelo, v. 22, n. 1, p. 23-34, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v22i1.204>. Acesso em: 19 maio. 2025.

Prefeitura Municipal de Muriaé. **Listagem Completa do Patrimônio Protegido de Muriaé.** Muriaé, 2025. Relatório interno. Obtido diretamente no Paço Municipal. SEMES, Steven W. The future of the past: a conservation ethic for architecture, urbanism, and historic preservation. 1ª ed. New York: W.W. Norton & Company, 2009.

STHEPHAN, Ítalo. **Patrimônio em risco.** 1ª ed. Curitiba: Appris, 2021.

## O MARCO DO CENTENÁRIO DE JUIZ DE FORA: o mosaico como tema de Educação Patrimonial pela Imagem

COELHO, MARCELO AMARAL.

UFRRJ. Departamento de Artes.  
E-mail: [m.a.coelho38@ufrj.br](mailto:m.a.coelho38@ufrj.br)

### RESUMO

O presente trabalho pretendeu investigar o potencial pedagógico do Marco Comemorativo do Centenário de Juiz de Fora como conteúdo de Educação Patrimonial pela Imagem. Tendo como questão investigativa: o que é possível aprender com a obra de arte como patrimônio cultural? Dessa maneira, propondo uma reflexão sobre o Patrimônio Cultural a partir da Arte. A partir disso, foi feita uma pesquisa sobre o estado da questão e, em seguida, uma pesquisa bibliográfica em livros e na internet. Os resultados apontaram a importância do monumento para a história da cidade, sua integração à paisagem cultural e o mosaico como obra de arte patrimonial. Espera-se que esse trabalho contribua para a importância de explorar o mosaico como modo de fazer a ser continuado como técnica artística resultando em criações artísticas e intervenções na paisagem cultural.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial pela Imagem; Marco do Centenário de Juiz de Fora; Mosaico

## Introdução

O primeiro contato com o Marco Comemorativo do Centenário de Juiz de Fora (1951) se deu quando da preparação de uma aula para um minicurso sobre mosaicos, com o grupo de bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Localizado na praça da República, no bairro Poço Rico, em Juiz de Fora (MG), o monumento idealizado pelo arquiteto Arthur Arcuri<sup>28</sup> traz como parte integrante um mural em mosaico que é obra do modernista Emiliano Di Cavalcanti para comemorar o primeiro centenário da cidade. O monumento tem tombamento municipal desde 1996 e nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2001, dado seu valor histórico, artístico, arquitetônico e cultural.

Para fins de escrita desse texto, o foco principal recaiu sobre o mural em mosaico de Di Cavalcanti. Tem-se por objetivo analisá-lo como criação artística pertencente ao conjunto de bens que formam o patrimônio cultural nacional e sua potencialidade pedagógica para o ensino de arte a partir da técnica do mosaico. Dessa maneira, buscando entender sua história, refletir sobre suas relações internas e externas e ainda apresentando-o como tema para a (re)criação de obras artísticas. Caracterizando o que se entende por Educação Patrimonial pela Imagem. Assim, respondendo à pergunta: o que é possível aprender com a obra de arte como patrimônio cultural?

## Metodologia

O trabalho teve início com uma pesquisa sobre o estado da questão. No Google foi digitado o nome do monumento e vários foram os resultados – mais de uma dezena. Em sua totalidade se tratavam de textos jornalísticos em que foi possível perceber que a maioria falava do mau estado de conservação do Marco... Por sua vez, no Google Acadêmico se obteve um número semelhante de textos. Dentro os quais, um chamou a atenção: a Ata da 25ª Reunião do Conselho Con-

---

<sup>28</sup> Arcuri trabalhou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) por mais de 30 anos, atuando na região de Tiradentes e São João del Rei, em Minas Gerais. Conforme destacado pelo conselheiro Angelo Oswaldo, Arcuri “[...] era] um homem que sempre se empenhou na valorização do patrimônio cultural de Minas e do Brasil” (IPHAN, 2000, p. 07 e 08).

sultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN, 2000). A ata trazia a apresentação do Marco..., pela conselheira Ângela Gutierrez, e o deferimento por seu tombamento nacional baseado no valor artístico, monumental e excepcional. O referido documento traz ainda um texto anexo escrito por Arcuri, após a inauguração do monumento, para o Diário Mercantil, de Juiz de Fora. A ata funcionou como um texto-esqueleto para dar corpo à pesquisa.

Em seguida, uma pesquisa bibliográfica permitiu levantar<sup>28</sup> aqueles autores fundamentais ao desenvolvimento do presente artigo. Gustavo Werneck (2011) e Victória Aparecida Morais e Victor Hugo Godoy do Nascimento (2024) escreveram seus textos focados no Marco... Os últimos pela perspectiva da importância dos espaços públicos e Werneck (2011) pelo viés da denúncia. Para amparar a relação do ser humano com o meio em que vive se recorreu à Portaria nº 127, de 2009, que entende essa relação como 'Paisagem Cultural'. O Decreto nº 5812 (JF Legis, 1996) antecipou o tombamento que anos depois seria foco do IPHAN (2000) a partir da Ata da 25ª Reunião... Outro texto importante foi aquele escrito por Coelho e Macedo (2022) estabelecendo direcionamentos sobre o que seria a Educação Patrimonial pela Imagem.

## O Marco Comemorativo do Centenário de Juiz de Fora

Juiz de Fora é uma cidade localizada na Zona da Mata mineira que dista em torno de 985 km de Brasília (DF); 261 km de Belo Horizonte (MG); 476 km de São Paulo (SP); 183 km do Rio de Janeiro (RJ); e 469 km de Vitória (ES) (Adistanciaentre, s.d.). Inicialmente, a região era habitada pelos indígenas Coroados e Puris. A origem do povoamento transita pela rota do Caminho Novo aberto pela Coroa Portuguesa para facilitar e controlar o escoamento do ouro das Minas Gerais com o nome de Santo Antônio do Paraibuna. Em 1850, o povoado é reconhecido como cidade e se emancipa de Barbacena. O nome 'Juiz de Fora' veio por volta de 1865. Conta que o Juiz de Fora era um magistrado designado pela Coroa para intermediar questões jurídicas onde não um 'Juiz de Direito'. O café foi, por tempos, a riqueza juizforana. A estrada União-Indústria foi construída para escoar essa produção. Por conta dessa riqueza, Juiz de Fora traz em sua história a mancha da mão de obra escrava. Consta que, por essa época, existiam mais pessoas escravizadas do que livres. Com a queda da produção cafeeira e do fim da escravidão se recorreu à força de trabalho dos imigrantes. Os alemães chegaram em bom número. Os anos 1960 solidificam a urbanização da cidade. É criada a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Em seguida, a cidade viveu o ciclo da indústria têxtil:

<sup>28</sup>produção cafeeira e do fim da escravidão se recorreu à força de trabalho dos imigrantes. Os alemães chegaram em bom número. Os anos 1960 solidificam a urbanização da cidade. É criada a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Nos últimos anos, observamos uma preocupação maior com o patrimônio histórico da cidade. Vários prédios importantes foram tombados graças ao envolvimento afetivo da população em defesa do seu passado. Esse cuidado com a nossa memória não está restrito às obras arquitetônicas. Está também presente na preservação de outros vestígios do passado, como os documentos escritos, as fotografias, objetos... (Pjf, s.d.).

É esse modo de ser e viver que o Marco... tenta representar em sua arquitetura e mosaico. A Praça da República, onde está localizado o monumento, foi desenhada em estilo eclético clássico por Dulce Palmer – primeira engenheira civil e eletrotécnica formada pela Escola de Engenharia de Juiz de Fora, em 1938 (Morais, Nascimento, 2024). O desenho original da praça teve sua composição alterada por ocasião do centenário da cidade para receber o monumento. Idealizado pelo arquiteto Arthur Arcuri, em 1951, é tido como [...] o primeiro monumento abstrato em praça pública no Brasil" (Morais, Nascimento, 2024, p.25). O monumento, todo revestido em mosaico, ganha forma a partir de uma parede em linha curva ascendente – uma sugestão do arquiteto Lúcio Costa – que tem início nas águas do lago de formato amebóide que o circunda sendo este, por sua vez, emoldurado por um jardim.

Como uma pirâmide, avião ou ponte pênsil, a forma própria e vital dessa parede constitui em si um elemento plástico de valor estético e emocional e atende, assim, a sua função: perpetuar a memória dum acontecimento significativo para a nossa cidade – o seu primeiro centenário (Arcuri in IPHAN, 2000, p. 07).

Um mural em mosaico criado pelo artista plástico Di Cavalcanti, é parte integrante do monumento (Fig. 01). Na composição da obra é possível ver três figuras humanas puxando uma voluta que remete à vocação industrial da 'Manchester mineira' - como também é conhecida Juiz de Fora. As duas primeiras figuras humanas, em silhuetas, valorizam a linha de contorno. Aquela última exalta a forma. A direção visual do braço da figura humana em primeiro plano, ao continuar na voluta, cria uma certa unidade que representa aquele ideal político de integração do ser humano com o trabalho e o consequente ideal de progresso pretendido no conteúdo da obra. As formas coloridas em volta das figuras confirmam a essência construtivista da estética modernista à época.

O Marco do Centenário apresenta uma expressão plástica reveladora do espírito de vanguarda de seu tempo, ao adotar a linguagem construtivista moderna, traduzida por seu aspecto racionalista, pela simplicidade no tratamento construtivo, o uso de materiais industriais e a preocupação cromática. Estas ca-

racterísticas são reforçadas pelo tratamento não convencional do tema, por meio de uma solução formal inusitada, contestadora das estruturas tradicionais existentes" (Gutierrez *in* IPHAN, 2000, p. 04-05).

Fig. 01 - O monumento/mosaico antes da degradação



Fonte: IPHAN (s.d.) - Foto: Aelson F. Amaral

O carioca Emílio Augusto Cavalcanti de Albuquerque Melo – ou Di Cavalcanti – é um grande nome da arte brasileira. É conhecido como o pintor das mulatas. Participou ativamente da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, quando contribuiu de forma conjunta com outros artistas para a proposição de novos caminhos à arte brasileira. Criou o catálogo e o cartaz do evento. No ano seguinte foi a Paris e conheceu Pablo Picasso e outros nomes da arte moderna. Em 1932, junto de outros artistas, fundou em São Paulo o Clube dos Artistas Modernos. Transitou entre o desenho (Ilustração, caricatura, etc), a pintura (Cubismo) e outros. A partir da década de 1950 se consolida como grande muralista criando obras importantes como: o mosaico da antiga sede do jornal O Estado de São Paulo (1954); o mosaico de vidro no Edifício Triângulo (1955); e muito mais (Itaú Cultural, 2024). A indicação de Di Cavalcanti partiu de Oscar Niemeyer que, inclusive, esteve presente na Câmara Municipal quando da sessão para aprovação do projeto de construção do *Marco...*

## **O *Marco...* na paisagem cultural de Juiz de Fora**

O contexto histórico do estabelecimento da cidade, a localização do monumento

/mosaico em uma praça pública e a motivação para a valorização desse espaço através da arte permitem pensar a obra dentro do conceito de paisagem cultural. A Portaria nº 127 (IPHAN, 2009) organiza o conceito de Paisagem Cultural Brasileira da seguinte maneira: “[...] uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. Trata-se de uma forma de pensar e valorizar as intervenções humanas na paisagem. O que demanda uma intencionalidade ética – que nem sempre é levada em consideração – e o interesse coletivo. Não à toa, o Marco... é visto com “destaque na paisagem local” (Morais; Nascimento, s.d., p. 25) causando “impacto no viver provinciano” (Gutierrez in IPHAN, 2000, p. 04). Considerando o conceito de Paisagem Cultural, é possível entender que há uma “intenção [artística e] paisagística” presente no monumento de “[...] uni-lo à natureza, de tal forma que esta fique constituindo parte integrante do conjunto” (Arcuri in IPHAN, 2000, p. 06).

No entanto, a realidade em que se encontra o Marco... mostra que a falta de intencionalidade ética e interesse coletivo das gerações subsequentes parece ser a causa do descaso que assola o monumento. A maioria dos textos pesquisados apresentou uma questão comum: a falta de conservação do monumento. O espelho d’água foi retirado; no lugar vêm se acumulando muito lixo. As pastilhas do mosaico estão se desprendendo; a composição apresenta buracos. À época do texto de Werneck (2011), um princípio de incêndio danificou bastante o mosaico. Ao que um texto mais recente (Alberto, 2023) relata os mesmos problemas. Na década de 1990 teve início a insatisfação popular com o estado da praça e do monumento. Algumas ações de restauro foram empreendidas, mas faz tempo que não é feito nada. Com isso, o descaso prevalece ferindo o direito à acessibilidade universal dos espaços públicos (Morais; Nascimento, 2024).

A falta de conservação afeta a permanência de um bem material com ressonâncias naturais e imateriais. Toda aquela estrutura em concreto, pedra, cerâmica e vidrotil<sup>29</sup> conjugada com a vegetação servindo de ponto de convi-

---

<sup>29</sup>O vidrotil é uma pastilha de vidro que ganhou espaço no mercado brasileiro, em 1947. O nome ‘vidrotil’, na verdade, denominava a empresa que fabricava essas pastilhas. “Na época, eram produzidos artesanalmente e sob encomenda, apenas para uso em aplicações artísticas”. Tanto é que Di Cavalcanti utilizou dessas pastilhas para criar os mosaicos das fachadas do Teatro Cultura Artística e do jornal O Estado de São Paulo (Mais Estilo, 2013). A empresa, inclusive, participou ativamente do projeto de restauração do Marco... executado em 1999 doando pastilhas (Atlas Digital).

vência às pessoas confere ao Marco... o reconhecimento como patrimônio cultural. Em 2010, durante o I Encontro de Gestores de Jardins Históricos, foi escrita a Carta de Juiz de Fora. Nela, o jardim histórico é definido como um monumento que conjuga arquitetura e vegetação e se constituiu como um espaço de encontros, passeios e convívio (IPHAN, 2010). Com a intenção de valorizá-lo com bem público que reflete a ação criativa do ser humano no meio em que vive, o tombamento do monumento, pelo Decreto nº 5812, de 23 de dezembro de 1996 (JF Legis, 1996), reconhece-o como uma obra de valor histórico, artístico, arquitetônico e cultural rompendo [...] com os padrões construtivos e estéticos tradicionais aplicados em monumentos públicos".

Contribuindo para o reconhecimento do monumento por seus padrões construtivos e estéticos consta a valorização do mosaico como forma de arte presente a partir do mural de Di Cavalcanti. O Decreto nº 5812 (JF Legis, 1996) ainda reconhece o Marco... como patrimônio cultural por "utilizar-se de técnica do mosaico para o seu revestimento e expressão artística, refletindo o gosto estético e um momento da arte brasileira". Àquela época o mosaico estava em alta como parte integrante da arquitetura nacional. A tradição musiva era bem quista na paisagem cultural de Juiz de Fora. Consta que hoje existem, pelo menos, cinco painéis em mosaico espalhados pela cidade a contar com o Marco... O Edifício Clube Juiz de Fora comporta, em sua lateral o mural abstrato As quatro estações, de 1956, com autoria de Cândido Portinari e auxiliado por José Machado de Moraes e Paulo Fonseca. Já na fachada, nos peitoris das janelas, é possível ver os Cavalinhos, instalados entre 1952 e 1956, também de Portinari. Na Igreja Bom Pastor, o ceramista italiano Ângelo Tanzini criou os mosaicos Cristo rodeado de apóstolos e Jesus Cristo (Borges, 2021).

O monumento tinha um aspecto de monumentalidade na paisagem cultural juizforana devido à sua localização às margens da estrada União-Indústria, na entrada da cidade. Para além do valor formal intrínseco, a obra se destacava por sua estética modernista e pela localização de uma obra de Di Cavalcanti fora do eixo Rio-São Paulo. Consta "[...] ser o primeiro [mural] numa praça pública do país no estilo abstrato, e também o primeiro modernista feito em mosaicos vidrotil, material especial para painéis artísticos" (Werneck, 2011). Lembrando que, à época de sua inauguração, a composição modernista causou certo impacto negativo na paisagem local, já que parte dos juizforanos preferiam algo mais tradicional com bustos, estátuas, etc (Moraes; Nascimento, 2024). A obra ainda trazia consigo um alto grau de historicidade. Sua existência naquele local tinha por objetivo representar a memória dos fatos passados ao longo daqueles cem anos.

O Marco..., desde sua criação, representa como os indivíduos interagem com o meio em que estão inseridos. Quando de sua criação foi pensado como parte integrante da paisagem cultural e do modo de viver dos juizforanos. A ação criadora revelou como os indivíduos ressignificaram a própria história possibilitando reconhecer o monumento como patrimônio cultural. O objetivo de pensar o mural como parte integrante do monumento que, por sua vez, vinha inserido em uma área planejada criava a ideia de um espaço de convívio que potencializaria as relações interpessoais e diversidade cultural. A opção pelo mosaico como técnica muralista, valendo-se de um gosto de época, se deu pensando o acesso à arte como algo próprio à "trama do cotidiano" (Gutierrez in IPHAN, 2000). Uma pena que, diante de tudo isso, o Marco..., nos dias de hoje, habita uma paisagem cultural marcada pelo descaso, pelas drogas, pelo lixo, etc.

## O mosaico como tema de Educação Patrimonial pela Imagem

Isso posto, eis que se abre a oportunidade de pensar o Marco... pela perspectiva da Educação Patrimonial pela Imagem. Como visto acima, o monumento é reconhecido como obra de arte. Um dos reconhecimentos que qualificou o tombamento do monumento foi o seu valor artístico (JF Legis, 1996). Segundo Gutierrez (IPHAN, 2000, p. 03): "Uma obra de arte é reconhecida como patrimônio cultural quando revela-se sua importância na história da arte e sua contribuição para a formação e o desenvolvimento de uma cultura artística". No caso, tendo o Marco... como obra de arte patrimonial que se estabelece como uma criação artística e tendo agregado modos de ser, fazer e viver é possível trabalhar conteúdos artísticos, sociais e patrimoniais.

Em 1936, quando da escrita do anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), o modernista Mário de Andrade entendeu as criações artísticas como obra de arte patrimonial. Propondo, desde então, uma estreita relação entre a arte e o patrimônio cultural (Coelho; Macedo, 2022). Tendo passado o tempo, eis que surge a Constituição Federal (Brasil, 1988) contemplando as criações artísticas e os modos de fazer como bens do patrimônio cultural nacional.

É consenso que o patrimônio cultural é por essência pedagógico. Claro que, ao longo dos tempos, esse potencial pedagógico foi explorado para interesses políticos escusos. Atualmente, no Brasil, vem se trabalhando a Educação Patrimonial como abordagem pedagógica a partir do patrimônio cultural (IPHAN, 2018). Uma vez que a Constituição Federal (Brasil, 1988) entende as cri-

ações artísticas como bens culturais e o contexto atual apresenta uma carência – desde os tempos de Andrade – com a educação pela imagem é que se pensou uma abordagem a partir das obras de arte como patrimônio cultural. Ao que se denominou ‘Educação Patrimonial pela Imagem’:

Trata-se de um processo educativo permanente e sistemático informal, formal e/ou não formal que tem o foco na compreensão, contextualização e recriação tendo as obras de arte como evidência disponível do Patrimônio Cultural, para a compreensão sócio-histórica das referências culturais e desenvolvimento de uma ética de humanização, a fim de colaborar para o reconhecimento, a valorização e a preservação tanto da vida quanto do Patrimônio Cultural (Coelho e Macedo, 2022, p. 73).

Assim, o mosaico, parte integrante do Marco..., como criação artística e o seu modo de fazer podem ser reconhecidos como patrimônio cultural. Como tal, pode mediar muitos conhecimentos. Inicialmente, o que é um mosaico? Segundo Houaiss, o mosaico “(...) é uma imagem ou padrão visual criado por meio da incrustação de pequenas peças coloridas de pedra, mármore, vidro, esmalte ou cerâmica, justapostas e fixadas com cimento sobre uma superfície” (Eisenbach in Paula et al., 2006, p. 48). Essas ‘pequenas peças’ são chamadas de ‘tessera’. Assim, por ‘tessera’ se pode entender cubinho de pedra, de mármore, de tijolo, de vidro esmaltado próprios a compor um mosaico.

O mosaico é uma técnica artística muito antiga. Plínio, o Velho, historiador nos tempos romanos, deixou escrito que os mosaicos tiveram origem na Grécia. O historiador romano chega citar um tal Sosos como exímio artista do mosaico. Outros, como Paolo Zovatto (1963), acreditam ter surgido o mosaico por volta do século IV a.C. em Pompeia ou Palermo. Embora haja divergências sobre o seu surgimento, o fato é que foi em Roma que o mosaico alcançou seu desenvolvimento técnico – sendo superado, apenas no futuro, pelo esplendor dos mosaicos bizantinos. Em Roma, o mosaico estava em consonância com a arquitetura. Inicialmente, era comum figurar nos mosaicos romanos motivos geométricos. Somente depois foram aparecendo as figuras. No Brasil, com os modernistas a partir da década de 1950, o mosaico ganhou reconhecimento artístico.

Inaugurado como arte moderna pioneira em praça pública, Gutierrez (IPHAN, 2000) tem o mosaico de Di Cavalcanti como símbolo dos novos tempos para a arte pública brasileira. Não somente pela ousadia formal, mas também por seu modo de fazer que empregou a inédita técnica do preenchimento com pastilha

vitrificada. Werneck (2011) descreve o mosaico assim: "O desenho do Marco do Centenário de Juiz de Fora, conhecida como Manchester Mineira, é composto, no centro, por três figuras humanas (geométricas), representando as três raças puxando uma voluta (espiral), em alusão ao trabalho" (Werneck, 2011). A obra traz consigo um discurso cultural que é amplificado a partir da conversação entre as três expressões artísticas presentes no monumento: arquitetura, escultura e mosaico – o que Gutierrez chama de 'síntese das artes' (IPHAN, 2000). Um discurso de interação entre o ser humano, a arte e a paisagem a partir de formas, volume e textura. A inauguração, em 1951, o coloca em sintonia com esses novos tempos por sua contemporaneidade com a Bienal de São Paulo.

A proteção do Marco Comemorativo do Centenário de Juiz de Fora leva em conta a perspectiva histórica na busca de uma cidade humanizada, no resgate da dimensão pública do espaço urbano, e resguarda um dos principais valores produzidos pela arte moderna no país, um exemplar referencial da formação de uma cultura urbana nacional (Gutierrez in IPHAN, 2000, p. 06).

Pensar a 'busca de uma cidade humanizada' implica considerar uma questão: Será que o(a) juizforano(a) se reconhece no monumento? O descaso com a obra, tanto da parte das autoridades quanto do público, parece apontar a urgência de um trabalho de reconhecimento identitário. Esse trabalho compreende repensar, por exemplo, onde estariam representados os indígenas habitantes da região antes do estabelecimento da cidade. Mas do que discutir sobre bustos e estátuas que poderiam ocupar o lugar da 'curva ascendente' do monumento cabe ressignificar o discurso cultural presente no mosaico. Caracterizando, assim, uma reflexão de cunho social presente no mural de Di Cavalcanti.

Outra coisa a ser valorizada dentro da perspectiva da Educação Patrimonial pela imagem é a prática dos estudos preliminares como forma de pensar a obra antes de sua concepção final. Gutierrez (IPHAN, 2000) informa que Di Cavalcanti executou um estudo preliminar em guache para o mural em mosaico (Fig. 02). O desenho foi encontrado em arquivos da cidade de Juiz de Fora. A conselheira do IPHAN aponta que este também seja digno de preservação. Na figura abaixo é possível ver uma reprodução do desenho original. Nele constam as três figuras humanas estilizadas, a voluta e as formas geometrizadas. A monumentalidade carnal e a atenção dada aos pés e mãos que caracterizam as figuras humanas de Di Cavalcanti não aparecem nas representações do mosaico no Marco... Aquele mosaico demarca novos tempos na trajetória artística do artista: "[...] Maria Cecília França Lourenço, classificou o mural de Di Calvalcanti como uma obra que inaugura nova fase em sua carreira, em que ele trabalha com formas ziguezagueantes e angulosas" (Atlas Digital).

Fig. O2 – Desenho em Guache - Mosaico/Marco do Centenário



Fonte: [IPatrimonio.org](http://IPatrimonio.org) (2021)

## Considerações Finais

Essa pesquisa pretendeu identificar o que é possível aprender com a obra de arte como patrimônio cultural. O foco na má conservação dos bens culturais tem sua validade, mas também apontam a carência de ações anteriores que poderiam ter contribuído para evitar tal situação. Daí que se desenha uma demanda que a tempos confronta o patrimônio cultural: há que se investir mais tempo e esforços na Educação voltada à conservação dos bens culturais. As ações de Educação Patrimonial podem aproximar o indivíduo do patrimônio cultural garantindo sua apropriação e consequente conservação. Ao que a Educação Patrimonial pela imagem pode dar sua contribuição.

Considerando o mosaico integrante do Marco... é possível pensar uma obra de caráter integrado no que diz respeito à coexistência das múltiplas dimensões do patrimônio cultural – material, imaterial e natural – em um único bem. Isso permite pensar que não existe bem cultural que traga essas dimensões desconexas entre si. Quando o mosaico se apresenta como obra tangível em concreto, pastilhas de vidrotil e rejunte não deixa de conversar com o ambiente no qual está inserido e receber o público que circula naquele espaço para contemplação e vivências mnemônicas. Pensar essas questões a partir do Marco... valida um conteúdo patrimonial a partir da Educação Patrimonial pela

Na atualidade, o mosaico é uma técnica artística em desuso. Talvez em razão da dinâmica contemporânea de tempo – tudo precisa ser ‘instantâneo’ –, o mosaico não caiba como deveria na produção contemporânea. Poucos são os artistas que cultivam a técnica nos dias de hoje. O que, evidentemente, causou um crescente desconhecimento por parte do público e prejuízo técnico nas poucas obras produzidas em comparação com aquelas criadas no passado. A valorização do mosaico compreende o ensino do desenho, dos estudos preliminares, da composição artística, das relações cromáticas, etc. Daí a importância de explorar o mosaico como modo de fazer a ser continuado como técnica artística resultando em criações artísticas e intervenções na paisagem cultural.

## Referências

A DISTÂNCIA ENTRE. Disponível em: <https://www.adistanciaentre.com>. Acesso em: 23 de abril de 2025.

ALBERTO, Fellype. **Juiz de Fora comemora 173 anos e monumento do centenário completa mais um ano de abandono.** 31 de maio de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2023/05/31/juiz-de-fora-comemora-173-anos-e-monumento-do-centenario-completa-mais-um-ano-de-abandono.ghtml>. Acesso em: 20 de abril de 2025.

ATLAS DIGITAL. **Marco Comemorativo do Centenário de Juiz de Fora.** Disponível em: <https://atlasdigital.com.br/pt/Pesquisa/Bem/75>. Acesso em: 23 de abril de 2025.

BORGES, Gabriel Ferreira. **Cinco painéis para observar em Juiz de Fora.** 17 de setembro de 2021. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/especiais/confira-especiais/17-09-2021/5-paineis-para-observar-em-juiz-de-fora.html>. Acesso em: 23 de abril de 2025.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitucionalcompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitucionalcompilado.htm). Acesso em: 29 de maio de 2025.

COELHO, Marcelo A.; MACÊDO, Fábio R. R. de. Educação Patrimonial Visual: Arte, Patrimônio Cultural e Madonnaro. In: ROCHA, André; SALES, Jean; SIMÕES, Manuel; AMARO, Tania (Orgs). **Cultura, política e território**

**contemporâneo na Baixada Fluminense.** Duque de Caxias (RJ): ASAMIH, 2022, p. 64-75.

EISENBACH, Mayra Nara. Você suporta arte? In: PAULA, Carlos Alberto de [et al.]. **Arte.** Curitiba (PR): SEED-PR, 2006, p. 43-63.

Di Cavalcanti. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira.** São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/385-di-cavalcanti>. Acesso em: 29 de maio de 2025. Verbete da Enciclopédia.

IPATRIMONIO. **Marco Centenário de Juiz de Fora.** 2021. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/juiz-de-fora-marco-comemorativo-do-centenario/juiz-de-fora-marco-comemorativo-do-centenario-de-juiz-de-fora-imagem-sampaio2/>. Acesso em: 17 de maio de 2025. Imagem.

IPHAN. **Ata da 25ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.** 2000. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2000\\_O5\\_25a\\_reuniaoordinaria\\_O9\\_de\\_novembro.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2000_O5_25a_reuniaoordinaria_O9_de_novembro.pdf). Acesso em: 23 de abril de 2025.

IPHAN. **Carta dos Jardins Históricos Brasileiros dita Carta de Juiz de Fora.** 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf>. Acesso em: 29 de maio de 2025.  
IPHAN. **Juiz de Fora (MG).** s.d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/359>. Acesso em: 23 de abril de 2025. Imagem.

IPHAN. **Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009.** Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-127-2009\\_214271.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-127-2009_214271.html). Acesso em: 29 de maio de 2025.

IPHAN. **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018.** Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Disponível em: [https://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei\\_iphan0732090.pdf](https://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf). Acesso em: 29 de maio de 2025.

JF LEGIS. **Decreto nº 5.812, de 23 de dezembro de 1996.** Tombamento do Bem que menciona – "Marco Comemorativo do Centenário de Juiz de Fora" (1950-52), localizado na Praça da República, Juiz de Fora, Minas Gerais. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/j/juiz-de-fora/decreto/1996/582/5812/decreto-n-5812-1996-tombamento-do-bem-que-menciona->

marco-comemorativo-do-centenario-de-juiz-de-fora-1950-52-localizado-na-praca-da-republica-juiz-de-fora-minas-gerais. Acesso em: 29 de maio de 2025.

MAIS ESTILO. **Vidrotil**: um jovem senhor de 66 anos. 18 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://maisestilo.net/2013/12/vidrotil-uma-jovem-senhor-de-66-anos/>. Acesso em: 23 de abril de 2025.

MORAIS, Victória Aparecida; NASCIMENTO, Victor Hugo Godoy do. **A importância dos espaços públicos**: o impacto da arquitetura em espaços públicos. 10 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/handle/123456789/5202>. Acesso em: 17 de maio de 2025.

PJF. **História da Cidade**. Disponível: <https://pjf.mg.gov.br/cidade/historia.php>. Acesso em: 26 de abril de 2025.

WERNECK, Gustavo. **Marco do Centenário, feito por Di Cavalcanti e Arthur Arcuri, está abandonado**. 28 de outubro de 2011. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/10/28/interna\\_gerais,258650/marco-do-centenario-feito-por-di-cavalcanti-e-arthur-arcuri-esta-abandonado.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/10/28/interna_gerais,258650/marco-do-centenario-feito-por-di-cavalcanti-e-arthur-arcuri-esta-abandonado.shtml). Acesso em: 19 de abril de 2025.

ZOVATTO, Paolo Lino. Il mosaico, la sua terminologia e la sua tecnica. In: \_\_\_\_\_, **Mosaici Paleocristiani delle Venezie**. Udine: Del Bianco, 1963, pp. 07-17.

## 7.4.8. Eixo 8 – Colaboração Intercultural e Redes Solidárias: Exemplos de parcerias entre diferentes grupos culturais que promovem a valorização e a preservação do patrimônio, fortalecendo a identidade coletiva.

### 7.4.8.1. Escopo conceitual do eixo

O edital reconhece o patrimônio como processo relacional, convocando redes intermunicipais, consórcios e parcerias intersetoriais para produzir valor público (observatórios, protocolos, cooperação).

### 7.4.8.2. Contribuições dos trabalhos

Não houve submissões específicas rotuladas para este eixo; todavia, a análise do trabalho sobre TBC/Cultura Viva (ver Eixo 4) revela conteúdos fortemente interculturais e de cooperação multiescalar.

### 7.4.8.3. Síntese analítica

A ausência formal de submissões abre agenda para institucionalizar consórcios e acordos de cooperação (inventários, formação de conselheiros, circulação de exposições), com interoperabilidade de dados e governança de rede.

### 7.4.8.4. Implicações e proposições

Observatório Regional de Patrimônio e Cultura Viva (séries históricas, indicadores, repositório aberto).

Consórcios intermunicipais para núcleos técnicos, editalização compartilhada e compras públicas.

Calendário regional de formação/mostras itinerantes (museus–escola–comunidade).

## 7.5 Relatoria – Síntese crítico-propositiva para a continuidade da linha de artigos

### 7.5.1. Convergências teórico-metodológicas

Os trabalhos convergem em quatro linhas transversais:

1. Sustentabilidade e função social do patrimônio (Eixos 1 e 4): o retrofit como política de economia material e simbólica; a gestão de pressões sobre paisagens culturais (mineração, expansão urbana) com instrumentos de avaliação e mitigação; a acessibilidade como cláusula de existência pública do bem.
2. Pedagogias do patrimônio e multiletramentos (Eixos 3 e 7): inventário como mediação crítica, leitura de imagens/monumentos como laboratório de cidadania.

nia estética e a música (letramento literomusical) como infraestrutura de pertencimento e aprendizagem.

3. Inclusão e governança (Eixo 4): desenho de políticas públicas que cruzam proteção, fruição e equidade, com métricas de efetividade e integração intersetorial (patrimônio–urbanismo–turismo–educação).
4. Revisões de narrativa (Eixo 5): abordagem decolonial de paisagens e sujeitos históricos, convocando contracartografias, toponímia crítica e curadorias contra-hegemônicas.

#### **7.5.2. Agenda de pesquisa aplicada**

Propõem-se frentes de pesquisa com produtos e indicadores claros:

- a) Observatório regional com séries históricas de demolições, intervenções, tombamentos e padrões de uso, interoperável com dados urbanos e educacionais.
- b) Protocolos de inventário vivo (indicadores de risco, valor social, potencial educativo), com rotinas de atualização e devolutivas públicas.
- c) Curadorias acadêmico-comunitárias para acervos digitais (mosaicos, vilas operárias, ofícios, festas) com metadados padronizados e licenças abertas.
- d) Avaliação de Impacto Cultural (AIC) aplicada a empreendimentos de alto impacto (inclusive mineração), articulando participação social e justiça territorial.
- e) Tecnologia e Tradição (Eixo 2): protocolos de digitalização crítica, RA/RV de baixo custo (WebAR), acessibilidade comunicacional e governança de dados – área sem submissões nesta edição e estratégica para a região.

#### **7.5.3. Política pública e capacidades estatais**

No plano institucional, a evidência empírica dos artigos (Eixos 1, 3, 4 e 7) e os debates do Fórum indicam que captar recursos não basta: é decisivo fortalecer núcleos técnicos (municipais ou consorciados), instituir padrões de dados abertos e vincular inventários e estudos a linhas decisórias (tombamentos, diretrizes urbanísticas, salvaguardas do imaterial). A governança deve ser coprodutiva: conselhos atuantes, comissões temáticas (imaterial, educação, paisagem cultural), audiências e relatorias periódicas que transformem evidências em prioridades e assegurem continuidade entre gestões.

#### **7.5.4. Educação e redes de mediação**

A produção do Eixo 3 (etnobotânica/museu-escola-território) e do Eixo 7 (inventários críticos; imagem; letramento literomusical e hinos/canções como

“textos cívicos”) comprova que educação patrimonial não é atividade acessória: ela redefine sentidos de proteção e mobiliza cuidados cotidianos. Recomenda-se sequências didáticas multimodais, portfólios digitais, formação continuada de docentes/mediadores e a criação de acervos audiovisuais de práticas educativas, articulados a inventários e planos de salvaguarda. Fóruns, festivais e equipamentos culturais devem operar como salas de aula expandidas, com avaliação formativa e metas públicas de participação.

#### 7.5.5. Lacunas e oportunidades

As ausências de submissões nos Eixos 2, 6 e 8 revelam oportunidades estratégicas:

- Eixo 2 (Tecnologia e Tradição): estudos sobre documentação digital situada, design universal e mediações tecnológicas co-curadas com comunidades.
- Eixo 6 (Identidade e Participação Comunitária): pesquisas sobre metodologias de coprodução, indicadores de pertencimento e protocolos de consulta qualificada, além da sistematização de experiências de conselhos e coletivos.
- Eixo 8 (Colaboração Intercultural): desenho e avaliação de consórcios intermunicipais, observatórios e calendários regionais itinerantes.

Complementarmente, recomenda-se que investigações dos Eixos 1 e 4 incorporem indicadores socioambientais (ciclo de vida, emissões, acessibilidade integral) e economia do comum (cadeias curtas, turismo de base comunitária), garantindo mensuração de efetividade e não apenas cumprimento formal de rotinas.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quatro proposições organizam o legado desta edição:

- 1) Inventários vivos. Manter os inventários como coração da política: feitos com acordo das comunidades, com devolutivas públicas e dados abertos. Eles precisam dialogar com urbanismo, educação e turismo e ser acompanhados por sinais claros de vitalidade cultural — para orientar prioridades e decisões de proteção e uso.
- 2) Educação patrimonial como programa. Transformar ações pontuais em política contínua: currículos e sequências didáticas que integrem escola, museus e bairros; formação de professores e mediadores; materiais de livre acesso e avaliação que considere o processo, não apenas o produto. Dar destaque às linguagens da música e da imagem, que mostraram grande potência para gerar pertencimento e voz pública qualificada.
- 3) Inclusão e olhar decolonial como regra, não anexo. A acessibilidade plena — física, comunicacional e simbólica — precisa estar desde o desenho até a avaliação de cada ação. Do mesmo modo, é necessário revisitar acervos e narrativas para trazer ao centro presenças indígenas e afro-brasileiras e outras vozes silenciadas, ajustando nomes de lugares, legendas, textos e percursos de visita quando for o caso.
- 4) Governança compartilhada e cooperação em rede. Conselhos atuantes e comissões temáticas fortes, parcerias entre municípios e cronogramas de prestação de contas pública formam o alicerce da continuidade. A tecnologia entra como ponte — repositórios abertos, mapas e recursos digitais acessíveis — sempre a serviço do contexto e das pessoas, nunca como fim em si.

### Avaliação desta edição e propostas para a próxima

Esta edição alcançou densidade técnica e capilaridade social, combinando debates, oficinas e produção acadêmica. Como aperfeiçoamentos, propomos:

- Dois dias de programação, para dar respiro e aprofundamento: no primeiro, oficinas e ações em território (escolas, equipamentos culturais, bairros); no segundo, mesas redondas e apresentação de trabalhos.
- Mesas mais enxutas, com menos pessoas por mesa e tempos reservados para perguntas do público, pequenas sínteses intermediárias e devolutivas ao final.

- Manter e ampliar as oficinas, incluindo novas trilhas: inventários participativos para gestores e conselheiros; educação patrimonial lúdica para crianças; acessibilidade em acervos e espaços; documentação e mediação digital; elaboração de projetos e captação; memória de bairros e história oral.
- Manter a parceria com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, que foi essencial para a qualidade técnica e para a integração com políticas públicas.
- Preservar o alto nível técnico de palestrantes e debatedores, equilibrando perfis acadêmicos, gestores públicos, agentes comunitários e mestres da cultura, para manter o diálogo entre saberes.
- Ampliar a participação social: reservar vagas e implementar estratégias de busca ativa para conselheiros de cultura e de patrimônio, pontos de cultura, grupos e coletivos informais, lideranças de bairros e representantes comunitários. Onde couber, prever apoio para deslocamento, cuidado com crianças e mediação cultural, garantindo diversidade territorial, racial e de gênero.
- Canais de participação contínua antes, durante e depois do Fórum: consulta pública on-line sobre temas das mesas; escuta estruturada nas oficinas; e relatórios breves ao final de cada bloco, compondo a memória do evento.

### **Passos temporais**

No curto prazo, recomenda-se: criar um programa regional de inventários culturais participativos (com atualização anual e devolutivas comunitárias); implantar um programa escolar de educação patrimonial (sequências didáticas, cadernos e registros digitais, formação de professores e mediadores), incorporando música e imagem como eixos de mediação; aprovar diretrizes para recuperar e reutilizar prédios preservando seu sentido; iniciar um projeto-piloto de acessibilidade em um circuito central; e adotar um protocolo de avaliação de impacto cultural integrado aos processos de obras e licenciamentos. Em paralelo, começar a política de dados abertos com padrões simples e ferramentas de consulta pública, e testar a sinalização interpretativa digital acessível pelo celular.

No médio prazo, consolidar um observatório regional de patrimônio e cultura com repositório de documentos, séries históricas e painéis de consulta pública sob condução compartilhada entre gestão, universidades, conselhos e sociedade civil. Organizar parcerias entre municípios para manter equipes técnicas conjuntas (inventário, mapeamento geográfico, modelos de parecer e monitora-

mento), realizar compras em conjunto e publicar editais coordenados com metas de equidade territorial, racial e de gênero. Estruturar formação continuada para conselheiros e gestores e instituir relatos públicos periódicos como parte da memória institucional e do controle social.

No longo prazo, alinhar planejamentos e orçamentos de vários anos para dar perenidade às ações; implementar um mapa regional de riscos para bens e paisagens, conectado à defesa civil e a planos de manutenção; consolidar curadorias que coloquem no centro as vozes historicamente silenciadas em museus e arquivos; e manter um calendário regional de formação e mostras itinerantes entre museus, escolas e comunidades, garantindo circulação de saberes e acesso democrático aos bens culturais.

A participação de conselheiras e conselheiros continua decisiva: ajuda a definir prioridades, guarda a memória institucional e protege a continuidade das políticas, mesmo quando as equipes mudam. Com esses aprimoramentos — sobretudo a divisão em dois dias, mesas mais focadas e participação social ampliada — o Fórum, já na terceira edição, tem condições de amadurecer como política pública e expandir seu alcance na próxima edição.

## 9. AGRADECIMENTOS E CHAMADA PARA A 4ª EDIÇÃO

Agradecemos às pessoas participantes; às pessoas palestrantes e debatedoras das Mesas Redondas; às equipes das oficinas; às autoras e aos autores dos artigos; e às escolas públicas municipais e comunidades — especialmente as de territórios periféricos — que acolheram a frente educativa.

De maneira especial, agradecemos aos apoiadores desta edição de 2025: ao IEPHA/MG, à Prefeitura Municipal de Muriaé, à FUNDARTE, ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFV, ao Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania (UFV) e ao curso de Arquitetura e Urbanismo da FAMINAS.

Registrados nosso carinho e admiração à equipe técnica e às pessoas voluntárias, pela logística, documentação e cuidado com a acessibilidade. Agradecemos, em particular, à Associação de Surdos de Muriaé pela mediação de acessibilidade durante o Fórum.

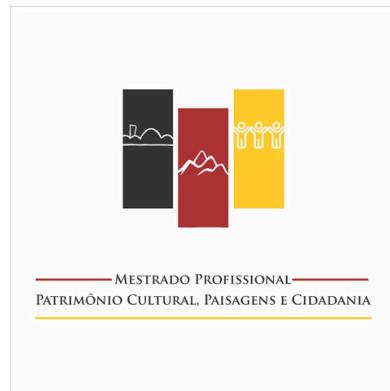
Nosso reconhecimento especial vai aos conselheiros e às conselheiras de política cultural e de patrimônio cultural: sua presença qualificou o debate, orientou prioridades e ancorou as relatorias em instituições de controle social.

Reconhecemos o apoio do Governo de Minas Gerais por meio da Secretaria Estadual de Cultura e Turismo, viabilizado pelo Edital FEC O5/2024 – Cultura da Paz, cuja modelagem — critérios técnicos e de fomento, democratização do acesso, regionalização/interiorização, ações afirmativas, contrapartidas e relatorias públicas — foi decisiva para que um evento regional fosse executado com transparência, precisão e compromisso público.

Desde já, convidamos conselhos municipais, escolas, coletivos e pontos de cultura, universidades e órgãos gestores a construir a próxima edição do Fórum. Propomos uma agenda mínima: Observatório Regional; ciclo intermunicipal de ICPs; expansão de curadorias educativas decoloniais; diretrizes regionais de retrofit/reuso com integridade relacional; e fortalecimento de comissões e conselhos como espaços de decisão, monitoramento e prestação de contas. Que a continuidade siga produzindo evidências, instrumentos e encontros — pontes sólidas entre passado, presente e futuros desejáveis.

**Até a próxima edição do Fórum!**

CONHEÇAM NOSSOS APOIADORES:



## CONHEÇA UM POUCO MAIS DA NOSSA EQUIPE TÉCNICA



### FLÁVIA DE MELLO NEVES

Mestra em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania (UFV, 2024). Arquiteta Urbanista (UFJF, 1998). Especialista em Saneamento Ambiental (CEFET-MG, 2002). MBA Executivo em Administração de Empresas (FGV-RJ, 2005). Engenheira de Segurança do Trabalho. Diretora Geral da FUNDARTE (2017-2020), quando presidiu o COMPAC, CMPC e CMT. Vice-Presidente da Rede de Gestores de Cultura e Turismo de MG (2020). Fundadora e diretora da Coletivo Consultoria.



### MARIAH FREITAS E MENEZES

Arquiteta Urbanista, chefiou o Departamento de Memória e Patrimônio Cultural da FUNDARTE (2015-2019), fundadora e diretora da Coletivo Consultoria desde 2021 onde desenvolve trabalhos de consultoria a municípios nas áreas de patrimônio cultural, turismo e cultura. Também é responsável por capacitar equipes técnicas de prefeituras, educadores, alunos e fazedores culturais tanto em gestão cultural quanto em educação para o patrimônio cultural.



### FRANCISLAINE GRAVELI DE ASSIS

Arquiteta e Urbanista formada em 2019, com experiência anterior em design gráfico, área em que desenvolveu projetos selecionados ao longo dos últimos anos. Sua trajetória une criatividade e técnica, explorando soluções que conectam arquitetura, artes visuais e publicidade. Amante das artes e da comunicação visual, busca traduzir conceitos em experiências estéticas e funcionais, valorizando a identidade e o impacto de cada projeto.



### EVERTON RIBAS FREITAS

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo (2024) pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa. Arquiteto Urbanista (UFJF-2023) e especializado em Design Gráfico (2024) pela Universidade do Norte do Paraná. Foi membro do Conselho Municipal de Política Cultural e Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Muriaé-MG (2022-2025).



ISBN: 978-65-01-72648-9

9 786501 726489